

3-2a

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



DIÁRIO OFICIAL

Secção I

EXERCICIO DE 1941

A Diretoria da Imprensa Nacional, de acordo com a legislação em vigor, se registrará assinaturas dos órgãos oficiais, para o exercício de 1941, mediante pagamento da importância correspondente ao período de 12 meses, na Tesouraria da Imprensa Nacional, à Avenida Rodrigues Alves n. 1, ou mediante recolhimento e respectiva comprovação, nas repartições arrecadadoras federais — Delegacias Fiscais, Alfândegas, Mesas de Rendas e Coletorias.

Aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais é facultado pagar o custo da assinatura, comprovado já o desconto de 20 %, a que tem direito, em duas prestações semestrais de 28\$0.

As assinaturas só vigorarão dentro do exercício financeiro de cada ano. Por esse motivo as inscrições novas ou as renovações que forem feitas durante o mês de junho só poderão abranger o 2.º semestre do ano em curso.

As reclamações sobre irregularidades de remessa aos assinantes devem mencionar os números impressos no alto, à esquerda, dos respectivos endereços.

Para facilidade e pontualidade na remessa, as inscrições de assinantes só serão aceitas quando realizadas até o último dia do mês anterior aquele em que começa a assinatura, isto é, até 31 de dezembro ou até 30 de junho.

As repartições arrecadadoras não devem aceitar pedidos de assinaturas senão dentro dessas condições, a não ser para funcionários.

Preços de assinaturas anuais do "Diário da Justiça" ou de cada uma das seções do "Diário Oficial":

Repartições públicas ou assinantes	} No interior.....	70\$000
particulares.		
	} No exterior.....	110\$000
Funcionários públicos.	} No interior.....	50\$000
	} No exterior.....	58\$000

O preço do número de hoje está fixado na última página desta edição. O número afixado custa mais \$100: por ano decorrido, mais \$500.

OBSERVAÇÕES

A Redação não fornecerá gratuitamente aos assinantes números atrasados, extraviosados ou anteriores à data da assinatura.

— Convém, por isso, que os interessados renovem as suas assinaturas com a antecedência conveniente, afim de não ficarem com as suas coleções desatualizadas.

— Os conhecimentos das assinaturas tomadas por intermédio das coletorias federais, mesas de rendas e alfândegas poderão ser encaminhados diretamente à Imprensa Nacional sem interferência das delegacias fiscais.

— As assinaturas não pagas dentro dos primeiros 15 dias do novo período serão canceladas e procedida a cobrança do respectivo preço.

— Nos dias 10 e 25 de cada mês será publicada, em fascículos apensos ao "Diário da Justiça" a jurisprudência do Supremo Tribunal Militar e do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

N. da R. — Para boa ordem dos serviços da Redação, e no interesse do público, fica estabelecido que os pedidos para reprodução de matéria paga, verificada pelos interessados a existência de erros ou omissões, devem ser feitos das 16 às 19 horas e, no máximo, até 48 horas após a saída dos órgãos oficiais.

REVISTA DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

A Diretoria da Imprensa Nacional determinou, atendendo à importância dos assuntos que constituem, hoje, a Secção III do "Diário Oficial", a organização de coleções mensais, em brochuras, contendo os exemplares relativos ao primeiro semestre do ano em curso.

O grande número de interessados nas questões de privilégio de invenção, registos de marcas de industria e comércio, encontrará, deste modo, à venda, à Avenida Rodrigues Alves n. 1, na Secção de Vendas e no posto do Ministério do Trabalho, os exemplares, editados no ano em curso, ao preço de 20\$0 o volume.

Assim procedendo, atende a Imprensa Nacional às sugestões que, neste sentido, lhe foram feitas, quer pela numerosa classe a que o assunto afeta, quer pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

ANO LXXIX

SUMARIO

N. 288

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto-lei n. 2.853 de 11 de dezembro de 1940.

Decreto-lei n. 2.855 de 11 de dezembro de 1940.

Decreto-lei n. 2.856 de 11 de dezembro de 1940.

Decreto n. 6.587 de 11 de dezembro de 1940.

Decreto n. 6.588 de 11 de dezembro de 1940.

Decreto n. 6.557 de 3 de dezembro de 1940.

Decreto n. 6.566 de 5 de dezembro de 1940.

Decreto n. 6.571 de 6 de dezembro de 1940.

Ministério das Relações Exteriores — Decretos de 11 de dezembro de 1940.

Ministério da Guerra — Decretos de 11 de dezembro de 1940.

Ministério da Agricultura — Decretos de 11 de dezembro de 1940.

Departamento Administrativo do Serviço Público — Exposições de Motivos — Divisão do Funcionário Público — Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento.

SECRETARIAS DO ESTADO:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Expediente do Gabinete do Ministro, da Comissão de Eficiência, da Diretoria da Justiça e do Interior.

Ministério da Educação — Expediente do Departamento da Administração, da Divisão de Contabilidade, da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional de Educação, da Divisão de Ensino Secundário, da Divisão de Ensino Superior, da Divisão de Ensino Primário e da Divisão de Educação Física.

Ministério da Fazenda — Expediente do Gabinete do Sr. Ministro, do Serviço do Pessoal da Diretoria de Rendas Internas, da Diretoria das Rendas Aduaneiras, da Recebedoria do Distrito Federal, do Conselho Superior de Tarifa, do Domínio da União, da Alfândega do Rio de Janeiro e do Departamento Federal de Compras.

Ministério da Guerra — Expediente do Sr. Ministro, da Secretaria Geral e da Diretoria de Intendência do Exército.

Ministério da Viação e Obras Públicas — Expediente da Comissão de Eficiência, da Diretoria de Contabilidade, do Serviço do Pessoal, do Departamento dos Correios e Telégrafos, da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de São Paulo e do Departamento de Aeronáutica Civil.

Ministério da Agricultura — Expediente do Departamento de Administração, da Divisão do Pessoal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, da Divisão do Fomento da Produção Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Animal, da Divisão de Águas e da Superintendência do Ensino Agrícola.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Expediente do Serviço de Comunicações, da Divisão do Pessoal, do Serviço do Material, do Departamento Nacional do Trabalho, do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, do Conselho Nacional do Trabalho, das Juntas de Conciliação e Julgamento e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Tribunal de Contas — Noticiário — Rendas Públicas — Parte Comercial — Editais e Avisos — Sociedades Anônimas — Anúncios.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO-LEI N. 2.853 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Fixa a gratificação dos membros da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais e cria a função gratificada de Chefe da Secretaria.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos membros da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais (C.E.N.E.), a que se refere o art. 54 do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, será arbitrada, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, uma gratificação a título de representação, que não poderá exceder de dois contos de réis mensais.

Art. 2.º Os trabalhos da Comissão serão executados por funcionários do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou requisitados e por extranumerários admitidos na forma da lei, observada a respectiva lotação.

Art. 3.º Fica criada a função gratificada de Chefe da Secretaria da Comissão, que será exercida por funcionário escolhido e designado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores dentre os funcionários do respectivo Ministério ou das secretarias do extinto Poder Legislativo.

Art. 4.º O Chefe da Secretaria terá, também, a incumbência de redigir as atas das sessões da C.E.N.E.

Art. 5.º Fica fixada em 8.400\$0 (oito contos e quatrocentos mil réis) anuais a gratificação da função a que se refere o art. 3.º.

Art. 6.º A despesa respectiva será atendida à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 2.855 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Prorroga o prazo para funcionamento das escolas de agronomia e veterinária ainda não reconhecidas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É permitido o funcionamento, até 31 de dezembro de 1943, dos cursos superiores de agricultura e veterinária que requeram reconhecimento de acordo com o Decreto-lei n. 933, de 7 de dezembro de 1938, e que até a presente data ainda não o obtiveram.

Art. 2.º Os cursos beneficiados pelo artigo anterior deverão submeter-se às normas de ensino dos institutos federais congêneres, sob a vigilância e controle da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura, e os diplomas por eles regularmente expedidos só poderão ser registrados após validação feita na Escola Nacional de Agronomia e na Escola Nacional de Veterinária.

§ 1.º Considera-se equivalente à validação, a aprovação em concurso destinado ao provimento das carreiras de Agrônomo e de Veterinário do Ministério da Agricultura.

§ 2.º Não será restituído, ficando para todos os efeitos cancelado, o diploma cujo portador tenha sido reprovado uma vez em concurso ou exame de validação.

Art. 3.º Até 31 de dezembro de 1941, o Ministro da Agricultura solucionará todas as petições de reconhecimento, não sendo permitida, a contar de 1942, a admissão de novos alunos aos cursos que tiverem seus pedidos denegados.

§ 1.º Os cursos de que trata este artigo poderão renovar seus pedidos de reconhecimento até 31 de julho de 1943.

§ 2.º O Ministro da Agricultura solucionará os pedidos a que se refere o parágrafo anterior até 31 de dezembro de 1943, data em que ficarão automaticamente proibidos de funcionar todos os cursos superiores de agricultura e veterinária não reconhecidos pelo Governo Federal, ou não autorizados de acordo com o art. 2.º do Decreto-lei n. 424, de 11 de maio de 1938.

Art. 4.º Para os casos decorrentes deste decreto-lei, a verificação sobre a organização e funcionamento dos estabelecimentos aludidos no art. 3.º do Decreto-lei n. 933, de 7 de dezembro de 1938, será feita por um funcionário da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 5.º Fechado um curso de ensino superior agrícola ou veterinário, os seus alunos com matrícula e vida escolar regulares, poderão ser transferidos para escolas oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa

LEI N. 2.856 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Altera, sem aumento de despesa, o orçamento vigente do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam feitas as seguintes alterações no vigente orçamento de despesa do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 8 do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939):

Verba 1 — Pessoal

Consignação II — Pessoal extranumerário

S/c. n. 10 — Pessoal extranumerário

- 01) Contratados — Escola Ana Neri 72:000\$0
Passa para a subconsignação 10 — Pessoal extranumerário.
04) Tarefeiros — Escola Ana Neri.

Verba 2 — Material

Consignação I — Material Permanente

S/c. n. 2 — Livros, documentos, etc.

- 07) Escola Ana Neri 3:000\$0
Passa de:
Para: 500\$0
S/c. n. 5 — Material de ensino e educação, etc.
04) Passa de 1:500\$0
Para 500\$0

Consignação II — Material de consumo

S/c. n. 13 — Matérias primas, produtos manufaturados, semi-manufaturados, etc.

- 04) Passa de 5:000\$0
Para 8:000\$0

S/c. n. 14 — Produtos químicos, etc.

- 05) Passa de 12:000\$0
Para 9:000\$0

S/c. n. 15 — Vestuários, uniformes, etc.

- 06) Passa de 10:000\$0
Para 9:000\$0

Consignação III — Diversas despesas

S/c. n. 20 — Despesas miudas de pronto pagamento

- 10) Passa de 1:200\$0
Para 3:200\$0

S/c. n. 25 — Telefones, telefonemas, etc.

- 09) Passa de 3:000\$0
Para 5:500\$0

Art. 2.º Fica revogado o Decreto-lei n. 2.623, de 24 de setembro de 1940.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940, 120.º da Independência e 53.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO N. 6.587 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte da Iugoslávia, da Convenção internacional para a unificação do registro genealógico bovino, firmada em Roma a 14 de outubro de 1936.

O Presidente da República faz público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo da Iugoslávia, da Convenção internacional para a unificação do registro genealógico bovino, firmada em Roma a 14 de outubro de 1936, conforme comunicação feita ao Ministério das Relações Exteriores pela Embaixada da Itália nesta Capital, por nota verbal de 27 de novembro último, cuja tradução oficial acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

TRADUÇÃO

N. 3.161.

A Real Embaixada da Itália tem a honra de comunicar ao Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil que o Ministro da Iugoslávia em Roma depositou, no dia 4 de novembro do corrente ano, o instrumento de ratificação, por parte da Iugoslávia da Convenção internacional para a unificação do registro genealógico bovino, firmada em Roma a 14 de outubro de 1936.

A presente comunicação é feita em conformidade com o art. 17 da Convenção acima mencionada.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1940 — XIX.

Ao Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil.
Rio de Janeiro.

DECRETO N. 6.588 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Aprova as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação dos couros e peles de animais domésticos, visando a sua padronização.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74 da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 6.º do Decreto-lei n. 334, de 15 de março de 1938, e o art. 94 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739, de 29 de maio de 1940, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação dos couros e peles de animais domésticos, visando a sua padronização, assinadas pelo Ministro do Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação dos couros e peles de animais domésticos, baixadas com o Decreto n. 6.588, de 11 de dezembro de 1940, em virtude das disposições do Decreto-lei n. 334, de 15 de março de 1938 e do regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739, de 29 de maio de 1940.

Art. 1.º Os couros e peles em bruto, serão classificados segundo sua apresentação no mercado, em quatro grupos, com as seguintes denominações:

- I — Verdes ou frescos
- II — Salgados
- III — Secos salgados
- IV — Secos.

Art. 2.º Os couros e peles serão classificados de acordo com a sua qualidade e o seu peso.

§ 1.º Quanto à qualidade serão os couros e as peles, de qualquer dos grupos referidos no art. 1.º, ordenados em quatro classes:

- 1) — Primeira
- 2) — Segunda
- 3) — Terceira
- 4) — Quarta ou refugo.

§ 2.º Quanto ao peso serão os couros de bovinos e suínos e as peles de caprinos e ovinos, de cada uma das classes enumeradas no parágrafo anterior, classificadas em dois tipos, que serão denominados:

- Tipo 1
- Tipo 2

Art. 3.º A classificação dos couros e peles, seja qual for o processo de conservação a que tenham sido submetidos, obedecerá às seguintes especificações:

1) *Primeira* — Serão considerados de primeira qualidade os couros e peles de manipulação, limpeza e conservação esmeradas e que se apresentem com ausência de cortes, furos, cicatrizes, calosidades, picadas e manchas e, bem assim, nas zonas depiladas, sem aderência de restos musculares e gordurosos.

Tolerância — Poderão ser tolerados nessa classe, fora do grupo, raros riscos e arranhaduras que não prejudiquem a utilização do couro ou pele.

2) *Segunda* — Serão classificados como de segunda qualidade, os couros e peles de boa manipulação e limpeza e que se apresentem com ausência, no grupo, de cicatrizes, calosidades, cortes, furos, picadas e manchas.

Tolerância — Na zona depilada, riscos ou arranhaduras superficiais.

3) *Terceira* — Serão classificados como de terceira qualidade, os couros e peles de manipulação, limpeza e conservação satisfatórias.

Tolerância — Distribuídos de maneira que permitam o aproveitamento integral de, pelo menos, metade do grupo, serão tolerados neste, riscos, arranhaduras, pequenos cortes, furos, picadas, cicatrizes, manchas ou zonas depiladas.

4) *Quarta ou refugo* — Nessa classe serão incluídos os couros e peles de manipulação, limpeza e conservação precárias e, bem assim, aqueles cujo grupo apresente lesões por sarnas e outros defeitos que, por sua natureza e extensão, não permitam melhor classificação.

Art. 4.º Os couros e peles de primeira, segunda, terceira e quarta qualidades, de acordo com o peso da unidade, serão classificados por tipos, obedecendo à tabela anexa.

Parágrafo único. O Serviço de Economia Rural, ouvido o Departamento Nacional de Produção Animal, poderá, em instruções especiais, alterar os limites do peso estabelecidos.

Art. 5.º Os pesos serão calculados sobre os couros e peles desprovidos de lábios, unhas, orelhas e caudas, partes estas que deverão ser sistematicamente removidas.

Art. 6.º O certificado de classificação, excluídos os couros e peles verdes e respeitadas as disposições do art. 36 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739, de 29 de maio de 1940, será válido pelo prazo de 120 dias, contados da data da sua emissão.

Art. 7.º As despesas relativas à classificação e à fiscalização da exportação dos couros e das peles e, bem assim, aquelas previstas no regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739, de 29 de maio de 1940, para trabalhos realizados a requerimento ou por solicitação das partes interessadas, serão cobradas de acordo com a seguinte tabela, por quilo:

I — Classificação (art. 80) inclusive emissão de certificado:	
a) couros	\$015
b) peles	\$030
II — Reclassificação (art. 39) inclusive emissão de certificado	
III — Arbitragem (parágrafo único do art. 81)	\$010
IV — Inspeções para os fins indicados nas alíneas c e d do art. 79	\$050
V — Fiscalização da exportação (art. 5.º do Decreto-lei n. 334, de 15 de março de 1938 e artigos 81 e 82 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 5.739:	
a) couros	\$010
b) peles	\$020

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940.

Fernando Costa.

Classificação dos couros e peles, por peso, em quilos

(Art. 4.º das Especificações e tabelas aprovadas pelo Decreto n. 6.588 de 11 de dezembro de 1940).

I — Verdes ou frescos

Categoria dos couros e peles	Tipo 2	Tipo 1
BOVINOS		
Touros e carreiros.....	até 28.....	acima de 28.
Bois	até 28.....	acima de 28.
Vacas	até 22.....	acima de 22.
Garrotes	até 15.....	acima de 15.
Bezerros	até 7.....	acima de 7.
Nonatus	sem pelo.....	com pelo.
SUINOS	até 4.....	acima de 4.
OVINOS		
Com lá	até 4.....	acima de 4.
Sem lá	até 3.....	acima de 3.
Borregos	até 2.....	acima de 2.
CAPRINOS		
Bodões	até 3.....	acima de 3.
Bodes e cabras.....	até 2.....	acima de 2.
Bodetes e cabritos.....	até 1.....	acima de 1.

II — Salgados

Categoria dos couros e peles	Tipo 2	Tipo 1
BOVINOS		
Touros e carreiros.....	até 22.....	acima de 22.
Bois	até 22.....	acima de 22.
Vacas	até 17.....	acima de 17.
Garrotes	até 12.....	acima de 12.
Bezerros	até 6.....	acima de 6.
Nonatus	até 3.....	acima de 3.
SUINOS	até 3.....	acima de 3.
OVINOS		
Com lá	até 3.....	acima de 3.
Sem lá	até 2,5.....	acima de 2,5.
CAPRINOS		
Bodões	até 2.....	acima de 2.
Bodes e cabras.....	até 1.....	acima de 1.
Bodetes e cabritos.....	até 0,5.....	acima de 0,5.

IV — Secos

Categoria dos couros e peles	Tipo 2	Tipo 1
BOVINOS		
Touros e carreiros.....	até 18.....	acima de 18.
Bois	até 16.....	acima de 16.
Vacas	até 14.....	acima de 14.
Garrotes	até 7.....	acima de 7.
Bezerros	até 3,5.....	acima de 3,5.
Nonatus	sem pelo.....	com pelo.
SUINOS	—	—
OVINOS		
Com lá	até 1 quilo.....	acima de 1 quilo.
Sem lá	até 0,8.....	acima de 0,8.
Borregos	até 0,2.....	acima de 0,2.
CAPRINOS		
Bodões	até 1 quilo.....	acima de 1 quilo.
Bodes e cabras.....	até 0,7.....	acima de 0,7.
Bodetes e cabritos.....	até 0,3.....	acima de 0,3.

III — Secos salgados

Categoria dos couros e peles	Tipo 2	Tipo 1
BOVINOS		
Touros e carreiros.....	até 20.....	acima de 20.
Bois	até 20.....	acima de 20.
Vacas	até 15.....	acima de 15.
Garrotes	até 10.....	acima de 10.
Bezerros	até 4.....	acima de 4.
Nonatus	sem pelo.....	com pelo.

DECRETO N. 6.557 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1940

Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Luiz Ferreira Guimarães a pesquisar manganês no lugar denominado "Fonseca", Município de D. Silvério, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro Antonio Luiz Ferreira Guimarães a pesquisar manganês numa área de cinquenta e sete (57) hectares e vinte e seis (26) ares de terras de propriedade de Antonio Basilio de Barcellos, situadas no lugar denominado "Fonseca", distrito de Sem Peixe, Município de D. Silvério, Estado de Minas Gerais, e constituída por um eneágono, cujos lados são as divisas do imóvel e assim definido: — partindo-se do marco junto à Cachoeira Sem Peixe com rumo onze graus nordeste (11ºNE) e distância de duzentos e sessenta e cinco (265) metros, olhem-se o primeiro lado; com os rumos e distâncias a seguir, determinam-se os lados restantes: oito graus e trinta minutos noroeste (8º30'NW) e duzentos e oitenta e três (283) metros; oitenta e nove graus e quarenta e cinco minutos noroeste (89º45'NW) e trezentos e oitenta e sete (387) metros; oitenta e nove graus e trinta minutos sudoeste (89º30'SW) e trezentos e vinte e três (323) metros; trinta e três graus e trinta minutos sudoeste (33º30'SW) e quatrocentos e trinta e cinco (435) metros; seis graus sudoeste (6ºSW) e duzentos e três (203) metros; setenta e nove graus e trinta minutos sudeste (79º30'SE) e quatrocentos e oitenta e três (483) metros; oitenta e nove graus e trinta minutos sudeste (89º30'SE) e quatrocentos e oitenta e cinco (485) metros e, finalmente, um grau e trinta minutos nordeste (1º30'NE) e cento e dezessete (117) metros. Esta autorização é outorgada mediante as seguintes condições:

I — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, será pessoal e somente transmissível nos casos previstos no n. 1 do art. 16 do Código de Minas;

II — Esta autorização vigorará por dois (2) anos, podendo ser renovada, a juízo do Governo, se ocorrer circunstância de força maior devidamente comprovada;

III — O campo da pesquisa não poderá exceder à área fixada neste decreto;

IV — O Governo fiscalizará, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, todos os trabalhos da pesquisa, sendo-lhe facultado neles intervir afim de melhor orientar-lhes a marcha;

V — Na conclusão dos trabalhos, o autorizado apresentará um relatório firmado por engenheiro de minas legalmente habilitado, contendo as informações e dados especificados no n. IX e alíneas do art. 16 do Código de Minas.

VI — O concessionário só poderá utilizar-se do produto da pesquisa para fins de estudos sobre o minério e custeio dos trabalhos;

VII — Ficam ressalvados os interesses de terceiros, ressarcindo o autorizado danos e prejuízos que ocasionar, a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da oposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o efeito do parágrafo único do art. 24 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Se o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros meses, contados da data do registro a que alude o art. 4.º deste decreto;

II — Se interromper os trabalhos de pesquisa, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juízo do Governo.

Art. 3.º Se o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, deste decreto, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será anulada esta autorização na forma dos arts. 25 e 26 do Código de Minas.

Art. 4.º O título a que alude o n. 1 do art. 1.º deste decreto pagará de selo a quantia de quinhentos e oitenta mil réis (580\$0), e só será válido depois de transcrito no livro competente da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, na forma do art. 16 do Código de Minas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

(C. 10.893—11-12-1940—100\$0)

DECRETO N. 6.566 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1940

Autoriza o cidadão brasileiro José Morato a pesquisar ouro no Município de Pitangui, Estado de Minas Gerais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, e nos termos do Decreto-lei n. 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o cidadão brasileiro José Morato a pesquisar ouro numa área de treze hectares e cinquenta ares (13.50 Ha.) localizada no lugar denominado "Vargem das Paneleiras", Município de Pitangui, do Estado de Minas Gerais, e delimitada por um contorno poligonal assim definido: — partindo-se da encruzilhada das estradas para Bramado e Pitangui, respectivamente, por uma reta com cinquenta (50) metros de comprimento e rumo de nove graus sudeste (S9ºE), alcança-se o ponto inicial do caminhamento que coincide com o valo ali existente; deste, com rumo de setenta e oito graus noroeste (N.78ºW.) e seguindo-se o curso do mesmo valo por uma extensão de seiscentos e setenta e cinco (675) metros, alcança-se o espigão das águas vertentes, marcando-se aí o segundo vértice; deste, seguindo-se a divisa da Fazenda do Tanque e para norte (N.), a uma distância de quatrocentos e trinta e cinco (435) metros, encontra-se uma cerca de arame que, com rumo de treze graus noroeste (N.13ºW.) encontra o terceiro vértice do caminhamento; deste, por uma reta com o comprimento de quinhentos e quarenta e cinco (545) metros e rumo de oitenta e sete graus e trinta minutos sudeste (S.87º30'E.), alcança-se o quarto vértice que se liga ao primeiro por uma reta com trezentos (300) metros de comprimento e rumo de trinta graus sudeste (S.30ºE.). Esta autorização é outorgada mediante as seguintes condições:

I — O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica deste decreto, será pessoal e somente transmissível nos casos previstos no n. I do art. 16 do Código de Minas;

II — Esta autorização vigorará por dois (2) anos, podendo ser renovada, a juízo do Governo, se ocorrer circunstância de força maior devidamente comprovada;

III — O campo da pesquisa não poderá exceder à área fixada neste decreto;

IV — O Governo fiscalizará, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, todos os trabalhos da pesquisa, sendo-lhe facultado neles intervir afim de melhor orientar-lhes a marcha;

V — Na conclusão dos trabalhos, o autorizado apresentará um relatório firmado por engenheiro de minas legalmente habilitado, contendo as informações e dados especificados no n. IX e alíneas do artigo 16 do Código de Minas;

VI — O concessionário só poderá utilizar-se do produto da pesquisa para fins de estudos sobre o minério e custeio dos trabalhos;

VII — Ficam ressalvados os interesses de terceiros, ressarcindo o autorizado danos e prejuízos que ocasionar a quem de direito, e não respondendo o Governo pelas limitações que possam sobrevir ao título, da oposição dos ditos direitos.

Art. 2.º Esta autorização será considerada abandonada, para o efeito do parágrafo único do art. 24 do Código de Minas, nas seguintes condições:

I — Se o autorizado não iniciar os trabalhos de pesquisa dentro dos seis (6) primeiros meses, contados da data do registro a que alude o art. 4.º deste decreto;

II — Se interromper os trabalhos de pesquisa, por igual espaço de tempo, salvo motivo de força maior, a juízo do Governo.

Art. 3.º Se o autorizado infringir o n. I ou o n. VI do art. 1.º, deste decreto, ou não se submeter às exigências da fiscalização, será anulada esta autorização na forma dos arts. 25 e 26 do Código de Minas.

Art. 4.º O título a que alude o n. I do art. 1.º deste decreto pagará de selo a quantia de cento e trinta e cinco mil réis (135\$0), e só será válido depois de transcrito no livro competente da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, na forma do art. 16 do Código de Minas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

(C. 10.892—11-12-1940—100\$0)

DECRETO N. 6.571 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1940

Autoriza o cidadão brasileiro Valdemar Lopes de Oliveira a comprar pedras preciosas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição, e tendo em vista o Decreto-lei número 466, de 4 de junho de 1938, decreta:

Artigo único — Fica autorizado o cidadão brasileiro Valdemar Lopes de Oliveira, residente nesta Capital, a comprar pedras preciosas nos termos do Decreto-lei n. 466, de 4 de junho de 1938, constituindo título desta autorização uma via autêntica do presente decreto.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

(C. 10.922 - 11-12-40 - 22\$4)

Ministério das Relações Exteriores

DECRETOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

O Doutor Abelardo de Brito, representante do Brasil nas Jornadas da Federação Odontológica, a realizarem-se em Santiago do Chile em fevereiro de 1941.

De acordo com o art. 14, item II, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Ulisses Balvé, para exercer o cargo, em comissão, de Consul Privativo em Melo, República Oriental do Uruguai, padrão M, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, vago em virtude do falecimento de Bias dos Santos Abreu.

REMOVER EX OFFICIO:

No interesse da administração, de acordo com o art. 71, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o art. 1.º do Decreto-lei n. 1.795, de 22 de novembro de 1939:

João Carvalho de Moraes, ocupante do cargo da classe L, da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, da Legação na Hungria para a Embaixada na Alemanha, preenchendo o claro existente na lotação.

Mauro de Freitas, ocupante do cargo da classe L, da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, da Legação na Rumânia para a Legação na Hungria, preenchendo o claro existente na lotação.

DESIGNAR:

De acordo com o art. 16, do Decreto-lei n. 791, de 14 de outubro de 1938:

Mauro de Freitas, ocupante do cargo da classe L, da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Primeiro Secretário na Legação na Hungria.

João Carvalho de Moraes, ocupante do cargo da classe L, da carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer a função de Primeiro Secretário na Embaixada na Alemanha.

Ministério da Guerra

DECRETOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o art. 1.º do Decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937:

O Escriurário da classe "G", do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, Ademar Carneiro dos Santos, para exercer o cargo da classe "H", da carreira de Oficial Administrativo, do mesmo Quadro e Ministério, vago em virtude da exoneração do respectivo titular, Flávio Viriato de Araujo, à vista da classificação, obtida na prova a que se submeteu.

EXONERAR:

Tendo em vista o que consta dos processos números 8.869/40 e 24.853/40, da Secretaria Geral do Ministério da Guerra:

Antonio Francisco da Costa, do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Alvaro Santa Eufemia Bianqui, do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Aristides da Costa Pena, do cargo da classe "E", da carreira de Maquinista Marítimo, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Benedito Rodrigues de Campos, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Bruno Borba, do cargo da classe "D", da carreira de Patrão, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Caetano Pinto da Silva, do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Cesar de Oliveira, do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Ciro Montes, do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Domingos Antonio Ferraz, do cargo da classe "B", da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Ester de Arruda Camera, do cargo da classe "D", da carreira de Prático de Laboratório, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Eugenio de Almeida Migon, do cargo da classe "A", da carreira de Alfaiate, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Felismino Ferreira, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Firmino Trindade, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Florencio Antonio do Espírito Santo, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Francisco Xavier dos Santos, do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Francisco Rodrigues do Carmo Tenorio, do cargo da classe "A", da carreira de Cozinheiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Fernando Gomes da Silva, do cargo da classe "A", da carreira de Cozinheiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Gentil Gomes de Barros do cargo da classe "D" da carreira de Motorista do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra que ocupa interinamente.

Helena de Arruda Camera do cargo da classe "D" da carreira de Prático de Laboratório do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra que ocupa interinamente.

Joel Gil do Sá do cargo da classe "G" da carreira de Artífice do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

José Geraldo dos Reis do cargo da classe "D", da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

José Fernandes, do cargo da classe "G", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

José de Azevedo Lima, do cargo da classe "A", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

José Borges Braga, do cargo da classe "E", da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

João de Paiva Braga, do cargo da classe "D", da carreira de Prático de Laboratório, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, interinamente.

João Cipriano de Albuquerque, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

João Miranda, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

João Maria do Nascimento, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

João Rodrigues da Silva, do cargo da classe "B", da carreira de Cozinheiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

João Ferreira, do cargo da classe D, da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Luiz Teodoro Soares, do cargo da classe C, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Maria do Carmo de Almeida, do cargo da classe D, da carreira de Prático de Laboratório, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Mario Drumond, do cargo da classe D, da carreira de Prático de Laboratório, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Manoel Nunes Moreira, do cargo da classe F, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Manoel Almeida, do cargo da classe B, da carreira de Marinheiro, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Otomar Carlos Mate, do cargo da classe D, da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Olivio d'Aguiar Ferreira, do cargo da classe D, da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Otavio Pereira Lima, do cargo da classe G, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Orion Portugal de Freitas, do cargo da classe A, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Pedro de Azevedo Braga, do cargo da classe D, da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Raimundo Lopes Barbosa, do cargo da classe D, da carreira de Motorista, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Rui José Aparecida Guimarães, do cargo da classe D, da carreira de Prático de Laboratório, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Rubens Penha, do cargo da classe E, da carreira de Maquinista Marítimo, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Sebastião Petenuzzi, do cargo da classe D, da carreira de Inspetor de Alunos do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Sebastião Dias Escobar, do cargo da classe "E", da carreira de Inspetor de Alunos, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Sebastião L. Marques Soares, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

Valdomiro Soares de Lima, do cargo da classe "A", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, que ocupa interinamente.

REMOVER "EX OFFICIO":

No interesse da administração, de acordo com o art. 71, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o art. 1.º, do Decreto-lei número 1.795, de 22 de novembro de 1939:

Antonio Celso Gomes, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Antonio Levino Braga, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Adalto Silva, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

André Lourenço de Matos, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Arlindo José Gonçalves, ocupante do cargo da classe "B", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Avelino Ferreira, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Armando Coutinho, ocupante do cargo da classe "D", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

Benedito Lindolfo da Silva, ocupante do cargo da classe "D", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

Benedito Fernandes dos Santos, ocupante do cargo da classe "D", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Bernardino Pinto de Almeida, ocupante do cargo da classe "C", da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Claudionor Martinho da Silva, ocupante do cargo da classe "E", da carreira de Escriturário, do Quadro Permanente, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Diretoria do Material Bélico, preenchendo o claro existente na lotação.

Felismino Pereira dos Santos, ocupante do cargo da classe "D", da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Diretoria do Material Bélico, preenchendo o claro existente na lotação.

Felicio Machado, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Francisco Paulo dos Santos, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Gervasio Julio de Sousa, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

Horácio Antônio da Silva, ocupante do cargo da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

Henrique Paulo de Sousa, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Hilario Mario de Sousa, ocupante do cargo da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

João Paulo dos Santos, ocupante do cargo da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

José Gomes Machado, ocupante do cargo da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Marcelino da Gama Coelho, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Porfirio Lopes da Silva, ocupante do cargo da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Arsenal de Guerra do Rio, preenchendo o claro existente na lotação.

Raul José Marques, ocupante do cargo da classe E, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Severino Nunes de Figueiredo, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Vitor Mancel Ribeiro, ocupante do cargo da classe D, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Valdemar Paulo dos Santos, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Servente, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para o Hospital Central do Exército, preenchendo o claro existente na lotação.

Zacarias da Costa Teixeira, ocupante do cargo da classe C, da carreira de Artífice, do Quadro Suplementar, do Ministério da Guerra, da Fábrica da Estrela, para a Fábrica de Bonsucesso, preenchendo o claro existente na lotação.

Ministério da Agricultura

DECRETOS DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESOLVE

NOMEAR:

De acordo com o art. 14, item III, letra b, combinado com o art. 17 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Alcides Dutra para exercer, interinamente, o cargo da classe D da carreira de Prático Rural, do Quadro único do Ministério da Agricultura, vago em virtude da exoneração de Oswaldo Fabre.

De acordo com o art. 14, item III, letra a, combinado com o art. 89 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Renato Marques Alvim, ocupante do cargo de Ajudante de Tesoureiro, padrão I, do Quadro único do Ministério da Agricultura, para exercer, interinamente, como substituto, o cargo de Tesoureiro, padrão K, do mesmo Quadro e Ministério, durante o impedimento do respectivo titular Thomaz Simmonds, em virtude de férias.

APOSENTAR:

De acordo com o art. 196, item I, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Tendo em vista o que consta do processo D.C.M. 39.404-40, do Departamento de Administração, Olympio de Accioli Monteiro no cargo da classe L da carreira de Oficial Administrativo do Quadro único do Ministério da Agricultura.

De acordo com o art. 196, item IV, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939:

Tendo em vista o que consta do processo n. 38.633-40 do Departamento de Administração, Isaac Mello no cargo da classe G da carreira de Escriturário, do Quadro único do Ministério da Agricultura.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

2.207 — Em 10 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência ao estudo deste Departamento o anexo processo concernente à reclamação do engenheiro Antônio Maria de Figueiredo Júnior que, alegando ter sido exonerado, de forma irregular, em 1927, pede solução para o memorial, datado de 28 de junho de 1937, em que o Sindicato de Engenheiros de Pernambuco pleiteou a reintegração ou a disponibilidade do interessado.

2. Ouvido a respeito, o Ministério da Viação e Obras Públicas informou que o memorial em apreço foi encaminhado a Vossa Excelência, em 18 de julho de 1938, junto à exposição de motivos que concluía pelo arquivamento do pedido.

3. Afim de esclarecer melhor o assunto, aquele Ministério juntou ao processo a cópia do parecer em que o Consultor Geral da República, apreciando a situação de vários funcionários demitidos na mesma época, inclusive a do reclamante, salientou não lhes assistir qualquer direito, não somente porque não se achavam no gozo de estabilidade, na data da demissão, como porque, já então,

"as reclamações ou incidiram na perempção estabelecido pelo Decreto n. 20.848, de 1931, arts. 1.º, 2.º e 3.º ou, ao que consta de processo, na prescrição do Decreto n. 20.910, de 1932."

4. Nestas condições, trata-se de assunto já definitivamente resolvido, além de não ser idôneo o meio pelo qual o interessado pleiteia a revisão do processo, visto que o faz por intermédio de simples carta.

5. A vista do exposto, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e de opinar pelo seu arquivamento no Ministério da Viação e Obras Públicas, ao qual deve ser encaminhado, se com esse parecer concordar Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Moacyr Briggs, Presidente interino. Aprovado. Em 10-12-40. — G. VARGAS.

2.208 — Em 10 de dezembro de 1940 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República — Submeteu Vossa Excelência ao exame deste Departamento o incluso processo em que Francisco Abdon Nóbrega, tendo sido readmitido por decreto de primeiro de novembro de 1939, para exercer o cargo de Agrônomo, classe I, do Quadro único do Ministério da Agricultura, pleiteia que a aludida readmissão seja feita para o cargo da classe J da mesma carreira.

2. Os argumentos invocados, em favor da presensão, demonstram que o interessado, apesar dos doze anos de serviço público alegados, desconhece preceitos fundamentais da organização administrativa.

3. Assim é que o requerente alega:

a) que satisfaz, em 1928, as exigências legais para ser provido no cargo de auxiliar técnico do Serviço de Algodão, mas

"não tendo o aludido serviço 10 anos de existência àquela época, os funcionários, consequentemente, não podiam ser efetivados, daí o requerente ser nomeado em comissão..." (o grifo é meu);

b) que,

"tendo, entretanto, a lei orçamentária tornado o serviço efetivo, antes de completar 10 anos de existência, era de absoluta justiça que, o poder competente, promovesse a efetivação do pessoal ocupante dos cargos criados por lei" (o grifo é meu);

c) que, em 1934, foi contratado irregularmente, pelo Diretor do Serviço de Plantas Têxteis, como sub-assistente, apesar de não ter sido demitido do cargo que exercia em comissão;

d) que,

"reverenciando-se à justiça, deveria ter sido favorecido no reajustamento de 1936";

e) que

"ultimamente vinha exercendo, com os vencimentos de 1:150\$0, o cargo de assistente-técnico de 4.ª classe do Serviço de Plantas Têxteis";

f) que, assim sendo, sofreu prejuízo com a readmissão na classe I, da carreira de Agrônomo.

4. O exame dessas alegações mostra que o interessado formula um estranho conceito da *efetividade dos serviços públicos*, motivo porque estabeleceu uma relação *sui generis* entre a efetivação dos funcionários e a das repartições em que servem.

5. Revela, ainda, que o requerente desconhece a circunstância de que não poderia ser incluído como funcionário, nas tabelas anexas à Lei n. 284, de 1936, porque, desde 1934, segundo sua próprias afirmações, era, ele, então, um contratado.

6. Já prescreveu, de há muito, qualquer direito que por ventura tivesse a reclamar contra a admissão, como extranumerário, sem ter sido exonerado do cargo que exercia em comissão, pois se trata de ato praticado em junho de 1934, e na vigência do Governo Provisório.

7. A situação anterior do suplicante não lhe assegura, portanto, o direito a pedir a readmissão no cargo que ocupou de 1928 a 1934.

8. A situação em que o encontrou o ato de readmissão, igualmente nenhum direito lhe garante pois não é exato que o requerente ocupasse cargo público, com vencimento fixo de 1:150\$0, desde que exercia, apenas função transitória, como extranumerário, percebendo o salário mensal de 1:200\$0, conforme informação da Comissão de Eficiência do Ministério da Agricultura.

9. A readmissão do requerente, e de mais alguns funcionários nas mesmas condições, foi processada no Ministério da Agricultura com o fito de reparar os prejuízos que teriam sofrido, por ocasião da reforma daquele Ministério, em 1933.

10. Foi observado um critério geral para a readmissão desses funcionários, em que se considerou o salário então recebido, o tempo de serviço de cada um e os títulos de que eram portadores.

11. Realmente alguns foram readmitidos em cargos de vencimento menor do que o salário percebido, à vista da inexistência de vagas suficientes para beneficiar a todos, sem qualquer prejuízo, preponderando, para isso, o critério adotado pelo referido Ministério.

12. Entretanto a redução sofrida foi compensada pelo ingresso, em caráter efetivo, nos quadros do funcionalismo, com possibilidades de acesso.

13. No caso do requerente foi obedecido o critério geral adotado, motivo por que a Comissão de Eficiência daquele Ministério manifestou-se contrariamente ao deferimento do pedido.

14. Acha-se, ainda, junto ao processo, pedido semelhante do Agrônomo Gil da Rocha Prata, dirigido a este Departamento, onde já transitou, tendo merecido despacho determinando o seu encaminhamento ao Ministério da Agricultura, para ser convenientemente apreciado e submetido a Vossa Excelência, na devida oportunidade.

15. O citado funcionário pede modificação do decreto que o readmitiu no cargo da classe H, da carreira de Agrônomo, afim de ser incluído na classe I da mesma carreira.

16. Invoca, também, não só prejuízos resultantes das reformas daquele Ministério, em 1933 e 1934, como o fato de, anteriormente à readmissão, perceber o salário de 1:600\$0, mensais, como extranumerário-mensalista.

17. A Comissão de Eficiência informa, porém, ao justificar o critério que adotou nas propostas de readmissão, que o interessado percebia 1:300\$0 mensais e que, dentre os que tinham esse salário, os de maior tempo de serviço foram readmitidos em cargo da classe I e os de menor antiguidade, na classe H, à falta de vagas em número suficiente.

18. É de salientar que os pedidos de ambos os interessados não têm qualquer apoio legal, nem só por se tratar de funcionários que jamais gozaram de estabilidade, nomeados que foram interinamente ou em comissão, como porque a readmissão os encontrou exercendo funções de extranumerários que, nos termos da lei, são sempre preenchidas a título precário, não assegurando, igualmente, direito à estabilidade.

19. As reclamações concernentes a possíveis preterições de direito, durante a reforma do Ministério da Agricultura, ou quanto à inclusão nas tabelas anexas à Lei n. 284, de 1936, já incorreram em prescrição, conforme foi demonstrado, valendo acrescentar que os interessados aceitaram a admissão como extranumerários, em 1934.

20. Ademais, a readmissão, nos termos do Estatuto dos Funcionários, não importa o reconhecimento de direitos, sendo ato de mero favor, praticado a juízo do Govern.

21. Nestas condições, este Departamento tem a honra de restituir o anexo processo a Vossa Excelência e de opinar pelo indeferimento das petições dos agrônomos Francisco Abdon Nóbrega e Gil da Rocha Prata, devendo o processo ser restituído ao Ministério da Agricultura, para arquivamento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Moacyr Briggs, Presidente interino. Aprovado. Em 10-12-40. — G. VARGAS.

2.218 — Em 10 de dezembro de 1940. — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Encaminhou Vossa Excelência a este Departamento a Exposição de Motivos com que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores submete à apreciação e assinatura de Vossa Excelência os dois anexos projetos: um de decreto-lei, fixando a gratificação dos membros da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais e criando a função gratificada de redator das atas e outro de decreto, aprovando a tabela numérica para o pessoal extranumerário mensalista da mesma Comissão.

2. Justificando o projeto de decreto-lei, salienta o Ministério:

a) que o Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, que fixou normas à vida administrativa dos Estados e Mu-

nicipios, determinou fosse criada uma comissão especial destinada a auxiliar o Ministério da Justiça e Negócios Interiores nas informações que houvesse de prestar a Vossa Excelência sobre esses assuntos;

b) que, assim, foi constituída a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, composta de cidadãos especializados em questões de administração pública, os quais vêm trabalhando intensa e eficientemente;

c) que os serviços da secretaria daquela Comissão vêm sendo executados por pessoal em parte requisitado, na forma do artigo 35 do Estatuto dos Funcionários, daquele e de outros Ministérios e em parte admitido, a título precário;

d) que aos membros daquela Comissão, de acordo com Vossa Excelência, foi arbitrada a gratificação mensal de 2:000\$0, e ao pessoal da secretaria, admitido a título precário, o salário correspondente às respectivas funções;

e) que a despesa com o pagamento da gratificação e salário referidos correu, em 1939, por conta do crédito de 120:000\$0, aberto pelo parágrafo único do art. 54 do Decreto-lei n. 1.202, e, no corrente exercício, pela dotação de 450:000\$0, constante do orçamento;

f) que, decorridos cerca de dezoito meses do início dos trabalhos da Comissão, já se torna possível, em face da experiência adquirida, estruturar em linhas definitivas, os serviços de sua secretaria, para os quais parece aconselhável:

I — estabelecer uma tabela numérica de extranumerários-mensalistas para legalizar a situação dos auxiliares referidos;

II — a criação da função gratificada de redator de atas e

III — regular a gratificação dos membros da Comissão

3. Este Departamento, apreciando as ponderações daquele Ministério e os anexos projetos de decreto-lei e de decreto, artigo por artigo, conclue:

a) que é razoável o limite mensal de até 2:000\$0 para a gratificação que, a título de representação, poderá ser concedida aos membros da Comissão. — Art. 1.º;

b) que o artigo 2.º, em vez de determinar que "a secretaria da Comissão será composta de funcionários designados para a mesma e de pessoal extranumerário admitido de acordo com a legislação vigente", deverá ser assim redigido:

"Os trabalhos da Comissão serão, executados por funcionários do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou requisitados e por extranumerários admitidos na forma da lei, observada a respectiva lotação";

c) que, no art. 3.º, em vez da função gratificada de redator das atas deverá ser criada a de chefe da secretaria desde que o parágrafo 1.º do mesmo artigo atribua, também, ao funcionário que for designado para exercê-la, a chefia dos serviços da secretaria da Comissão;

d) que, assim sendo, mais natural será atribuir-se ao chefe da secretaria o encargo de redigir as atas das sessões da Comissão do que ao redator de atas a chefia dos serviços da secretaria;

e) que, consequentemente, no parágrafo único do artigo 3.º, se substituam as expressões "o redator das atas" pelas palavras "o chefe da secretaria";

f) que a gratificação anual, fixada no parágrafo 2.º, seja de 8:100\$0, em vez de 9:600\$0;

g) que se mantenham os artigos 4.º e 5.º, que determinam, respectivamente, seja a despesa feita à conta da dotação orçamentária própria e revogadas as disposições em contrário.

4. Quanto à tabela numérica para os extranumerários-mensalistas, este Departamento é de opinião que o assunto seja apreciado posteriormente, desde que, na referida Comissão, poderão ser mandados servir funcionários das secretarias do extinto Poder Legislativo.

5. Nestas condições, este Departamento tem a honra de restituir a Vossa Excelência o anexo processo e de submeter à apreciação e assinatura de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto-lei, consubstanciando as alterações propostas, em substituição ao que foi apresentado pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Moacyr Briggs, Presidente interino.

(Assinado Decreto-lei n. 2.853, em 11-12-1940).

Divisão do Funcionário Público

Processo n. 5.444-39 — Macrinio Mário de Miranda, perito policial, classe I, do Quadro II do Ministério da Justiça — solicita transferência para a carreira de Contador do Ministério da Fazenda.

Despacho: — Encaminho à D.P.J., para que tenha em vista o Decreto n. 6.222-40, na forma do qual deve a transferência ser processada.

D. F., 10-12-1940. — Paulo Lira, D.D.

Proposta n. 8.085-940 — Emílio Diniz da Silva, denúncia irregularidades na Faculdade de Medicina da Baía, referentes a regência da cadeira de Farmácia Galênica, de que é ocupante interino, Mauro Barreira de Alencar.

Despacho: — Não é o DASP o órgão competente para apreciar o assunto.

Submeto o processo à consideração do Senhor Ministro da Educação e Saúde, sugerindo o seu encaminhamento à Comissão de Inquérito, designada para apurar a denúncia de fatos irregulares verificados na Faculdade de Medicina da Baía, afim de que examine, também, o que consta da petição.

Em 10-12-1940. — Moacyr Briggs, presidente interino.

Processo n. 8.090-40 — Antônio Gomes Carmo, ex-Inspetor da Fiscalização da Cultura do Trigo, atualmente extranumerário-mensalista da Divisão de Terras e Colonização — Solicita reintegração em cargo equivalente àquele, e subsequente aposentadoria.

Despacho: Não é o DASP o órgão competente para apreciar o assunto, devendo a D. P. A. promover, a parte, a solução da questão da idade, que foi levantada.

A D. P. A. — Em 10-12-40. — Moacyr Briggs, Presidente interino.

Processo n. 7.947-40 — Mario de Oliveira, escrivão, classe F, do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda — Solicita transferência para a carreira de Escriurário do mesmo Ministério.

Despacho: A D. F. entende que o processo deve voltar ao Ministério da Fazenda, para que o pedido seja reexaminado, desde que o seu deferimento muito prejudicará ao interessado que, transferido, somente terá uma promoção, à classe G, quando na carreira a que pertence; poderá atingir à classe K.

D. F., 10-12-40. — Paulo Lira, D. D.

Aprovado. — Restituo ao Senhor Ministro da Fazenda.

Em 10-12-40. — Moacyr Briggs, Presidente interino.

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

DESPACHOS

Processo n. 1.189-40 — Cirino Santana de Camões, arrumador, classe B, do quadro suplementar do Ministério da Fazenda, solicitou transferência para igual classe da carreira de Servente, do quadro permanente do mesmo Ministério.

Parecer: A D. S., examinando o pedido, concluiu, em seu parecer de 25 de março deste ano, pela aplicação, no caso, do conjunto de provas fixado no processo n. 2.496-39, com o que concordou o Senhor Presidente deste Departamento, segundo expediente, publicado no "Diário Oficial" de 27 daquele mês. Verificando-se, porém, a reorganização dos quadros do Ministério da Fazenda, ex-vi do Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939, bem como a regulamentação das transferências na forma do Decreto n. 6.222, de 4 de setembro deste ano, esta Divisão retomou o exame do processo e encaminhou-o à apreciação do S. P. F., para que estudasse o assunto em face da nova legislação que se lhe aplica. Atendida a audiência solicitada pela D. S., o S. P. F. considerou que o pedido de transferência poderia ter prosseguimento, focalizando-o, apenas, no tocante à regulamentação expedida com o Decreto n. 6.222 citado, ponto de vista que o Sr. Ministro da Fazenda homologou. Voltando a examinar a solicitação, após essa diligência, esta Divisão já agora, diante do que consta das tabelas anexas do Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro de 1939, na parte correspondente à carreira pretendida, opina pelo cancelamento de seu parecer de fls. 7, para propor seja o presente processo restituído ao S. P. F., que se dignará de retomar-lhe o estudo em ocasião oportuna, observada a prescrição abaixo transcrita e a que se alude, de início, neste item:

"Os vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes desta carreira e os cargos das carreiras de Continuo, do quadro suplementar".

D. S. do D. A. S. P., em 11 de dezembro de 1940. — Murilo Braga, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 11-12-40. — Moacyr Briggs, Presidente interino.

Processo n. 7.535-40 — Francisco Lima de Vasconcelos, ajudante de tesoureiro, classe F, do quadro permanente do Ministério da Fazenda, solicita transferência para a carreira de Escriurário, do mesmo quadro e Ministério.

Parecer: Apreciado, pela D. F., o aspecto legal do pedido, que encontra apoio no Estatuto dos Funcionários e no Regulamento de Transferências, o processo veio a esta Divisão para que se estabelecessem as provas de habilitação correspondentes. Verifica a D. S., entretanto, que a transferência pleiteada só se poderá efetivar após extintos os cargos das carreiras de Escriurário, Escrivão (com função de escriturário) e Oficial Administrativo, do quadro suplementar do Ministério de que se trata, segundo consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.847, de 7 de dezembro último. Nestas condições, esta Divisão opina pela restituição do presente processo ao S. P. F., para

que tenha prosseguimento na ocasião oportuna, se então convir à administração e ao requerente. — D. S. do D. A. S. P., em 10 de dezembro de 1940. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 11-12-40. — *Moacyr Briggs*, Presidente interino.

Processo n. 7.756-40 — Odilon Olímpio Vital, polícia fiscal, classe "G", do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, solicita transferência para classe idêntica, da carreira de Escriturário do mesmo quadro e Ministério.

Parecer: Apreciado, pela D.F., o aspecto legal do pedido, que tem perfeito cabimento em face do Estatuto dos Funcionários e do Regulamento de Transferências, o processo veio a esta Divisão para que estabelecesse as condições de habilitação indispensáveis ao processamento da transferência pleiteada. Como, entretanto, o preenchimento dos cargos vagos existentes nas diversas classes da carreira pretendida pelo requerente esteja condicionado à extinção dos cargos das carreiras de Escriturário, Escrivão (com função de Escriturário) e Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério de que se trata, segundo consta das tabelas anexas ao Decreto-lei n. 1.817, de 7 de dezembro de 1939, esta Divisão opina pela remessa do presente processo ao S.P.F., para que, na ocasião oportuna, retome o exame do caso, si o mesmo, então, interessar, ainda, à administração e ao requerente. — D.S. do D.A.S.P., em 11 de dezembro de 1940. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 11-12-40. — *Moacyr Briggs*, Presidente Interino.

Processo n. 7.854-40 — Justiniano Rocha, marinheiro classe "C", do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, solicita transferência para classe idêntica da carreira de Polícia Fiscal do quadro permanente do mesmo Ministério.

Parecer: Apreciado, pela D.F., o aspecto legal do pedido, conforme parecer de 27 de novembro último, o processo veio a esta Divisão para que estabelecesse as provas de habilitação indispensáveis à transferência pleiteada. Nestas condições, a D.S. opina por que se aplique, no caso, o mesmo conjunto de provas fixado no processo n. 997-39, publicado no "Diário Oficial", de 16 de junho de 1939, acrescidas das de sanidade e capacidade física. — D.S. do D.A.S.P., em 11 de dezembro de 1940. — *Murilo Braga*, Diretor de Divisão.

Despacho: Aprovado. Em 11-12-40. — *Moacyr Briggs*, Presidente Interino.

"Coleção das Leis"

e

"Ementário da Legislação Federal"

Acham-se à venda, na Secção de Vendas da Imprensa Nacional, à Avenida Rodrigues Alves e na Agência situada no Ministério do Trabalho, os volumes da "Coleção das Leis" e do "Ementário da Legislação Federal", referentes ao terceiro trimestre de 1940.

"COLEÇÃO DAS LEIS"

Preço — 45\$0

Para os Estados, mais 2\$1 para o porte

"EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL"

Preço — 10\$0

Para os Estados, mais \$8 para o porte

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Gabinete do Ministro

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS ESTADUAIS

DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Processos:

N. 2.199 — Projeto de decreto-lei da Interventoria em Alagoas, mediante o qual visa o Governo modificar a remuneração dos professores de ensino secundário, fixar-lhes o mínimo de horas de trabalho por semana, criar um lugar de professor de Educação Física e o fixar em 3:600\$0 anuais a gratificação de função para o lugar de diretor do Liceu Alagoano. — Aprovado, devendo o art. 6.º, do projeto ser modificado para o fim de abranger também os casos de feriados nacionais ou estaduais, a menos que estes já figurem no regulamento da Instrução Pública do Estado.

N. 2.274 — Projeto de decreto-lei da Interventoria no Rio Grande do Sul, reorganizando, sobre novas bases, a Escola Comple-

mentar Osvaldo Aranha, da Cidade de Alegrete. — Aprovado, devendo o curso a que se refere o artigo 5.º, para poder funcionar, requerer inspeção na época legal, que é o corrente mês.

N. 2.282 — Projeto de decreto-lei do Governo de Minas Gerais, outorgando à Saint John D'El-Rey Mining Company Limited, Concessionária da Estrada de Ferro "Morro Velho Raposo — Tramway" o direito de construção uso e gozo de um pequeno ramal ligando o povoado de Galo à Estação de Honório Bicalho, na Estrada de Ferro Central do Brasil, estendidas à referida ligação todas as obrigações e direitos estipulados para a linha tronco pelo contrato vigente. — Aprovado.

N. 1.462 — Projeto de decreto-lei da Interventoria do Rio Grande do Norte, concedendo uma pensão mensal a um filho menor do ex-2.º sargento da Força Policial do Estado, Geraldo Vicente de Lima, atropelado e morto por um automóvel, quando exercia as funções de auxiliar do oficial de ronda na Capital. — Aprovado.

N. 1.569 — Projeto de decreto-lei da Prefeitura Municipal de São Roque (São Paulo), criando e regulamentando o imposto territorial urbano. — Aprovado.

N. 2.272 — Projeto de decreto-lei da Prefeitura de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), visando beneficiar os estabelecimentos de ensino que tenham funcionamento legal naquela cidade, isentando-os do pagamento de quaisquer taxas (licença de localização e tabelas). — Aprovado.

N. 940 — Representação dos desembargadores Elias Soares de Campos e Augusto de Araujo Costa. — Indeferido o pedido.

N. 365 — Recurso de Estanislau Silva Neiva. — Negado provimento.

N. 1.240 — Projeto de decreto-lei da Interventoria de São Paulo, declarando impróprias para moradias de tuberculosos as Vilas do Capivarí e Jaguaribe, da Prefeitura Sanitária de Campos de Jordão. — Aprovado.

N. 2.243 — Recurso de Alvaro de Magalhães Costa. — Provido.

N. 932 — Projeto de decreto-lei da Prefeitura de Duartina (São Paulo), dispondo sobre a criação de taxas para o expediente municipal. — Aprovado com alterações.

Comissão de Eficiência

PROMOÇÕES

TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 1940

Publicação feita de acordo com o ofício 247 e Circular 87 do D. A. S. P., de 9 de fevereiro e 3 de agosto de 1939, respectivamente.

Pareceres ns. 653 e 654, referentes a promoções nas carreiras de Médico Legista e Detetive do Quadro II, respectivamente.

Relator: Léo de Alencar.

CARREIRA: MÉDICO LEGISTA

Classe: "I" para "J"

Indicação por antiguidade

Uma vaga

1. — Heitor Barbosa Moreira de Vasconcelos.

Lista triplíce por merecimento

Uma vaga

1. — Tales de Oliveira Dias

Pontos
13,57

(Único ocupante com interstício legal).

A relação se refere ao Parecer n. 653.

CARREIRA: DETETIVE

Classe: "G" para "H"

Indicação por antiguidade

Uma vaga

1. — Demétrio Pais de Aguiar.

A relação se refere ao Parecer n. 654.

Diretoria da Justiça e do Interior

Segunda Secção

Dia 11 de dezembro de 1940

Requerimentos despachados:

Vivian Jack Bensusan, residente nesta Capital, solicitando autorização para que seu filho John Michael Bensusan, brasileiro, possa voltar ao Brasil para gozar as férias em sua companhia, retornando após a Buenos Ayres, onde se acha, em virtude de autorização anterior. Pelo Sr. Presidente da República foi proferido o seguinte despacho: Autorizado, em 2-12-940 (proc. 9.385-40).

ATOS DO SR. MINISTRO

Sociedade Ginástica Turnerschaft von 1850, de S. Paulo, pedindo reconsideração do ato da intervenção do Governo na sua direção. — Nego provimento ao recurso e mantenho a designação ao capitão Ailton Salgueiro de Freitas, feita na portaria n. 4.355, de 4 de outubro último (proc. 5.045-40).

Por apostila de 30 de novembro do corrente ano, foi declarado que o nome do genitor de Gustav Haidinger, de quem trata o decreto de 5 de julho do ano em curso, é Hermann Beer Haidinger e não como consta do referido decreto (proc. 6.292-40).

Por outra da mesma data, foi declarado que Francisco Vieira da Silva, naturalizado pelo decreto de 29 de junho do corrente ano, reside no Estado do Rio Grande do Sul, e não como do mesmo decreto consta. (Proc. 9.378-39).

Por outra da igual data foi declarado que o nome do interessado a quem se refere a portaria de 14 de setembro de 1939, é Manuel Jorge de Jesus e não como consta da mesma. (Proc. n. 20.707, de 1940).

Por portarias de 30 de novembro do ano em curso e na conformidade do art. 1.º § 5.º do Decreto n. 6.948, de 14 de maio de 1908, combinado com o art. 25, do Decreto-lei n. 389, de 25 de abril de 1938, foram declarados cidadãos brasileiros:

Indaécio Bernardino Albarracín, natural da Argentina, nascido a 30 de abril de 1880, filho de Pedro Miguel Albarracín e de Maria Amélia Robinson Albarracín, casado, residente no Estado do Rio Grande do Sul. (Port. n. 4.468. Proc. 14.278-39).

Manuel Pinto de Oliveira, natural de Portugal, nascido a 4 de dezembro de 1905, filho de José Pinto de Oliveira e de Emilia de Jesus, casado, residente nesta Capital. (Port. 4.469. Proc. 19.618, de 1940).

Antônio Joaquim da Costa, natural de Portugal, nascido a 19 de janeiro de 1890, filho de Joaquim Antônio da Costa e de Maria Joaquina de Jesus, casado, residente nesta capital. (Port. 4.470. Processo 12.160-40).

Ali Hussein Jarrouche, natural do Libano, nascido a 5 de maio de 1880, filho de Hussein Amud Jarrouche e de Emkne Derrhan, casado, residente no Estado de Mato Grosso. (Port. 4.471. Processo 4.175-40).

— Por igual ato de 4 de dezembro:

Luiz Siano, natural da Itália, nascido a 21 de novembro de 1880, filho de Francisco Siano e de Maria Antônio Siano, casado, residente no Estado do Espírito Santo. (Port. 4.473. Proc. 22.712-39).

Assad Batah, natural do Libano, nascido a 27 de maio de 1887, filho de Abdallo Batah e de Tacla Saad Batah, casado, residente no Estado de São Paulo. (Port. 4.474. Proc. 12.704-40).

Manuel Nunes Coelho de Azevedo, natural de Portugal, nascido a 28 de março de 1893, filho de Francisco Nunes de Azevedo e de Maria da Conceição, casado, residente nesta Capital. (Port. 4.475. Processo 16.214-40).

Graciano Dominguez Costal, natural da Espanha, nascido a 4 de agosto de 1893, filho de Severino Dominguez Barcia e de Rosa Costal Rivera, casado, residente nesta Capital. (Port. 4.476. Proc. 13.178, de 1940).

Zoia Pirina, natural da România, nascido a 4 de abril de 1902, filha de Haifim Pincovics Gauynier e de Inda Gauynier, casada, residente nesta Capital. (Port. 4.477. Proc. 15.872-40).

Pedro Modesto Rampi, natural da Argentina, nascido a 15 de junho de 1889, filho de Francisco Rampi e de Teresa Corbella Rampi, casado, residente no Estado do Rio Grande do Sul. (Port. 4.478 — Processo 1. 20.047-40).

Santos Guido, natural da Itália, nascido a 1 de novembro de 1891, filho de Benedito Guido e de Rosa Pingitora, casado, residente no Estado de Minas Gerais. (Port. 4.479 — Proc. 16.254-40).

José Pinto de Carvalho, natural de Portugal, nascido a 11 de março de 1894, filho de José Pinto de Carvalho e de Ana Rosa Teixeira, casado, residente no Estado de São Paulo. (Port. 4.480 — Processo número 13.432-40).

Francisco Conti, natural da Itália, nascido a 21 de novembro de 1892, filho de Pedro Conti e de Serafina Tocci, casado, residente nesta Capital. (Port. 4.483 — Proc. 14.488-40).

João Pedro de Medeiros, natural de Portugal, nascido a 24 de junho de 1886, filho de Manuel Jacinto de Medeiros e de Maria Soares Teves, casado, residente nesta Capital. (Port. 4.484 — Proc. 15.928, de 1940).

Luiz Damiani, natural da Itália, nascido a 3 de julho de 1889, filho de Miguel Damiani e de Maria Marsana, casado, residente no Estado de Minas Gerais. (Port. 4.485 — Proc. 14.185-40).

Adolfo Oscar Kertzsch, natural da Rússia, nascido a 5 de outubro de 1878, filho de Gustavo Ferdinand Kertzsch e de Melida Kertzsch — Proc. 14.375-39).

José Augusto da Silva, natural de Portugal, nascido a 8 de maio de 1892, filho de Bento José da Silva e de Custódia Maria de Moraes, casado, residente no Estado do Paraná. (Port. 4.487 — Proc. 14.277, de 1940).

Tomaz Del Prate, natural da Itália, nascido a 20 de dezembro de 1870, filho de Cezare Del Prate e de Massimina Vergelli, casado, residente nesta Capital. (Port. 4.488 — Proc. 16.171-40).

Remeteram-se aos Governos as portarias dos que ali residem.

Sociedade Civil Liecu Franco Brasileiro, São Paulo, pedindo prorrogação de prazo por 30 dias, para cumprimento de despacho anterior. — Concedo. (Proc. 22.449-40).

Sebastião Pereira Mesquita, residente nesta Capital, solicitando título declaratório. — Prove o requerente não ter declarado o ânimo de conservar a nacionalidade de origem após 6 meses de sua maioridade. (Proc. 15.572-40).

Augusto Jabra, residente no Estado de São Paulo, solicitando título declaratório. — Junte certidão de transcrição de imóvel. (Processo n. 17.241-40).

Antônio Adolfo Gomes, residente no Estado da Paraíba, pedindo providências. — Arquite-se. (Processo n. 21.190-40).

Manuel Barbosa, residente no Estado do Rio de Janeiro, solicitando título declaratório. — Junte prova de residência no país há mais de 10 anos. (Processo n. 10.305-39).

João Gabriel, residente no Estado de Minas Gerais, solicitando título declaratório. — Indeferido. (Processo n. 2.705-40).

Shabetai Bardanachvili, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Junte atestado da Delegacia de Ordem Política Social e novos documentos do Instituto de Identificação. (Processo número 8.538-40).

Saturnino José de Sousa, residente nesta capital, solicitando providências. — Arquite-se. (Processo n. 21.335-40).

Esaias Blumer, residente nesta capital, solicitando título declaratório. — Junte certidão negativa de Ideologias e prova de chegada ao país. — (Processo n. 10.228-40).

ATOS DO SR. DIRETOR

Jorge Cardia e Sá, residente nesta capital, solicitando certidão. — Reconheça a firma da petição. (Processo n. 20.198-40).

José Pestana Henriques, residente nesta capital, solicitando certidão. — Declare para que fim deseja a certidão. (Processo número 21.792-40).

Alberto Avelino da Cunha e Silva, residente nesta capital, solicitando naturalização. — Complete selo. (Processo n. 17.427-40).

Antônio Pires, residente no Estado de São Paulo, solicitando título declaratório. — Junte nova certidão de transcrição de imóvel anterior a 16 de julho de 1934, da qual conste a data da escritura e da transcrição nos respectivos registros. (Processo n. 10.068-39).

Casa D'Italia, de Santos, solicitando registro. — Sele devidamente os documentos apresentados. (Processo n. 486-39).

Francisco Barbosa dos Santos, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Junte novos documentos do Instituto de Identificação, sele documentos apresentados (proc. 10.632-40).

José Domingos Ferreira Rosa, residente nesta Capital, solicitando título declaratório. — Junte passaporte ou prova de desembarque no país e atestado policial da residência ininterrupta desde 18 de dezembro de 1915 (proc. 13.896-40).

Avelino Antônio de Faria, residente nesta Capital, solicitando título declaratório. — Junte passaporte ou certidão de desembarque (proc. 16.708-40).

Sociedade Italiana de Mutuo Socorro, de Avaré, S. Paulo, solicitando registro. — Sele devidamente os documentos apresentados (proc. 20.121-40).

Josef Erlich, residente no Estado de Minas Gerais, solicitando naturalização. — Junte prova da quitação com o Serviço Militar no seu país de origem (proc. 10.109-40).

Alice Machado Fernandes, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Junte prova de identidade e complete selo nos documentos (proc. 15.579-40).

Estefano Parosky, residente no Estado de Santa Catarina, solicitando título declaratório. — Junte passaporte ou certidão de desembarque, atestado negativo de ideologias e sele devidamente documentos (proc. 19.947-40).

Isak Abramson, residente nesta Capital, solicitando naturalização. — Junte prova de que nunca se ausentou do país (processo n. 5.971-40).

Henrique Landemann, residente no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando naturalização. — Junte atestado policial de residência no país há mais de 10 anos (proc. 17.495-40).

Manuel José de Saldanha, residente no Estado do Rio de Janeiro, alegando sofrer perseguições de Artur Costa e outros. — Sele a petição e os documentos (proc. 5.562-40).

João Maluta, residente no Estado do Paraná solicitando título declaratório. — Junte passaporte ou certidão de desembarque, prova de residência ininterrupta no país desde 22-6-912, certidão de ideologias negativa, reconheça firma de documentos e sele os mesmos (proc. n. 18.453-40).

Sahid Barambo, residente nesta Capital, solicitando devolução de documentos. — Indeferido (proc. 10.572).

Ministério da Educação e Saúde

Comissão de Eficiência

PROMOÇÃO

SEGUNDO QUADRIMESTRE

Lista e indicação apresentadas ao Sr. Ministro, em 10 de dezembro de 1940:

QUADRO I

CARREIRA: FOGUISTA

Classe: "E"

Vago 1

Indicação por antiguidade

Antônio da Silva.

Classe: "F"

Vago 1

Lista por merecimento

Cristiano Carlos	12,60

Nota: Na classe só há um funcionário em condições de ser promovido.

CARREIRA: GUARDA SANITÁRIO

Classe: "E"

Vagos 2

Indicação por antiguidade

Francisco Costa.

Lista por merecimento

Otávio Brasileiro da Costa.....	13,83
José Soares	13,66
Edmundo Barbosa	13,61

Classe: "D"

Vagos 3

Indicações por antiguidade

Luiz José de Faria.

Oscar Luiz Gomes.

Lista por merecimento

1. Alberto Pereira Filho.....	15,00
2. Antônio de Sousa Guimarães.....	14,66
3. José Luiz dos Santos 2º.....	13,66
4. Avelino Dória de Merales.....	13,61
5. Gabriel Arcanjo de Oliveira.....	13,55
6. Ernani Reis	13,50

CARREIRA: BOMBEIRO

Classe: "E"

Vago 1

Lista por merecimento

Firmino Francisco de Santana.....	13,80
Augusto Rodrigues Coelho.....	13,66
Arnaldo Mário Fagundes.....	10,73

A Comissão: — Heitor Pedro de Farias. — Elsa Soares Duque-Estrada. — Mario Betisario de Carvalho.

Departamento de Administração

Divisão de Contabilidade

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

Dia 10 de dezembro de 1940

Subvenção — Comprovações aprovadas — Ano — Importância

Pernambuco:

Dispensário São José — Floresta dos Leões — (S. E. 20.591 de 1940)	10:000\$0

Rio Grande do Sul:

Hospital Dr. Bartolomeu Taccchini — Bento Gonçalves — (S. E. 39.102-40), 1939	10:000\$0

Comprovações despachadas

Pernambuco:

Colégio de Santana — Bom Jardim — Em 1940 — (S. E. 32.542, de 1940). — Não foram cumpridas as exigências constante do ofício n. 3.432 desta Divisão.

Baja:

.....

Santa Casa de Misericórdia — S. Felix — Em 1939 — (S. E. 32.159-40). — Os documentos apresentados não podem ser aceitos.

Espírito Santo:

Policlínica Antônio Aguirre — Argolas — Vitória — (S. E. 33.540, de 1940). — Em 1940 — Os documentos apresentados ainda não correspondem às formalidades legais.

Estado do Rio:

Caixa Auxiliadora dos Pobres de S. Gonçalo — Mantenedora do Asilo Amor ao Próximo — S. Gonçalo — Em 1939 — (S. E. 31.594, de 1940). — Apresente documento legal passado na época, autorizando o pagamento das contas com outras rendas, por conta da subvenção.

Minas Gerais:

Hospital S. Salvador — Alem Paraíba — Porto Novo — Em 1940 — (S. E. 33.849-40). — Os documentos (duplicatas) precisam ser acompanhados das respectivas faturas.

Sociedade S. V. de Paula — Três Corações — Em 1939 — (S. E. 24.702-40). — Apresente documento legal passado na época própria, autorizando o pagamento das contas com outros recursos, por conta da subvenção.

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 10 de dezembro de 1940

Cecília de Andrade Japoni. — Apresente certidão de casamento. (39.486-40).

Rita Lourival Campos. — Apresente certidão de casamento e atestado firmado por dois funcionários deste Ministério, com as firmas devidamente reconhecidas, provando que vivia em companhia de seu marido, até a data do falecimento deste. (39.321-40).

Dia 11 de dezembro de 1940

Raul Mesquita. — Habilite-se de acordo com a lei. (39.357-40).

Dia 10 de dezembro de 1940

Décio Parreiras. — Tratando-se de despesa de exercício de 1939, o interessado deve requerer o pagamento por exercício findo.

Dia 12 de dezembro de 1940

Archelau Batista de Sousa. — Certifique-se o que constar. (39.322-40).

Classificação, por ordem de antiguidade, dos ocupantes da carreira de — Médico sanitário — do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, organizada de acordo com os §§ 1.º e 2.º do artigo 39 do Decreto n. 2.290, de 28 de janeiro de 1938, alterada pelo número 3.409, de 6 de dezembro de 1938, combinado com o artigo 51 do Decreto n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Antiguidade de 26-9-1938, 16-5-1939 e 30-11-1939

1. Mário Magalhães da Silveira.
2. Jacinto Cardoso Machado.
3. Marcelo da Silva Júnior.
4. Valério Regis Konder.
5. Luiz Campos de Melo.
6. Augusto Garcia.
7. João Jorge Nemer.
8. Pedro Batista de Araujo Pena.
9. Carlos Marques Dias.
10. Adalberto Severo da Costa.
11. Achilles Scorzelli Júnior.
12. Alcides Figueiredo da Silva Jardim.
13. Ademar Carvalho de Mendonça.
14. João Wilkens Bevilacqua.
15. José Serafim Júnior.
16. Arquimedes Ferrão Marques.

SEÇÃO FINANCEIRA

Folha de gratificação por serviços extraordinários prestados fóra das horas do expediente normal, aos funcionários e extra-numerários abaixo mencionados, no período de 1 a 29 de outubro próximo (25 dias úteis), no Instituto Oswaldo Cruz, conforme autorização do Sr. Diretor exarada no processo n. 22.919-40, nos termos do inciso III do artigo 120 e letra "b" do artigo 122, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939 e artigo 1º, letra "g" do Decreto n. 5.062, de 27 de dezembro de 1939.

Nome — Cargo ou função — Vencimento mensal	Vencimento hora	Importância total	Período da prorrogação	Período da prorrogação anterior	Dias úteis	Natureza do serviço
Jerônimo Cardoso, zelador F — 700\$0	3\$888	155\$5	1 a 23-10-940	2 a 25- 9-940	20	Montagem urg. peças anatômicas para o Museu.
José Modesto, aux. escrit. VIII — 450\$0	2\$500	125\$0	1 a 29-10-940	Não houve	25	Auxiliando serv. in- dustriais.
Emília Brito Fernandes, prat. escr. VI — 350\$0	1\$944	97\$2	1 a 29-10-940	2 a 30- 9 940	25	Idem.
João Fernandes Queiroz, pratican- te de laboratório F — 700\$0..	3\$888	194\$4	1 a 29-10-940	2 a 30- 9 940	25	Preparo urgente vaci- nas antivariólica.
Sebastião Alves Vidal, praticante de laboratório E — 600\$0....	3\$333	166\$6	1 a 29-10-940	2 a 30- 9 940	25	Idem.
Francisco de Carvalho, praticante do laboratório C — 400\$0....	2\$222	111\$1	1 a 29-10-940	2 a 30- 9 940	25	Idem.
Martiniano Martins Catitas, prati- cicante de laboratório C — 400\$0	2\$222	111\$1	1 a 29-10-940	2 a 30- 9 940	25	Idem.
Ismael Ferreira de Almeida, labot. aux. V — 300\$0	1\$666	83\$3	1 a 29-10-940	2 a 30- 9 940	25	Idem.
Gustavo Pires do Couto, prat. la- bort. D — 500\$0	2\$777	138\$8	1 a 29-10-940	12 a 30- 9-940	25	Serv. urgente de pes- quiza, das 16 às 19 horas.
Manuel Pinto Barros, labt. aux. V — 300\$0	1\$666	33\$3	1 a 11-10-940	2 a 30- 9-940	10	Idem.
Joaquim Rodrigues Pedro, idem — 300\$0	1\$666	83\$3	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Antônio Benjamin do Couto, labt. aux. IV — 250\$0	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Antônio Francisco, servente IV — 250\$0	1\$388	27\$8	1 a 11-10-940	2 a 30- 9-940	10	Auxiliando diversos serviços.
Antônio Gonçalves, aux. artíf. V — 300\$0	1\$666	83\$3	1 a 29-10-940	Não houve	25	Serviços tipográficos urgentes.
Oswaldo Gonçalves, artífice VII — 400\$0	2\$222	111\$1	1 a 29-10-940	Não houve	25	Idem.
Severo Antero da Silva, linotipista — 600\$0	3\$233	153\$3	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Fortunato Pereira Goulart, carpin- teiro F — 700\$0	3\$888	155\$5	7 a 29-10-940	Não houve	20	Confecção urgente de caixas para embala- gem de produtos.
Manuel José de Faria, Artífice VIII — 450\$0	2\$500	125\$0	1 a 29-10-940	3 a 22- 7-940	25	Idem.
Jorge Gomes dos Santos, idem — 450\$0	2\$500	125\$0	1 a 29-10-940	Não houve	25	Idem.
Antônio Francisco Nogueira Alva- rez, maquinista auxiliar VI — 350\$0	1\$944	97\$2	1 a 29-10-940	Não houve	25	Plantão nas máquinas, das 16 às 19 horas.
Antônio Faria Mello, servente V — 300\$0	1\$666	83\$3	1 a 29-10-940	Não houve	25	Aux. diversos serviços
Jovino Correia Daniel, trabalhador V — 300\$0	1\$666	83\$3	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Bassi Giuseppe, trabalhador IV — 250\$0	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Francisco Batista, servente IV — 250\$0	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	Não houve	25	Idem.
Antônio Moreira, idem — 250\$0..	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	Não houve	25	Idem.
Antônio da Rocha Nobre, idem — 250\$0	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Valter de Almeida, idem — 250\$0.	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	2 a 30- 9-940	25	Idem.
Dario Lopes Ferreira, trabalhador IV — 250\$0	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	Não houve	25	Idem.
Torquato Furtado de Medeiros, idem — 250\$0	1\$388	69\$4	1 a 29-10-940	Não houve	25	Idem.
Total.....		2:889\$6				

Confere e importa a presente folha de gratificação na quantia de dois contos oitocentos e oitenta e nove mil e novecentos réis (2:889\$6).

Seção Financeira, em 9 de dezembro de 1940. — Confere. Libina Naslauski, auxiliar de escritório IX — Visto. Octavio Guimarães Filho, respondendo pelo expediente da Seção Financeira.

Departamento Nacional de Educação

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

PORTARIA N. 230, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1940

O Ministro de Estado da Educação e Saúde:

Resolve designar o diretor da Divisão de Educação Física, Major João Barbosa Leite, o diretor de Ensino de Educação Física do Exército, Cap. Antônio Pires, o diretor do Internato do Colégio Pedro II, Dr. Clovis Monteiro, o superintendente da Educação Física, Recreação e Jogos da Prefeitura do Distrito Federal, Dr. Floriano Peixoto Martins Stoffel, o Prof. da Escola Nacional de Educação Física Dr. José Fio da Rocha, e os assistentes de ensino Paulo Frederico de Figueiredo Araujo e Ignezil Pena Maranhão, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão julgadora do concurso de trabalhos sobre educação física, aberto em edital publicado no *Diário Oficial* de 13 de novembro do corrente ano. — *Gustavo Capanema*.

DIVISÃO DE ENSINO COMERCIAL

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1939

CIRCULAR N. 11

Senhor inspetor:

Em cumprimento do disposto no artigo 126 das Instruções em vigor, remeto-vos os incluídos modelos de livros de escrituração escolar, previstos em seu artigo 123, e de mapas para os relatórios de inspeção, os quais deverão obedecer às normas seguintes:

1.^a) — *Modelo n. 3* — Mapa a ser remetido anexo aos relatórios mensais de março a novembro. Na extremidade superior da coluna referente a cada cadeira será consignado o número de aulas dadas durante o mês. A subcoluna "Faltas" será mensalmente preenchida e as subcolunas "Nota de aplicação" e "Nota de prova parcial", somente nos meses em que, de acordo com as Instruções, devam ser esses dados remetidos à Divisão de Ensino Comercial (D. E. C.)

2.^a) — *Modelo n. 4* — Mapa a ser remetido anexo ao relatório do mês de novembro, antecedendo-se assim à remessa da alínea d do mês de dezembro, para verificação dos alunos que obtiveram a frequência mínima de 2/3, exigida para exame. Na extremidade superior da coluna referente a cada cadeira será consignado o número de aulas daquela disciplina dadas durante todo o ano letivo. Na subcoluna "Faltas", anotar-se-á o número total anual de falta dos alunos, sendo conveniente assinalar os alunos e as cadeiras em que não tenham obtido a frequência mínima. Nas sub-colunas "Média de aplicação", "Médias de provas parciais" e "Média final" (média aritmética entre as duas primeiras), serão consignados os valores, respeitados os resultados fracionários acaso existentes. Na última coluna, "Média condicional", será anotada a média entre as médias finais de cada cadeira, respeitados os resultados fracionários acaso existentes, sendo conveniente assinalar os alunos que não hajam obtido a média mínima 3.

3.^a) — *Modelo n. 5* — Mapa a ser remetido anexo aos relatórios dos meses de fevereiro e dezembro. Deverá também ser usado para a remessa dos resultados dos exames de admissão, também anexo aos relatórios dos mesmos meses; neste caso não serão utilizadas as colunas referentes às 5.^a e 6.^a cadeiras. Nos exames de admissão dos candidatos que não pertencerem ao curso de admissão fiscalizado (época de fevereiro), não serão preenchidas as colunas destinadas à "Média das provas parciais". Em todas as colunas serão consignados os resultados fracionários acaso existentes, exceto na última, destinada à "Média das notas finais", na qual serão feitas as aproximações a número inteiro, conforme determinem as Instruções. É conveniente assinalar todos os resultados de reprovação, quer nas colunas de "Notas finais", quer na de "Média das notas finais".

4.^a) — *Modelo n. 6* — Mapa a ser remetido anexo aos relatórios mensais de março a novembro. Nas faixas destinadas a cada cadeira, será feita a transcrição integral das anotações do professor no Diário de Classe, referentes a cada aula dada.

5.^a) — *Modelo n. 7* — Modelo de página do livro previsto no artigo 123, item 2, das Instruções. Em cada ano letivo, nas épocas próprias, as inscrições dos nomes dos candidatos a matrícula serão precedidas e terminadas pelos seguintes termos de abertura e encerramento:

Modelo de termo de abertura:

Aos dias do mês de do ano de, lavra-se o presente termo de abertura de inscrição cronológica dos requerimentos de matrícula em todos os anos e cursos deste estabelecimento, no ano letivo de E, para constar, eu Secretário, lavrei o presente termo que assino com o inspetor federal.

Modelo de termo de encerramento:

Aos dias do mês de do ano de, encerra-se o presente termo de inscrição de requerimentos de matrícula no ano letivo de, contendo alunos inscritos. E, para constar, eu Secretário, lavrei o presente termo, que assino com o diretor e o inspetor federal.

6.^a) — *Modelo n. 8* — Modelo de página do livro previsto no artigo 123, item 2, das Instruções. Servirá também de modelo do mapa da relação exigida pelos artigos 37 e 38 e artigo 134, item IV, alíneas e e f do relatório do mês de março. Nos livros de matrícula, em cada ano letivo, as inscrições de alunos matriculados serão precedidas e terminadas pelos seguintes termos de abertura e encerramento:

Modelo de termo de abertura:

Aos dias do mês de do ano de, lavra-se o presente termo de abertura de matrícula no ano do Curso deste estabelecimento, no ano letivo de E, para constar, eu Secretário, lavrei o presente termo que assino com o inspetor federal.

Modelo de termo de encerramento:

Aos dias do mês de do ano de, lavra-se o presente termo de encerramento de matrícula no ano letivo de contendo alunos matriculados no ano do Curso E, para constar, eu Secretário, lavrei este termo que assino com o Diretor e o inspetor federal.

7.^a) — *Modelo n. 9* — Modelo de página dos livros previstos no artigo 123, itens 4 e 5, das Instruções. No caso do livro de atas do Exame de Admissão, será alterado o início da ata onde se diz: "..... do ano do Curso para: "..... do exame de admissão". Para os candidatos estranhos ao estabelecimento não será preenchida a coluna destinada a "Média das provas parciais".

8.^a) — *Modelo n. 10* — Modelo de página do livro previsto no artigo 123, item 6, das Instruções. Para ele serão transcritos os resultados remetidos à D. E. C., nos mapas de modelos n. 4 e n. 5, somente dos alunos promovidos de ano ou aprovados no último ano dos cursos.

Em cada ano letivo, na época própria, será lavrado, após o último nome da relação dos alunos promovidos ou aprovados, um termo de acordo com o modelo seguinte:

Modelo de termo de promoção ou aprovação:

Aos dias do mês de do ano de, lavrou-se o presente termo de promoção (ou aprovação) de alunos que cursaram no ano letivo de o ano do Curso e que obtiveram, no conjunto das disciplinas, as notas acima consignadas. E, para constar, eu Secretário, lavrei o presente termo que assino com o Diretor e o inspetor federal. Para os alunos promovidos com dependência será lavrado um termo especial em seguida ao termo geral de promoção.

9.^a) — *Modelo n. 11* — Modelo de página do livro previsto no artigo 123, item 6, das Instruções. Servirá também de modelo para remessa das cópias dos termos de conclusão de curso exigidas pelas Instruções, artigo 134, item IV, alínea e, dos relatórios referentes aos meses de fevereiro e dezembro.

O modelo fornecido aplica-se ao Curso de Contador, devendo ser adotados modelos análogos para todos os demais cursos.

Para cumprimento do disposto no artigo 123, itens 3, 8 e 9, das Instruções, poderão ser usados quaisquer livros pautados.

No livro previsto no artigo 123, item 9, das Instruções, será adotado o seguinte modelo de:

Termo de posse de professor:

Aos dias do mês de do ano de, na sede de perante o Diretor do estabelecimento, Sr. e o inspetor federal, Sr. tomou posse do cargo de professor (efetivo, substituto ou interino) da cadeira para o qual foi (nomeado ou contratado) em virtude de (concurso realizado ou contrato firmado) em de devidamente autorizado pela Divisão de Ensino Comercial, conforme ato n. de de E, para constar, eu Secretário, lavrei o presente termo, que o professor, o Diretor e o inspetor federal assinam.

Atenciosas saudações. — *Lafayette Belforpt Garcia*, diretor.

"MODELO N. 3"

DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Frequência, notas de aplicação e de prova parcial

Mês de..... Ano de.....

4a Cadeira.....

5ª Cadeira.....

5a Cadeira.....

Assinatura do Inspetor.....

Turno

Curso

Only

Turma

Número	Nomes	1ª Cadeira			2ª Cadeira			3ª Cadeira			4ª Cadeira			5ª Cadeira			6ª Cadeira		
		Aulas.....			Aulas.....			Aulas.....			Aulas.....			Aulas.....			Aulas.....		
		Faltas	Nota Apl.	Nota P. P.	Faltas	Nota Apl.	Nota P. P.	Faltas	Nota Apl.	Nota P. P.	Faltas	Nota Apl.	Nota P. P.	Faltas	Nota Apl.	Nota P. P.	Faltas	Nota Apl.	Nota P. P.

"MODELO N. 5"

DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Resultados dos exames

Realizados na época

Ano letivo de.....

Curso

Ano

Assinatura do inspetor Ano letivo de

N.º	Nomes	1.ª Cadeira				6.ª Cadeira				Média final, em conjunto
		Média das P. P	Exame		Nota final	Média das P. P	Exame		Nota final	
			P. E	P. O			P. E	P. O		
	Nota: Dimensões do papel: 0,410 x 0,330 Margem esquerda 0,030 Margem superior 0,050 Margem inferior 0,015 A largura da primeira coluna, a partir da esquerda, deve medir um centímetro; a da segunda, destinada aos nomes, 11 cms.; e as da 3.ª à 8.ª colunas, destinadas à média das provas escritas e orais e às notas finais dos exames, nas seis cadeiras, — devem medir, cada uma, 4 cms., todas com 1 coluna de um centímetro. Entre a coluna destinada à 1.ª cadeira e a destinada à 6.ª cadeira, neste modelo, devem ser intercaladas colunas idênticas para as 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª cadeiras. A última coluna, destinada à média final, no conjunto das disciplinas, deve medir um centímetro e meio de largura. Para uniformidade do serviço, o mapa deve ser dobrado a 22 cms. da borda esquerda, deixando assim uma margem necessária à sua encadernação.									

MODELO N. 6

Denominação do estabelecimento

DISCRIMINAÇÃO DA MATÉRIA LECIONADA

Turno.....

Curso.....

Ano.....

Turma.....

Mês de Ano de.....

"MODELO N. 7"

Denominação do estabelecimento

(LIVRO DE INSCRIÇÃO PARA MATRÍCULA)

Ano letivo de.....

Ns.	Nomes	Ano	Curso
1.ª Cadeira:..... Aulas dadas:.... Diário encerrado em:.....	Nota: Dimensões do papel: 0^m,220 x 0^m,330 Margem esquerda . 0^m,330 Margem superior . 0^m,050 Margem inferior . 0^m,015 A largura da 1.ª coluna, a partir da esquerda, deve medir 1 centímetro e meio, a da 2.ª destinada aos nomes, 12 centímetros; a da 3.ª, destinada aos anos, 1 centímetro; a da 4.ª, destinada aos cursos, 4 centímetros.		
2.ª Cadeira:..... Aulas dadas:.... Diário encerrado em:.....			
3.ª Cadeira:..... Aulas dadas:.... Diário encerrado em:.....			
4.ª Cadeira:..... Aulas dadas:.... Diário encerrado em:.....			
5.ª Cadeira:..... Aulas dadas:.... Diário encerrado em:.....			
6.ª Cadeira:..... Aulas dadas:.... Diário encerrado em:.....			
Assinatura do inspetor.....			

"MODELO N. 8"

Denominação do estabelecimento

RELAÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS

Ano letivo de.....

Números	Nomes	Sexo	Filiação	Data do nascimento	Naturalidade	Observações
<i>Nota</i> Dimensão do papel m m \ Margem esquerda 0,410 x 0,330 Margem superior 0,030 Margem inferior 0,050 Margem inferior 0,015 A largura da 1.^a coluna, a partir da esquerda, deve medir 1 centímetro; a da 2.^a, destinada aos nomes, 12 cms.; a da 3.^a, destinada ao sexo, 1 centímetro; a da 4.^a, destinada à filiação, 11 cms.; a da 5.^a, destinada à data do nascimento, 3 cms.; a da 6.^a, destinada à naturalidade ou nacionalidade, 3 cms.; a da 7.^a, destinada às observações, 6 cms. e meio. Para uniformidade do serviço, o mapa deve ser dobrado a 22 cms. da borda esquerda, deixando assim uma margem necessária à sua encadernação. As colunas "Filiação" e "Data do nascimento" — só serão preenchidas para os alunos que se matriculam pela primeira vez. Na coluna "Observações" é anotado o documento que habilitou o aluno a ingressar na escola: exame de admissão, guia de transferência, certificado de curso secundário, etc., citando sempre o estabelecimento que o forneceu, no caso de ser aluno novo; bem como as dependências ou condições especiais de matrícula autorizadas pela D. E. C.						

"MODELO N. 9"

Denominação do estabelecimento

Ano letivo de

..... época

Aos dias do mês de do ano de 19....., compareceram às provas orais da cadeira de
 do ano do Curso, perante a comissão examinadora abaixo assinada,
 os alunos adiante enumerado, tendo obtido os resultados consignados na presente ata.

Número	Nomes	Média provas parciais	Provas		Nota final
			Escrita	Oral	
	<i>Nota</i> Dimensão do papel: 0m,220 x 0m,330 A largura da 1.^a coluna, a partir dá esquerda, deve medir 1 centímetro; a da 2.^a coluna, destinada tos nomes, 12 cms.; e as 4 últimas, destinadas á média das provas parciais, às notas das provas escrita e oral e à nota final, devem medir, cada uma, 1 centímetro e meio de largura.				

Observações:

.....
(A comissão examinadora).....
Inspetor federal.....
Secretário ou Diretor

"MODELO N. 11"

Denominação do estabelecimento

TERMO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE CONTADOR

Aos dias do mês de de nesta cidade d....., Estado de concluiu o Curso de Contador neste estabelecimento o aluno filho de e de natural de nascido em de de, matriculado inicialmente em, mediante apresentação do documento (certificado, guia, etc), expedido pelo estabelecimento

Nos exames a que se submeteu, obteve as seguintes aprovações finais:

	Notas	Datas	Livros	Folhas
1.º ano:				
Contabilidade				
Matemática comercial				
Direito Constitucional e Civil				
Legislação fiscal				
Stenografia				
Mecanografia				
No conjunto das disciplinas				
2.º ano:				
Contabilidade mercantil				
Matemática financeira				
Direito comercial terrestre				
Merceologia e Tecnol. merceol.				
Técnica Com. e Proc. de prop.				
Economia política e Finanças				
No conjunto das disciplinas				
3.º ano:				
Cont. indust. e agrícola				
Contabilidade bancária				
História do Com., Ind. e Agric.				
Prática proc. civil e comere.				
Seminário econômico				
Estatística				
No conjunto das disciplinas				

E, por haver realizado todo o curso de acordo com o Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, e demais leis em vigor, lavrou-se o presente termo que é assinado pelo secretário e pelo diretor do estabelecimento e visado pelo inspetor.

O secretário

O diretor

O inspetor

Divisão de Ensino Secundário

PORTARIA MINISTERIAL N. 240, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1940

O ministro de Estado da Educação e Saúde, resolve antecipar para a segunda quinzena de janeiro os exames de segunda época e as segundas chamadas para 4.^a prova parcial, de que tratam os artigos 2 e 5 do Decreto-lei n. 1.750, de 8 de novembro de 1939, e que devem ser prestados por estudantes da 3.^a série do ensino fundamental do curso secundário, inclusive os submetidos ao regime do artigo 100 do Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, que se destinam a matrícula, em fevereiro próximo, na Escola Militar, na Escola Naval, nas Escolas Normais e em outros institutos de ensino em que o curso complementar não é exigido como condição de matrícula. — *Gustavo Campanha*.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dia 5 de dezembro de 1940

N. 28.272-40 — Paulo Batista da Silva Pereira, registro. — Prove que foi nomeado professor das duas disciplinas em que pede registro. 27-11-40.

N. 38.213-40 — Nahim Farah, situação escolar. — Poderá fazer o curso secundário sob a vigência do artigo 100 do Decreto, 21.251. 4-12-40.

EXPEDIENTE DA SRA. DIRETORA DA DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

N. 38.519-40 — Dolci Caiado Castro, registro. — Aguarde as novas instruções, 3-12-40.

N. 38.466-40 — Mário Coelho Linhares, registro. — Idem, 3-12 de 1940.

N. 15.429-38 — Luiz Felipe de Noronha, registro. — Idem, 4-12 de 1940.

N. 37.490-40 — Nilton Ferreira dos Reis, restituição de documentos. — Devolvam-se os documentos de acordo com o parecer, 2-12-40.

N. 23.554-40 — Otávio de Andrade Araujo, exames. — Deferido, 2-12-40.

N. 22.570-40 — Djalma da Silva Almeida, 2.^a via. — Indeferido, em face das informações, 30-11-40.

N. 13.642-40 — Fuad Daud, registro. — Faça prova de identidade, 2-12-40.

N. 33.873-40 — Antônio Alves Sobrinho, 2.^a via. — Deferido, 30 de novembro de 1940.

N. 38.229-40 — Umberto Cineli, provas. — Indeferido, em face do disposto do artigo 4.^o do Decreto-lei n. 2.335, 2-12-40.

N. 38.108-40 — Olímpia Rimini, adaptação de curso. — Deferido, mediante prestações dos exames de Português, Geografia, H. Natural, Francês, Física, Química e Desenho para adaptação à 4.^a série fundamental, onde se poderá matricular, si for aprovada, na próxima época legal, 2-12-40.

N. 32.772-40 — Miyahira Chuite, retificação de nome. — Deferido, em face dos documentos apresentados, 30-11-40.

N. 28.698-40 — Leovigildo Augusto de Oliveira, transferência de seus filhos. — Deferido, nos termos da informação, 21-9-40.

N. 39.145-40 — Geraldo Albertino Dias, retificação de nome. — Deferido, em face dos documentos apresentados à inspetora. 3-12-40.

N. 21.345-37 — Judite Dias de Freitas, registro. — Deferido, nos termos da informação, 2-12-40.

N. 33.969-40 — Ciro Barreto de Paiva, pagamento. — Indeferido, em face das informações, 2-12-40.

N. 1.405-39 — Manuel da Cunha Freitas, registro. — Deferido, 2-12-40.

N. 36.569-40 — Maria Antonieta de Castro, transferência. — Informe em que época prestou os exames no extinto Ginásio Guilherme de Almeida, 2-12-40.

N. 34.783-40 — Artur Luiz Pita, adaptação de curso. — Devolvam-se os documentos mediante recibo, 2-12-40.

N. 37.959-38 — Odineia Gaspar, registro. — Deferido, 2-12-40.

N. 14.292-40 — Gastão Adolfo de Carvalho, transferência. — Expeça-se a guia nos termos da informação, pagas as taxas legais, 3-12-40.

N. 41.547-38 — Luiz Viana, registro. — Certifique-se, pagas as taxas, 2-12-40.

N. 34.420-38 — Brandina Simmonds Freire, registro. — Deferido, 30-11-40.

N. 21.072-40 — Higino Lopes Filho, 2.^a via. — Declare o requerente em que estabelecimento e em que ano prestou os exames da 4.^a série, 3-12-40.

N. 34.820-40 — Paula Moacir Oest. — Em face do parecer, autorize-se a expedição do certificado de exame com a nota certa, 27-11-40.

N. 3.842-38 — Rosendo Sampaio Garcia, registro. — Sele o documento de fls. 21, 4-12-40.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

N. 34.413-40 — Luiz Eugênio Botelho, matrícula gratuita para seus filhos. — O Ministério da Educação não dispõe de matrículas gratuitas no estabelecimento indicado, 4-12-40.

N. 32.987-40 — Augusto Schultz Ribeiro, recurso. — Arquivar-se, 4-12-40.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Transferindo os inspetores:

João Borges de Moraes, para o c/c do Instituto de Educação, de Niterói.

José Caelano Teixeira, para o Ginásio Leopoldo, de Nova Iguaçu.

Iracema Spinola Zomer, para as 3.^a e 4.^a séries do Instituto de Educação, de Niterói.

N. 37.107-40 — Antônio Martins Correia, registro. — Deferido, 3-12-40.

Geraldo de Araujo Fernandes, registro. — Deferido, 3-12-40.

N. 6.694-40 — Ginásio da Bafa, registros. — Proceda-se ao registro, salvo quanto ao do professor de educação física, 4-12-40.

N. 6.861-40 — Celso de Freitas Oliveira, registro. — De acordo, 3-12-40.

N. 3.136-37 — João Ribeiro Filho, registro. — Deferido, 3-12-40.

N. 32.822-38 — Febus Gikovate, devolução de documentos. — Registe-se em história natural, 4-12-40.

N. 38.467-40 — Mário Coelho Linhares, registro. — Indeferido, 4-12-40.

N. 29.341-40 — José Evangelista França, registro. — Deferido, 6-12-40.

N. 36.810-40 — José Geraldo Luz Muller, cancelamento de faltas. — À vista do documento de fls. 2, deferido, 4-12-40.

EXPEDIENTE DA SRA. DIRETORA DA DIVISÃO DE ENSINO SECUNDÁRIO

N. 35.493-40 — Simpliciano de Almeida Filho, retificação de nome. — Deferido, em face dos documentos apresentados, 4-12-40.

N. 31.030-40 — Nelson Rodrigues, registro. — Aguarde as novas instruções, 4-12-40.

N. 28.205-40 — Sílvia Lanzoni, 2.^a chamada. — Mantenho o indeferimento, em face do que dispõe o artigo 4.^o do Decreto-lei número 2.335, 4-12-40.

N. 38.868-40 — Maria Beatriz de Carvalho Rodrigues, revalidação de curso. — Satisfazer as exigências do parecer, 5-12-40.

N. 38.869-40 — Franz Glasauer, adaptação de curso. — Deferido, mediante prestação de exames de Português, Corografia e História do Brasil, para adaptação ao curso fundamental completo, 5-12-40.

N. 38.874-40 — Rudolf Stieger, adaptação de curso. — Idem, 5-12-40.

N. 38.870-40 — Franz Bauer, adaptação de curso. — Idem, 5-12-40.

N. 36.030-40 — Antônio Teixeira Alves, exames. — Satisfazer, preliminarmente, as exigências da lei do selo, às fls. 2, 21-11-40.

N. 39.200-40 — Romeu Manuel Gianotti, exame. — Deferido, por equidade, 6-12-40.

Ermengarda Maria Wagner, exame. — Deferido, 6-12-40.

N. 26.420-40 — Danilo Alberto Carusi, retificação da data de nascimento. — Deferido, quanto à retificação da data do nascimento, em face das razões acima, 7-12-40.

Divisão de Ensino Superior

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 7 de dezembro de 1940

N. 2.960-39 — Nelson Pereira Gomes. — Indeferido, de ordem do senhor Ministro, em face do parecer. — 2 de dezembro de 1940. — *C. Drummond*, chefe do gabinete.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

N. 19.384-40 — José Marques de Rezende. — A vista do parecer, mantenho o despacho anterior.

N. 37.039-40 — Vicente Elena Tropia. — Indeferido, à vista do parecer.

N. 37.713-40 — Hildo Alves Gouveia. — Defiro o pedido de validação.

N. 38.119-40 — Duarte da Costa Neves. — Não estando a Escola de Guaratinguetá sob regime de inspeção federal, não ha o que deferir.

N. 38.722-40 — Alaôr Alves Ferreira. — Defiro o pedido de validação.

Registro de diploma:

N. 18.085-40 — Helena Iraci Junqueira. — Deferido.

N. 35.134-40 — Maria Augusta Cabral Fonseca Frascino. — Deferido, fazendo constar do verso do diploma a declaração do motivo por que falta a assinatura do inspetor federal.

N. 35.901-40 — Moacir Amoroso. — Deferido.

N. 37.185-40 — Odete Greca Fernandes Crista. — Deferido.

N. 38.259-40 — Dilson Ávila Temé. — Deferido.

N. 39.032-40 — Salvador Uchôa Cavalcanti. — Deferido.

N. 39.044-40 — Ociola Martinelli. — Deferido.

- N. 39.045-40 — Antomar de Noronha Pereira Rego. — Deferido.
 N. 39.062-40 — Fredgar Martins Ferreira. — Deferido.
 N. 39.137-40 — Eduardo Saboia Filho. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

- N. 12.590-38 — Maria de Queiroz Pinto. — Restitua-se, mediante recibo, verificando a identidade.
 N. 38.104-40 — Odilon Castriota. — Prove a regularidade do seu curso.

Dia 9 de dezembro de 1940

- N. 32.788-40 — Professor Argemiro Heraclides Barata Pinto. — Em face dos pareceres, archive-se, de ordem do senhor Ministro. 5 de dezembro de 1940. — C. Drummond, chefe do gabinete.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

- N. 9.143-37 — João Benficia Vilela. — Defiro o pedido de validação.
 N. 14.092-37 — Vicente Ferraz de Campos. — Defiro o pedido de validação.
 N. 31.636-38 — Mário de Assis Barbosa. — Cumpra a exigência da Divisão de Ensino Superior.

Registro de diploma:

- N. 4.481-40 — Davi Rosenberg. — Deferido.
 N. 37.240-40 — José Elkind. — Deferido.
 N. 39.176-40 — Artur da Rocha Nogueira. — Deferido.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO

- N. 27.074-39 — Ibrahim Carlos Madeira. — Paga a devida taxa, certifique-se.

Divisão do Ensino Primário

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 5 de dezembro de 1940

- Processo n. 33.947-40 — Horácio de Campos, diretor do Instituto Pedagógico Presidente Vargas. — Archive-se, de ordem do Sr. Ministro.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 3 de dezembro de 1940

- Processo n. 1.788-39 — Colégio Católico Japonês São Francisco Xavier, em São Paulo. — Dirija-se, querendo, ao Ministério da Justiça, que é órgão competente para resolver a matéria.

Divisão de Educação Física

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dias 3 e 4 de dezembro de 1940

PORTARIA N. 481, DE 3 DE OUTUBRO DE 1940

O diretor geral do Departamento Nacional de Educação:

Resolve designar o Dr. Paulo Frederico de Figueiredo Araujo, assistente de ensino XXI, para fiscalizar a partir de 3 do corrente, os exames orais da Escola de Educação Física de São Paulo. — *Agbar Renault.*

S/n. — 1940 — Mariano André Camilo Laplana. — Indeferido, à vista do parecer da D. E. F.

N. 37-8.300 — Maria Amélia da Rocha Correia. — Indeferido à vista do parecer.

N. 3.838-39 — Cláudia Gaburri. — Indeferido, à vista do parecer.

N. 41.389-40 — João Gomes de Oliveira. — Deferido.

N. 17.730-40 — Alberto Franco Ferreira. — Sim, nos termos do parecer.

N. 26.576-40 — Joaquim José da Silva Ribeiro Júnior. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 26.583-40 — Carlos Ribeiro do Nascimento. — Sim, nos termos do parecer.

N. 26.584-40 — Expedito Ferreira dos Santos. — Sim, nos termos do parecer.

N. 27.803-40 — Benedito Vieira da Costa. — Deferido.

N. 30.555-40 — Enéas de Oliveira Lins. — Registe-se.

N. 32.104-40 — Adélia Franco. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 32.686-40 — Lauro de Almeida Alves. — Registe-se.

N. 32.810-40 — Maria Wingenter. — Cancele-se o registro em educação física.

N. 33.368-40 — Manuel Cintra de Paiva. — Deferido.

N. 33.609-40 — Antônio Olímpio Duarte. — Sim, nos termos do parecer.

N. 33.610-40 — Ariberto Barreto Póvoa. — Sim, nos termos do parecer.

N. 33.613-40 — Serafim Freire de Lima. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 33.615-40 — Abel Feitosa Maciel. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 33.617-40 — Mauro Mota de Menezes. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 33.704-40 — Antônio Carlos Prado. — Registe-se.

N. 35.746-40 — Armando Fernandes Guedes. — Deferido.

N. 36.038-40 — Betina Vanda Pinto do Amaral. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 36.469-40 — Doris de Farias Evelin. — Deferido, nos termos do parecer.

N. 37.184-40 — Jerônimo Leal. — À vista do parecer da D. E. F., indeferido.

N. 37.479-40 — Antônio Carriço. — De acordo com o parecer.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

N. 26.226-38 — Ilamar Brandão Lima. — Reconheça a firma do tabelião.

N. 7.945-40 — Everaldo Calasans de Almeida. — Reconheça a firma do tabelião.

N. 22.765-40 — João Francisco da Rosa. — Satisfaz a exigência.

N. 26.586-40 — Nadir Fontoura da Silva. — Complete o selo.

N. 32.405-40 — Nemério Pires Passos. — Prove ter o curso de educação física e registre o respectivo diploma.

N. 34.568-40 — Antônio Cavalcanti de Lima. — Satisfaz as exigências.

N. 29.545-40 — Manuel Cândido Sobreira. — Registe-se preliminarmente o diploma.

N. 37.540-40 — Valtér José dos Santos. — Sele os documentos.

N. 28.211-40 — Djalma Raimundo Feital. — Complete o selo.

Ministério da Fazenda

Gabinete do Ministro

Processos despachados pelo Sr. Presidente da República:

N. 95.791-38 — Carta de A. Doret, estabelecido nesta Capital, pedindo lhe seja concedida patente de registro afim de poder adquirir estampilhas do imposto de consumo para aplicação nos produtos de sua fabricação. — Indeferido, à vista da informação.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DO GABINETE

Dia 5 de dezembro

Ao Sr. presidente do 2.º Conselho de Contribuintes:

Ns. 409 a 414 — Comunicando que o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho nos processos em que são interessadas José Canuto Santiago Ramos, estabelecido em Barreiros, Estado de Pernambuco, André do Moraes & Cia. estabelecidos nesta Capital, Pedro Moreira de Barros, estabelecido em Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, Pedro Ribeiro da Costa Santos, estabelecido em Propriá, Estado de Sergipe, Celso Rodrigues, estabelecido em Juiz de Fora e Oto Leper & Cia., estabelecidos em Joinville, Estado de Santa Catarina, e a que se referem os acordos ns. 8.856, 8.862, 8.420, 8.493, 8.561 e 8.838, todos deste ano. — De acordo com a proposta do 2.º Conselho de Contribuintes, resolvo dispensar, por equidade, a multa imposta.

Ao Sr. presidente do 1.º Conselho de Contribuintes:

Ns. 407 e 419 — Comunicando que o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho nos processos em que são interessadas a firma Emílio Cavallieri & Cia., estabelecida nesta Capital, e a União Fluvial Ltda., de Parnaíba, Estado do Piauí, e a que se referem os acordos ns. 10.189 e 9.187, ambos deste ano. — De acordo com a proposta do 1.º Conselho de Contribuintes, resolvo dispensar, por equidade, a multa imposta.

N. 408 — Comunicando que o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho no processo em que é interessado Francisco Gaspar de Leões, estabelecido nesta Capital, e relativo ao recurso interposto pelo Sr. representante da Fazenda da decisão constante do acordo número 9.913, publicado no "Diário Oficial" de 24 de julho último. — Estando provado no processo que a evasão do imposto foi verificada pelo confronto da escrita fiscal com elementos da escrita comercial, dou provimento ao recurso do Sr. representante da Fazenda Pública para o fim de, reformando o acordo recorrido, restabelecer a decisão proferida pela Receptoria do Distrito Federal.

Dia 6 de dezembro

N. 420 — Comunicando que o Sr. ministro proferiu o seguinte despacho no processo em que é interessada a firma Bromberg & Cia., estabelecida nesta Capital, e a que se refere o acordo n. 9.640, publicado no "Diário Oficial" de 10 de julho último. — De acordo com a proposta do 1.º Conselho de Contribuintes, resolvo dispensar, por equidade, a multa imposta.

N. 421 — Comunicando que o Sr. ministro preferiu o seguinte despacho no processo em que são interessadas a Agência do Banco do Brasil na Bala e a firma Correia Ribeiro & Cia. daquele Estado, e a que se refere o acordo n. 8.872, publicado no "Diário Oficial" de 19 de maio último. — De acordo com a proposta do 1.º Conselho de Contribuintes, resolv. dispensar, por equidade, as multas impostas.

Ao Sr. Presidente do Segundo Conselho de Contribuintes:

N. 422 — Comunicando que o Sr. Ministro proferiu o seguinte despacho no processo em que é interessada a Companhia Usina Vassununga (Sociedade Anônima), estabelecida na capital de São Paulo, e a que se refere o acordo n. 8.829, publicado no *Diário Oficial*, de 22 de julho último. — Não justificando a aplicação do princípio de equidade o fato de haver sido a autuada prejudicada por atos criminosos de seu preposto, resolv. tomar conhecimento da proposta do Segundo Conselho de Contribuintes e rejeitar a relevação da multa imposta.

Ns. 423 e 424 — Comunicando que o Sr. Ministro proferiu o seguinte despacho nos processos de interesse de Adriano* Mauricio & Comp. Ltda., com fábrica de explosivos em Paulo de Frontin, Estado do Rio de Janeiro e do Laboratório Guanabara Ltda., desta Capital, e a que se referem os acordos ns. 8.872 e 8.654, ambos deste ano. — De acordo com a proposta do Segundo Conselho de Contribuintes, resolv. dispensar, por equidade, a multa imposta.

Ao Sr. Presidente do Conselho Superior de Tarifa:

N. 406 — Comunicando que o Sr. Ministro proferiu o seguinte despacho no processo em que é interessado José Antônio Aguiar-regari, e a que se refere o acordo n. 3.851, publicado no *Diário Oficial* de 12 de agosto de 1938. — Tornando-se necessário, para a devida apreciação do procedimento das autoridades administrativas que interferiram neste processo, em suas fases instrutivas e de julgamento da instância singular, o pronunciamento do Conselho Superior de Tarifa quanto à procedência ou improcedência da aprensão, base do processo, restituíam-se estes autos ao mesmo Conselho para que, se possível, em face dos documentos aqui reunidos, se dignasse examinar o mérito da questão e decidir a respeito, oferecendo, deste modo, os precisos elementos para aquela posterior resolução.

• Serviço do Pessoal

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Relação de funcionários, por ordem de antiguidade de classe, que se publica para efeito do disposto no artigo 39 do Decreto número 2.290, de 28 de janeiro de 1938, retificado pelo Decreto número 3.409, de 6 de dezembro do mesmo ano. Tempo líquido de serviço no período de 1 de janeiro de 1937 a 30 de novembro de 1940.

QUADRO PERMANENTE

CARREIRA — ESCRITURÁRIO

Classe "F" — Quatro vagas

	Dias
1. Osvaldo Pinto de Magalhães.	1.430
2. Otávio de Moraes Caldeira.	806
3. Cândido Mota de Toledo.	787
4. Anísio Storry dos Santos.	753

Nota — Os demais integrantes da classe não teem interstício.

Reproduz-se por ter saído com incorreções.

Secção Administrativa, em 12 de dezembro de 1940. — *Rossini Gonçalves Maranhão*, escriturário classe "E".

Visto. — *W. Ferreira Mendes*, chefe.

DELEGACIA FISCAL NO CEARÁ

Mês de novembro

Folha de pagamento (diárias) do inspetor de Coletorias e Mesas de Rendas não Alfandegadas, neste Estado:

Ministério da Fazenda — Verba 1 — Pessoal — Consignação V — Indenizações — Sub-consignação 9 — Diárias (C1) — Serviço do Pessoal.

Nome — Vencimento — Diária — Dias — Importância desta folha
Importância a receber

George Moreira Pequeno, contador da
classe "J" — 1:500\$0. 20\$0 20 400\$0 400\$0

Observações — A presente folha de pagamento (diárias) do inspetor de Coletorias e Mesa de Rendas não Alfandegadas, neste Estado — George Moreira Pequeno foi organizada de acordo com a portaria do Sr. diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, n. 288, de 8 de março último, publicada no "Diário Oficial" de 11 seguinte, tendo o funcionário em apreço inspecionado, no mês supra citado, as Coletorias Federais em Russas e Limoneiro e a Mesa de Rendas não Alfandegadas de Aracati, conforme ofício n. 20, de 22 do corrente, protocolado nesta repartição sob n. 12.228-10.

Confere e importa a presente folha de pagamento (diárias), na importância de 400\$0 (quatrocentos mil réis).

Secretaria da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Ceará, em 26 de novembro de 1940. — *Paulo Alonso de Moraes Lima*, escriturário classe "E".

Visto — Serviço do Pessoal — S. Financeira, 11 de dezembro de 1940. — *Horacio de Almeida Barbosa*, chefe interino R. M.

Visto. — *Waldyr Cavalcanti*, chefe do gabinete.

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

RETIFICAÇÃO

Relação de funcionários, por ordem de antiguidade de classe, que se publica para efeito do disposto no artigo 39 do Decreto número 2.290, de 28 de janeiro de 1938, retificado pelo Decreto número 3.409, de 6 de dezembro do mesmo ano. Tempo líquido de serviço no período de 1 de janeiro de 1937 a 30 de novembro de 1940.

(Publicado no "Diário Oficial" de 12 deste mês).

QUADRO SUPLEMENTAR

Carreira — Operário de Artes Gráficas

Classe "E" — Cinco vagas

Onde se lê:

1. Frederico José dos Santos. 1.399

Leia-se:

1. Frederico dos Santos Matos. 1.339

Secção Administrativa, em 12 de dezembro de 1940. — *Rossini Gonçalves Maranhão*, escriturário classe "E".

Visto. — *W. Ferreira Mendes*, chefe.

Folha de pagamento de seis diárias, aos funcionários abaixo designados para inspecionar os serviços das Contadorias Seccionais no Estado de Sergipe, conforme portarias ns. 461 e 464, de 2 e 5 de agosto de 1940, do senhor contador geral e relativa ao período de 1 a 6 de novembro de 1940.

Nome — Cargo	Vencimentos	Diária	Número de	Total
Selene Espinola Correia — Contador 18 do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, servindo na C. G. República — Local do afastamento: Aracaju — Natureza do serviço: Inspeção da escrituração das Contadorias Seccionais	1:800\$0	18\$0	6	108\$0
Luzia Grieco Leite Pinto — Contador H do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, servindo na C. S. na D. Regional nesta Capital — Local do afastamento: Aracaju — Natureza do serviço: Inspeção da escrituração das Contadorias Seccionais	1:100\$0	18\$0	6	108\$0
				216\$0

Importa a presente folha em duzentos e dezesseis mil réis (216\$0). Contadoria Geral da República, em 4 de dezembro de 1940 — *C. Maese Lima*, secretário.

Visto. Foram prestados os serviços de que trata a presente folha. — *M. Marques de Oliveira*, contador geral.

DIRETORIA DO DOMÍNIO DA UNIÃO

Serviço Regional no Estado do Paraná

Folha de pagamento de diárias organizada de acordo com o Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, no período de 11 a 20 de setembro e 4 a 31 de outubro de 1940, a que fez jus o chefe regional do Domínio da União no Estado do Paraná, com sede em Curitiba:

Nome — Cargo — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Gastão Fernandes da Câmara — Intendente L — Vencimentos: 2:300\$0 — Em Antonina — Cadastro da cidade de Antonina	27	38\$0	1:406\$0

Confere e importa em um conto quatrocentos e seis mil réis. Serviço Regional do Domínio da União no Paraná, 7 de novembro de 1940. — *Luiz Medrado*, escriturário classe F.

Foram prestados os serviços a que se refere a presente folha de pagamento de diárias.

Serviço Regional do Domínio da União no Paraná, Curitiba, 7 de novembro de 1940. — *Guilherme Xavier de Mirar*, escrivão cl. G do Q. S. — Visto, *Aryam Reis*, engenheiro cl. H. — Visto, *H. Barbosa*, chefe, interino, do Serviço do Pessoal.

Serviço Regional do Domínio da União no Estado do Rio Grande do Sul

Diárias referentes aos meses de setembro e outubro do corrente ano:

Nome — Cargo — Local para onde se afastou — Natureza do serviço — Número de diárias — Total		
Francisco Behrendorf Júnior — Engenheiro c. H		
Vencimentos: 1:100\$0 — Pelotas — Levantamento cadastral	30	540\$0

Importa a presente folha de diárias na importância de quinhentos e quarenta mil réis (540\$0).

Porto Alegre, 29 de outubro de 1940. — Danilo Coelho Smith, escriturário classe G. — Visto. Amadeu Rodrigues Antunes, escrivão classe H. — Visto. H. Barbosa, chefe, interino, do Serviço do Pessoal.

Nota — Este pagamento deverá ser efetuado pela Delegacia Fiscal.

Diretoria das Rendas Internas

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 7 de dezembro de 1940

N. 30.624-40 — Aliança da Baía Capitalização, fazendo uma consulta sobre selo de Educação e Saúde. — Aguarde-se a resolução da Superior Autoridade, sobre o assunto, no processo n. 94.020, de 1940, já submetido à sua consideração.

N. 93.364-40 — Instituto Santa Ursula, fazendo uma consulta sobre imposto do selo. — Dirija-se, querendo, à Recebedoria do Distrito Federal.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Dia 2 de dezembro de 1940

N. 94.680-40 — Pinto Ribeiro & Oliveira Limitada, solicitando devolução de documentos. — Faça-se a entrega dos documentos solicitados, mediante recibo no processo.

Dia 7

N. 31.593-40 — Telegrama do Coletor Federal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, fazendo uma consulta sobre selo de Educação e Saúde. — Aguarde-se a resolução da superior autoridade, sobre o assunto, no processo 94.020, de 1940, já encaminhado à sua consideração.

— Sr. diretor do Tribunal de Contas:

N. 638 — Comunicando para os devidos fins, que, tendo presente a consulta formulada por esse Tribunal, em o seu ofício 16.545, de 28 de setembro último, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 81.127, de 1940, e relativa à selagem dos recibos anexados à comprovações de adiantamentos, resolvi solucioná-la de acordo com o seguinte parecer do inspetor fiscal junto a esta Diretoria — Oscar Barbosa Lage Moretzsohn:

1 — Consulta o Tribunal de Contas, tendo em vista a dúvida levantada pela sua Delegação no Estado de Santa Catarina, "se os recibos anexados a comprovações de adiantamentos estão sujeitos à selagem de 1\$0 por folha quando os responsáveis não forem expressamente indicados no inciso 33, do artigo 36, do Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, que aprovou o regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto do selo.

2 — O artigo n. 21 da lei citada determina que as contas em virtude de contrato com as repartições públicas, nos quais não seja declarado o valor total por ocasião de sua assinatura e, consequentemente, não tenha sido pago o selo proporcional devido, este será cobrado em cada conta, por ocasião do respectivo pagamento.

3 — Nas contas apresentadas às repartições públicas e não provenientes de contrato, será selada somente a 1.ª via, na forma do número 26 da tabela B, sendo essas contas, certamente, destinadas às comprovações. Na forma geral, será levado em conta para o cálculo do selo, o valor do que tiver sido pago nos recibos, se este já fora passado, completando-se a diferença.

Nas contas de compras efetuadas por almoxarife, intendentes e porteiros de repartições públicas, em virtude de adiantamentos destinados a despesas miúdas, há a isenção prevista no n. 33 do artigo 36, só sendo devido o selo nos recibos neles passados, uma vez que a organização do processo independe de interesse do vendedor.

Assim, a consulta do Tribunal de Contas abrange as duas primeiras hipóteses, ficando sujeito ao selo proporcional, conforme sempre se tem decidido, as contas em virtude de contratos que não tenham pago no ato de sua lavratura, a importância devida, e ao selo referido, de 1\$0, como apresentação de documento, aquelas já alienadas com o selo maior e as que forem extraídas e apresentadas, independente de contratos, só estando sujeitos ao selo as primeiras vias.

4 — Os selos de recibo são sempre devidos, salvo se os mesmos forem passados, nos contratos que já tenham pago o selo proporcional.

Assim entendo.

A consideração do Sr. diretor.

Aproveito o ensejo para renovar a V. S. os protestos de minha estima e consideração.

Diretoria das Rendas Aduaneiras

EXPEDIENTE DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dia 9 de dezembro de 1940

Processos despachados:

N. 78.593-40 (Tesouro) — No qual é interessada a firma Grandes Indústrias Minetti, Gamba, Ltd., de São Paulo, solicitando favores aduaneiros. — Deferido.
Ordem n. 736, à Alfândega de Santos.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

N. 23.937-36 (Tesouro) — Em que é interessado Clímério de Oliveira Sousa, foi proferido o seguinte despacho:

"Indeferido, de acordo com o parecer."

O parecer referido foi prestado pelo Dr. procurador geral da Fazenda e está acorde com o abaixo transcrito, emitido pelo Dr. Ernesto Jorge Dutra da Fonseca, adjunto de procurador, interino:

"I. Clímério de Oliveira & Sousa, por seu procurador Edison Augusto Coelho, requer o pagamento da quantia de 38:555\$0, que diz ter dispendido para levantamento de materiais do fundo do mar.

II. A razão do pedido é a seguinte: em 3 de março de 1926, foi concedida ao requerente, pelo então capitão do porto da Baía, Cunha Menezes, licença por 60 dias (fls. 103), para rocegar com escafandristas o trecho entre o Forte de S. Marcelo e o Banco da Panela, cidade do Salvador, Baía, devendo o interessado depositar naquela capitania os objetos porventura encontrados. Essa licença foi cassada 15 dias após (fls. 106).

III. De posse dessa licença, o requerente iniciou os trabalhos tendo conseguido levantar do fundo do mar várias mercadorias, inclusive barras de estanho que, à revelia da Capitania (fls. 96), vendeu (fls. 102) a Eugênio Munhoz pela soma de 43:000\$0.

IV. Essa mercadoria, enviada para esta capital, por denúncia de um funcionário da Alfândega da Baía, foi apreendida em 15 de maio de 1926 a bordo do vapor *Vitória* pela Alfândega desta capital.

V. Iniciado o competente processo, foi o requerente juntamente com outros condenados à perda da mercadoria. Dessa decisão houve recurso, afinal provido pelo Sr. ministro da Fazenda, conforme se vê da ordem n. 912, de 23 de novembro de 1928 (fls. 3), tendo a mercadoria, em seguida, sido vendida em leilão, produzindo a soma de 80:000\$0.

VI. Em consequência dessa decisão, disputou o requerente, juntamente com Eugênio Munhoz, comprador da mercadoria, o levantamento da quantia de 30:111\$525, depositada na Alfândega desta capital, produto líquido do leilão.

VII. Dada a divergência existente, esse levantamento só foi possível por terem os interessados cedido os seus direitos a um terceiro Edison Augusto Coelho, que recebeu a citada importância em 31 de março de 1933.

VIII. Agora pretende o requerente receber 38:555\$0, que diz ter dispendido com o salvamento das ditas barras de estanho.

— Para prova, junta dois recibos: um de 5:350\$0 do aluguel de um saveiro denominado "Estou ciente", de 50 toneladas, e outro pequeno para condução do pessoal. Outro recibo de 35:205\$0, de pagamentos feitos a escafandristas, trabalhadores, carregadores, por trabalho efetuado no Banco das Panelas, em março e abril de 1926.

Nesse segundo recibo estão especificados os dias de trabalho que foram de cerca de 40 dias.

IX. A meu ver, não assiste ao requerente direito à quantia reclamada, por isso que a licença concedida o foi por 60 dias, a partir de 3 de março de 1926, licença essa, porém, cassada 15 dias depois, conforme certifica o próprio capitão do porto da Baía.

Assim a quantia dispendida foi por cerca de 40 dias de trabalho, quando 15 dias após o concessionário não podia mais prosseguir no trabalho de rocega, de vez que a licença lhe fora cassada. Não pode, pois, pleitear o pagamento de despesas efetuadas fora do período dada autorização que lhe foi outorgada.

X. A demais, a autorização dada pelo capitão do porto da Baía foi sem onus para a Fazenda Nacional, no que diz respeito às despesas efetuadas com o salvamento dos objetos rocegados.

Além disso, o concessionário por ele ficava obrigado a pagar à Fazenda Nacional a importância correspondente a 25 % sobre o valor da mercadoria (art. 364 do Regulamento das Capitânias).

Não o fez. Vendeu a mercadoria diretamente a um terceiro (Eugênio Munhoz & Comp.), pela soma de 43 contos de réis.

XI. Não pode, pois, invocar dispositivo da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas da República, para merecer o benefício que está dispensa ao achador da mercadoria pelas despesas efetuadas com o seu salvamento, porque:

a) o prêmio para o achador da mercadoria é somente devido, quando há fidelidade na entrega, fato que não se deu, de vez que o requerente, não só não entregou a mercadoria encontrada, pelo contrário, vendeu-a a terceiros pela soma de 43:000\$0;

b) mesmo que fosse devido o reembolso, a quantia pleiteada se refere pelo menos a 40 dias de rocega, quando o requerente, 15 dias após a concessão da licença, teve a mesma cassada."

(Ordem n. 716, à Alfândega do Rio de Janeiro).

N. 89.061-40 (Tesouro) — Em que o inspetor da Alfândega de Santos submete à deliberação superior o processo protocolado na Alfândega sob o n. 42:302-40, em que o Sr. interventor federal au-

toriza o secretário do Governo a assinar em seu nome, todos os pedidos de isenção ou redução de direitos aduaneiros de materiais importados para os serviços públicos estaduais dirigidos a essa repartição. — Responda-se de acordo com o parecer.

O parecer referido foi prestado por esta diretoria nos seguintes termos:

"A resolução do Sr. interventor federal em São Paulo, autorizando o secretário do Governo a assinar, em seu nome, todos os pedidos de isenção ou redução de direitos, direcionados à Alfândega de Santos, contraria dispositivo legal.

O Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, dispõe no artigo 19:

"As isenções ou reduções de direitos dos materiais importados pelos governos estaduais municipais e do Distrito Federal, serão concedidas à vista da requisição dos respectivos chefes do Poder Executivo."

Em face dos dizeres do art. 19, transcrito, não deve prevalecer a resolução do Sr. interventor federal em São Paulo.

Acresce que sobre o assunto existe decisão do Exmo. Sr. Presidente da República, conforme consta do *Diário Oficial* de 27 de agosto de 1938, contrariando idêntico ato do Sr. interventor federal no Rio Grande do Sul."

Ordem n. 739, à Alfândega de Santos.

N. 91.672-39 (Tesouro). No qual o interventor federal solicita seja autorizado o Posto Bromatológico da Santos a proceder a colheita de amostras dos produtos alimentícios e bebidas importadas, nos armazéns das Docas desse porto. — Atenda-se com a devida fiscalização aduaneira, na forma da autorização anteriormente dada para os vinhos.

Ofício n. 103, ao Sr. interventor federal e ordem 737 à Alfândega de Santos.

N. 64.956-40 (Tesouro). — No qual a Companhia Addressograph Multigraph do Brasil S. A. faz a proposta da máquina "Multigraph", modelo 40. — À vista da informação prestada pela Divisão do Material, restitua-se o processo à Diretoria das Rendas Aduaneiras, para os fins convenientes.

Ns. 91.306-40, 92.892-40 e 93.524-40 (Tesouro). — No qual é interessada a Companhia Brasileira de Cimento Portland, pedindo restituição de direitos. — Indeferido.

Remessa de processos:

Gabinete do Sr. Ministro:

N. 94.453-40 — Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco.

Diretoria Geral da Fazenda:

N. 59.939 — Vieira da Cunha & Comp.

N. 97.003-40 — Telegrama n. 498, deste ano, da Alfândega de Uruguaiana.

S/n. — Telegrama n. 421, de 29 de novembro último, da Alfândega de Manaus, pedindo autorização para concorrência e aquisição de lancha para o Posto Fiscal de Xiborena.

Diretoria da Despesa:

N. 68.168-37 — Química Bayer Limitada.

N. 84.914-40 — Thomaz Grossi.

N. 82.517-40 — João Sartorello.

N. 84.908-40 — João Sartorello.

N. 97.067-40 — Aços Rochling Burerus do Brasil Ltda.

N. 97.069-40 — Pereira Araujo & Comp.

N. 97.073-40 — Royal Mail Agencies (Brasil) Ltd.

N. 84.918-40 — Fernando Hackradt & Comp.

N. 84.916-40 — Companhia Brasileira de Linhas para Coser.

N. 84.912-40 — S. A. Fábricas "Orion".

N. 97.077-40 — Pinto, Bastos & Comp.

Diretoria da Despesa:

N. 97.065-40 — Fábrica Nacional de Tambores Leda.

N. 85.595-40 — Companhia Telefônica Brasileira.

N. 85.597-40 — Companhia Telefônica Brasileira.

N. 85.532-40 — S. A. Fábricas "Orion".

N. 85.607-40 — Drogasil Limitada.

N. 97.075-40 — Pereira Carvalho & Comp.

N. 85.599-40 — Companhia Melhoramentos de São Paulo.

N. 85.601-40 — Alberto Bonfiglioli & Comp.

N. 97.071-40 — Pereira Almeida & Comp. Ltda.

N. 76.713-40 — S. A. Fábricas "Orion".

N. 84.922-40 — Henry Rogers Sons & Co. of Brasil Ltd.

N. 82.529-40 — Rieckmann & Comp.

Dia 10 de dezembro de 1940

Processos despachados:

N. 74.966-40 (Tesouro). — No qual é interessada Wallig & Companhia Ltd. industriais estabelecidos em Porto Alegre, pedindo seja autorizada a Alfândega de Santos a desembarcar tubos de ferro pela taxa de seiscientos e trinta réis (\$630), por quilo, do art. 859 da Tarifa, de acordo com a decisão superior, de 18 de maio de 1938, proferida em processo idêntico. — Deferido.

Ordem n. 721, de 5 de dezembro de 1940 à Alfândega de Santos.

N. 81.092-40 (Tesouro). — No qual é interessada a firma Minas Leão Júnior Ltd., solicitando favores aduaneiros. — Deferido.

Ordem n. 44, de 10 de dezembro de 1940, à Alfândega de Paranaguá.

N. 86.742-40 (Tesouro). — Alfredo Cordeiro de Oliveira despachante aduaneiro, reclamando contra o art. 41 do Decreto n. 22.104, de 17 de novembro de 1932. — Arquive-se.

N. 10.721-40 (Tesouro). — No qual é interessada a Associação Riograndense de Imprensa. — Arquive-se.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

N. 75.936-39 (Tesouro). — No qual é interessado Carlos Weil, pedindo relevação da proibição de entrada na Alfândega de Santos. — Já tendo produzido seus efeitos a penalidade imposta, defiro o pedido.

Ordem n. 741 de 10 de dezembro de 1940, à Alfândega de Santos.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Portaria n. 115, de 10 de dezembro de 1940 — O diretor das Rendas Aduaneiras, usando da faculdade que lhe é conferida pela letra B, do art. 1.º, do Decreto n. 4.993, de 9 de dezembro de 1939, e tendo em vista o Decreto n. 6.541, de 23 de novembro findo, resolve arbitrar aos funcionários desta Diretoria, em comissão de inspeção junto a repartições aduaneiras do país, oficiais administrativos Raimundo Garboggini e Armando Ferreira Baltar, a diária máxima consignada na tabela anexa ao citado Decreto n. 6.541, determinando, outrossim, que as folhas de pagamento referentes a novembro findo e dezembro expirante sejam organizadas de acordo com a presente norma. Cumpra-se e comunique-se.

Portaria n. 116 de 10 de dezembro de 1940 — O diretor das Rendas Aduaneiras, atendendo à que o oficial administrativo da classe 16, do Quadro Suplementar deste Ministério Raimundo Garboggini, com exercício nesta Diretoria, terminou a incumbência que lhe foi cometida pela portaria n. 97, de 20 de agosto passado, resolve dispensá-lo da comissão de inspeção à Alfândega do Salvador, no Estado da Bahia. Cumpra-se e cientifique-se.

N. 83.938-40 (Tesouro). — A Companhia Goodyear do Brasil, pedindo providências desta Diretoria no sentido de ser dada uma classificação exata para a mercadoria que deseja importar dos Estados Unidos, cuja amostra anexou ao processo. — Notifique-se à Companhia Goodyear do Brasil de que a classificação dada para a amostra da mercadoria que acompanhou o processo n. 83.938-40, enquadrando-a como — obra não classificadas e não especificadas de fio de ferro, galvanizadas, do art. 843, para pagamento da taxa mínima de 10\$4 por quilo, da Tarifa vigente.

Essa decisão unânime de 11 de novembro último, baseada em acordãos do Conselho Superior de Tarifa, foi proferida pela Comissão de Tarifa da Alfândega de Santos, por onde deve ser feita a importação.

Para ser alterada a decisão, necessária se faz a interposição de recurso que, apreciado devidamente, seja provido pelo Conselho Superior de Tarifa. Publique-se.

Remessa de processos:

Ao Gabinete do Sr. ministro:

N. 99.018-40 — Aviso C-712-533.3(22), de 27 de novembro último, do Ministério das Relações Exteriores, sobre isenção de direitos para óleo combustível.

N. 97.059-40 — Companhia Firestone do Brasil.

A Diretoria Geral da Fazenda:

N. 94.458-40 — Telegrama n. 412, de 14 de novembro último, da Alfândega de Corumbá.

Em ofício n. 439, de 20 de novembro último, o Sr. diretor das Rendas Aduaneiras submeteu à aprovação do Exmo. Sr. ministro da Fazenda as medidas sobre inspeção às Alfândegas e demais estações aduaneiras, tendo sido proferido em data de 30 de novembro próximo findo, o seguinte despacho: Aprovo.

As instruções referidas são assim redigidas:

Instruções sobre o serviço de inspeção às Alfândegas e demais estações aduaneiras.

Considerando que a organização desta Diretoria, pelo Decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, lhe empresta o caráter de uma escola superior de aprendizagem, conceito, aliás, emitido na exposição de motivos que precedeu àquele diploma;

Considerando que, por esse motivo, os funcionários designados para proceder à inspeção nas estações aduaneiras devem estar apercebidos dos conhecimentos técnicos que o bom desempenho dos múltiplos serviços aduaneiros exige;

Considerando mais que, pela Diretoria, transitam, anualmente, milhares de processos onde estão focalizados assuntos aduaneiros, os mais variados, cuja solução requer prática dos serviços, o manuseio constante de leis e decretos, conhecimento da doutrina em vigor consubstanciada em circulares, decisões e acordãos;

Considerando ainda que a esta Diretoria cabe, periodicamente, inspecionar as estações aduaneiras (art. 97, letra Q, do Decreto número 24.036, de 1934), sendo de sua própria iniciativa as inspeções de caráter reservado (art. 20, do Decreto-lei n. 607, de 10 de agosto de 1938);

Considerando, finalmente, que, pelo ante-projeto do Código Aduaneiro, em elaboração, a Diretoria já fixou em 35 o número de funcionários do seu corpo instrutivo e estabeleceu normas para os seus serviços;

Resolve, em caráter provisório, até que seja promulgado o Código Aduaneiro, expedir as seguintes instruções sobre os serviços de inspeção às Alfândegas e demais estações aduaneiras e revisão de despachos ordenada pela Diretoria:

I — As comissões de inspeção ou revisão de despachos, serão, sempre, chefiadas por oficial administrativo e dela só podem participar funcionários que já tenham dois ou mais anos de exercício na Diretoria e hajam revelado perfeita aptidão para os trabalhos e completo conhecimento dos serviços;

II — Se o funcionário houver servido anteriormente na Diretoria e a ela regressar, só depois de um ano de exercício poderá ser designado para comissão de inspeção ou de revisão de despachos;

III — As instruções, de caráter reservado, já elaboradas, serão transmitidas em portaria reservada, ao chefe da comissão que do teor das mesmas dará conhecimento aos outros membros da comissão;

IV — Da Diretoria, cujo corpo instrutivo não pode exceder de 35 funcionários, excetuados o diretor, o secretário e os chefes das sub-diretorias, não poderão ser afastados para os serviços de inspeção ou de revisão de despachos mais de dez funcionários;

V — Os serviços de inspeção ou de revisão de despachos ou o conjunto desse trabalho, serão executados com rigor e perfeição, sendo obrigatória a apresentação de relatório mensal;

VI — Desse documento deverão constar as providências pedidas, as medidas propostas aos chefes das repartições, os trabalhos executados, acompanhados de quadros demonstrativos da receita proveniente das medidas adotadas;

VII — As inspeções visarão a padronização dos serviços aduaneiros, de modo a que todas as repartições possuam livros idênticos, executem os trabalhos sob a mesma orientação e pratiquem a fiscalização pela forma mais eficiente;

VIII — Os serviços externos serão examinados minuciosamente e as providências deverão ser adotadas de acordo com os locais de fiscalização, tendo em vista as necessidades dos serviços, o número de funcionários e os interesses da Fazenda;

IX — Os funcionários procurarão agir na melhor harmonia com os chefes das repartições, não criando dificuldades à marcha do expediente e deliberando, sempre, de acordo com os mesmos, de modo a que a administração se sinta fortalecida com os serviços da inspeção que se realizar;

X — Nos casos não previstos, cabe aos funcionários dirigirem-se a esta Diretoria, fazendo a consulta respectiva e solicitando instruções que os habilitem a agir.

Em 20 de novembro de 1940. — Odilon Conrado, diretor.

Expediente de 6 de dezembro de 1940

EXPEDIENTE DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Processos despachados:

N. 99.024-40 (Tesouro) — De interesse de F. Walter Hine, proprietário da Fazenda Rio Grande, em Jacarépaguá, nesta capital. — Deferido.

N. 92.525-40 (Tesouro) — No qual é interessado o jornal "A Tribuna." — Deferido.

Expediente do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda

N. 68.034-40 — Tesouro — Nos quais P. Backup & Cia., recorrem do ato do Conselho Superior de Tarifa que julgou perempto os recursos apresentados pelos requerentes.

Relevo, por equidade, a perempção arguida, afim de que o Conselho Superior de Tarifa conheça do mérito da questão, decidindo a respeito.

N. 67.984-40 — Tesouro. — Idem.
N. 68.021-40 — Tesouro. — Idem.
N. 68.002-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.992-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.998-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.980-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.982-40 — Tesouro. — Idem.
N. 68.004-40 — Tesouro. — Idem.
N. 68.000-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.990-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.996-40 — Tesouro. — Idem.
N. 67.994-40 — Tesouro. — Idem.

Expediente do Sr. Chefe do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda

N. 91.808-40 (Tesouro) — Metalização de Papéis Ltda., fabricantes de papel para dourar ou pratear, em folhas ou bobinas, marca "Tres Coróas", destinado a marcar tecidos de toda espécie e semelhantes, requerendo seja declarado às Alfândegas que o "papel para dourar ou pratear" tem classificação própria na tarifa, nos artigos 667 e 774, com a taxa mínima de 41%, em ambos, bem como seja dada uma redação melhor na Tarifa ora em estudo nesta Diretoria para sua reimpressão.

Tendo sido atendida a requerente quanto à pretendida uniformidade da classificação tarifária das folhas de cobre para dourar ou pratear, como esclarece a Diretoria das Rendas Aduaneiras, arquivase-se.

Os esclarecimentos prestados no despacho do Sr. Diretor são os seguintes:

"De acordo. A comissão incumbida da reimpressão da Tarifa já providenciou quanto à taxação do papel recoberto por folha ou pó (alumínio, cobre, prata e ouro) destinado à marcação de tecidos. A taxa é de 41%. Assim, nessa parte, está satisfeito o desejo da interessada.

Encaminhe-se ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda

Expediente do Sr. Diretor

Circular n. 35, de 6 de dezembro de 1940: Declaro aos Srs. Inspectores das alfândegas e chefes das demais estações aduaneiras do país, para seu conhecimento e devidos efeitos, que, conforme comunicação feita em Aviso n. NC-652-391, de 24 de outubro último, fichado no Tesouro, sob n. 88.559-40, pelo Ministério das Relações Exteriores foi expedida às missões diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e às repartições consulares a circular n. 1.481, de 18 do mês citado, assim redigida:

"A pedido do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores recomenda às missões diplomáticas encarregadas do Serviço Consular e às repartições consulares que advertam aos passageiros para o Brasil que pretendem trazer com suas bagagens volumes contendo mercadorias de comércio, ser irregular esse procedimento, ficando, consequentemente, no desembarque aduaneiro de tais volumes, sujeitos às penalidades regulamentares.

A advertência acima deverá ser fixada em todas as chancelarias, e lugar visível ao público e em idioma do país em que estiver a missão diplomática ou a repartição consular".

Remessa de processos:

Ao Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda:

N. 95.663-40 — Departamento Federal de Compras.
N. 39.194-40 — Companhia Brasileira de Cimento Portland, Sociedade Anônima.
N. 81.759-40 — Recurso de The Texas Company (South America) Ltd.
N. 87.846-40 — Aviso n. C-639-540.51(36), de 18 de outubro último, do Ministério das Relações Exteriores.
Ao Diretor Geral da Fazenda:
N. 97.329-40 — Ofício n. 29, de 7 de outubro último, da Alfândega de Uruguaiana, sobre penalidade imposta ao guardamor da mesma repartição.

Ao Sr. Diretor da Despesa Pública:

N. 97.329-40 — Companhia Brasileira de Energia Elétrica.

Dia 9 de dezembro de 1940

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Sr. delegado fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo.

N. 466 — Comunicando que o Sr. diretor geral, tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 86.955, de 1940, em que essa Delegacia Fiscal submete à apreciação desta Diretoria o seu ato segundo o qual foi feita nova divisão fiscal para o município de Santo André, nesse Estado, resolveu, por despacho de 19 de novembro último, aprovar o ato em questão ao qual se reporta o ofício n. 1.664, dessa mesma Delegacia, cujo teor é o seguinte:

"O sempre crescente desenvolvimento do município de Santo André, que abriga o maior parque industrial deste Estado, depois do da sua Capital, traduzido pelos imperiosos motivos que determinaram a recente criação de sua terceira coletoria, tornaram imprescindível a modificação da orientação e distribuição dos agentes fiscais do imposto de consumo, para uma rigorosa e perfeita fiscalização.

Assim, por atos de hoje, esta Delegacia Fiscal resolveu dividir o município de Santo André em três circunscrições, servidas, cada uma, por dois agentes fiscais, da seguinte forma: uma circunscrição (2ª), com sede na 1ª coletoria federal de Santo André, que está localizada na cidade do mesmo nome, e compreendendo a sua jurisdição, servindo na sua primeira seção o agente fiscal Carivaldo Pinheiro e na segunda seção o agente fiscal Erasmo Verissimo de Castro; outra circunscrição (3ª), com sede na segunda coletoria federal de Santo André, localizada na vila de São Caetano e compreendendo a sua jurisdição, servindo na primeira seção o agente fiscal José Antônio de Almeida Pernambuco e na segunda seção o agente fiscal Celso Epaminondas de Almeida; e, finalmente, outra circunscrição (5ª), com sede na terceira coletoria federal de Santo André, com sede na cidade de São Bernardo e compreendendo a sua jurisdição a da coletoria federal em Garulhos, servindo na sua primeira seção o agente fiscal José Bueno Brandão dos Santos e na segunda seção o agente fiscal Eudócio Rosa de Viterbo Fraga.

Estes seus atos, que ora submete à apreciação dessa Diretoria, representam reais providências tomadas no interesse dos serviços fiscais.

O despacho da Diretoria Geral foi exarado nos seguintes termos:

"Aprovado, à vista do parecer emitido pelo Sr. diretor das Rendas Internas".

O pronunciamento desta Diretoria, a que se reporta aquele despacho, está assim concebido:

"De acordo com a letra *h* do art. 94, do Decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934, submeto à consideração do Exmo. Sr. diretor geral da Fazenda Nacional, opinando pela aprovação do ato do Sr. delegado fiscal em S. Paulo". — O diretor, *Abelardo Alvares de Araujo*.

Sr. Inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro:

N. 62 — Comunicando que o Sr. ministro da Fazenda, tendo presente o processo fichado no Tesouro Nacional sob n. 76.525, de 1940, em que a firma Coates, Scotto & Comp., estabelecida nesta Capital, à Avenida Rio Branco n. 111, 2º andar, na qualidade de representante legal da Universal Postal Frankers, Ltda., solicita permissão para importar dez máquinas "Multi-Valor", para selagem do imposto do selo adesivo e da taxa de educação e saúde, proferiu, em data de 16 de novembro último, o seguinte despacho:

"Deferido, de acordo com os pareceres."

O teor do parecer da Diretoria Geral e desta Diretoria, a que se refere o despacho supra, é, respectivamente, o seguinte:

"É de se deferir o pedido, mediante as cautelas apontadas no pareceres da Diretoria das Rendas Internas."

A consideração do Sr. ministro."

"De pleno acordo."

A consideração superior."

Está assim concebido o pronunciamento, com o qual concordou esta Diretoria:

"1. Na petição de fls., solicitam Coates, Scotto & Comp. Ltda., na qualidade de representantes legais da "Universal Postal Frankers, Ltda.", de Londres, e importadores autorizados das máquinas "Multi-Valor", para selagem do imposto do selo adesivo e da taxa de educação e saúde, a necessária autorização para importar dez (10) dessas máquinas, do tipo n. 1, que imprimem \$100 até 999\$9, de ns. 150 a 159 de fábrica, matrículas ns. 50 a 59."

"2. Desde que a aludida importação se faça nos termos da circular n. 24, de 20 de dezembro de 1937, sou pelo deferimento do pedido, dando-se conhecimento do respectivo despacho à Alfândega do Rio de Janeiro que, no desembaraço das ditas máquinas, deverá tomar as cautelas recomendadas nos arts. 8.º, 9.º e 11 da circular acima referida."

"3. Quanto à autorização para modificar o modelo da estampa das máquinas a serem importadas, isto é, para os algarismos de valores, que são impressos, nas máquinas atualmente usadas, na parte inferior, passaram a ser na parte superior da estampa, diante as ponderações de ordem técnica apresentadas pelos requerentes, acho que nenhum inconveniente haverá para a Administração em permitir a modificação solicitada, uma vez que a mesma em nada altera o sistema e a legislação em vigor sobre a selagem mecânica". — *Abelardo Alvares de Araujo*, diretor.

Senhor presidente em exercício do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários:

N. 634 — Em solução à indagação contida no ofício desse Instituto, n. 6/880, de 13 de novembro último, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 95.658, de 1940, comunico que a Companhia Imobiliária Itajubá Carioca, com sede nesta Capital, muito embora haja requerido cancelamento de sua carta-patente, tem se desinteressado de tal pedido, que pende de satisfação de exigências regulamentares, o que, por si só, implica na vigência da autorização e sujeição da referida companhia a todas as formalidades da legislação bancária em vigor. — *Abelardo Alvares de Araujo*, diretor.

Senhor diretor do Serviço de Contabilidade do Ministério de Educação e Saúde:

N. 635 — Comunicando que, tendo presente a consulta dessa Repartição, sobre interpretação da lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936, e a que se refere o seu ofício 3.757, de 31 de outubro findo, protocolado no Tesouro Nacional sob n. 90.544, de 1940, resolvei, solucionar dita consulta de acordo com o seguinte parecer emitido pelo parecer fiscal junto a esta Diretoria, Oscar Barbosa Lage Moritzsohn:

"Consulta o Serviço de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde, citando a lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936, si "a taxa de \$100 por 100\$0 ou fração de 100\$0 sob todos os pagamentos feitos pela União, a qualquer título e qualquer que seja a repartição ou estabelecimento que os efetuar", também incide sobre os pagamentos realizados à Casa da Moeda, em consequência de materiais aí adquiridos pelos responsáveis de adiantamentos."

Estabelece a lei referida o pagamento acima citado sobre todas as importâncias por qualquer título recebidas dos cofres públicos, tendo sido, ultimamente, em virtude da lei expressa, dispensado quanto aos vencimentos dos funcionários públicos, continuando, porém, a incidir sobre a parte material. Versando a consulta sobre pagamentos efetuados às repartições públicas, o que se afasta do espírito e do exposto na lei, é claro que não existe obrigação de pagamento de impostos porque a documentação probatória da compra representará, forçosamente, o conhecimento de receita da repartição vendedora de caráter industrial, como é na espécie, a Casa da Moeda."

É o que me parece."

A consideração do Sr. diretor". — *Abelardo Alvares de Araujo*, diretor.

Senhor diretor do Departamento Nacional do Trabalho:

N. 637 — Restituindo a esse Departamento o incluso processo, que se relaciona com a consulta sobre imposto do selo, formulada no seu ofício D. N. T. 17.413/39/451, de 30 de setembro último protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 85.745, de 1940, cabe-se informá-lo de que as defesas e recursos impetrados pela Administração de Porto do Rio de Janeiro estão isentos daquele imposto, visto ter sido a mesma encampada pelo Governo Federal e já vir gozando, anteriormente, desse benefício, em face do art. 7.º, letra c do Decreto-lei n. 684, de 13 de setembro de 1933. — *Abelardo Alvares de Araujo*, diretor.

Conselho Superior de Tarifa

PRIMEIRA CAMARA

ATA DA SESSÃO NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 1940

Aos 6 dias do mês de dezembro de 1940, sexta-feira, às 13 ¼ horas, reuniram-se os Srs. Xisto Vieira Filho, presidente; Hugo Linhares da Veiga, Antenor Ribeiro de Menezes e Júlio Pedroso de Lima Júnior, membros da Câmara, o bacharel Domingues de Oliveira, representante da Fazenda Pública e o Sr. Leonardo Guimarães, secretário.

Aberta a sessão foi lida a ata da sessão ordinária anterior realizada no dia 4 do corrente, a qual foi aprovada.

A seguir, procedeu-se a distribuição dos processos enumerados pelos seguintes relatores:

Ao Sr. Xisto Vieira Filho — Ns. 7.075-A, 7.079-A e 7.083-A.
Ao Sr. Hugo Linhares da Veiga — Ns. 6.407-A, 6.451-A e 7.696-A.

Ao Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior — Ns. 5.946-A, 7.854-A e 7.858-A.

Ao Sr. Antenor Ribeiro de Menezes — Ns. 7.685-A, 7.799-A e 7.832-A.

Procedeu-se após a entrega para a vista do representante de Fazenda do acordo n. 10.327.

Passando-se à ordem do dia foram julgados os seguintes recursos:

N. 246-A-1.316 — Leão Comp. — Classificação de mercadoria — Alfândega de Recife — Relator, o Sr. Hugo Linhares da Veiga. — Tomou-se conhecimento do recurso, para o fim de lhe dar provimento em parte, mantendo-se, porém, a decisão recorrida quanto às amostras ns. 1 e 3, contra o voto do Sr. Ribeiro de Menezes que dava provimento *in totum*. (Ac. 10.526).

N. 1.131-A-102 — Veek, Timmers & Comp. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Porto Alegre — Relator, o Sr. Xisto Vieira Filho. — Negou-se provimento ao recurso, deliberando-se ainda o encaminhamento do processo ao 2.º Conselho de Contribuintes para fim de ser apreciado a questão de imposto de consumo, unanimemente. (Ac. 10.527).

N. 3.167-A-1.329 — Companhia Swift do Brasil S. A. — Pagamento de diferença de direitos — Alfândega do Rio Grande — Relator, o Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. (Ac. 10.528).

N. 7.085-A-1.300 — General Electric S. A. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Hugo Linhares da Veiga. — Negou-se provimento ao recurso, contra os votos dos senhores Júlio Lima que dava provimento ao recurso, o do Sr. Antenor Ribeiro de Menezes que tomava conhecimento para classificar como parte integrante de máquina. (Ac. 10.529).

N. 7.234-A-1.357 — Refinações de Milho Brasil S. A. — Classificação de mercadoria — Relator, o Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior. — Deu-se provimento ao recurso, contra o voto do Sr. Presidente. (Ac. 10.530).

N. 7.564-A-1.391 — Hofstetter, Eça & Comp. — Alfândega de Santos — Classificação de mercadoria — Relator, o Sr. Antenor Ribeiro de Menezes. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. (Ac. 10.531).

N. 7.649-A-R-1.398 — Fred Figner — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Xisto Vieira Filho. — Indeferiu-se o pedido de reconsideração, pelo voto de qualidade do Presidente e contra os dos Srs. Júlio Lima e Ribeiro de Menezes. (Ac. 10.532).

N. 7.705-A-1.421 — Casa Sousa Batista Ltda. — Classificação de mercadoria — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior. — Negou-se provimento ao recurso, unanimemente. (Ac. 10.533).

Adiado n. 7.074-A-1.289.

Secretaria de 1.ª Câmara do Conselho Superior de Tarifa, em 6 de dezembro de 1940. — *Leonardo Guimarães*, secretário.

PAUTA PARA A SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 1940, ÀS 13 1/2 HORAS, QUARTA-FEIRA, NA 1.ª CÂMARA DO CONSELHO SUPERIOR DE TARIFA.

N. 3.233-A-230 — The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company Limited. — Classificação de mercadoria. — Alfândega do Rio. — Relator, Sr. Xisto Vieira Filho.

N. 4.707-A-224 — C. Galvão & Cia. — Revisão de despacho. — Alfândega do Rio Grande do Norte. — Relator, Sr. Júlio Pedroso de Lima Jor.

N. 6.856-A-1.196 — Júlio Correia. — Classificação de mercaderia. — Alfândega da Baía. — Relator, Sr. Hugo Linhares da Veiga.

N. 7.222-A-1.353 — Max Ekstein. — Classificação de mercaderia. — Alfândega de Santos. — Relator, Sr. Júlio Pedroso de Lima Jor.

N. 7.357-A-1.369 — Byington & Cia. — Classificação de mercaderia. — Alfândega de Santos. — Relator, Sr. Júlio Pedroso de Lima Jor.

N. 7.687-A-R-1.410 — Abílio A. Fernandes. — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio. — Relator, Sr. Xisto Vieira Filho. (Pedido de Recons. do Ac. 9.005).

N. 7.689-A-R-1.412 — Fred Figner. — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio. — Relator, Sr. Xisto Vieira Filho. (Pedido de recons. do Acórdão n. 9.149).

tos. — Relator, Sr. Júlio Pedroso de Lima Jor. (Pedido de Recons. Power Co. Ltd. — Classificação de mercaderia. — Alfândega de Santos.

N. 7.785-A-R-1.445 — The São Paulo Tramway Light and Co. — Relator, Sr. Xisto Vieira Filho. (Pedido de Recons. do Ac. 8.783).

Secretaria da 1ª. Câmara do Conselho Superior de Tarifa, em 11-12-1940. — *Leonardo Guimarães*, Secretário.

Pauta para a sessão ordinária a ser realizada no dia 20 de dezembro de 1940, às 13 h 12 horas, sexta-feira na Primeira Câmara do Conselho Superior de Tarifa.

N. 5.594-A-716 — S. A. du Gaz de Rio de Janeiro — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Hugo Veiga.

N. 7.076-A-1.291 — Joaquim Teixeira da Silva Júnior — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Antenor Ribeiro de Menezes.

N. 7.080-A-1.295 — Joaquim Teixeira da Silva Júnior — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Antenor Ribeiro de Menezes.

N. 7.195-A-1.350 — Alphonse Worms — Classificação de mercaderia. — Alfândega de Santos — Relator, o Sr. Xisto Vieira Filho.

N. 7.551-A-1.387 — A. S. Barros & Filho — Classificação de mercaderia. — Alfândega de Porto Alegre — Relator, o Sr. Antenor Ribeiro de Menezes.

N. 7.566-A-1.393 — Pierri Sobrinho & Cia. — Classificação de mercaderia. — Alfândega de Santos — Relator, o Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior.

N. 7.698-A-1.417 — Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior.

N. 7.710-A-1.425 — Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. — Classificação de mercaderia. — Alfândega do Rio — Relator, o Sr. Júlio Pedroso de Lima Júnior.

Secretaria da Primeira Câmara do Conselho Superior de Tarifa, 11 de dezembro de 1940. — *Leonardo Guimarães*, secretário.

Diretoria do Domínio da União*

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 7 de outubro de 1940

Portaria:

N. 98-A — O diretor da Diretoria do Domínio da União, tendo em vista a necessidade do serviço, resolve, de acordo com o disposto no artigo 90 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, combinado com o artigo 2.º, alínea "k" do Decreto n. 3.777, de 2 de março de 1939, designar o intendente da classe K, do Q. S. deste Ministério, Sr. Luiz Flores Abbott, para substituir o chefe da Divisão de Cadastro e Registro, engenheiro da classe n. 26, do Q. S., deste Ministério, Sr. Bento Fleury da Rocha, que se encontra em gozo de férias regulamentares, a partir da presente data. — *Maria de Assis Barreira*, aux. de escritório VII. — Diretoria do Domínio da União. Serviço de Contabilidade. Em 7 de dezembro de 1940. — *Themistocles B. de Carvalho*, chefe.

Dia 6 de dezembro de 1940

Portarias:

N. 135 — O diretor da Diretoria do Domínio da União, usando da faculdade que lhe confere o disposto na alínea 1, artigo 2º, do Decreto n. 3.777, de 2 de março de 1939, e artigos 71, item II, e 72 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro do mesmo ano, combinado com as disposições do Decreto n. 6.223, de 4 de setembro do corrente ano, resolve remover, "ex officio", no interesse da administração, o engenheiro da classe K, do Q. P., deste Ministério, Sr. Gastão de Castro Cunha, do Serviço Regional em S. Paulo, para esta Diretoria. O funcionário de quem se trata irá substituir, nesta Diretoria, o engenheiro da classe II, do Q. P., deste Ministério, Sr. Valdemar Duarte de Barros, que foi nomeado para o Ministério da Viação e Obras Públicas. (Processo 98.974-40).

N. 136 — O diretor da Diretoria do Domínio da União, usando da faculdade que lhe confere o disposto na alínea 1, art. 2º do Decreto n. 3.777, de 2 de março de 1939 e artigos 71, item II, e 72

do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro do mesmo ano, combinado com as disposições do Decreto n. 6.223, de 4 de setembro do corrente ano, resolve remover, "ex officio", no interesse da administração, o engenheiro da classe J, do Q. P., deste Ministério, senhor Nilson de Carvalho Resende, do Serviço Regional no Espírito Santo para o Serviço Regional em S. Paulo. O funcionário de quem se trata irá substituir, no Serviço Regional em S. Paulo, o engenheiro da classe K, do Q. P., deste Ministério, Sr. Gastão de Castro Cunha, removido, nesta data, daquele Serviço para esta Diretoria. (Processo n. 98.974-40).

DIVISÃO DE CADASTRO E REGISTO

EXPEDIENTE DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Processo despachado:

N. 31.248-938. Requerimento em que Luiz de Chaves e Melo Filho e Elpidio de Chaves e Melo, pedem doação de terreno da fazenda do Brazão, situado nos municípios de Castelo, Campo Maior e Pedro II, Estado do Piauí — Aprovado — G. VARGAS.

— Parecer a que alude o despacho supra:

A deliberação superior. Luiz de Chaves e Melo Filho e Elpidio de Chaves e Melo pleiteiam a doação de um terreno situado no interior do Estado do Piauí — Trata-se de imóveis pertencentes a esse Estado, ao qual se devem dirigir, querendo, os interessados. — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1939. — A. de Souza Costa.

DIVISÃO DE ENGENHARIA E OBRAS

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 4 de dezembro de 1940

Processos:

N. 82.886-940. Requerimento em que Alfredo Lima de Moraes Coutinho, pede aforamento de terreno de marinha situado na praia de Inhauma s/n, nesta Capital. — Proposto o arquivamento do processo. — "Arquive-se" — A. C. Marchand, no impedimento do diretor.

N. 82.900-940. Requerimento em que Aureo da Veiga Almada, pede aforamento de terreno de marinha situado na praia de Inhauma, nesta capital. — Proposto o arquivamento do processo. — "Arquive-se" — A. C. Marchand, no impedimento do diretor.

Dia 4 de dezembro de 1940

N. 30.497-940. Requerimento em que Edmond Van Parys, pede arrendamento de terreno proprio nacional situado em Morro Agudo, no Estado do Rio de Janeiro. — Proposto indeferimento. — "Indeferido. Arquive-se". — A. C. Marchand, no impedimento do diretor.

Dia 5 de dezembro de 1940

N. 73.390-940. Requerimento em que Jaime Almeida Rabelo, pede aforamento de terrenos situados no morro Cara de Cão, nesta Capital. — Proposto o indeferimento. — "Indeferido. Arquive-se" — A. C. Marchand, no impedimento do diretor.

N. 51.823-938. Requerimento em que Simeão Coelho Borges, pede aforamento de terreno que ocupa na fazenda dos Coqueiros, nesta Capital — Proposto o arquivamento do processo. — "Arquive-se" — A. C. Marchand, no impedimento do diretor.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE DIVISÃO

Dia 5 de dezembro de 1940

Processo:

N. 94.098-940. Ofício n. 202, do Serviço Regional no Ceará, com que encaminha recurso de Joaquina Markan Ferreira Gomes, relativo à redução de taxa de ocupação de terreno de marinha. — Proposta a devolução do processo, para satisfação de exigências. — "De acordo. Encaminhe-se o processo para o fim indicado, ao Serviço Regional no Ceará" — *Adhemar B de Almeida Portugal*, servindo de chefe.

Recebedoria do Distrito Federal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 12 de dezembro de 1940

Requerimentos:

N. 3.997-30 — Albano Jorge da Lima. — Cobre-se o selo sobre o capital de 80:000\$, de acordo com a informação e parecer.

Precatórios:

N. 76.440-40 — Juiz da 16.ª Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor do Dr. Joaquim Mariano de Castro Araujo Junior. — Cumpra-se.

N. 76.441-40 — Juiz da 16.ª Criminal, entrega de 300\$0 a favor do Dr. Joaquim Mariano de Castro Araujo Junior. — Cumpra-se.

N. 69.862, 75.841-40 — Juiz da 16.^a Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Corina Marina Abbott. — Idem.

N. 75.812-40 — Juiz da 16.^a Vara Criminal, entrega de 415\$0 a favor de Corina Mariana Abbott. — Idem.

N. 75.516-40 — Juiz da 16.^a Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Ernani Correia. — Idem.

N. 75.806-40 — Juiz da 2.^a Vara Criminal, entrega de 500\$0 a favor de Dr. Pedro Serrado Filho. — Idem.

Ns. 75.814, 75.810-40 — Juiz da 16.^a Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Corina Mariana Abbott. — Idem.

N. 75.807-40 — Juiz da 2.^a Vara Criminal, entrega de 300\$0 a favor de Eduardo Fidalgo Araujo. — Idem.

N. 75.808-40 — Juiz da 2.^a Vara Criminal, entrega de 72\$3 a favor de Odiro Pla Fernandes de Carvalho. — Idem.

N. 75.809-40 — Juiz da 16.^a Vara Criminal, entrega de 400\$0 a favor de Graciano de Oliveira Dantas. — Idem.

Notificações:

N. 1.372-40 — Correia Pinto & Cia. Ltd., Andradas, 59. — A ação fiscal comprovada, com esta e confessada a infração, de acordo com a informação e o parecer da 3.^a subdiretoria mantendo o despacho recorrido, por seus fundamentos legais. Intime-se pois, para o recolhimento no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante o prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 4.028-40 — Willy Baumgarten, Visconde de Pirajá, 217. — Multa de 150\$0, mais a importância de 40\$0 relativa a emolumentos de registro. Prazo, 15 dias. Intime-se.

N. 4.036-40 — Oscar Taves & Cia., São Pedro, 92. — Multa de 1.000\$0, mais a importância de 1.000\$0 relativa a emolumentos de registro. Prazo, 15 dias. Intime-se.

N. 4.038-40 — Antônio Ribeiro Vaz & Filho, Bernardino de Campos, 130. — Multa de 770\$0, mais a importância de 770\$0 relativa a emolumentos de registro. Prazo, 15 dias. Intime-se.

EXPEDIENTE DO SR. ASSISTENTE

Dia 12 de dezembro de 1940

Requerimentos:

N. 73.522-40 — Adrovandro Xavier Batista. — Averbe-se, imponho a Adrovandro Xavier Batista, a multa de 125\$0, médio da lei.

N. 76.197-40 — Joaquim Vicente. — Idem.

N. 76.196-40 — Moacir de Matos Cordeiro. — Idem.

N. 76.195-40 — Benilde Tavares Menezes. — Idem.

N. 76.194-40 — Cassio Muniz & Cia. — Idem.

N. 76.193-40 — Joaquim Coelho de Sousa Filho. — Idem.

N. 76.192-40 — Augusto Moreira. — Idem.

N. 76.191-40 — Manuel dos Santos. — Idem.

N. 76.190-40 — Augusto Filpo. — Idem.

N. 76.189-40 — Henrique Gonçalves. — Idem.

N. 76.188-40 — Carlos Gonçalves. — Idem.

N. 76.183-40 — Panna & Cia. — Idem.

N. 76.187-40 — Armando Fernandes. — Idem.

N. 76.186-40 — Badolato Nicola. — Idem.

N. 76.185-40 — Julio Cordeiro. — Idem.

N. 76.183-40 — Valdemar Souza Mendes. — Idem.

N. 71.267-40 — Singer Swing Machine Co. — Proceda-se a inscrição nos termos do parecer. Imponho a Singer Swing Machine Co. a multa de 100\$0, mínimo da lei.

N. 71.265-40 — Nilo Pinheiro Barroso. — Idem.

N. 71.262-40 — M. Gomes Filho. — Idem.

N. 71.258-40 — Davi Szloma Fiks. — Proceda-se a inscrição nos termos do parecer. Imponho a Davi Szloma Fiks, a multa de 100\$0, mínimo da lei.

N. 71.256-40 — c/Carlos Sousa. — Idem.

N. 71.254-40 — Carmino Sciliano. — Idem.

N. 71.253-40 — Alvaro Corrêa dos Santos. — Idem.

N. 71.252-40 — Alcebiades de Sousa Ferreira. — Idem.

N. 71.268-40 — Severino Pereira da Silva. — Idem.

N. 44.214-40 — João Marques Tavares. — Transfira-se, nos termos da informação e do parecer da 2.^a subdiretoria, pelo que imponho a firma João Moisés & Tavares a multa de 50\$0, mínimo da lei. Feitas as devidas anotações vá o processo à 1.^a subdiretoria e 3.^a para que se dignem informar si existe dívida por parte da firma sucedida.

N. 29.980-40 — Emilio Staub & Cia. Ltd. — Transfira-se. Imponho a Emilio Staub & Cia. Ltd. a multa de 30 % de emolumentos de registro, ex-vi do art. 219, § 2.^o do Decreto-lei n. 739 de 24 de setembro de 1938.

N. 13.250-40 — Domingos Pereira de Macedo. — Transfira-se. Imponho a Domingos de Macedo a multa de 50\$0, mínimo da lei.

N. 4.132-40 — Alfredo Soares Magalhães. — Transfira-se nos termos propostos, pela 2.^a e 3.^a subdiretorias, pelo que imponho a Alfredo Soares de Magalhães as multas de 50\$0, e 30 % de emolumentos de registro ex-vi do art. 44 do Decreto n. 5.142 de 27-2-940 combinado com o art. 219 § 2.^o do Decreto-lei n. 739 de 24-9-1938.

Notificações:

N. 3.168-40 — c/João Manuel Claro, rua Julio do Carmo n. 54. — Mantenho o despacho. O requerente, no pedido de reconsideração de fls. 6, confessa a infração. Intime-se, pois, José Manuel Cla-

ro, para o recolhimento no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 3.331-40 — Maria de Souza Monteiro, rua Bela n. 83. — Estando comprovada a ação fiscal e confessada a infração de acordo com a informação e o parecer da 3.^a subdiretoria, mantenho o despacho condenatório de fls. 3 eis que subsistem integralmente os fundamentos da notificação de fls. 2. Intime-se, pois, Maria de Souza Antônio a recolher a multa imposta e os emolumentos, no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso no prazo de 20 dias, para o Conselho de Contribuintes, e mediante o prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 2.991-40 — V. Waisman, avenida Tomé de Souza n. 103. — Mantenho o despacho. O pedido de reconsideração, sendo falho de amparo legal não invalida os fundamentos da notificação, a qual, sobre comprovar a ação fiscal, constata por forma inequívoca, a infração. Intime-se, pois, para o recolhimento, no prazo de 30 dias, sob pena de executivo, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 2.972-40 — J. S. Gomes, avenida Salvador de Sá n. 114. — Comprovada, como se acha, a ação fiscal e confessada a infração, mantenho, de acordo com a informação e o parecer da 3.^a subdiretoria, o meu despacho de 6 de setembro último, tanto mais que não encontra amparo em lei a alegação de engano, confissão ou ignorância. Intime-se, pois, para o recolhimento no prazo de 30 dias, sob pena de executivo, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante as importâncias exigidas.

N. 2.510-40 — M. Carneiro & Neto, avenida Salvador de Sá n. 73. — Comprovada como está a ação fiscal e provada a infração, mantenho o despacho recorrido tanto mais que o pedido de reconsideração, não materializando prova em contrário aos fundamentos da notificação, carece de amparo legal. Intime-se, pois, a firma M. Carneiro & Neto para o recolhimento no prazo de 30 dias, sob pena de cobrança executiva, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 2.489-40 — c/Samuel Bachmayer, rua Riachuelo n. 162-A. — Comprovada a ação fiscal e confessada a infração de acordo com a informação e o parecer da 3.^a subdiretoria, mantenho o despacho recorrido, por falta de amparo legal o pedido de reconsideração. Intime-se, pois, Samuel Bachmayer para o recolhimento no prazo de 30 dias, sob pena de executivo, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante o prévio depósito das importâncias exigidas.

N. 2.819-40 — J. Augusto Boal, rua Lobo Junior n. 463. — Mantenho o despacho. As alegações do requerente, no seu pedido de reconsideração, comprovando a ação fiscal contribuem tacitamente para a fundamento legal da notificação. Intime-se, pois, para o recolhimento, no prazo de 30 dias sob pena de executivo, salvo recurso para o Conselho de Contribuintes, no prazo de 20 dias, e mediante prévio depósito das importâncias exigidas.

TERCEIRA SUBDIRETORIA

DESPACHOS DO SR. SUBDIRETOR

Processos:

N. 31.135-38 — Lipiani & Cia. — Satisfaca a exigência.

N. 33.499-39 — E.P. Baía & Cia., rua S. José n. 83, 2.^o andar, sala 208. — Junte a última patente paga em nome da firma antecessora.

N. 33.719-39 — Augusto de Azevedo, rua Afonso Cavalcanti, n. 168. — Pague o débito.

N. 40.713-39 — J. M. de Andrade, rua 24 de Maio n. 617. — Cumpra o disposto no artigo 20 do regulamento.

N. 42.182-39 — Antônio Ferreira de Moraes, rua General Belgardi n. 150. — Pague, antes o débito.

N. 44.287-39 — Herbert Kutt. — Junte a patente de registro de 1939.

N. 2.017-40 — Cristovão de Andrade Braga, rua Marquês de Valença n. 144. — Satisfaca a exigência.

N. 10.443-40 — Santos Azevedo & Cia. Ltda., praça Tiradentes ns. 79-81. — Satisfaca a exigência.

N. 14.529-40 — Maria José de Moraes e Silva. — Faça a prova exigida pelo artigo 51, §§ 2.^o e 3.^o do Decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

N. 15.843-40 — J. Gurgel Dantas, rua do Rosário n. 116, 2.^o andar. — Formule o pedido de registro em guias próprias.

N. 21.727-40 — Irmãos Jorge, rua Vinte e cinco de Março número 1.094, 1.^o andar. — Compareça a firma requerente ou seu procurador para receber as mercadorias em causa.

N. 22.505-40 — Otaviano de Freitas Braga, avenida Amaro Cavalcanti, n. 65. — Declare onde é estabelecido.

N. 23.892-40 — Jacques Levi, rua Gonçalves Dias n. 74, 2.^o andar. — Satisfaca a exigência.

N. 28.727-40 — Chermont, Pinto & Cia. Ltda., rua Teófilo Otoni n. 33. — Junte os documentos que retirou antes de findo o processo.

N. 30.737-40 — Universal Pictures do Brasil S.A., rua Senador Dantas, n. 39. — Satisfaca a exigência.

N. 36.425-40 — José Ferreira Guimarães, rua Ana n. 24. — Junte os documentos que retirou, antes de findo o processo.

As quatorze horas do dia dois de dezembro de mil novecentos e quarenta numa das salas do Serviço de Isenção e Redução de Direitos da Alfândega do Rio de Janeiro, compareceram os Srs. Drs. Rodolfo Ortenbald, Nelson Barcelos Maia, José Lins e João Batista da Costa Pinto para a reunião extraordinária convocada pelo Sr. presidente, em despacho exarado na petição fichada sob número mil quinhentos e noventa e quatro (1.594), deste ano, de interesse da firma Envolvucros invioláveis "Sealcone" S. A. O. Sr. Dr. Inácio Tavares Guil-

marões abriu a sessão. Procedida a verificação do número dos presentes, na forma do art. 17, inciso 1º, do Regimento Interno, verificou-se a hipótese prevista no art. 16, do mesmo Regimento, que prescreve: "A Comissão somente poderá funcionar com a maioria absoluta de seus membros". Nestas condições, o Sr. presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Djalma Eloy de Medeiros, secretário, lavrei a presente ata. — *Tavares Guimarães*, presidente. — *A. Forjaz de Araujo Coutinho*. — *Galdino Ramos*. — *Nelson Barcellos Maia*. — *Heroldo de Souza Mattos*. — *Rodolpho Ortenblad*, membros. — *Djalma Eloy de Medeiros*, secretário.

Departamento Federal de Compras

PORTARIA N. 34

Afim de atender ao acúmulo do serviço proveniente do encerramento do exercício financeiro, resolvo, de acordo com as letras a, b, e g do art. 1º do Decreto-lei n. 5.062, de 27 de dezembro de 1939, prorrogar o expediente dos serventuários constantes da relação anexa, por mais duas horas, durante 30 dias consecutivos do corrente mês, arbitrando para cada um, na forma do art. 122, letra b, do Decreto-lei n. 1.713, de 1939, a gratificação de 1/3 do respectivo salário por dia de prorrogação.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1940. — *Fernando Martins Pereira e Souza*, diretor geral.

Lista dos nomes dos funcionários a que se refere o ofício número 12.564 do Departamento Federal de Compras ao Sr. ministro da Fazenda.

Gabinete do diretor geral:

Zilah Chagas Nogueira.
Zé Loretto Karl.
Afrânio Veiga do Vale.

Gabinete do diretor da D. C.:

Tarcília Davies Cuiabano.
Mercedes Correia de Almeida.
Leopaulo Ribeiro Guimarães.
Ypurinan Lopes Duffrayer.

Gabinete do diretor da D. R. E.:

Gilberta Guerra dos Santos Werneck.
Zeny Melo Barreto.
Maria Nunes Rabelo.
José Lacerda do Nascimento.
Benício Pereira de Matos.

Gabinete do diretor da D. T.

Adda Rosália Cavalcanti de Camargo.

Divisão Comercial:

Odilon Dantas Barreto.
Ernani Brincmann Mergener.
Manuel Vicente Lisboa.
José de Sousa Lima.
Próspero Paoliello.
Tomaz Benjamim Cavalcanti de Albuquerque.
Samuel de Oliveira Filho.
Humberto de Brito Tomé.
José Francisco da Costa.
Judite Dias.
Maria Helena Nobre.
Hélia Nogueira.
Luiz Duarte Silva.
Felisbela Barbosa.
Alaide Pinheiro Torres.
Antonieta de Oliveira.
Manuel Teixeira Borges.

Secção de Encomendas:

Dulce Franco Vieira Lima.
Marina Brooking.
Dora Correia.
Letícia Werneck de Aguiar.
Iracema Pinto Paca.
Marina Ribeiro.
Abigail Davies Guapyassú.
Júlio Barbieri.
Osmar Vital Barbosa.
Manuel Luiz da Cunha Magalhães.

Secção de Ajustes e Contratos:

Ralph Antunes da Silva Carvalho.
Edmundo de Queiroz Jaques.
Zaira Seixas Amorim.
Itala de Queiroz Jaques.
Vanda Móra Lagôa Osório.
Ernesto Rohe Rego.
Beatriz de Castro Rego.
Guilherme Sully Miller.

Rubens Santos.
Oto de Alencar.
João Mendonça.

Secção de Controle:

Raimundo de Sousa Maia.
Onila da Costa Monteiro.
Aristides Pereira Leitão.
Eloá Sielisch.
Hercília Varla Mendes de Moraes.
Alaide da Fonseca.
Maria Zilma Carvalho de Sousa.
Hilda Meireles.
Maria Teresa de Freitas.
Haidéa Gualberto de Aquino Pinheiro Campos.
Carlos Cesar Matos.
Isaura Azevedo Vieira.
Naide de Mesquita Barros.
Tassilda Gonçalves Machado.
Luiza Alves da Silveira.
Antonieta Ferreira Godinho.
Branca Teresa Olivieri.
Marieta Berg Baylanc.
Bernardo Coqueiro.
Ademar Lamarão.
Amparo Iolanda Sabbatini.
Onacir Ferreira de Pinho.

Secção de Trânsito:

Darlí da Costa Alves.
Jorge Roberto Duarte Lisboa.
Alvaro de Aquino Queiroz.
Iveta Caires.
Ambrosina de Vasconcelos.
Francisco Pais Barreto da Silveira.
Maria de Lourdes Araujo.
Odilza Ramos Pessione.
Mário Vaz de Almeida e Albuquerque.
Aristides Ferreira.
Maria Ester Pamplona.
Anselmo Sampaio.

Secção de Estudos de Materiais:

Déa de Lima Castagnino.

Secção de Revisão do Material:

Valdemar Seabra.
Alberto Cândido Barbosa.
Renato Nabuco dos Santos.
Eneida Luiza do Rosário.
Alice Pais de Figueiredo Cunha.
Rute Santiago.
Manuel Dias de Oliveira.

Serviços auxiliares:

Oscar Vitorino Moreira.
Rute Bastian da Graça.
Lízia Barbosa Machado.
América Soares.
Elsa Ramos.
Sofia Camarate.
Ema de Rezende.
Carmen Julia Level de Avelar.
Sílvia Helena Ribeiro.
Maria de Lourdes Marques de Sá.
Hermenegildo Correia Pinto.

Fernando Martins Pereira e Souza, diretor geral.

Ministério da Guerra

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO DE ESTADO DA GUERRA

Dia 10 de dezembro de 1940

Avisos:

N. 4.468 — M. Faz. 1.887 — Ao Sr. ministro da Fazenda solicitando o pagamento da quantia de 6:447\$9, pelo Tesouro Nacional, ao major intendente do Exército, Manoel Sampaio de Oliveira.

Dia 11 dezembro de 1940

N. 4.472 — Matr. 36 — São fixadas as seguintes matrículas de capitães na Escola das armas em 1941:

Infantaria	80
Artilharia	40
Cavalaria	30
Engenharia	15

N. 4.473 — Matr. 37 — Em 1941 não haverá matrícula de primeiros tenentes na Escola das Armas.

N. 4.474 — X. 51 — I — A graduação da multa prevista no art. 2º, do Decreto-lei n. 2.673, de 4 de outubro de 1940, que mq-

difficou o art. 261, da Lei do Serviço Militar, obedecerá ao seguinte critério:

Todo aquele que se alistar fora do prazo regulamentar e até atingir a idade de 20 anos, pagará a multa de 10\$0.

Essa multa será acrescida de tantas vezes 10\$0 quantos forem os anos de idade excedentes de 20, não podendo ultrapassar de 100\$0.

II — Não são suscetíveis de revisão as multas já aplicadas com critério diverso do estabelecido no presente Aviso.

N. 4.475 — Rel. 2 — Os comandantes de Regiões Militares e do Distrito de Defesa de Costa deverão encaminhar à Diretoria de Recrutamento, até 1 de março de 1941, um relatório sobre as próximas comemorações do "Dia do Reservista", e sugerir as medidas aconselhadas pelo que for dado observar nas realizações feitas pela primeira vez no corrente ano. De posse desses relatórios, a referida Diretoria, em colaboração com o representante do Ministério da Marinha, apresentará ao ministro da Guerra, um plano das providências que precisem ser tomadas para maior êxito e brilho das comemorações de 1941.

—Ao Sr. diretor de fundos do Exército:

N. 4.469 — Dir. Fun. 689 — De acordo com o § 1.º, do artigo 13, do Decreto n. 22.139, de 25 de novembro de 1932, deverá ser feita a compensação das dotações orçamentárias deficitárias, com os saldos das que os acusarem.

O saldo de numerário que, finalmente, após essa compensação, for apurado nos Serviços de Fundos Regionais, deverá ser recolhido ao Banco do Brasil, na conta Receita da União, de acordo com as letras d (2.ª parte) e k do Aviso n. 794, de 18 de agosto de 1939, à Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

Os saldos das várias dotações serão apurados, afinal, pela 2.ª Seção dessa Diretoria, que os conferirá com os resultados obtidos pela Contadoria Seccional no Ministério da Guerra, afim de que, a seguir, este Ministério solicite ao da Fazenda a entrega à Caixa Geral de Economias da Guerra da importância correspondente à soma daqueles saldos, de conformidade com o Aviso n. 69, de 27 de julho de 1939, do Ministério da Fazenda.

A Caixa Geral de Economias da Guerra escriturará esses saldos pelas sub-consignações respectivas, para a dedução oportuna dos pagamentos que vier a fazer, em virtude do citado parágrafo 2.º, do art. 13, do supra mencionado Decreto n. 22.139.

N. 4.470 — Dir. Fun. 690 — Manda entregar ao Agente Diretor da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, à conta da Verba 2 — Material — Consignação II — Material de Consumo — S/c n. 10-01, do atual orçamento deste Ministério, a quantia de 6:600\$0 (seis contos e seiscentos mil réis), para atender a despesas com a confecção, pela Imprensa Militar, de fichas para o Serviço de Identificação do Exército.

N. 4.471 — Dir. Fun. 691 — Manda entregar ao Agente Diretor do Quartel General da 4.ª Região Militar, à conta da Verba 4 — Eventuais — Consignação I — Diversos — S/c n. 1, do atual orçamento deste Ministério, a quantia de 2:000\$0 (dois contos de réis), para atender a despesas decorrentes da mesma subconsignação.

N. 4.472 — Dir. Fun. 692 — Manda providenciar para que, à conta do saldo "em ser" na mesma Diretoria, da Verba 5 — S/c n. 3-03 (dotação n. 132 do vigente Plano de Obras), do atual orçamento do Ministério da Guerra, seja distribuída ao Agente Diretor do Asilo de Inválidos da Pátria a quantia de 3:000\$0 (três contos de réis). A referida importância se destina a reparos, de natureza urgente no mesmo Asilo e também a pequenos consertos no cais de embarque do Cajú.

Dia 11 de dezembro de 1940

Despachos:

Foram designados os seguintes oficiais para constituírem a Comissão Regional de Escolha de Terrenos da 5.ª Região Militar:

Membros permanentes — Coronel Estevão de Souza Lima, chefe do E. M. R.; coronel médico Cândido Portela da Costa Soares, chefe do S. S. R.; major José da Costa Monteiro, chefe do S. E. R.

Membros transitórios — Tenentes-coroneis: Dimas de Siqueira Menezes, Juvêncio Correia de Araujo, Altair Eugênio Roszanyi e Artur Haseket Hall; major Celso Ferreira Veloso; capitão Guilherme Paulo Tavares Bastos Hottelnhhausen e 1.º tenente veterinário Gamaliel Pereira de Carvalho.

Foram designados, por necessidade do serviço:

O major Carlos Fabrício Silva para servir na Diretoria do Material Bélico.

O capitão de artilharia Arnould Antunes Maciel, do Quadro Suplementar Geral, para servir no Arsenal de Guerra do Rio.

Dia 30 de novembro (Em aditamento)

Memorandos:

N. 1.076 — Ao Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra — Comunica que o Sr. Ministro transferiu da 9.ª para a 2.ª Região Militar a incorporação do sorteado Antônio, filho de João Bento, do município da capital (São Paulo).

N. 1.077 — Ao Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra — Comunica que o Sr. Ministro transferiu da 1.ª para a 2.ª Região Militar a incorporação do sorteado Artur, filho de Artur Lopes Vieira, classe de 1918, do município de Santa Maria Madalena, Estado do Rio e residente em São Paulo.

Dia 30 de novembro

Notas:

N. 603 — Ao Sr. Inspetor Geral do Ensino do Exército. — Atendendo ao que expõe o comandante da Escola de Educação Física do Exército, é autorizada a aprovação por média, no corrente ano, dos alunos daquela Escola.

Dia 2 de dezembro de 1940

N. 604 — Ao Sr. Diretor de Cavalaria — Atendendo a que se encontra na fronteira do país a maioria das guarnições de cavalaria e sendo de todo indispensável que por elas passe a totalidade dos oficiais da arma, determina que a classificação de oficiais na guarnição do Rio e na de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Pirassununga, Juiz de Fora e Três Corações obedeça ao seguinte:

capitães ou tenentes que tenham, no posto, o mínimo de um ano arregimentado nas outras guarnições;
oficiais superiores que, em princípio, já tenham, no posto, completado o tempo de zona em outras guarnições.

(Publicado novamente por ter saído com incorreções no *Diário Oficial* de 5 de novembro, à pag. 22.616, 2.ª coluna.)

Requerimentos:

Augusto Flavio de Almeida, por seu procurador, pedindo o pagamento da quantia de 411:000\$0, proveniente de requisições militares. — Recorra ao Judiciário. Arquite-se.

Etelberto Baima, 2.º sargento enfermeiro veterinário, adido à Sub-diretoria de Remonta e Veterinária, pedindo permissão para aguardar no Ceará a solução do pedido de sua transferência para a reserva remunerada. — Deferido. As despesas correrão por conta do requerente.

Hermenegildo Zanoto, pedindo solução de processos de requisições militares decorrentes de automóveis e acessórios que forneceu para o serviço da revolução de 1930. — Recorra ao Judiciário, querendo.

Isidro Kurtz, por seu procurador, pedindo o pagamento da quantia de 17:760\$0, proveniente de rezes que forneceu mediante requisições militares. — Indeferido, por falta de provas. Arquite-se.

Secretaria Geral do Ministério da Guerra

ATOS DO SECRETÁRIO GERAL

Nas Cartas-Patentes dos Oficiais abaixo mencionados foram lavradas as seguintes apostilas:

Por decreto de 5 de março de 1940, foi promovido, na Arma de Infantaria, ao posto de tenente coronel por merecimento, o major Antônio Alves de Magalhães, de quem trata esta Carta Patente.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940. — *Valentin Benício da Silva*, general de brigada Secretário Geral.

Por decreto de 4 de outubro de 1940, nos termos do art. 3.º, letra B, do Decreto n. 21.221, de 10 de maio de 1934, foi licenciado do serviço ativo do Exército, o 2.º tenente da reserva, convocado, Hamilton Rei, de quem trata esta Carta-Patente, com as vantagens estipuladas no art. 208 do Decreto-lei n. 2.186, de 13 de maio de 1940, contando dezoito anos, cinco meses e dezessete dias de serviço, percebendo os vencimentos a que tiver direito na forma das Leis em vigor.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — *Valentin Benício da Silva*, general de brigada Secretário Geral.

PELO EXMO. SR. GENERAL SECRETÁRIO GERAL

Pedro Nobre, 2.º sargento, pedindo reconsideração de despacho de uma petição anterior, em que pedia retificação de nome e data do nascimento. — Indeferido, em vista do que dispõe o n. X do Aviso n. 195, de 21 de março de 1939. Faça justificação em Juízo. (S/2-P. 31.228-40).

Hermano Carrão de Sá, tenente coronel, pedindo, por certidão a sentença lavrada pelo Conselho de Justiça a que respondeu na 5.ª R. M. — Certifique-se, na forma da lei. (S/2-P. 29.507-40).

Godofredo de Carvalho e Silva, ex-praça, pedindo, por certidão, o tempo de serviço prestado ao Exército, para fins de contagem em emprego público. — Certifique-se, na forma da lei. (S-2 — P. 33.380-40).

João da Silva, reservista, alegando haver extraviado sua cadermeta militar, pede certidão de seus assentamentos. — Certifique-se, Benedito Roriz, ex-cabo, pedindo certidão de seus assentamentos, afim de instruir um requerimento. — Certifique-se, na forma da lei (S/2-P. 33.084-40).

Júlio Lima, pedindo certificado de reservista. — Certifique-se, na forma da lei. (S/2-P. 33.084-40).

Acilino do Nascimento, reservista, pedindo certidão do tempo de serviço prestado ao Exército, para fins de contagem em emprego público. — Certifique-se, na forma da lei. (S/2-P. 30.324-40).

Carlos Damiano Zanatta, sorteado e convocado para servir na 5.ª Região Militar, pedindo transferência para a 1.ª R. M. — Concedo, de acordo com o § 4.º do art. 103 do R. S. M. (S/2-P. 29.008-40).

Miguel Paggioli, pedindo permissão para se inscrever num Tiro de Guerra, independente de prova de nacionalidade. — Indeferido, por contrariar o regulado pelo Aviso n. 1.129, de 14-11-39. (S/2-P. 30.582-40).

Silvino da Silva França Junior, alegando ser reservista e não haver recebido documento comprobatório de sua quitação com o ser-

viço militar, pede o referido documento. — Certifique-se, na forma da lei. (S/2-P. 33.086-40).

Adão Soares, ex-praça, pedindo certidão de seus assentamentos para fins de justiça. — Certifique-se, na forma da lei. (S/2-P. 29.569-40).

Olávio Moreira Dias, major reformado, pedindo certidão de vários documentos que constituem o seu processo de reforma. — Certifique-se, na forma da lei, com as restrições apontadas pela Diretoria de Recrutamento. (S/2-P. 22.940-40).

Ascendino Alves Ferreira, cirurgião dentista, pedindo permissão para fazer estágio para oficial da reserva. — Indeferido, em face da informação da D. S. E. (S/2-P. 31.532-40).

Paulo de Castro Vale, reservista alegando haver extraviado sua caderneta militar, pede certidão de seus assentamentos. — Certifique-se, na forma da lei. (S/2-P. 33.246-40).

Dionísio Gomes de Assis, 2º tenente da 1ª classe da reserva de 1ª linha, pedindo pagamento de diferença de vencimentos. — Arquite-se, de conformidade com o parágrafo único do artigo 3º do Decreto número 20.848, uma vez que incidiu no artigo 1º da mesma disposição (-1-P. 29.016-40).

Henrique Genari Sobrinho, pedindo informações quanto a sua situação militar. — Arquite-se em face da informação da D. R. (S-2-P. 17.728-40).

João Renrique de Carvalho, músico de 2ª classe, pedindo pagamento de adicionais. — Arquite-se. Requeira em termos, querendo. (S-1-P. 31.510-40).

José Damásio de Oliveira, ex-cabo, pedindo reinclusão nas fileiras do Exército. — Arquite-se, em face do disposto no item 14 do Aviso n. 3.940-Enga. 16, de 22-10-40 (S-1-P. 30.490-40).

João Policarpo de Lira, ex 3º sargento, pedindo reinclusão. — Arquite-se, em face do disposto no item 14, do Aviso n. 3.940-Enga 16, de 22-10-40 (S-1-P. 33.460-40).

Rui Varela Grilo, cabo, pedindo reconsideração de despacho. — Arquite-se, em face do disposto no item X do Aviso n. 195, de 21-3-39 (S-1-P. 29.122-40).

Ranão dos Santos Belo, pedindo restituição de uma certidão de idade, anexada a uma petição. — O documento cuja devolução requer, não consta do processo n. 9.395. (S-1-P. 33.517-40).

Menelau Gonçalves Nogueira, 2º sargento, pedindo sua nomeação como cirurgião dentista. — Indeferido, em face do que dispõe a letra b, do artigo 153 da Constituição da República. (S-2-P. 29.545-40).

José Aristides da Silva, 2º sargento, pedindo transferência para a reserva. — Indeferido, por não contar o requerente 29 anos de serviço. (S-2-P. 33.250-40).

Stellfeld, Irmão & Cia., farmacêuticos, pedindo providências afins de que um oficial seja compelido a saldar seu débito. — Arquite-se, por ter sido saldada a dívida, conforme recibo anexo. (S-2-P. 25.104, de 1940).

Lauro Maia, reservista, alegando haver extraviado sua caderneta militar, pede certidão de seus assentamentos. — Fornea-se, por certidão, na forma da lei, o que constar sobre a situação militar do requerente. (S-2-P. 32.451-40).

Raimundo José de Araújo, soldado músico do 1º Grupo de Artilharia da Costa, pedindo transferência para um dos corpos de Infantaria. — Indeferido, por necessidade do serviço, do Contingente de Guardas dos Presos da F. S. Cruz para o 9º R. I., o soldado Raimundo José de Araújo, para preencher vaga de músico de 1ª classe. (S-2-P. n. 33.158-40).

Alcides de Farias Távora, reservista, pedindo certidão de seus assentamentos. — Certifique-se, na forma da lei. (S-2-P. 33.158, de 1940).

Diretoria de Intendência do Exército

ACTOS DO SR. DIRETOR

Dia 5 de dezembro de 1940

I — Concorrência — Inscrições.

Despachando os requerimentos apresentados para tomarem parte na concorrência de Material de Intendência, a realizar-se no dia 5 do corrente, foram inscritos os seguintes concorrentes: Colonificio Guillerme Giorgi, Sociedade Anônima; Lanificio Anglo-Brasileiro Sociedade Anônima, Jorge Ferreira & Comp. Ltda., Sociedade Anônima Moinho Santista, Lowenstein, Hartmann & Comp., e Company Calçada "D. N. B."

II — Requerimento despachado:

No requerimento em que a firma A. W. Kauffmann, estabelecida à rua Mauá n. 273, em S. Paulo, pedia inscrição na concorrência desta Diretoria, a realizar-se no dia do corrente, foi dado o seguinte despacho: "Deixa de ser inscrita, de acordo com o parecer da Comissão de Compras."

O parecer acima é do teor seguinte: "I — A requerente teve sua idoneidade julgada pelo E. M. I. da 2ª Região Militar, conforme rádio anexo. II — Entretanto, a Comissão declara que não pode ser inscrita, visto esta Diretoria não fazer concorrência para o Grupo IG-04."

III — Transferência e classificação de oficiais. (Ato de 9-12-40).

Foi transferido, por necessidade do serviço, o 2º tenente I. E., Amaro Elpídio da Silva, da 3ª B. I. A. (Forte do Imbuí), para o 16º B. C. (Cuiabá); e

Classificando, por necessidade do serviço, o 2º tenente conv., Armino Nogueira da Gama, na 3ª B. I. A. C. (Forte do Imbuí), visto ter sido ultimamente transferido do Q. O. de Infantaria para o de Int. do Exército.

IV — Permissão concedida:

Foi concedida permissão ao 2º tenente I. E. Manuel de Santana Sobrinho, do 15º B. C., para gozar, na cidade de S. Paulo, as férias regulamentares a que tiver direito.

V — Transferência de praça sem efeito:

Foi tornada sem efeito, por necessidade do serviço, a transferência do 2º cabo Milton Batista, da 1ª F. I. para o Quadro do S. F. da 2ª R. M.

Foi concedida permissão aos primeiros tenentes I. E. Martinho de Figueiredo Machado, do E. M. I., da 2ª R. M. e Antônio de Araújo Figueiredo, do III-13c R. I., para gozarem nesta Capital as férias regulamentares a que tiverem direito.

Ministério da Viação e Obras Públicas

Comissão de Eficiência

Dias 11 a 13 de outubro de 1940

Processos despachados:

Proposta de admissão de 50 diaristas — Ao Sr. ministro com parecer favorável; proposta de melhoria de salário de Francisca Eugênia Leite. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Neêmia Blumenthal. — Ao Sr. ministro; Dr. Urcieo Santiago, pedindo dispensa. — Ao Sr. ministro; Francisco Marcelino da Silva, estágio probatório. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Mariália Barreto e Silva. — Ao Sr. ministro; proposta de melhoria do salário de extranumerários mensaisistas. — Ao Sr. ministro; O S. P. V., esclarecendo as observações colhidas relativamente ao estágio probatório de João Felício dos Santos. — Ao Sr. ministro, com parecer favorável; proposta de admissão de Cecy Ferreira. — Ao Sr. ministro; proposta de melhorias de salários. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Francisca Martins. — Ao Sr. ministro; proposta de melhoria de salário de Mário Mexias. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Geraldo Nascimento e outros. — Ao Sr. ministro. O SRP-I, comunicando a inclusão indevida, no registro de vagas da que fora aberta em 3 de fevereiro do corrente ano. — Ao Sr. ministro; proposta de melhoria de salário de Ricardo Albino. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Francisca Machado dos Santos e outros. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Mauro Serra Celestino. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Mirene Antunes. — Ao Sr. ministro; proposta de melhoria de salário de Jefferson Siqueira e outros. — Ao Sr. ministro; proposta de melhorias de salários de Osvaldo Torres de Vasconcelos e Flávio Toledo de Campos. — Ao Sr. ministro; proposta de melhoria de salário de extranumerários. — Ao Sr. ministro; proposta de Elza Borges Nogueira. — Ao Sr. ministro; proposta de melhoria de salário de Adeline de Sousa. — Ao Sr. ministro; proposta de admissão de Bento Carioni. — Ao Sr. ministro.

PROMOÇÕES

3.º QUADRIMESTRE — 1940

As listas e indicações apresentadas ao Sr. ministro em 6 e 10 de dezembro, foram publicadas no *Diário Oficial* do dia 11, com diversas incorreções. Em consequência disso devem ser feitas na citada publicação as seguintes modificações:

QUADRO I

Carreira — Engenheiro (EFE-DNER)

	Pontos
3. Joaquim José de Almeida Breves.....	15,17

e não como foi publicado.

QUADRO V (V. F. F. LESTE BRASILEIRO)

Carreira — Escriturário

Classe "G"

Lista triplíce por merecimento absoluto

2 vagas

1. Jacob Negrão	14,33
2. Felipe Antônio dos Santos	14,33

Os demais funcionários conservam a mesma posição.

Carreira — Maquinista de Estrada de Ferro

Classe "F"

Lista triplax por merecimento absoluto

1 vago

1. Egídio Reinaldo Bispo	13,40
2. José Ferreira dos Santos.....	13,40
3. Duval José de Lima	13,20

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1940. — A Comissão:
J. Broxido Filho. — Francisco Mendes. — Raul de Azevedo.

Diretoria de Contabilidade

PORTARIA N. 574

O Ministro de Estado, atendendo ao que solicitou o Estado do Rio Grande do Sul, concessionário dos portos do Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, e de acordo com o parecer do Departamento Nacional de Portos e Navegação, em ofício n. 6-179, de 3 de outubro do corrente ano:

Resolve aprovar, para os referidos portos, as tarifas que com esta baixam, assinadas pelo diretor de Contabilidade desta Secretaria de Estado, em substituição às aprovadas pela portaria n. 185, de 4 de maio de 1938.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1940. — J. M. Lima.

Tarifas a que se refere a portaria n. 574, desta data

TABELA A

UTILIZAÇÃO DO PORTO

Taxas devidas pelo armador

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
Taxas gerais:		
1. Por tonelada de mercadoria carregada, descarregada ou baldeada nos portos		2\$500
Taxas especiais:		
2. Por tonelada de mercadoria carregada, descarregada ou baldeada nos portos pelas embarcações veleiras, em geral, e os pequenos navios a vapor ou outro motor moderno que se empregarem exclusivamente na navegação entre o Rio Grande, São José do Norte e os portos das lagoas dos Patos e Mirim, inclusive Pelotas e exclusive Jaguarão e Santa Vitória, com escalas por Pelotas		1\$250
3. Por tonelada de mercadoria de navegação fluvial carregada ou descarregada nos portos.....		1\$250
4. Por tonelada de mercadoria de navegação fluvial baldeada nos portos		1\$000
5. Por tonelada de carvão nacional, carregada, descarregada ou baldeada nos portos		1\$250
6. Por tonelada de areia e pedras brutas e aparelhadas, carregadas ou descarregadas nos portos		\$625

ISENÇÕES

São isentos do pagamento desta taxa:

1.º Os volumes que, na forma do Decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934, constituírem bagagem de passageiros e imigrantes, as malas do Correio e as importâncias em dinheiro, pertencentes à União e aos Estados;

2.º Os gêneros da pequena lavoura, o peixe e outros artigos, quando destinados ao abastecimento dos mercados municipais das cidades do Rio Grande, Porto Alegre e Pelotas, forem transportados por embarcações do tráfego interno do porto e descarregados, por conta dos respectivos donos, em locais determinados para esse fim, pela Fiscalização do Porto, ouvidas a Administração deste e as autoridades estaduais ou municipais competentes;

3.º As pequenas faturas denominadas "ranchos domésticos" e que procederem das ilhas fronteiras às cidades de Porto Alegre e Rio Grande, ou a elas se destinarem;

4.º As mercadorias que baldearem de uma para outra embarcação, afim de serem pela última descarregadas no cais, ou nos navios que as devam transportar. As mercadorias de baldeação definitiva para o navio ou a descarga no cais ficarão, porém, sujeitas às taxas regulamentares;

5.º, as mercadorias que baldearem dos navios ancorados no porto, para as embarcações intermédias, que, após, as virão descarregar no cais. A operação de descarga no cais ficará, porém, sujeita à taxa respectiva. A mesma regra se aplica às mercadorias que foram carregadas no cais e destinadas a navios ancorados no porto;

6.º, as mercadorias, nas operações de baldeação que consistirem em alívio de navios ancorados no porto, para os efeitos de poderem estes franquear os baixios, quer do porto, quer dos canais interiores;

7.º, de conformidade com o art. 9.º, do Decreto n. 24.511, de 29 de junho de 1934, as mercadorias transportadas por embarcações do tráfego interno do porto, utilizadas em serviço de transportes locais, previstos nos arts. 4.º, 5.º e 8.º, do mesmo Decreto;

8.º, as cinzas e outros resíduos embarcados ou desembarcados;

9.º, os mantimentos, combustíveis e materiais, para abastecimento das respectivas embarcações, mediante fiscalização do porto;

10.º, os adubos quando preparados, ou a matéria prima para sua fabricação, uma vez que seu embarque ou desembarque se pratique por conta dos interessados, fora do trecho do cais em tráfego.

OBSERVAÇÕES

a) as taxas desta tabela aplicam-se sobre o peso bruto das mercadorias, verificado pelos funcionários do porto ou aferido pelos documentos oficiais fornecidos pela Alfândega;

b) ficam sujeitas às taxas acima as mercadorias que embora não descarregadas diretamente no cais, o forem a pedido dos interessados, nos trapiches, pontes particulares ou qualquer outro ponto do litoral das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas;

c) pode ser permitida a baldeação de mercadorias ao largo, observadas as prescrições legais, a juízo da Administração do porto, e paga a taxa respectiva;

d) fica estabelecida a taxa mínima de 1\$000 na cobrança de todos os conhecimentos que forem expedidos de taxas desta tabela.

TABELA B

ATRACAÇÃO

Taxas devidas pelo armador

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
Taxas gerais:		
1. Por metro linear de cais ocupado por embarcação de propulsão mecânica e por dia.....		\$300
2. Por metro linear de cais ocupado por embarcação à vela, por chatas, alvarengas ou saveiros, sem propulsores, e por dia		\$500
Taxas especiais:		
3. Por metro linear de cais ocupado por pequenos navios à vapor ou outro motor moderno que se empregarem exclusivamente na navegação entre o Rio Grande, São José do Norte e os portos das lagoas dos Patos e Mirim, inclusive Pelotas, com exceção de Jaguarão e Santa Vitória, com escalas por Pelotas, e por dia		\$350
4. Por metro linear de cais ocupado por embarcação, veleiras em geral, que se empregarem exclusivamente na navegação entre o Rio-Grande, São José do Norte e os portos das lagoas dos Patos e Mirim, inclusive Pelotas, com exceção de Jaguarão e Santa Vitória, com escalas por Pelotas, e por dia		\$250
5. Por metro linear de cais ocupado por pequenas embarcações à vapor ou outro motor moderno, quando atracadas no trecho de cais fluvial em Porto Alegre, e por dia		\$300
6. Por metro linear de cais ocupado por pequenas embarcações à vela, ou chatas, alvarengas ou saveiros, quando atracadas no trecho do cais fluvial em Porto Alegre, e por dia.....		\$200

ISENÇÕES

1.º, as embarcações a que se referem os arts. 3.º e 7.º, do Decreto n. 24.511, de 29 de junho de 1934;

2.º, as chatas, saveiros ou alvarengas quando atracadas aos navios em operações no cais;

3.º, os botes, escaléres e outras embarcações miúdas de qualquer sistema, empregadas no movimento exclusivo de passageiros e bagagens e as pertencentes às embarcações em carga e descarga no porto;

4.º, as embarcações empregadas no tráfego de passageiros ou na condução de água doce entre São José do Norte e Rio Grande e entre este porto e as ilhas fronteiras;

5.º, as embarcações miúdas, como rebocadores e outras que atracarem ao cais para receberem combustível, água doce e mantimentos para o seu exclusivo abastecimento;

6.º, os rebocadores e outras embarcações menores quando atracarem momentaneamente ao cais para receberem ou desembarcarem funcionários fiscais ou das companhias de navegação quando em serviço;

7.º, os navios de guerra;

8.º, as embarcações que atracarem para remover cinzas e outros resíduos;

9.º, as pequenas embarcações que conduzirem gêneros da pequena lavoura, leite, peixe e outros artigos, destinados ao abastecimento do Mercado Municipal de Porto Alegre, bem como as que conduzirem pequenas faturas, denominadas "ranchos domésticos", quando atracarem momentaneamente no trecho de câis fluvial.

OBSERVAÇÕES

a) aos navios que, por sua conveniência, atracarem por fora dos navios atracados ao câis, para operações de carregamento, descarga ou baldeação, serão aplicadas as taxas desta tabela, como se estivessem atracados diretamente ao câis;

b) a atracação será feita sob a responsabilidade do armador e com o emprego do pessoal e material do navio. Compete, porém, à Administração do Porto auxiliar a operação com o pessoal seu, sobre o câis, para a tomada dos cabos de amarração e para a fixação destes, nos cabos ou argolões indicados pelo comandante do navio ou seus prepostos;

c) as chatas e quaisquer outras embarcações que transportarem mercadorias do câis ou para o câis servindo de intermediárias entre este e os navios respectivos, pagarão a taxa de atracação correspondente aos seus próprios comprimentos e categorias;

d) nos trechos de câis abertos, construídos para logradouro público, só poderão atracar e dele se utilizar as pequenas embarcações do serviço do porto; os vapores de passageiros de navegação do interior do Estado, unicamente para o embarque e desembarque dos mesmos e suas bagagens; os iates e outras embarcações menores, movidas à vela ou qualquer motor, cuja arqueação não exceda de 100 toneladas, para o efeito de descarregar diretamente ou por intermédio de embarcação menor os artigos constantes dos ns. 2, 3 e 10, das isenções da tabela A — utilização do porto;

e) além das embarcações mencionadas na alínea d), poderão também atracar outras de maior calado, para o fim exclusivo de descarregar materiais de construção, produzidos no Estado, e destinados ao consumo das cidades e dos Municípios de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

TABELA C

CAPATAZIAS

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor

Taxas gerais:

Para mercadorias de importação do estrangeiro:

1. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto até 100 quilos	\$007
2. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 100 quilos e até 150 quilos	\$008
3. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 150 quilos e até 500 quilos	\$010
4. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 500 quilos e até 700 quilos	\$011
5. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 700 quilos e até 1.000 quilos	\$012
6. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 1.000 quilos ou medindo mais de dois e meio metros cúbicos	\$020
7. Por quilograma de mercadoria a granel	\$006

Para mercadorias de exportação para o estrangeiro:

8. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto até 100 quilos	\$005
9. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 100 quilos e até 500 quilos	\$006
10. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 500 quilos e até 1.000 quilos	\$007
11. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 1.000 quilos ou medindo mais de dois e meio metros cúbicos	\$009
12. Por quilograma de mercadoria a granel	\$004

Para mercadorias de importação ou exportação por cabotagem:

13. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto até 100 quilos	\$005
14. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 100 quilos e até 500 quilos	\$006
15. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 500 quilos e até 1.000 quilos	\$007

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
16. Por quilograma, quando em volumes de peso bruto superior a 1.000 quilos ou medindo mais de dois e meio metros cúbicos		\$009
17. Por quilograma de mercadoria a granel		\$004

Taxas especiais:

18. Por quilograma de carvão ou sal a granel, importado do estrangeiro	\$005
19. Por quilograma de petróleo em bruto ou seus subprodutos, descarregado ou carregado pelas instalações especiais autorizadas no câis	\$002,5
20. Por quilograma de mercadoria de navegação fluvial carregada ou descarregada	\$002,5
21. Por quilograma de carvão exportado para o estrangeiro ou para portos nacionais ou importado de portos nacionais	\$002

ISENÇÕES

São isentos das taxas desta tabela:

1.º Os volumes que constituírem bagagem de passageiros e imigrantes, as malas do Correio e as importâncias em dinheiro, pertencentes à União e aos Estados;

2.º Os pacotes ou embrulhos que contenham amostras de nenhum ou diminuto valor, isentas de direitos aduaneiros e cuja saída se dê independentemente do processo de despacho aduaneiro;

3.º Os materiais e drogas importados pela Santa Casa de Misericórdia e pelo Sanatório Belem e destinados aos seus serviços hospitalares.

OBSERVAÇÕES

a) As taxas desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias, verificado pelos funcionários do porto ou aferido pelos documentos oficiais, fornecidos pela Alfândega;

b) No caso de mercadorias em trânsito, previsto no § 3.º do artigo 7.º do Decreto federal n. 24.511, de 29 de junho de 1934, aplicar-se-ão as taxas ns. 8, 9, 10, 11 e 12 desta tabela, seja qual for a espécie das referidas mercadorias, com o abatimento de 30 %;

c) Os volumes que desembarcarem para sofrer exame ou conferência e após reembarcarem, se for em ato contínuo, pagarão as taxas uma só vez;

d) Fica estabelecida a taxa mínima de 1\$000 na cobrança de todos os conhecimentos que forem expedidos de taxas desta tabela.

TABELA D

ARMAZENAGEM INTERNA

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
Taxas gerais:		
1. São as taxas da tabela aprovada pelo Decreto federal n. 24.324, de 1 de junho de 1934, a saber:		
"Sobre os direitos de importação integrais que competirem às mercadorias taxadas pela nova tarifa aduaneira, ou sobre os valores comerciais das mercadorias declaradas livres de direitos pela mesma tarifa, serão aplicadas, a título de armazenagem, as seguintes percentagens:		
a)	1 % durante os primeiros 30 dias;	
b)	1,5 % durante os subsequentes 30 dias até 60;	
c)	2 % durante os subsequentes 30 dias até 90;	
d)	2,5 % durante cada 30 dias subsequentes até a retirada da mercadoria;	
e)	A armazenagem das mercadorias agressivas, corrosivas, inflamáveis, explosivas e oxidantes será cobrada aplicando-se o dobro das taxas constantes das letras a, b, c e d acima.	
Taxas especiais:		
2. Por quilograma de mercadoria em trânsito, no caso previsto no § 3.º do art. 7.º do Decreto Federal n. 24.511, de 29 de junho de 1934, seja qual for a sua espécie ou peso por volume, pelo primeiro mês ou fração desse mês		\$004
3. Por quilograma de mercadoria indicada no n. 2, por mês ou fração de mês, depois do primeiro mês ...		\$004
4. Mercadorias nacionais ou nacionalizadas, quando recolhidas aos armazéns do porto, destinadas a serem exportadas para os portos do país ou do estrangeiro com o prazo livre de seis dias:		
a) por quilograma, pela primeira semana ou fração de semana		\$005,5

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor	Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
b)	por quilograma, pela segunda semana ou fração de semana	\$006,5	4.	As mesmas mercadorias da taxa n. 3, nas mesmas condições, por quilo e por mês ou fração de mês, depois do primeiro	\$000,5
c)	por quilograma, por semana ou fração de semana que exceder à segunda semana	\$007,5	5.	Mercadorias nas mesmas condições da taxa n. 1, porém em volume de peso superior a 6.000 quilos, em armazem não alfandegado, preço	Convencional
5.	Mercadorias nacionais ou nacionalizadas, quando recolhidas aos armazens do cáis fluvial, para trânsito ou pronta saída, com o prazo de seis dias livres: por quilograma e por semana ou fração ...	\$003			

ISENÇÕES

Estão isentos das taxas desta tabela:

1.º Os artigos ou mercadorias constantes dos ns. 1, 2 e 3 das isenções da tabela C (Capatazias), desta tarifa, desde que as mesmas sejam retiradas dentro do prazo de 30 dias, contados da data da respectiva descarga;

2.º As mercadorias importadas do estrangeiro, despachadas sobre água ou diretamente e que tiverem de transitar pelo cáis, pontes ou armazens alfandegados, quando forem retiradas até as 16 horas do sexto dia, contado da data em que tiver sido iniciada a respectiva descarga. Se esse prazo for excedido, as mercadorias não retiradas incidirão na armazenagem, que será cobrada aplicando-lhes as percentagens estabelecidas no n. 1 das taxas gerais desta tabela.

3.º Os objetos e mercadorias mencionados nos ns. 1 a 3, 5, 9 a 14, 17, 18 e 20 do art. 12 do Decreto federal n. 24.023, de 21 de março de 1934.

OBSERVAÇÕES

a) As taxas gerais desta tabela aplicam-se às mercadorias de importação, tanto do estrangeiro como de cabotagem, sendo estas consideradas como mercadorias despachadas sobre água;

b) A armazenagem das mercadorias em trânsito a que se aplicam as taxas ns. 2 e 3 desta tabela é devida pelo armador que requisitar a descarga para posterior reembarque;

c) As taxas especiais desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias;

d) Não se cobrará armazenagem alguma compreendida dentro dos oito dias úteis que se seguirem à data do pagamento do despacho de importação estrangeira, se nesse espaço de tempo se efetuar a retirada da mercadoria;

e) O prazo de oito dias a que se refere a letra d) poderá ser prorrogado pelo chefe da repartição, que fixará novo prazo quando a demora na saída for motivada por afluência de serviço, embarço da repartição fiscal ou da administração portuária, erro ou falta por parte de seus empregados, ou caso de força maior; decorrido o novo prazo, concedido pelo chefe da repartição, sem ter se efetuado a saída da mercadoria, será a armazenagem calculada em dobro, desde a data em que se vencer a que já houver sido paga;

f) A armazenagem é devida desde o dia da entrada das mercadorias nos armazens, cáis, pontes ou depósitos até o de sua saída;

g) Fica estabelecida a taxa mínima de 1\$000 na cobrança de todos os conhecimentos que forem expedidos de taxas desta tabela.

TABELA E

ARMAZENAGEM EXTERNA

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor

Taxas gerais:

- Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas, não inflamáveis ou explosivas, nem corrosivas ou agressivas, em volumes pesando até 6.000 quilos, em armazens não alfandegados, por quilo, no primeiro mês ou fração de mês \$003
- As mesmas mercadorias da taxa n. 1 e nas mesmas condições, por quilo e por mês ou fração de mês, depois do primeiro \$002

Taxas especiais:

- Mercadorias nacionais ou nacionalizadas, nas mesmas condições da taxa n. 1, quando depositadas em alpendres ou pátios, por quilo, no primeiro mês ou fração de mês \$000,6

OBSERVAÇÕES

a) Gozarão de armazenagem livre, no porto do Rio Grande, por seis meses, as madeiras em geral, vindas do interior do Estado com destino à exportação e o carvão nacional e estrangeiro armazenado no Depósito do Carvão;

b) gozarão de armazenagem livre por trinta dias, as mercadorias vindas do interior do Estado ao porto do Rio Grande, via férrea, para serem exportadas via marítima e o charque, miúdo de rezes e sebo, com destino à exportação;

c) as taxas desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias armazenadas, verificado pelos funcionários do porto ou aferido pelos documentos oficiais fornecidos pela Alfândega;

d) os serviços retribuídos pelas taxas números 1 a 4 compreendem a movimentação das mercadorias nos armazens, alpendres ou pátios, desde o seu recebimento até a entrega;

e) fica estabelecida a taxa mínima de 1\$000 na cobrança de todos os conhecimentos que forem expedidos de taxas desta tabela.

TABELA G-2

ARMAZENAGENS ESPECIAIS

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Número de ordem	Locação de área em armazens ou pátios externos	Espécie e incidência	Valor

Taxas gerais:

- Por metro quadrado de área em armazem externo no primeiro mês ou fração desse mês, com três metros de altura 1\$500
- Por metro quadrado de área em armazem externo com três metros de altura, nos meses subsequentes, por mês 1\$000
- Por metro quadrado de área nos pátios externos, com dois metros de altura, no primeiro mês ou fração desse mês 1\$000
- Por metro quadrado de área nos pátios externos, com dois metros de altura, nos meses subsequentes, por mês \$500

OBSERVAÇÕES

a) a locação de área em armazem ou pátio externo, se fará mediante contrato definindo as obrigações e direitos dos contratantes e podendo prever a instalação e funcionamento de máquinas nas áreas locadas, para o beneficiamento das mercadorias;

b) a movimentação e o beneficiamento das mercadorias nas áreas locadas constituem serviço acessório;

c) a Administração do porto poderá atender a requisição dos depositantes para a abertura dos armazens e a movimentação das mercadorias, fora das horas ordinárias do serviço, nos domingos e feriados, aplicando-se a esse serviço o disposto no art. 24, do Decreto Federal n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

TABELA G-4

ARMAZENAGENS ESPECIAIS

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Armazenagem frigorífica

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor

Taxas gerais:

- Por volume de peso até 25 quilos e por mês ou fração de mês \$600
- Por volume de peso de 26 a 35 quilos e por mês ou fração de mês \$700
- Por volume de 36 a 45 quilos e por mês ou fração de mês 1\$000

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor	Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
4.	Por volume de 46 a 55 quilos e por mês ou fração de mês.....	\$100	8.	As mesmas mercadorias da taxa n. 7, por quilo e por mês ou fração de mês nos meses subsequentes ..	\$020
5.	Por volume de 56 a 80 quilos e por mês ou fração de mês.....	\$400	9.	Dinamite e outros explosivos, em caixas, latas ou outros envólucros, por mês ou fração de mês e por quilo, no primeiro mês	\$040
6.	Por volume de 81 a 100 quilos e por mês ou fração de mês.....	\$800	10.	As mesmas mercadorias da taxa n. 9, por mês ou fração de mês e por quilo, nos meses subsequentes	\$025
7.	Por volume de mais de 100 quilos, pelos excessos de 20 quilos que tiver e por mês ou fração de mês..	\$800			

Taxas especiais:

8.	Carne congelada, por quilo no primeiro mês ou fração desse mês.....	\$050
9.	Carne congelada, por quilo e por semana ou fração de semana, depois do primeiro mês.....	\$010
10.	Carne a congelar, por quilo no primeiro mês ou fração desse mês.....	\$080
11.	Carne resfriada e toucinho, por quilo, no primeiro mês ou fração desse mês (câmara andar férreo) ..	\$050
12.	Carne resfriada e toucinho, por quilo e por semana ou fração de semana, depois do primeiro mês (câmara andar férreo)	\$010
13.	Peixe resfriado, por quilo e por semana ou fração de semana	\$020
14.	Peixe salgado, por quilo e por semana ou fração de semana	\$030
15.	Laranjas para exportação, em caixas, na primeira semana, por caixa	\$300
16.	Idem, idem, após a primeira semana, por semana e por caixa	\$200
17.	Cebolas, por quilo e por mês ou fração de mês	\$050
18.	Ovos, por quilo e por mês ou fração de mês	\$030
19.	Leite e creme, por litro e por semana ou fração de semana	\$050
20.	Manteiga, por quilo e por semana ou fração de semana ..	\$050
21.	Queijo, por quilo e por semana ou fração de semana ..	\$040
22.	Aves e caça, por quilo e por semana ou fração de semana	\$050
23.	Legumes, por quilo e por semana ou fração de semana ..	\$040
24.	Salsicharia, por quilo e por semana ou fração de semana	\$050
25.	Utilização da câmara de aquecimento para ovos, cebolas, etc., por vez:	\$5000

OBSERVAÇÕES

c) as taxas especiais desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias;

b) a movimentação das mercadorias nos armazens frigoríficos, desde sua entrada até a entrega, está compreendida no serviço de armazenamento;

c) os sacos para o ensacamento da carne serão fornecidos pelo dono desta;

d) enquanto não tiverem sido desembaraçadas pela Alfândega, as mercadorias de importação do estrangeiro, depositadas nos armazens frigoríficos, ficarão sujeitas ao regime e taxas de armazenagem interna

TABELA G-6

ARMAZENAGENS ESPECIAIS

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Armazenagem de óleos, de inflamáveis e de explosivos

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
1.	Óleos, gasolina, querosene, álcool e semelhantes, em caixas de pesos até 40 quilos, por caixa, no primeiro mês ou fração desse mês	\$100
2.	As mesmas mercadorias da taxa n. 1, em caixas de pesos até 40 quilos, por caixa e por mês ou fração de mês, depois do primeiro mês	\$050
3.	As mesmas mercadorias da taxa n. 1, em tambores pesando até 200 quilos, por tambor no primeiro mês ou fração desse mês	\$600
4.	As mesmas mercadorias da taxa n. 1, em tambores pesando até 200 quilos, por tambor e por mês ou fração de mês, depois do primeiro mês	\$300
5.	As mesmas mercadorias da taxa n. 1, em tambores de peso superior a 200 quilos, por quilo, no primeiro mês ou fração desse mês	\$004
6.	As mesmas mercadorias da taxa n. 5, em tambores de peso superior a 200 quilos, por quilo e por mês ou fração de mês, depois do primeiro mês	\$003
7.	Pólvora, estopim e semelhantes, em caixas ou latas, por mês ou fração de mês e por quilo, no primeiro mês	\$030

OBSERVAÇÕES

a) O armazenamento de óleos, gasolina, querosene, álcool e semelhantes, a granel, em tanques, será feito mediante contrato definindo obrigações e direitos dos contratantes e podendo prever instalações acessórias para o enchimento de tambores ou de vagões ou caminhões tanques;

b) a movimentação de mercadorias nos armazens, desde o recebimento até sua entrega, está incluída no serviço de armazenagem;

c) as taxas desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias, conferido pelos funcionários do porto ou pelos documentos oficiais fornecidos pela Alfândega;

d) é obrigatório para os respectivos donos o seguro contra fogo, das mercadorias a que se refere a presente tabela;

e) enquanto não tiverem sido desembaraçadas pela Alfândega, as mercadorias especificadas nesta tabela, importadas do estrangeiro, ficarão sujeitas ao regime e taxas da armazenagem interna;

f) quando se verificar algum vazamento no vasilhame, a peça avariada poderá momentaneamente ser retirada do armazem pelo respectivo dono ou seus prepostos, afim de sofrer o necessário conserto em local seguro, afastado do armazem, sob a fiscalização dos funcionários do porto;

g) fica estabelecida a taxa mínima de 15000 na cobrança de todos os conhecimentos que forem expedidos de taxas desta tabela.

TABELA H

TRANSPORTE

Taxas devidas pelos donos das mercadorias

Taxas gerais:

1.	Pelo carregamento ou descarga e transporte de mercadorias em vagões do porto, ou das vias férreas a este ligadas, ou em outros veículos, de qualquer ponto das instalações portuárias, para qualquer outro ponto dessas instalações, ou para estações daquelas vias férreas, ou ainda para armazens ou instalações particulares, servidas pelas linhas do porto ou vice-versa, desde que em volumes de peso não excedente de 1.500 quilos, por quilograma	\$004
	Taxa mínima	\$5000
2.	Por serviço idêntico ao especificado na taxa n. 1, desde que os volumes tenham peso superior a 1.500 quilos, mas não excedentes de 5.000 quilos, por quilograma	\$005
	Taxa mínima	12\$000
3.	Por serviço idêntico ao especificado na taxa n. 1, desde que os volumes excedam de 5.000 quilos, preço	Conven- cional

Taxas especiais:

Pela carga, descarga, estiva de vagões que vierem ter ao cais ou dele partirem e transporte do cais à estação:

4.	Por tonelada de carvão	2\$500
5.	Por tonelada de canos e peças especiais de ferro fundido para água, esgotos ou gás	4\$000
6.	Por tonelada de carvão em briquetes	4\$500
7.	Por tonelada de sal a granel	4\$500
8.	Por tonelada de vergalhões, trilhos, bandagens, trunques de ferro ou aço e socata de ferro	5\$000
8-A.	Por tonelada de mercadorias transportadas, no perímetro das instalações portuárias pelo caminho frigorífico	6\$000
	Taxas mínimas	18\$000
8-B.	Por tonelada de mercadorias transportadas para fora das instalações portuárias, pelo caminho frigorífico, preço	Conven- cional

Taxas acessórias:

9.	Por operação adicional de carregamento ou descarga de vagões ou outros veículos além da que está compreendida no serviço de transporte, por quilograma	\$003
	Taxa mínima	\$5000
10.	Pela pesagem de mercadorias carregadas em vagões ou outros veículos, por quilograma de carga e tara do veículo	\$000,1

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor	Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
	Taxa mínima	2\$000	10.	Pelo aluguel de vagoneta "Decauville", por dia ou fração de dia e por unidade	10\$000
11.	Pela estadia de vagões de lotação não excedente a 10 toneladas, por dia e por vagão	10\$000	11.	Pelo aluguel de baias e outros aparelhamentos de transporte de animais, mediante termo de compromisso de sua devolução em perfeito estado, por dia ou fração de dia e por unidade	2\$000
12.	Pela estadia de vagões de lotação superior a 10 toneladas, por dia e por vagão	20\$000		Importância mínima a ser cobrada	15\$000
13.	Pelo serviço requisitado de locomotiva, por locomotiva e por hora	25\$000	12.	Pelo aluguel de carrinho de mão, por dia ou fração de dia e por unidade	5\$000
14.	Pelas mercadorias que não forem retiradas do cais, logo após a sua descarga, e houverem de ser armazenadas nos armazens externos, taxa suplementar de transporte, por quilograma	\$010	13.	Pelo aluguel de dala, por dia ou fração de dia e por unidade	5\$000
	Taxa mínima	2\$000	14.	Pelo aluguel de prancha, por dia ou fração de dia e por unidade	5\$000

ISENÇÕES

São isentos das taxas desta tabela:

1.º Os passageiros destinados a navios atracados e as respectivas bagagens, quando transportadas em carros das vias férreas, desde as estações desta até junto ao navio;

2.º Os imigrantes e suas bagagens, quando transportados em carros das vias férreas, desde o local do desembarque no cais até as estações dessas vias férreas;

3.º As mercadorias que, por conveniência do porto, forem transportadas de um navio para um armazem e vice-versa;

4.º Os vagões à disposição das partes nas primeiras 24 horas de estadia.

OBSERVAÇÕES

a) as taxas desta tabela aplicam-se ao peso bruto das mercadorias;

b) está compreendida no serviço de transporte uma das operações, a de carregamento ou de descarga;

c) a tração nos transportes nas vias férreas do porto será sempre fornecida pela administração do porto;

d) para a contagem de estadia de vagões postos à disposição das partes, as horas de estadia livre começarão a ser contadas a partir da hora da colocação do vagão à disposição do requisitante;

e) os vagões postos à disposição do requisitante, depois das 12 horas de cada dia, terão a contagem de sua estadia a partir da zero horas do dia seguinte;

f) não serão contados nas estadias os domingos e feriados nacionais ou estaduais;

g) as estadias de vagões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, quando nas linhas do porto, continuarão a ser reguladas pelo contrato de tráfego mútuo em vigor;

h) fica ao critério da administração do porto, por motivo de força maior, a requerimento da parte, prorrogar o prazo de estadia livre de vagões.

TABELA J

SUPRIMENTO DO APARELHAMENTO PORTUÁRIO

Taxas devidas pelos requisitantes

Taxas especiais:

Aparelhamento terrestre:

1.	Pela utilização dos guindastes do cais, de 1 1/2 a 5 toneladas, no serviço de estiva a bordo, quando este seja executado por estranhos à administração do porto, pelo movimento de suspensão para retirar ou colocar as mercadorias do ou para o porão das embarcações, por tonelada	\$800
	Importância mínima a ser cobrada	8\$000
2.	Pela utilização dos guindastes do cais, nos serviços de carregamento ou descarga de veículos não pertencentes ao serviço do porto, por tonelada	2\$000
	Importância mínima a ser cobrada	10\$000
3.	Pela utilização dos guindastes do cais, nos serviços de movimentação de mercadorias a bordo de uma mesma embarcação, de uma embarcação para outra, por hora ou fração	25\$000
4.	Qualquer outro serviço de guindastes não especificado na presente tabela, preço	Convencional
5.	Pela utilização do transbordador de carvão no serviço de estiva a bordo, quando este seja executado por estranhos à administração do porto, por tonelada	1\$500
	Taxa mínima	150\$000
6.	Pelo serviço requisitado de cabrestantes elétricos por hora ou fração de hora	10\$000
7.	Pelo aluguel de caçamba de ferro, por dia ou fração de dia e por unidade	10\$000
8.	Pelo aluguel de caçamba de madeira, por dia ou fração de dia e por unidade	5\$000
9.	Pelo aluguel de estropos de corda, por dia ou fração de dia e por unidade	5\$000

APARELHAMENTO FLUTUANTE

17.	Pela utilização da cábrea flutuante para operações com volumes até 10 toneladas, por hora	50\$000
	Importância mínima a ser cobrada	200\$000
18.	Pela utilização da cábrea flutuante para operações com volumes de peso superior a 10 e até 90 toneladas, para cada 10 toneladas ou fração e por hora	50\$000
	Importância mínima a ser cobrada	500\$000
19.	Pela utilização das boias na bacia do porto, por navios que nelas amarrarem, tendo de comprimento até 50 metros, por boia e por dia	20\$000
20.	Pela utilização das boias na bacia do porto, por navios que nelas amarrarem, tendo comprimento superior a 50 metros, por duas boias e por dia	40\$000

APARELHAMENTO ELÉTRICO E FORNECIMENTO DE LUZ

21.	A luz interna ou a que for acrescida externamente nos armazens ou outras dependências do porto, quando requisitadas para os serviços extraordinários, por kilowatt-hora, verificado no contador ou calculado pela potência nominal das lâmpadas	1\$000
22.	Fornecimento de luz a bordo dos navios atracados no cais, por lâmpada usada durante 24 horas ou fração:	
a)	por lâmpada de 75 watts	4\$000
b)	por lâmpada de 100 watts	6\$000
c)	por lâmpada de 150 watts	8\$000
d)	por lâmpada de 200 watts	10\$000
e)	por lâmpada de 300 watts	15\$000
f)	por lâmpada de 500 watts	20\$000
23.	Serviço especial de suprimento de energia elétrica, feito pelas instalações do porto, no cais ou a bordo, preço	Convencional
24.	Fiscalização dos serviços compreendidos nos n.ºs. 21 e 22, no período de serviço ordinário	10\$000
25.	Serviços com outros aparelhos elétricos do porto, (Convencional) preço	Convencional

OBSERVAÇÕES.

a) as avarias no aparelhamento referido nesta tabela, correrão por conta da administração do porto cabendo a esta, no entanto, o direito de mandar averiguar a quem cabe a responsabilidade.

No caso de ser apurada a responsabilidade da parte, o requisitante indenizará o valor do prejuízo causado;

b) as lâmpadas que forem quebradas ou inutilizadas, quando instaladas por conta das embarcações, serão por estas indenizadas;

c) a administração do porto não assume nenhuma responsabilidade por desastres, acidentes ou prejuízos, provocados por defeitos, ou rupturas de materiais, de sua propriedade alugados às partes requisitantes.

TABELA K

REBOQUES

Taxas devidas pelos requisitantes

Taxas gerais:

Pelo serviço de rebocador, prestados aos navios no porto, para as manobras de atracação ou desatracação ao cais ou para a mudança de fundeadouro ou de local de atracação ao cais:

Quando os navios forem de passageiros e tiverem de deslocamento:

1.	Até 4.000 toneladas — por operação	70\$000
2.	De 4.001 até 5.000 toneladas — por operação	90\$000
3.	De 5.001 até 6.000 toneladas — por operação	120\$000

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
4. De 6.001 até 7.000 toneladas — por operação.....		150\$000
5. De 7.001 até 8.000 toneladas — por operação.....		180\$000
6. Mais de 8.000 toneladas por operação.....		200\$000
Quando os navios forem cargueiros e tiverem de deslocamento:		
7. Até 5.000 toneladas — por operação.....		80\$000
8. De 5.001 até 8.000 toneladas — por operação.....		120\$000
9. Mais de 8.000 toneladas — por operação.....		200\$000
10. Pelo reboque de saveiros dentro da baía do porto, em distância não excedente de 2 quilômetros, por viagem.		60\$000
Taxas especiais:		
Reboque de embarcação de ou para fora do porto, porem de barra a dentro:		
11. Por hora, rebocador de 150 cavalos.....		70\$000
12. Idem, idem, idem, de 200 cavalos.....		90\$000
13. Idem, idem, idem, de 300 cavalos.....		100\$000
14. Idem, idem, idem, de 700 cavalos.....		270\$000
15. Pelo uso de cabo reboque.....		100\$000
16. Pelo uso de cabo grosso de reboque.....		200\$000
17. Pelo serviço de reboque de ou para fora do Porto, em alto mar, por hora		200\$000

SERVIÇOS DE SOCORROS

18. Prestados fora da barra, por rebocadores de força de 700 ou mais cavalos indicados, exclusive reboque:	
Pela 1ª hora.....	500\$000
Pela 2ª hora.....	400\$000
Pela 3ª hora.....	350\$000
Pela 4ª hora.....	300\$000
Pela 5ª hora e seguintes, por hora.....	250\$000
19. Prestados na zona lacustre, da barra para dentro, exclusive reboque, por rebocador de força de 700 ou mais cavalos indicados:	
Pela 1ª hora.....	400\$000
Pela 2ª hora.....	300\$000
Pela 3ª hora.....	200\$000
Pela 4ª hora.....	150\$000
Pela 5ª hora e seguintes, por hora.....	120\$000
20. Prestados na zona lacustre, da barra para dentro, por rebocador de força inferior a 700 cavalos indicados, exclusive reboque:	
Pela 1ª hora.....	300\$000
Pela 2ª hora.....	250\$000
Pela 3ª hora.....	150\$000
Pela 4ª hora.....	100\$000
Pela 5ª hora e seguintes, por hora.....	60\$000

Outros serviços não especificados:

21. Por hora ou fração de hora de lancha motor.....	25\$000
22. Por hora ou fração de hora de rebocador, preço....	Convencional

OBSERVAÇÕES

- a) será concedida uma redução de 25 % na importância a pagar, se o armador solicitar, conjuntamente, os serviços para atracação e desatracação do navio, no mesmo dia;
- b) as operações das taxas ns. 1 a 10 quando requisitadas, serão atendidas pelo porto na hora marcada. No caso de demora, por conveniência da parte requisitante, esta pagará por hora de espera, dentro do expediente ordinário, mais 50\$000 por hora;
- c) fora das horas regulamentares e em domingos e dias feriados as taxas desta tabela serão acrescidas das despesas extraordinárias devidas pelos aumentos de soldadas, acrescidas de 10 %, em conformidade com o art. 24, do decreto federal n. 24.508, de 29 de junho de 1934.

TABELA L

SUPRIMENTO DE AGUA ÀS EMBARCAÇÕES

Taxas devidas pelos requisitantes

Taxas gerais:

1. Por metro cúbico de água fornecida às embarcações atracadas, por meio das canalizações do cais e pontes de acostagem	1\$200
2. Por metro cúbico de água fornecida às embarcações fundeadas nos ancoradouros do porto, por meio de barcas de água	2\$000
Taxa mínima	15\$000

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
3. Por metro cúbico de água fornecida por barcas de água a embarcações fundeadas no porto, fora do ancoradouro		3\$000
Taxa mínima		50\$000
4. Por metro cúbico de água fornecida por barcas de água a embarcações fora do porto, preço.....		Convencional
5. Pela utilização da mangueira, por vez		10\$000

OBSERVAÇÕES

- a) No fornecimento de água às embarcações a administração do porto fornecerá as mangueiras e o pessoal necessário à sua ligação e às manobras de hidrantes, válvulas e outros aparelhos;
- b) considera-se ancoradouros do porto do Rio Grande toda a zona da baía do porto velho e a do porto novo, até a entrada deste na parte fronteira ao Frigorífico Swift;
- c) fica ao critério da administração do porto, quando necessário, fornecer água aos navios atracados ao cais, por meio de suas barcas de água, cobrando, porem, neste caso, a taxa n. 1;
- d) a administração do porto, embora forneça água em excelentes condições de potabilidade, não assume responsabilidade pelas consequências resultantes de uma eventual poluição na sua rede.

TABELA M

SERVIÇOS ACESSÓRIOS

Taxas devidas pelos requisitantes

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
1. Abertura de armazem de bagagem, fora das horas ordinárias de trabalho ou nos domingos ou dias feriados		30\$000
2. Abertura de armazem alfandegado, fora das horas ordinárias de trabalho ou nos domingos ou dias feriados		50\$000
3. Abertura de armazem não alfandegado, ou de armazem geral, fora das horas ordinárias de trabalho ou nos domingos ou dias feriados		30\$000
4. Pelos serviços extraordinários, em geral, executados fora das horas e dos dias de expediente ordinário, à requisição das partes, perceberão os funcionários do quadro ou diaristas uma gratificação equivalente aos seus vencimentos ou diárias, acrescidas de cinquenta por cento		—

SERVIÇOS ACESSÓRIOS EM ARMAZENAGEM

5. Reempilhamento, por tonelada ou fração	3\$000
6. Movimentação para aeração, por tonelada ou fração	3\$000
7. Movimentação para marcação, por tonelada ou fração	3\$000
8. Beneficiamento e reempilhamento, por tonelada ou fração	4\$000
9. Pesagem, por tonelada ou fração	4\$000

SERVIÇOS ACESSÓRIOS DE FORNECIMENTO DE LASTRO

10. Venda de areia, por tonelada	2\$500
Taxa mínima	30\$000
11. Transporte de lastro em vagões, por tonelada.....	4\$000
Taxa mínima	60\$000
12. Estiva de lastro, por tonelada	3\$000
Taxa mínima	30\$000

SERVIÇOS ACESSÓRIOS NÃO ESPECIFICADOS

13. Qualquer outro serviço não previsto nesta tabela, preço	Convencional

OBSERVAÇÕES

- a) a taxa n. 1 será aplicada, em partes iguais, aos navios que simultaneamente se utilizarem do serviço retribuído por esta taxa; se entre a terminação do serviço de um navio e o começo do de outro medear mais de uma hora, os serviços desses navios não serão considerados simultâneos;
- b) alem das taxas desta tabela fica o requisitante obrigado ao pagamento das despesas previstas no art. 24, do Decreto n. 24.508, de 29 de junho de 1934, do Governo Federal.

TABELA N

MOVIMENTAÇÃO DAS MERCADORIAS NOS PORTOS ORGANIZADOS, FORA DOS CAIS E PONTES DE ACOSTAGEM

Contribuição devida pelos requisitantes

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
1. Por tonelada de mercadoria movimentada fora do cais ou pontes de acostagem, nos casos das exceções II, III e IV, do art. 3º, do Decreto federal número 24.511, de 29-6-1934 e do art. 5º do mesmo decreto, quando importada do estrangeiro...		6\$000

Número de ordem	Espécie e incidência	Valor
2. Idem, idem, idem, quando exportada para o estrangeiro, importada ou exportada por cabotagem...		3\$000
3. Por tonelada de mercadoria do tráfego fluvial, movimentada fora do cais ou pontes de acostagem nos casos das exceções já citadas nesta tabela.....		2\$500

ISENÇÕES

São isentos das taxas desta tabela:

- 1.º Os adubos, quando preparados ou a matéria prima para sua fabricação;
- 2.º O carvão mineral de exportação nacional ou estrangeira ou de importação nacional.
- 3.º Os tijolos, tijoleiras, telhas de barro, cal, areia, pedras brutas e aparelhadas, madeiras em balsas e a lenha de produção do Estado, quando destinadas ao consumo das cidades e dos municípios do Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

OBSERVAÇÕES

A Administração do Porto fiscalizará a movimentação de mercadorias, a que se refere esta tabela, de acordo com a Alfândega, pela forma que melhor conduzir ao conhecimento da tonelage movimentada.

Diretoria Geral de Contabilidade, em 6 de novembro de 1940. — *Enéas Cardoso de Castro*, Diretor de Contabilidade, interino.

(C 10.794 — 2-12-40 — 1:836\$0.)

Serviço do Pessoal

ATOS DO SR. MINISTRO

PORTARIA N. 612 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1940

O Ministro de Estado, usando da atribuição que lhe confere o art. 264, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública, e art. 1º do Decreto n. 18.695, de 12 de fevereiro de 1931.

Resolve delegar competência ao engenheiro, classe "L", da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, José Olímpio Barboza, para, nos impedimentos do Sr. Inspetor Federal de Obras contra as Secas, empenhar despesas, expedir ordens de pagamento e requisitar adiantamento à conta dos créditos da subconsignação n. 42, itens 01, 02, 03, 04, e 05, consignação II, Pessoal extranumerário, verba I, Pessoal, art. 3º, anexo 15 do Decreto-lei n. 1.936 de 30 de dezembro de 1939, distribuídos à Tesouraria da mesma Inspeção, para atender ao pagamento dos salários dos extranumerários em exercício fora da Administração Central e dos extranumerários tarefeiros lotados na mesma Administração Central.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

PORTARIA N. 613 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1940

O Ministro de Estado, tendo em vista os encargos conferidos pelo Decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, ao Diretor do Pessoal deste Ministério, e usando das atribuições que lhe conferem os artigos 264, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública, e 1º do Decreto n. 19.695, de 12 de fevereiro de 1931,

Resolve delegar competência àquele Diretor, Alvaro Pereira, para empenhar despesas, expedir ordens de pagamento e requisitar adiantamento, à conta e até os limites dos créditos da verba 1, Pessoal, artigo 3º, anexo n. 15, do Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, subconsignação ns. 42, itens 01, 02, 03, 04 e 05, 44, item 01, 02, 03, 04, 05, 10, 15, e 16 e n. 50, item 01, "em ser" no Tribunal de Contas ou distribuídos à tesouraria da Inspeção Federal de Obras contra as Secas para atender ao pagamento de salário, gratificações, indenizações e outras despesas de funcionários e extranumerários em exercício na Secretaria de Estado, Inspeção Federal das Estradas, Inspeção Geral de Iluminação, Inspeção Federal de Obras contra as Secas (Administração Central), Departamento Nacional de Portos e Navegação, Departamento de Aeronáutica Civil, Departamento Nacional de Estrada de Rodagem e Departamento Nacional de Obras de Saneamento, bem como para solicitar o registro ou anulação de atos ou Decretos que venham posteriormente alterar os referidos créditos orçamentários.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

PORTARIA N. 614, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1940

O Ministro de Estado, usando das atribuições que lhe conferem o art. 264, do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública, e art. 1º do Decreto n. 19.695, de 12 de fevereiro de 1931,

Resolve delegar competência ao Diretor do Pessoal deste Ministério, Sr. Alvaro Pereira, para reconhecer dívidas de exercício encerrado até o limite de cinco contos de réis, e assinar as respectivas ordens de pagamento.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1940. — *João de Mendonça Lima*.

Despachos:

No processo administrativo instaurado para apurar o abandono do cargo, por parte do datilógrafo, classe "F", do Quadro I deste Ministério, Hilda Scheneeweiss Batista, o Sr. Ministro, por despacho de 10 do corrente mês, aprovou as conclusões do parecer do Diretor do Pessoal, nos seguintes termos:

"III — que a prevalecerem razões de equidade, a pena de demissão por abandono do cargo poderia ser substituída:

a) pela de suspensão, por haver o funcionário se afastado do exercício do seu cargo, sem justificar sua ausência, de 11 de junho a 7 de julho de 1940;

b) pela justificação das faltas, a partir de 8 de julho, até a volta do funcionário ao exercício;

c) que o funcionário reassuma o exercício do cargo na Fiscalização do Porto de Angra dos Reis, imediatamente após a data da publicação da decisão do presente processo administrativo;

d) que a remoção do funcionário seja assunto a considerar somente em face do que dispõe o Decreto n. 6.446, de 31 de outubro de 1940 (*Diário Oficial*, de 5 de novembro);

e) que se recomende ao Departamento Nacional de Portos e Navegação o exame das alegações sobre as dificuldades de permanência de seus funcionários em Angra dos Reis (e em outras localidades que apresentem as mesmas condições de vida), propondo as medidas convenientes para removê-las ou diminuí-las".

ATOS DO SR. DIRETOR

Portaria n. 611, de 11 de dezembro de 1940:

O diretor usando da atribuição que lhe confere o artigo 4º, inciso II, do regimento aprovado pelo Decreto n. 2.296, de 29 de janeiro de 1938,

Resolve designar o escriturário, classe "F", do Quadro I, Arquivo Ministério, para exercer as funções de chefe da Secção de Controle deste Serviço.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1940. — *Alvaro Pereira*.

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Comunicação de falecimento:

Manuel Nunes de Sousa — Maquinista, classe "C", do Quadro VIII Estrada de Ferro São Luiz-Terezina) ocorrido em 20 de novembro de 1940.

Vitor Alves de Sousa — Servente, classe "D", do antigo Quadro XIV (Diretoria Regional de São Paulo), ocorrido em 25 de novembro de 1940.

Raimundo Nonato Góes — Servente, classe "B", do Quadro V (Viação Férrea Federal Leste Brasileiro), ocorrido em 5 de novembro de 1940.

Dispensa de extranumerários-mensalistas publicada no *Diário Oficial*, de 3 do corrente mês, à pag. n. 22.414.

Retificação:

Onde se lê:

Selichi Miyashiro (por abandono) — Trabalhador VI — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — 26 de novembro de 1940 — 30.905, de 1940;

leia-se:

Selichi Miyashiro (por abandono) — Trabalhador IV — Estrada de Ferro Noroeste do Brasil — 26 de novembro de 1940. — 30.905-40.

Serviço do Pessoal — Secção Administrativa, 12 de dezembro de 1940.

Serviço do Pessoal

Folha de pagamento de diárias a que fez jus, nos meses de outubro e novembro do corrente ano, um extranumerário-contratado da Inspeção Federal de Obras contra as Secas, com exercício na Administração Central.

Nome — Função — Salário — Natureza do serviço e local para onde se afastou — Número de diárias a que fez jus — Diária abonada — Total.

Nicolau Bralle, técnico especializado contratado (químico) — 1:700\$0
Completar a instalação do laboratório de análises, no Posto Agrícola de São Gonçalo, no Estado da Paraíba.

Meses:

Outubro.	26	—	16\$5	429\$0
Novembro.	—	5	17\$0	85\$0

Importância total desta folha. .. 514\$0

As diárias foram abonadas de acordo com o art. 2º, grupo II, do Decreto 4.705, de 26-9-1939, correndo a despesa à conta da subconsignação 48, item 05 do orçamento vigente deste ministério.

Secção de Controle, em 7 de dezembro de 1940. — *Ary Ministério*, escriturário, classe F.

Visto. — *Alvaro Pereira*, chefe da Secção.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO

COMISSÃO DE ESTUDOS E MELHORAMENTOS DO RIO PARNAÍBA

Folha de pagamento de serviços extraordinários prestados pelos funcionários desta Comissão, nos meses de outubro e novembro de 1940.

Nomes — Cargos	Vencimentos	Dias de serviço prorrogados		Horas prorrogadas		Total de horas prorrogadas	Horas de prorrogações pagas	Gratificação por hora	Importância a receber
		Outubro	Novembro	Outubro	Novembro				
Afonso Henrique Furtado Portugal, engenheiro, classe J	4.500\$00	0	25	75	75	150	400	8\$350	835\$000
Leônidas Alves de Oliveira, engenheiro, classe I	4.300\$00	0	11	33	75	108	72	7\$200	518\$400
Jerônimo Augusto Curado Fleury, prático de engenharia, classe G	900\$00	0	25	75	75	150	400	5\$000	500\$000
Osmar Barbosa Lima, prático de engenharia, classe G	900\$00	0	11	33	75	108	72	5\$000	360\$000
Isauro Pinto, prático de engenharia, classe F, interino	700\$00	0	11	33	75	108	72	3\$888	279\$900
Euclydes Piracuruca, desenhista, classe G	900\$00	0	25	75	75	150	400	5\$000	500\$000
									2.993\$300

OBSERVAÇÕES

A presente folha de pagamento foi organizada de acordo com a portaria n. 73, de 1 de outubro último, do Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, publicada no *Diário Oficial* n. 241, de 17-10-40, à pág. n. 19.688, sendo os serviços prestados fora das horas normais de expediente, de conformidade com as letras a, b e g do Decreto n. 5.062, de 27-12-39.

Natureza do serviço: — Levantamentos topo-hidrográficos, medições de velocidade e de descarga, além de outros atinentes ao regime do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí, não só nos trabalhos de campo como nos de escritório.

Os funcionários ns. 2, 4 e 5, Leônidas Alves de Oliveira, Osmar Barbosa Lima e Isauro Pinto, respectivamente, engenheiro, classe I, prático de engenheiro, classe G e prático de engenharia, classe F, interino, gozaram férias regulamentares durante o mês de outubro último, a saber:

Outubro: — Leônidas Alves de Oliveira: Presente de 1 a 2 a 31 (14 dias de prorrogação). Em gozo de férias regulamentares: de 12 a 31. — Osmar Barbosa Lima.

Em gozo de férias regulamentares: de 1 a 20. Presente de 21 a 31 (14 dias de prorrogação). Isauro Pinto: Presente de 1 e 2. Em gozo de férias regulamentares: de 3 a 22. Presente de 23 a 31 (14 dias de prorrogação).

Importa a presente folha de pagamento em 2.993\$33 (dois contos novecentos e noventa e três mil e trezentos réis), correndo a despesa por conta da Verba 1.ª

— Pessoal — Consignação IV — Subconsignação n. 45 — 01 — Anexo n. 45, do Decreto-lei n. 1.936, de 30-12-39.

Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Parnaíba, 30 de novembro de 1940. — *Paulo Júlio de Gouveia*, datilógrafo, classe G.

Folha de pagamento de serviços extraordinários prestados pelo funcionário desta Comissão, nos meses de outubro e novembro de 1940.

Nomes — Cargos	Vencimentos	Dias de serviço prorrogados		Horas prorrogadas		Total de horas prorrogadas	Horas de prorrogações pagas	Gratificação por hora	Importância a receber
		Outubro	Novembro	Outubro	Novembro				
Paulo Júlio de Gouveia, datilógrafo, classe G	900\$00	0	25	75	75	150	100	5\$000	500\$000
									500\$000

OBSERVAÇÕES

A presente folha de pagamento foi organizada de acordo com a portaria n. 73, de 1 de outubro último, do Sr. Diretor do Departamento Nacional de Portos e Navegação, publicada no *Diário Oficial* n. 241, de 17-10-40, à pág. n. 19.688, sendo os serviços prestados fora das horas normais de expediente, de conformidade com as letras a, b e g do Decreto n. 5.062, de 27-12-39.

Natureza do serviço: — Levantamentos topo-hidrográficos, medições de velocidade e de descarga, além de outros atinentes ao regime do Rio Parnaíba, não só nos trabalhos de campo como nos de escritório.

Importa a presente folha de pagamento em 500\$00 (quinhentos mil réis), correndo a despesa por conta da Verba 1.ª — Pessoal — Consignação IV — Subconsignação n. 45 — 01 — Anexo 15, do Decreto n. 1.936, de 30-12-40.

Comissão de Estudos e Melhoramentos do Rio Parnaíba, em Parnaíba, 30 de novembro de 1940. — *Jerônimo Augusto Curado Fleury*, prático de engenharia, classe G.

Folha de pagamento de gratificações por serviços extraordinários a funcionários e extranumerários do Departamento Nacional de Portos e Navegação, correspondente ao mês de novembro de 1940.

Nome — Cargo — ou função	Vencimento ou salário	Dias de serviço prorrogados ou antecipados		Horas de antecipação e prorrogação em Novembro		Gratificação diária (2 horas)	Importância total a receber	Natureza do serviço
		Anterior	Novembro	Efetuada	Pagas			
José Potiguara da Frota e Silva — Oficial administrativo, classe K.	1:900\$0	9	23	69	46	21\$1	485\$3	Revisão e atualização do fichário do pessoal do Departamento, a cargo da Secção do Pessoal.
João Batista Pereira — Oficial administrativo, classe J.....	1:500\$0	10	24	72	48	10\$6	398\$1	Idem, idem, idem, idem.
Edgar Carrilho da Fonseca e Silva — Oficial administrativo, classe I.....	1:300\$0	7	24	72	48	14\$1	345\$6	Idem, idem, idem, idem.
Eurico Cantalice de Freitas — Oficial administrativo, classe I.....	1:300\$0	10	24	72	48	14\$4	345\$6	Idem, idem, idem, idem.
Etelvina Santoro Xavier de Sousa — Oficial administrativo classe H.....	1:100\$0	10	24	72	48	12\$2	292\$8	Idem, idem, idem, idem.
Arnaldo Nunes de Oliveira Barbosa Junior — Escriturário, classe G.....	900\$0	10	24	72	48	10\$0	240\$0	Idem, idem, idem, idem.
Mário Cardoso — Servente VII.....	400\$0	10	24	72	48	1\$4	105\$6	Serviços inerentes a função.

Importa a presente folha em dois contos duzentos e treze mil e trezentos réis, correndo a despesa à conta da verba I, Pessoal, consignação 45, item 01 (DNPN), do orçamento vigente deste Ministério.

Folha de pagamento de gratificações por serviços extraordinários a diversos funcionários do Departamento Nacional de Portos e Navegação, correspondente ao mês de novembro do corrente ano.

Nome — Cargo — ou função	Vencimento ou salário	Dias de serviço prorrogados ou antecipados		Horas de antecipação e prorrogação em Novembro		Gratificação diária (2 horas)	Importância total a receber	Natureza do serviço
		Anterior	Novembro	Efetuada	Pagas			
Antônio Alves da Rocha — Oficial administrativo, classe J.....	1:500\$0	10	24	72	48	16\$6	398\$1	Serviços prestados no Protocolo em virtude da prorrogação do Gabinete do Diretor do Departamento.
Serafim Alves dos Reis — Oficial administrativo, classe I.....	1:300\$0	10	24	72	48	14\$4	345\$6	Idem, idem, idem, idem.
Newton Halfelt Fontinha — Oficial administrativo, classe I.....	1:300\$0	10	18	54	36	14\$4	259\$2	Idem, idem, idem, idem.

Importância desta folha: 1:003\$2.
SPV. Secção de Controle, em 9 de dezembro de 1940.

Folha de pagamento de gratificações por serviços extraordinários a funcionários extranumerários do Departamento Nacional de Correios e Telégrafos, correspondente ao mês de novembro do corrente mês.

Nome — Cargo — ou função	Vencimento ou salário	Dias de serviço prorrogados ou antecipados		Horas de antecipação e prorrogação em Novembro		Gratificação diária (2 horas)	Importância total a receber	Natureza do serviço
		Anterior	Novembro	Eletuadas	Pagas			
Maria do Carmo Fernandes — Oficial administrativo classe I....	1:300\$0	0	16	48	32	14\$4	230\$4	Intensificação e classificação de cimal dos processos arquivados no Patrimônio do Departamento.
Mário Silva — Oficial administrativo classe I....	1:300\$0	0	16	48	32	14\$4	230\$4	Idem, idem, idem, idem.
Aguinaldo Moreira da Silva Lima — Oficial administrativo classe H....	1:400\$0	0	16	48	32	12\$2	195\$2	Idem, idem, idem, idem.
Nadir de Freitas Tonini — Datilógrafo, classe G....	900\$0	0	16	48	32	10\$0	160\$0	Idem, idem, idem, idem.
Durval José Martins de Araujo — Datilógrafo, classe F....	700\$0	0	16	48	32	7\$8	124\$8	Idem, idem, idem, idem.
Maria Lúcia Teixeira de Oliveira — Escriturário, classe E....	600\$0	0	16	48	32	6\$7	107\$2	Idem, idem, idem, idem.
Maria da Glória Siqueira de Araujo — Escriturário classe, E....	600\$0	0	16	48	32	6\$7	107\$2	Idem, idem, idem, idem.
Hugo Soares Berford — Inspetor, referência XV....	900\$0	0	16	48	32	10\$0	160\$0	Idem, idem, idem, idem.
Olga da Costa Leite — Auxiliar de escritório, referência IX....	500\$0	0	10	30	20	5\$6	56\$0	Idem, idem, idem, idem.

Importa a presente folha em um conto trezentos e setenta mil e duzentos réis, correndo a despesa à conta da subconsignação 45, item 01) (DNPN) do orçamento vigente deste Ministério. Empenho n. 146-P, de 12-11-940.

Departamento dos Correios e Telégrafos

PORTARIA N. 1.199, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor geral, usando da faculdade que lhe confere o inciso 17 do art. 23 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, combinado com o art. 1.º do Decreto número 22.673, de 28 de abril de 1933, e

Considerando que o desenvolvimento do serviço postal aéreo no Brasil está a exigir no interesse do comércio, da indústria e do público em geral, o estabelecimento da permuta de valores por via aérea; e

Considerando que essa permuta facilitará o suprimento de numerário para pagamento de vales, bem como a remessa urgente de selos e outras fórmulas de franquia a repartições deste Departamento.

Resolve estabelecer, dentro do território nacional, a permuta de objetos com valor declarado, por via aérea, devendo ser observadas, na execução desse serviço, as seguintes regras:

I) Cada remessa com valor declarado a ser transportada por via aérea não poderá exceder o limite da importância de um conto de réis (1:000\$0), e pagará a taxa aérea de LC. ou AO., além dos prêmios de registro e de seguro previstos na Tarifa Geral de Correios e Telégrafos, conforme a sua categoria e de acordo com o percurso a ser utilizado; regional ou interestadual.

II) A aceitação de correspondência com valor declarado, por via aérea, será extensiva a todas as repartições autorizadas a executar o serviço postal aéreo direta ou indiretamente.

III) — A remessa de papel moeda, por via aérea, será feita em sobrecarta especial transparente, com selo estampado da importância de dois mil réis (20\$), que deverá ser computada no pagamento de taxas.

IV) — Nessa espécie de correspondência, não haverá lacramento nem aplicação de grampo, devendo ser utilizada, na parte central do verso da sobrecarta, a etiqueta em uso no fechamento de malotes, até que seja adotado modelo próprio.

V) — A sobrecarta deverá trazer, obrigatoriamente, o endereço do remetente, e, desde que contenha duas ou mais cédulas, o serventário encarregado do registro deverá dispô-las de modo a facilitar a visibilidade, pelo menos, da de maior importância.

VI) — O franquimento dos objetos será feito após o fechamento dos mesmos, devendo os de categoria A. O. ser pesados posteriormente ao lacramento ou à aplicação de cinta especial de segurança.

VII) — A correspondência aérea com valor declarado não poderá transportar qualquer nota ou missiva, e ficará, consequentemente, isenta de censura.

VIII) Os correios permutantes diretos mencionarão os objetos com valor declarado no Quadro da Fatura-modelo 262 com a declaração do valor respectivo, que será feita na coluna "Observações", do citado quadro, desde que o número de objetos registrados simples ou com valor declarado, não exceda de quinze (15), caso em que serão os mesmos, de igual modo, relacionados na Lista especial de registrados (modelo 260).

IX) Cada fatura ou lista de expedição será visada pelo chefe da turma ou quem suas vezes fizer, ou por empregado especialmente designado para esse fim, quando o movimento do serviço assim o exigir.

X) As repartições postais autorizadas a executar o serviço aéreo, indiretamente, remeterão a correspondência com valor declarado ao Correio permutante direto, seu intermediário.

XI) — O destinatário da correspondência aérea com valor declarados de conferência. — Landry Sales Gonçalves, diretor geral.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Dia 12 de dezembro de 1940

Requerimentos despachados:

Alcebiades Vidal de Souza, solicitando nomeação para a classe inicial da carreira de telegrafista. — "Indeferido, tendo em vista o informado". (58.697-40).

Paulo Henrique Cini, residente no Estado do Rio Grande do Sul, solicitando ingresso na Rede Nacional de Rádio Amadores. — "A vista das informações, como requer". (62.029-40).

Ignacio Tostes de Assis Martins, Oswaldo Brito, Delille Pinto Ribeiro, José de Mariz Freire e Paulo Rodrigues dos Santos, residentes no Estado de Minas Gerais, solicitando ingresso na Rede Nacional de Rádio Amadores. — "A vista das informações, deferido". (60.868-40).

Araci de Araujo Barreira, Alcindo Guanabara Filho, Plínio Alves Barreira, Rosa da Silva Reis, residentes em Pernambuco e Manuel Fontenense, residente no Ceará, solicitando ingresso na Rede

Nacional de Rádio Amadores. "A vista das informações, deferido". (60.869-40).

Herbert Spencer Rodrigues Bandeira, pedindo expedição de diploma de técnico especialista em rádio-electricidade. — "Indeferido, em face das informações." (56.155-40).

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR DE CORREIOS

Suprimindo a linha postal de Floresta e Betânia, passando em Carqueija, custeada por 4:560\$0.

Criando, em substituição, as de Floresta a Carqueija, com 26 quilômetros do pequeno percurso e de Custódia a Betânia, com 50 quilômetros de extensão, ambas com 2 viagens por semana, serviço feito a pé e custeado por 2:280\$0, cada uma, todas na jurisdição da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Pernambuco. (Portaria n. 1.200 de 12 de dezembro de 1940).

Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado de São Paulo

Folha de pagamento de gratificação por serviços extraordinários. Mês de novembro-dezembro-

Verba 1 — Pessoal — IV Gratificações — 45 Gratificações por Serviços Extraordinários — 03) DCT.

Nome — Cargo — Venc. mensal — Natureza do serviço — Dias de prorrogação anterior — Dias de prorrogação neste mês — Total de horas remuneráveis — Importância total a ser paga.

Nelson dos Santos Matarazzo, of. adm. "H" — 1:100\$0 — preparo de processos no Gabinete da D-R — 92 dias — 28 dias — 56 horas — 342\$2.

Importa a presente folha em trezentos e quarenta e dois mil e duzentos réis.

Portaria 1.945, de 11 de outubro de 1940. O funcionário acima, trabalhou no período de 5 de novembro a 7 de do corrente, durante 28 dias úteis, por mais de três horas diárias além do horário habitual de expediente. Empenho de despesa n. 112.

SRP 19, Turma Financeira e de Controle. Em 11 de dezembro de 1940. — José Garcia Braga, of. adm. I. — Visto, o chefe do SRP 19, Laercio Neves, of. adm. K.

Departamento de Aerorútica Civil

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 6 de dezembro de 1940

Requerimentos despachados:

Antonio Franco, requerendo a subvenção de 100 % para fazer o curso de Mecânico de Aviação na Escola Técnica de Aviação Civil. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 2.912-40).

Delfim Soares de Andrade, requerendo a subvenção de 100 %, para tirar o curso de piloto civil no Aero Club do Brasil. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 7.065-40).

Jair Nunes, requerendo a subvenção de 100 % para fazer o curso de aviador civil no Aero Club de Pernambuco. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 5.783-40).

Clibas Egídio da Silva, requerendo a subvenção de 100 % para fazer o curso de piloto civil no Aero Clube de S. Paulo. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 4.198-40).

Norival de Oliveira Lago, requerendo a subvenção de 100 % para dez horas de voo, afim de concluir o curso de piloto na Escola de Aviação Civil, Hugo Cantergiani. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 1.829-40).

Francisco de Paula Messias Cardoso e Nelson Bueno Caracas, requerendo a subvenção de 100 % para fazerem o curso de pilotagem no Aero Club do Brasil. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 5.072, de 1940).

Dia 7

Leda Batista, requerendo dez horas de voo. — Indeferido à vista do parecer. (Ref. 3.427-40).

Ministério da Agricultura

Departamento de Administração

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

De 12 de dezembro de 1940

N. 2.250 — Gabinete — Fazenda.

1. Com a inclusa exposição de motivos, submeteu o Sr. Ministro da Agricultura à consideração de V. Excia. um projeto de decreto-lei que objetiva as seguintes alterações orçamentárias:

Verba 1 — Pessoal

Consignação V — Indenizações

S/c. n. 7 — Ajuda de custo

11) — Superintendência do Ensino Agrícola

Passa de	10:000\$0
Para	23:000\$0
Aumenta	13:000\$0

S/c. n. 8 — Diárias

13) — Superintendência do Ensino Agrícola

Passa de	70:000\$0
Para	52:000\$0
Reduz de	18:000\$0

Verba 2 — Material

Consignação III — Diversas Despesas

S/c. n. 36 — Ligeiros reparos nos edificios, etc.

13) — Superintendência do Ensino Agrícola

Passa de	115:000\$0
Para	120:000\$0
Aumenta	5:000\$0

2. Informa aquele Ministério que a medida visa ocorrer a despesas de ajudas de custo com a transferência do Aprendizado Agrícola Rio Branco do Território do Acre e possibilitar os reparos de que carecem as diversas salas ocupadas pelas Secções do referido Aprendizado.

3. O assunto foi apreciado pela Comissão de Orçamento deste Ministério que se mostra, entretanto, desfavorável ao atendimento do pedido não só em vista de já se encontrar próximo o encerramento do atual exercício mas também por julgar irrelevantes os motivos alegados para a alteração em apreço.

4. Estando de acordo com esse parecer, pelas razões expostas, tenho a honra de, ao restituir a V. Excia. os inclusos papeis, opinar contrariamente à expedição do ato.

5. V. Excia., todavia, dignar-se-á de resolver como julgar mais acertado.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1940. — A. de Souza Costa.

Aprovado — Em 4-12-940 — G. VARGAS.

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR GERAL

Requerimento de Nelson de Andrade, solicitando pagamento da importância de 144\$0 — Indeferido. (D.C.M. 40.398-40.)

RETIFICAÇÃO

No *Diário Oficial* de 11-12-940, à pág. n. 22.986 — 1.ª coluna na portaria n. 617 —

Onde se lê:

Portaria n. 617, 45 9-1-2940 —

Leia-se:

Portaria n. 617, de 9-12-1940.

PORTARIA N. 143 DE 12-12-940

O Diretor da Divisão de Contabilidade do Departamento de Administração,

Resolve:

I — Designar o Sr. René Descartes de Medeiros, Oficial Administrativo, classe I, como funcionário mais graduado, para responder pelo expediente da 2.ª Secção desta Divisão durante o impedimento do respectivo Chefe. — Antonio de B. Cerqueira Lima — No impedimento do Diretor.

Divisão do Pessoal

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 12 de Dezembro de 1940

Portaria n. 142:

Em 11-12-940 — O Diretor do Pessoal designa o Oficial Administrativo, classe I, Eduardo Uchôa, de acordo com os arts. 89 e 90 do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, para substituir o chefe da Secção Administrativa, Oficial Administrativo, classe I, Mario de Ortiz Poppe no período de 12 a 31 do corrente mês, época em que esse funcionário responderá pelo expediente da Divisão. — Waldemar José de Carvalho.

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Pisistrato de Amorim e Silva, classificador de produtos vegetais, classe G, solicita prorrogação de trinta dias para se apresentar na respectiva sede. — Deferido. (DMC 40.504-40).

SEÇÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA NO ESTADO DO PARÁ

Decreto-lei n. 1.936, de 30 de dezembro de 1939, art. 3.º, anexo n. 7, Verba 1 — Pessoal, Consignação V — Indenizações, Subconsignação 8 — Diárias, 06) D. N. P. V.

Folha de pagamento de diárias por serviços prestados fora da sede, do pessoal abaixo indicado, da Seção de Fomento Agrícola, no Estado do Pará, relativa ao mês de outubro de 1940:

Nomes — Cargos — Observações	Número de diárias	Diária	Total
Edgar Pereira Bezerra — Agrônomo do Fomento Agrícola classe J — Vencimentos: 1:50\$00 — Sede: Belem — Dias 9 a 11, em inspeção aos serviços agrícolas a seu cargo no Município da Vigia, conf. proc. n. 47, de 1940 (atribuições do cargo)	3	25\$0	75\$0
Hugo Rangel de Borborema — Agrônomo classe I — Vencimentos: 1:300\$0 — Sede: Belem — Dia 30 de setembro a 10 de outubro, fazendo estudos sobre irrigação do planalto e inspecionando propriedades agrícolas e dependências desta Seção no Município de Santarem, conf. portaria n. 49, de 28-9-40. (Proc. n. 11)	11	22\$0	242\$0
Augusto Numa Pinto — Agrônomo classe I — Vencimentos: réis 1:300\$0 — Sede: Belem — Dia 24 de outubro a 1 de novembro, escolhendo terras para plantio de timbó no Campo de Sementes de Fumo em Traubateua, Município de Bragança, conf. portaria n. 53, de 23-10-40 (Proc. n. 11, de 1940)	9	22\$0	198\$0
Total			515\$0

Foram prestados os serviços mencionados nesta folha.

Confere e importa a presente folha em quinhentos e quinze mil réis (515\$0), quantia essa deduzida do crédito respectivo, consoante empenho por estimativa n. 4-A, de 10 de Maio de 1940.

Contabilidade da Seção de Fomento Agrícola no Estado do Pará, 12 de novembro de 1940. — (Assinatura ilegível), auxiliar de escritório XI. — Confere. *E. de Queiroz Ribeiro* encarregado da Equipe. — Visto. *Waldemar José de Carvalho*, diretor do Pessoal.

Departamento Nacional da Produção Vegetal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 6 de dezembro de 1940

Aviso n. 175-V — Ao Sr. ministro da Viação e Obras Públicas: Comunicando a designação dos Srs. Lildebrando Horta Barbosa, do Ministério da Justiça, e Otacilio Negrão de Lima, do Ministério da Educação e Saúde, para fazerem parte da Comissão encarregada da permuta das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz e solicitando as providências que forem necessárias por parte da quele Ministério.

Aviso n. 176-V — Ao Sr. ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Idêntico.

Aviso n. 177-V — Ao Sr. ministro da Educação e Saúde:

Idêntico.

Divisão de Fomento da Produção Vegetal

PORTARIA N. 67-V DE 6 DE DEZEMBRO DE 1940

O Diretor resolve, de acordo com o disposto no art. 37, letra c, do Regimento aprovado pelo Decreto n. 4.438, de 26 de julho de 1939, designar o Agrônomo de Fomento Agrícola — classe J, Darie Tavares Gonçalves, para responder pelo expediente da Seção de Plantas Textéis, durante o período de férias regulamentares do Agrônomo de Plantas Textéis classe K, Eliezer Rodrigues Moreira, a partir de 12 de dezembro do corrente ano.

PORTARIA N. 71, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, resolve:

I — Designar o Agrônomo, classe I, Antônio Marino, para chefiar o Posto de Defesa Sanitária Vegetal, no Rio de Janeiro, en-

quanto durar o impedimento do Agrônomo Fitossanitarista: classe K, Ulysses Cavalcanti de Mello, designado pelo Sr. Ministro para o desempenho de comissão junto ao Governo do Estado de Pernambuco. — *A. F. Magarinos Torres*, diretor.

Dia 10 de dezembro de 1940

Ordem de serviço.

Ao Sr. Chefe da Seção de Fruticultura e Plantas Hortícolas. Autoriza a ida do extranumerário mensalista, Auxiliar de Escritório, referência X, Waldir Leite Pena, ao Estado do Paraná, afim de ajudar ao AGFC-K, Lamartino Magalhães Duarte, a se desempenhar das atribuições que lhe foram confiadas pela ordem de serviço de 7 de novembro último, tendo o prazo de 30 dias a contar de 12 do corrente, para apresentar à Diretoria o serviço datilografado, ficando-lhe arbitrada a diária de 8\$000.

Departamento Nacional da Produção Animal

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Requerimento despachado

Indústrias Reunidas Laticínios Bracó Limitada solicitam o fornecimento de requisição de transporte de Belo Horizonte para esta Capital, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, de maquinismos, vasilhames e demais pertences de sua fábrica de Caseína e Galalite. — Indeferido. (P. A. 5.726-40).

EXPEDIENTE DO DIRETOR DA DIVISÃO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

Requerimentos despachados

Química "Bayer" Ltda., requer o registro de seu produto — Carrapaticida — indicado para exterminar carrapatos e larvas. — Deferido. (P. A. 5.815-40).

Mário de Miranda e Silva requer o registro do "Laboratório Campol". — Deferido. (P. A. 4.599-40).

Divisão de Defesa Sanitária Animal

PORTARIA N. 27-A, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1940

O Diretor resolve arbitrar, de acordo com o art. 137, combinado com o § 1º do art. 138, do Decreto-lei n. 1.713, de 28-10-39, uma ajuda de custo ao Veterinário Sanitarista, classe K, Leovigildo Pereira, na importância de 3:800\$000 (três contos e oitocentos mil réis), correspondentes a dois meses de vencimentos, por ter sido removido da Inspeção Regional desta Divisão em Belo Horizonte, para chefiar a Inspeção Regional em São Paulo, conforme Portaria Ministerial n. 433 de 20 de agosto de 1940. — *João Cláudio de Lima*. Confero com o original.

D. D. S. A., em 11 de dezembro de 1940. — *Miriam Aranha Figueira de Farias*, Dat.-D.

Departamento Nacional da Produção Mineral

DIVISÃO DE ÁGUAS

PORTARIA N. 162, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral,

Resolve designar, nos termos do art. 25, letra l do Regimento baixado com o Decreto n. 6.402, de 28 de outubro de 1940, o Engenheiro S. A. classe "K" Mário Barbosa de Moura, para chefiar a Seção de Irrigação, desta Divisão.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1940. — *Antonio José Alves de Souza*, diretor.

PORTARIA N. 163, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral,

Resolve designar, nos termos do art. 25, letra l do Regimento baixado com o Decreto n. 6.402, de 28 de outubro de 1940, o Engenheiro S. A. classe "J", Júlio da Costa Barros, para chefiar o 3º Distrito desta Divisão.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — *Antônio José Alves de Souza*, diretor.

PORTARIA N. 164, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1940

O diretor da Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral,

Resolve designar, nos termos do art. 25, letra l do Regimento baixado com o Decreto n. 6.402, de 28 de outubro de 1940, o En-

engenheiro S. A. classe "G" interino Edwaldo Motta Almeida, para substituto eventual do Sr. Chefe do 7.º Distrito desta Divisão.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — *Antônio José Álvares de Souza*, diretor.

Dia 9 de dezembro de 1940

Sr. Diretor da Divisão do Pessoal:

Tendo o Engenheiro S. A. Cl. "J" Ofir Viana, sido removido de Sorocaba no Estado de São Paulo para Petropolis no Estado do Rio, conforme portaria anexa, comunico-vos que resolvi arbitrar a esse funcionário uma ajuda de custo de dois meses do vencimento, na forma do art. 138, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Superintendência do Ensino Agrícola

EXPEDIENTE DO SR. SUPERINTENDENTE

Dia 10 de dezembro de 1940

Processo n. 3.816-40 — Sr. Arlindo Augusto Silveira, pedindo registro de seu diploma de agrônomo. — Deferido.

Processo n. 3.800-40 — Sr. Clodoveu de Oliveira Dias, pedindo registro de seu diploma de engenheiro-agrônomo. — Deferido.

Processo n. 4.083-38 — Sócrates Mesquita Batista, pedindo registro de seu diploma de agrônomo. — Deferido.

Processo n. 3.877-40 — Sr. Wilson Brito, pedindo registro de seu diploma de agrônomo. — Deferido.

Processo n. 3.883-40 — Sr. Gastão de Faria, pedindo registro de seu diploma de agrônomo. — Deferido.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Departamento de Administração

Serviço de Comunicações

Primeira Seção

Portaria ministerial n. SCm-571, de 10 de dezembro de 1940

Dispõe sobre a prova de habilitação para os efeitos do art. 84 e seu parágrafo do Decreto-lei n. 2.063, de 7 de março de 1940

O ministro de Estado:

Considerando que a profissão de corretor de seguros ainda não está regulamentada, e, por isso, mister se torna esclarecer em que consiste a habilitação para o seu exercício, competindo a este Ministério, na situação atual estabelecer as condições necessárias à respectiva prova;

Considerando que diversos corretores de seguros, nesta capital e nos Estados, não puderam tirar suas carteiras profissionais nas condições determinadas pela portaria ministerial n. SCm-312, de 6 de junho de 1940;

Considerando que, na conformidade do Decreto-lei n. 2.063, de 7 de março de 1940, a aquisição dos contratos de seguros dos ramos elementares, bem como o pagamento da respectiva corretagem, só poderão ser feitos através da mediação de corretor habilitado;

Considerando, finalmente, que, segundo já estabelece o parágrafo único do art. 24 da portaria ministerial de 11 de abril de 1935, pela qual foram expedidas as instruções reguladoras das condições indispensáveis para que possam operar em seguros contra acidentes do trabalho as companhias ou sindicatos expressamente autorizados a fazê-lo, "consideram-se corretores habilitados, para os efeitos do mesmo artigo, os que possuírem a carteira profissional deste Ministério", instituída pelo Decreto n. 21.175, de 21 de março de 1932, e regulada pelo ed n. 22.035, de 29 de outubro de 1932, resolve:

Art. 1.º A prova de habilitação para os efeitos do art. 84 e seu parágrafo do Decreto-lei n. 2.063, de 7 de março de 1940, far-se-á por meio da carteira profissional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, expedida na forma da legislação vigente.

Art. 2.º Para a expedição da carteira profissional e a anotação relativa à retificação da profissão daquele que já possuía, exige-se atestado do Sindicato ou de dois corretores de seguros, portadores de carteira profissional.

§ 1.º Sempre que exista sindicato na localidade, as repartições deste Ministério deverão ouvi-lo sobre os pedidos de carteiras profissionais, nos casos de atestados fornecidos por dois corretores de seguros.

§ 2.º A anotação relativa à retificação da profissão será lançada à fls. 9 da carteira, obedecendo ao modelo anexo, e receberá o visto do chefe da repartição e o carimbo respectivo.

Art. 3.º Os Sindicatos não poderão negar o atestado de profissão aos corretores que o solicitarem, mesmo que não estejam sindicalizados.

Parágrafo único. Caso o Sindicato se recuse a fornecer o atestado, caberá recurso para o Serviço de Identificação Profissional, no Distrito Federal, e para as Delegacias Regionais, nos Estados e Território do Acre.

Art. 4.º Em todos os pedidos de carteiras, será ouvido o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização a respeito do efetivo exercício da profissão pelos requerentes.

§ 1.º As carteiras serão emitidas à vista de petição, em que os interessados indiquem as sociedades para as quais tenham angariado seguros e as respectivas épocas.

§ 2.º Nos Estados e no Território do Acre, as medidas de que trata este artigo serão tomadas pelas Delegacias Regionais, com a audiência das Inspetorias de Seguros.

Art. 5.º Exercendo o interessado mais de uma atividade profissional, a anotação a que se refere o art. 2.º não invalidará a anterior qualificação, si ressalvada por ele a disposição de a conservar.

Art. 6.º É vedada a expedição de carteira profissional de corretor de seguros a favor de funcionário ou extranumerário deste Ministério (art. 226, incisos IV e IX, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939).

Art. 7.º Até sessenta dias após a publicação da presente portaria, poderá provisoriamente servir de prova de habilitação profissional dos atuais corretores de seguros o recibo de entrada até 31 de agosto de 1940, no protocolo competente, do requerimento de expedição da carteira profissional ou de sua retificação, ou o talão do pagamento de emolumentos correspondente à ficha de identificação.

Art. 8.º Ficam revogados os dispositivos da portaria ministerial n. SCm-312, de 6 de junho de 1940.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Waldemar Falcão*,

Referência: Processo n. MTIC. 18.622 de 1940.

MODELO A QUE SE REFERE O § 2.º DO ART. 2.º DA PORTARIA MINISTERIAL N. SCm-571 DE 10 DE DEZEMBRO DE 1940

O portador da presente carteira exerce a profissão de corretor de seguros, conforme ficou apurado no processo n.

(Data e assinatura do chefe da repartição)

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados:

Em 6 de dezembro de 1940 (aditamento)

Maria da Conceição Carneiro de Freitas, pedindo reconsideração do despacho proferido no pedido de avocação do processo concernente à marca "Pulmosedol Freitas", para o efeito de ser, afinal, concedido o registro da referida marca, visto ter sido declarada caduca a impeditiva (MTIC 10.827-940). — Tendo em vista a informação do Departamento Nacional da Propriedade Industrial (fls. 50) pela qual se evidencia a impossibilidade da colidência havida em relação à marca registanda, reconsidero o despacho anterior (fls. 44), para o efeito de reformar a decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial e conceder o registro pedido.

Aristodemo Neri, pedindo avocação do processo concernente a marca "Cama Patente", depositada sob o n. 62.426, por L. Liscio & Cia., para distinguir camas, da classe 40, afim de que seja reformada a decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial que, não tomando conhecimento do seu recurso, confirmou o despacho que concedera ao depositante o registro da aludida marca (MTIC 30.874-940). — Mantenho a decisão unânime do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, atentos os seus fundamentos e o parecer do Consultor Jurídico (fls. 36-v.).

David Xavier & Comp., pedindo avocação do processo referente ao título de estabelecimento "Cruzeiro do Sul", depositado sob o número 60.856, pela Sociedade de Produtos Alimentícios Ltda., na classe 41, para o efeito de reformar a decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial que, dando provimento ao recurso interposto pela firma depositante, concedeu-lhe o registro da citada marca (MTIC 30.251-940). — Mantenho a Decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, atentos os seus fundamentos e o parecer do consultor Jurídico. (Fls. 34). (Opina, o parecer a que alude o despacho, no sentido de ser mantida a decisão recorrida, uma vez que, tendo sido concedido registro, a outras marcas de igual denominação, não há razão de se mudar agora de atitude.)

Horácio Antunes Ferreira, pedindo avocação do processo relativo a marca "Óleo Estrela Azul", depositada sob o n. 62.066, pelo suplicante, para assinalar óleos lubrificantes, da classe 47, afim de que seja reformada a decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial que, negando provimento ao seu recurso, confirmou o despacho que indeferira o registro da aludida marca (MTIC 27.597-940). — Avoco o processo, para o efeito de reformar a decisão do Conselho de Recursos da Propriedade Industrial e conceder o registro, com fundamento nos pareceres do Consultor Jurídico (fls. 54-v e 60). (Os pareceres a que alude o despacho, opinam, de acordo com o voto do conselheiro José Maria de Lacerda, pela concessão do registro solicitado.)

Ministério da Agricultura, encaminhando processo no qual Hidro Dental Limitada solicita informações, afim de que possa se inscrever e concorrer aos prêmios estabelecidos no art. 10, do Decreto-lei número 921, de 1 de dezembro de 1938 (MTIC 28.487-940). — Devol-

va-se ao Ministério da Agricultura, com a informação do Departamento Nacional da Indústria e Comércio. (Segundo a informação a que alude o despacho, deve o interessado esclarecer melhor o assunto, visto não haver relação entre os produtos visados pelo decreto citado, e os fabricados por aquela firma).

Dia 9

Edgard Ribas Carneiro, juiz da 3.^a Vara da Fazenda Pública, solicitando providências, à vista do que expõe, sobre a conveniência de ser feita, nos atos do Registro do Comércio, a prova de quitação judicial (MTIC 24.699-940). Como parece ao Sr. consultor geral da República. Aprovo o ato do diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Ao SCm., para fazer a necessária comunicação ao Dr. juiz da Fazenda Pública, providenciando igualmente para que seja publicado no *Diário Oficial* o parecer do Sr. consultor geral da República. (São, respectivamente, do teor seguinte, o parecer do Sr. consultor Jurídico, e o ato do diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, a que alude o despacho: — “A questão submetida a parecer desta Consultoria incide em saber se o art. 144 do Decreto número 10.902, de 20 de maio de 1914, foi revogado pelo Decreto-lei número 960, de 17 de dezembro de 1938.

O que o citado art. 144 dispõe é o seguinte:

“Nenhuma renovação de contrato, distrato social nem modificações em contratos ou quaisquer outros atos relativos a estabelecimentos comerciais ou sociedades anônimas e de comandita por ações será registrada na Junta Comercial, sem que seja provado estarem os requerentes quites ou nada deverem à Fazenda Nacional”.

É sabido que os serviços da Junta Comercial, estão hoje ligados à atividade do Departamento do Comércio.

A contravérsia apenas pode referir-se à revogação tácita.

De revogação *expressa* não se cuida, manifestamente, pois em nenhum dispositivo do Decreto-lei n. 960 ou em qualquer outro se declara a abolição discutida.

O Decreto-lei n. 960 nem, ao menos, no que andou bem inspirado por se tratar de uma superfluidade, integrou em seu texto a cláusula: — “Revogam-se as disposições em contrário”.

Essa cláusula é inútil: traluz uma verdade que *va do se*, por força dos princípios da revogação tácita.

Capitant:

“Les lois modernes contiennent, pour la plupart, un article qui abroge les textes antérieurs dans ce qu'ils ont de contraire à la nouvelle. C'est une façon de procéder qui n'a aucune utilité, car elle ne fait que constater le principe de l'abrogation tacite”.

(Introd. à l'étude du droit civil, n. 29 *in fine*).

Como disse De Ruggiero, a fórmula é ociosa e deve ser banida da técnica legislativa (Ist., 7.^a edição, volume 1.^o, § 19, not.), tanto mais quanto ela rende ensejo a dúvidas, discutindo-se até sobre se deve ela ser incluída entre os casos de revogação expressa (vide Paulo de Lacerda, Man. Lacerda, vol. I, páginas 322, 323; Espínola — Espínola Filho, Trat. de Dir. Civ. Brasileiro, vol. II, n. 29, páginas 123 e seguintes).

De revogação *expressa*, pois, não se trata, no caso.

Terá ocorrido, entretanto, revogação tácita?

Esta não se presume. É da *Communis opinio* que a revogação tácita só se admite, quando a lei posterior cria um *novus ordo* absolutamente incompatível com o anterior.

O que domina é o princípio da “continuidade das leis”, só afastável, quando surge entre elas “incompatibilidade formal”, quando a lei nova e a anterior, discursa Estevão de Almeida “não se podem aplicar contemporaneamente a determinada relação jurídica, pela contradição que se revela.

E o que enuncia a máxima — *lex posterior derogat priori*, completada por esta outra — *posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrariis sint*, a ressaltar que as disposições da lei anterior, não contrárias às da nova, se reputam subentendidas nesta ou fazendo parte dela”. (Pareceres, I, pág. 7).

A incompatibilidade entre a lei antiga e a nova, para que possa falar em revogação tácita, não há de ser irredutível; há de ser tal, ensina Mazzoni, que “sia impossível di applicarle entrambe al caso o alla materia che regolano. Qualunque conciliazione sia possibile, la deroga della legge anteriore dev'esser esclusa sin dove si estende la conciliazione”. (Ist., I, pág. 510).

Tornou-se, enfim, ponto frio na doutrina que “l'abrogation tacite n'opère que dans la mesure du strict minimum, c'est-à-dire de la contrariété entre les deux textes; la loi ancienne subsiste dans la mesure où elle n'est pas contredite par la loi nouvelle”. (Jossierand, Cours, I, 1938, n. 76, pág. 57).

Ora, não encontrei no Decreto-lei n. 960, de 17 de dezembro de 1938, nenhum dispositivo que torne inaplicável o art. 144 do Decreto n. 10.902, de 20 de maio de 1914, e que se mostre incompatível com a providência, que ele estabelece.

Trata-se, ao revés, de providência acautelatória dos interesses da Fazenda e a legislação posterior orienta-se, nitidamente, no mesmo sentido.

Existe, ainda, um modo de revogação tácita que se não prende, propriamente, à possibilidade de conciliação entre as leis.

Verifica-se quando a lei nova regula completamente a matéria disciplinada na lei antiga.

O Código Civil italiano faz referência a essa forma de revogação tácita e a doutrina a consagra geralmente.

De Ruggiero:

“A abrogação pode ocorrer de dois modos: expressamente... ou tacitamente, quando se promulga sobre a matéria mesma até a data regulada... por outra norma.

Por sua vez, esta última pode ocorrer em virtude de duas cousas distintas: porque a uma disposição, sendo oposta ou diversa da antiga se torne incompatível com esta... ou porque, posto... não haja incompatibilidade, tendo sido toda a matéria disciplinada pelas novas disposições, seja assim manifesta a intenção do legislador de querer substituir à antiga a nova regulamentação das relações” (Dir. Civ., trad. de Arí Santos, I, páginas 166-167).

Vêde ainda, Fiore, Dir. Civ., Parte 1.^a, volume 2.^o, n. 1.085; Bento de Faria, Aplicação e Retroatividade da Lei, pág. 91; Ferrara, Dir. Civ., I, pág. 254; Chironi e Abello, Trat., I, pág. 32; parágrafo 2.^o *in fine*; Coviello, Dir. Civ., pág. 94; Paulo de Lacerda, liv. cit., pág. 320 *in fine*; Espínola-Espínola Filho, livro citado, volume citado, etc.

Seria frustrado, no caso, porém, o apelo a essa forma de revogação tácita.

As duas leis citadas visam a fins diferentes e versam matéria diversa e, como se viu, a identidade do assunto regulado por duas leis é antessuposto irremovível dessa espécie de revogação tácita.

Neste termos, nada tenho que opor à representação do brilhante jurista e magistrado, professor Ribas Carneiro.

“A exposição acima, do doutor Edgard Ribas Carneiro, meritíssimo juiz da Terceira Vara da Fazenda Pública, sobre o artigo 144 do Decreto n. 10.902, de 20 de maio de 1914, é muito justa e oportuna.

Na direção do Departamento, tenho sempre procurado manter as praxes adotadas pelo meu antecessor, enquanto não verifico que o interesse público ou a conveniência do serviço exige outra orientação.

A Primeira Secção, dirigida pelo funcionário Mário Soares Pinto, afim de cumprir o disposto no art. 27, parágrafo 2.^o do Decreto número 93, de 14 de março de 1935, exigia apenas a prova de quitação do imposto de renda.

Quando tomei conhecimento do Decreto número 10.902, objeto da exposição em apreço e cuja existência parece que era ignorada na Direção passada, determinei que fosse também exigida a prova de quitação do imposto de indústrias e profissões.

Esta nova orientação foi inaugurada no meu despacho de 16 de novembro do ano passado com as petições de números 13.764, 13.878, 14.037, 14.049, 14.124, 14.216 e 14.221.

Parecia-me que essa exigência satisfazia plenamente o disposto naquele artigo, porquanto eu estava certo de que tais provas de quitação abrangiam todas as dívidas fiscais, mesmo as entregues à cobrança judicial.

Verificado agora o meu engano, passarei imediatamente a fazer a exigência da prova de quitação judicial, implicitamente reclamada pelo texto legal.

O Dr. procurador comercial pondera “que a criação de uma nova exigência, não confida no Decreto n. 93, que rege a Secção do Comércio, não poderá constar de mera portaria ministerial, devendo, se tornar obrigatória, constar de decreto-lei”.

Discordo *in limine* de S.S., pois a Secção do Comércio cumpre observar, não somente o disposto no Decreto número 93, que a rege, mas tudo, absolutamente tudo, que for, direta ou indiretamente, aplicável às suas atividades, não somente em toda a legislação nacional (a Constituição, Código Comercial, Sociedades por Quotas, Lei do Selo, Executivos Fiscais, Imposto de Renda Permanência de Estrangeiros, Código de Minas, Registos Públicos, etc.) mas também em todos os regulamentos, avisos, notas, portarias, pareceres, etc., etc. de todos os ministérios.

Ora, o art. 144 do Decreto n. 10.902, de 20 de maio de 1914 não é somente aplicável à atividade da Secção, mas cita nominalmente a Junta Comercial, hoje 1.^a Secção do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, não havendo, portanto, como fugir ao cumprimento do referido dispositivo.

Não se diga que o mesmo foi revogado pelo Decreto posterior, n. 93, de 20 de março de 1935, porquanto este apenas revogou as disposições em contrário; e o referido artigo 144 do Decreto de 1914, abrangendo, as dívidas a toda a Fazenda Pública, não contraria, antes completa o artigo 27, § 2.^o do Decreto de 1935, o qual, certamente por omissão, se refere apenas às dívidas a uma das Secções da Fazenda Pública, o imposto de renda.

Não se trata, pois, de fazer nova exigência legal, trata-se de completar a exigência legal, que, na prática, estava sendo imposta incompletamente.

Aliás, quanto ao arquivamento de contratos, é o próprio Decreto n. 93, citado pelo Dr. Procurador, que manda cumprir o de número 10.902, quando seu art. 24, dispõe que “*cumpra ao Departamento examinar se foram obedecidas as formalidades extrínsecas e intrínsecas enumeradas no artigo 302, ns. 1, 2, 3, 4 e 6 do Código Comercial ou constantes expressamente de outros dispositivos legais*...”. É uma adventícia absolutamente desnecessária porquanto o Departamento não pode fugir ao cumprimento das leis, nem ao arquivamento dos contratos nem em qualquer de suas outras funções.

Em conclusão, o Dr. Procurador entende que, para tornar obrigatória a exigência proposta, é mister um novo Decreto-lei. Pensa o Dr. Juiz de Direito da Terceira Vara da Fazenda Pública que, para isso, se faz precisa uma portaria do Sr. Ministro.

Nada disso, a meu ver, é necessário, pois a nova exigência está implicitamente contida no texto legal e não foi até agora imposta, na forma integral sugerida pelo Dr. Ribas Carneiro, porque os responsáveis pela direção do Departamento e da Primeira Seção estavam certos de que as provas de quitação, até agora exigidas, satisfaziam plenamente ao disposto naquele texto.

Para ser a endida a justa e oportuna sugestão do Dr. Ribas Carneiro, isto é, para que, nos casos em apreço, seja também exigida a prova de inexistência de dívidas fiscais ajuizadas nas Varas da Fazenda Pública, basta a deliberação pura e simples do diretor do Departamento, a qual desde agora resolvo tomar.

Passarei também a exigir a prova de pagamento dos impostos municipais até agora não pedida.")

Em 12 de dezembro de 1940

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a consulta formulada pela Companhia Brasil Industrial acerca da filiação dos empregados que trabalham na farmácia e no armazém anexos à sua fábrica (MTIC. 2.392-940). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: "A Companhia Brasil Industrial possui uma fábrica de tecidos e mantém próximo ao estabelecimento principal, um armazém para venda exclusiva de artigos de sua fabricação e uma farmácia para auxiliar seu serviço médico, fornecendo medicamentos a baixo preço. Até 31 de dezembro de 1938, os empregados do armazém (3) e os da farmácia (3), eram contribuintes do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, tendo o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários reclamado a transferência dos mesmos empregados com fundamento no art. 11 do Decreto-lei número 627. O processo está devidamente informado pelos Institutos interessados e pela própria empresa. Não só o Serviço Jurídico do Instituto dos Comerciantes como o Conselho Regional reconheceram a legitimidade da reclamação, para considerar, como associados do Instituto dos Industriários, os empregados no armazém e farmácia. A Comissão é de parecer que todos os empregados da Companhia Brasil Industrial são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para onde devem ser transferidas as contribuições recolhidas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e consequentes processos de inscrição.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma Raposo & Comp. (MTIC 9.321-940). — Como parece à Comissão. (O parecer a que se refere este despacho é do teor seguinte: "Raposo & Comp., comissários de café, mantêm armazém para o depósito de mercadorias de sua propriedade ou recebidas em consignação. Na conformidade das decisões anteriores do senhor Ministro, todos os empregados da empresa são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, excetuados, apenas, os trabalhadores avulsos e os condutores de veículos terrestres, acaso existentes, que pertencem ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.")

Antônia Guimarães de Oliveira, pedindo providências no sentido de ser abreviada a solução do processo relativo ao benefício que requereu, pelo falecimento de seu marido, ex-empregado da firma Raposo & Comp., ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (MTIC 12.790-940). — Como parece à Comissão. (O parecer a que se refere o despacho é do teor seguinte: "O presente processo foi encaminhado a esta Comissão afim de ser dirimida a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados de Raposo & Comp., comissários de café. A Comissão se reporta ao parecer emitido no processo n. MTIC 3.321-940, referente à empresa mencionada, no qual apreciou a situação dos respectivos empregados em face do Decreto-lei n. 627").

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma José Fernandes Garcia (MTIC 3.343-940). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude o despacho é do teor seguinte: "A empresa José Fernandes Garcia é estabelecida com um estabelecimento comercial para venda de rádios e artigos de eletricidade. Como a mesma firma mantém, em anexo, uma oficina de consertos e instalações elétricas, surgiu a dúvida sobre a sua filiação a um ou mais Institutos de previdência. Do conjunto das informações prestadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários se conclui, de modo claro, e com plena aceitação desse último, que a oficina presta um concurso complementar à execução da atividade comercial. Assim a Comissão é de parecer que todos os empregados da empresa José Fernandes Garcia são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma Wenkert & Cia. (MTIC 7.773-39). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: "No presente processo, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes suscita dúvida sobre a filiação da firma Wenkert & Cia., dado ter sido apurado pela sua Fiscalização que a mesma tem como principal a atividade comercial, mantendo em anexo uma oficina. Examinando o caso, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários chegou à conclusão de que a atividade da firma Wenkert & Cia., ao contrário do que apurou a Fiscalização do Ins-

tituto dos Comerciantes, é preponderantemente industrial. Isso ficou demonstrado pelo parecer da Divisão Jurídica do mencionado Instituto "Ila, evidentemente, no empregador duas atividades: a) fábrica de móveis estufados — industrial; b) compra e venda de artigos para cortina (tecidos, suportes e passadeiras), o dos móveis fabricados — comercial. A atividade industrial é, contudo, a preponderante, eis que: a) não existem empregados na parte comercial, que é atendida pelos próprios sócios da casa; b) todos os empregados da firma se dedicam ao fabrico de móveis estufados, sendo o seu registro como "estufadores" ou "apredizes"; c) No estoque de venda preponderam os móveis que são fabricados no próprio estabelecimento do empregador." Com esta conclusão, concorda o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes: "... é uma empresa industrial, tendo por objetivo principal a fabricação de móveis estufados, possuindo, como dependência, seção de vendas dos artigos de sua própria fabricação". Pelo exposto, a Comissão Especial é de parecer que todos os empregados da firma Wenkert & Cia. são segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários com exceção dos condutores de veículos que porventura possuir a empresa em referência, os quais estão filiados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma Antônio Gonçalves de Campos (MTIC 9.791-40). — Como parece à Comissão. (O parecer a que se refere este despacho é do teor seguinte: "O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas submete ao senhor ministro a dúvida sobre a filiação dos empregados da firma Antônio Gonçalves Campos, proprietária da fonte de água mineral denominada "Nazareth", situada à rua Conselheiro Ferraz ns. 159-163, nesta Capital, e cuja única atividade consiste na exploração da mesma fonte. Ora, o Código de Minas, obrigando as sociedades que exploram fontes de águas minerais a serem registradas no livro D da Divisão de Fomento e Produção Mineral, que é o "Registro das Sociedades de Mineração" (art. 5.º, § 3.º), as inclui nesse gênero de sociedades. Destarte, confirmando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, na diligência determinada pelo senhor ministro, que "a firma em causa explora a atividade de extração e engarrafamento de água mineral, a qual é depois rotulada e encaixotada para venda na praça", ex vi do Decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938, art. 7.º, letra h, parece à Comissão Especial que os empregados da firma Antônio Gonçalves Campos são filiados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, devendo a ele serem transferidos, bem como as respectivas contribuições de previdência.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma João Kauffmann (MTIC 10.329-40). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: "Trata o presente processo da dúvida suscitada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes quanto à filiação dos empregados de João Kauffmann, estabelecido em Curitiba. Segundo se colige das informações prestadas pelo Instituto suscitante e pelo dos Industriários, o empregador em causa mantém oficina de prótese dentária. Assim, de acordo com o disposto no art. 9.º, alínea a, inciso XV, do Decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938, ditos empregados são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, devendo, pois, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes providenciar para a transferência das contribuições").

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da Compagnie des Magasins Généraux et Entrepôts Libres d'Anvers (Armazens Gerais Belgas) (MTIC 16.929-40). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: "O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas submeteu ao senhor ministro a dúvida sobre a filiação dos empregados da Compagnie des Magasins Généraux et Entrepôts Libres d'Anvers (Armazens Gerais Belgas), com sede nesta Capital, à rua Visconde de Inhaúma n. 82, 1.º andar, que vinha recolhendo as contribuições de previdência ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, embora a hipótese seja de ser enquadrada no Decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938, art. 7.º, letra a. Na diligência determinada pelo senhor ministro a pedido da Comissão Especial, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes informa que a Compagnie des Magasins Généraux et Entrepôts Libres d'Anvers (Armazens Gerais Belgas) "tem por fim receber para guarda e conservação mercadorias de produção nacional e estrangeira, dando recibo das mercadorias ou sobre elas emitindo títulos que as representam, de acordo com o Decreto de 21 de novembro de 1903." Parece à Procuradoria do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes que "a situação da Compagnie des Magasins Généraux et Entrepôts Libres d'Anvers (Armazens Gerais Belgas) está regulada, pelo art. 7.º, alínea a do Decreto-lei n. 627." A Comissão Especial, assim, também, opina, para que sejam os empregados da Compagnie des Magasins Généraux et Entrepôts d'Anvers filiados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, sendo-lhe transferidas as respectivas contribuições de previdência").

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da sociedade Alberto Kaeger & Cia. Ltda. (MTIC n.º

mero 23.268-940. Como parece à Comissão. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: "Das informações prestadas no processo apura-se que a empresa Alberto Kaeger & Cia. Ltda., dadas. Assim, a Comissão é de parecer que são associados obrigatórios empregados trabalham indistintamente para as duas atividades, mais ainda, que, com exclusão dos padeiros e confeitadores, os exerce duas atividades através de uma padaria e uma confeitaria rios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários os empregados da empresa em exame, exceção feita aos motoristas, que são do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração o pedido de transferência, para o dos Empregados em Transportes e Cargas, das contribuições recolhidas pelo ex-associado Manuel Pereira, que foi empregado da Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários do Rio de Janeiro. (MTIC. n. 24.158-940). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude o despacho é do teor seguinte: "Apura-se do processo que a Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários do Rio de Janeiro exerce as atividades — garage e venda de acessórios de automóveis. A atividade preponderante da sociedade é constituída pela exploração da garage, da qual é acessória a venda de peças de automóveis. Nessas condições, a Comissão é de parecer que todos os empregados da referida sociedade são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da Sociedade Anônima Companhia Ultragás. (MTIC número 26.328-940). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude este despacho é do teor seguinte: "O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes solicita seja definida, nos termos do Decreto-lei n. 1.129, de 2 de março de 1939, a situação dos empregados da Companhia Ultragás S. A., em virtude haverem os mesmos passado a contribuir para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. Das informações prestadas pelo Instituto dos Comerciantes e pelo dos Empregados em Transportes e Cargas se colige que a empresa em foco tem como atividade o comércio de gás engarrafado, para uso doméstico e industrial, e a venda de fogões. Mantém filiais em São Paulo, Petrópolis, Teresópolis e Bafá. Possui veículos terrestres e adquire o ultragás na Califórnia, mediante contratos com as refinarias de petróleo. Sendo o ultragás um combustível e destinando-se a venda de fogões a facilitar e intensificar o consumo do produto, verifica-se que essa última atividade concorre imediatamente para a execução da primeira, sem dúvida a principal. Nestes termos, a Comissão é de parecer que todos os empregados da Companhia Ultragás S. A. são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, ex-vi do disposto no art. 7.º, alínea c, do Decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938, e no art. 1.º do Decreto-lei n. 1.142, de 9 de março de 1939.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma Antônio Lopes (MTIC. 27.018-939). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude o despacho é do teor seguinte: "A empresa Antônio Lopes é estabelecida em Teresina, Piauí, com livraria, papelaria e tipografia. De acordo com as informações dos Institutos interessados, as atividades da firma são rigorosamente distintas, e, desse modo, é aplicável o critério de inúmeras decisões anteriores. A Comissão é de parecer que os empregados da livraria e papelaria da empresa Antônio Lopes são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, e os empregados da tipografia são associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.")

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, submetendo à consideração a dúvida suscitada acerca da filiação dos empregados da firma Freire & Comp. (MTIC. 27.029-939). — Como parece à Comissão. (O parecer a que alude o despacho é do teor seguinte: "A empresa Freire & Comp. é estabelecida com livraria, papelaria e tipografia. Das informações prestadas quer pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes quer pelo dos Industriários infere-se claramente, que a tipografia, na mesma empresa tem uma atividade própria, porque, embora a sua produção seja feita para atender às necessidades da loja onde se vendem livros de várias espécies e artigos de papelaria e escritório contido é fornecedora de encomendas diretas, inclusive decorrente de concorrências públicas para as repartições oficiais. O critério de distinção de atividades, já estabelecido em diversos casos semelhantes, levam a Comissão a opinar no sentido de considerar como associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes os empregados da empresa Freire & Comp., que trabalham na loja, e associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários os que trabalham na tipografia.")

SEGUNDA SECÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Processos despachados

Dia 27 de novembro de 1940

Sindicato Profissional dos Corretores de Seguros pedindo lhe seja fornecida pelo Serviço de Identificação Profissional uma relação das carteiras profissionais de corretores de seguros, bem como as

relificadas de outras profissões para a de corretor de Seguros (MTIC 36.401-40) — Transmite-se ao Sindicato Postulante.

Nelson Fernandes, pedindo seja avogado o processo em que são partes o requerente e a Indústria Thermom Elétrica Limitada (MTIC 33.140-40) — Arquite-se, à vista da informação (A informação a que alude este despacho opina pelo indeferimento do pedido visto não ser caso de avocação, desde que nenhum julgamento foi proferido).

Décima Sexta Delegacia Regional apresentando uma consulta se as contribuições a que alude o artigo 36 do Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939, referem-se as mensalidades dos associados dos sindicatos e em caso afirmativo se os empregadores ficam obrigados desde já, a fazer o desconto ou depois da adaptação dos sindicatos a nova lei (MTIC 33.962-40) — A Décima Sexta Delegacia Regional, para conhecimento dos pareceres do Departamento Nacional do Trabalho (Os pareceres a que alude este despacho declaram que, a consulta apresentada já foi objeto de numerosos pareceres do Departamento Nacional do Trabalho tendo sido os mesmos publicados no *Diário Oficial*; outrossim declaram que os descontos a que se refere o Decreto-lei n. 1.402, de 5 de julho de 1939, só se poderá efetuar a favor dos Sindicatos que se tenham adaptado ao regime do mesmo decreto-lei recebendo a respectiva carta de reconhecimento).

Eurípides Carlos de Abreu solicitando registro profissional como químico prático licenciado (MTIC 36.402-40). — Achando-se esgotado o prazo fixado no Decreto-lei n. 2.298, de 10 de junho de 1940 não há como se apreciar o mérito da controversia. Ao Serviço de Comunicações para transmitir a devida resposta.

Dia 5

Décima Sexta Delegacia Regional em Florianópolis, Santa Catarina encaminhando processo em que Ana Maria Harger solicita registro de jornalista não profissional (MTIC 24.439-40) — Autorizo o registro, à vista das informações (As informações a que alude este despacho opinam pelo deferimento do pedido visto ter a requerente satisfeito as exigências legais).

Décima Sexta Delegacia Regional em Florianópolis, Santa Catarina, encaminhando processo em que Clementino Manuel de Araújo solicita registro de jornalista não profissional (MTIC 24.437-40) — Autorizo o registro, à vista das informações (As informações a que alude este despacho opinam pelo deferimento do pedido visto ter o requerente satisfeito as exigências legais).

Edgar Monteiro Castanheira, Florianópolis, Santa Catarina, pedindo lhe seja concedida carteira de jornalista não profissional (MTIC 24.431-40) — Autorizo o registro, à vista das informações (As informações a que alude este despacho opinam pelo deferimento do pedido visto ter o requerente satisfeito as exigências legais).

Dia 6 de dezembro de 1940

José Buscky, recorrendo da multa que lhe foi imposta pelo Departamento Nacional do Trabalho, por infração do artigo 10, parágrafo único do decreto n. 24.694, de 12 de julho de 1934 (MTIC. 10.218-937) — Mantenho a decisão recorrida, à vista das informações. (As informações a que alude este despacho opinam pelo não provimento do recurso, afim de ser mantida a multa imposta ao recorrente).

Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro, pedindo seja avogado o processo em que são partes o requerente professor Argemiro Heraclides Barata Pinto (MTIC. 33.582, de 1940). — Avoco o processo, nos termos e para os efeitos do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho opina pela anulação do julgamento da Junta, afim de que o Tribunal de novo aprecie a reclamação, obedecendo, ao estabelecido no Decreto n. 22.132, de 25 de novembro de 1932, no que se refere ao processo dos dissídios individuais de trabalho).

Flávio Rosas, recorrendo da multa que lhe foi imposta pelo Departamento Nacional do Trabalho, por infração do artigo 1º do Decreto n. 24.742, de 14 de julho de 1934 (MTIC. 29.456-940). — Preliminarmente: deixo de conhecer do recurso, por interposto fora do prazo legal.

Raul de Sousa Dantas, corretor social de fundos públicos na praça de Santos, apresentando uma consulta sobre dispositivos das Leis Sociais Trabalhistas (MTIC. 32.690-940) — Arquite-se, à vista do parecer da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho opina pelo indeferimento do pedido, visto o Departamento Nacional do Trabalho não ser órgão consultivo de particulares).

Décima Segunda Vara Cível pedindo providência, afim de ser dado andamento ao processo em que são partes Diva Feuro e Florence Ross Ryam, Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. e Liverpool and London Globe Insurance Company Limited (MTIC. 33.214-940). — Transmite-se ao Juízo da Décima Segunda Vara Cível a informação da Procuradoria do Departamento Nacional do Trabalho. (A informação a que alude este despacho declara que o pedido já foi atendido pela Inspeção deste Departamento, mediante o ofício n. 1.407-F, de 19 de outubro corrente).

Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, recorrendo da multa que lhe foi imposta pelo Departamento Nacional do Trabalho de acordo com o artigo 66 do Decreto n. 24.637,

de 19 de julho de 1931 (MTIC 13.978/940). — Dou provimento ao recurso, à vista da informação supra, para o efeito de reaver a multa imposta à recorrente, e determinar o arquivamento do presente processo. (O parecer a que alude este despacho declara que o processo INT 25.398/939 foi despachado em 28 de junho de 1940, tendo sido publicado no *Diário Oficial* de 13 de julho de 1940, fols. 13.476).

Fortes & Companhia apresentando uma consulta sobre o Decreto n. 2.308, de 13 de junho de 1940 (MTIC 30.370/940). — Arquite-se.

J. A. Santos, apresentando uma reclamação contra Sociedade Geco Limitada (MTIC 30.364/940). — Arquite-se, por não ser assunto da alçada deste Ministério.

Sindicato dos Proprietários de Veículos de Carga do Rio de Janeiro, por seu associado Azeredo & Comp., recorrendo da multa que lhe foi imposta pelo Departamento Nacional do Trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 2.º do Decreto 22.131, de 23 de novembro de 1932 (MTIC 18.254/939). — Dou provimento ao recurso, nos termos do parecer do diretor do Departamento Nacional do Trabalho. (O parecer a que alude este despacho opina pelo provimento do recurso, considerando que a decisão da Junta *a quo* não obedeceu ao preceito do artigo 1.º do Decreto n. 24.742, de 14 de julho de 1934, em concordância com o artigo 20, segunda parte, do Decreto 22.132, de 25 de novembro de 1932. Dos termos do julgado recorrido consta que a importância devida ao reclamante já havia sido depositada pela firma reclamada em nome do reclamante na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, conforme consta da caderneta n. 366.132, da 4.ª série, e cujo levantamento poderá ser feito na forma da lei, julgando improcedente a reclamação na parte referente à dispensa sem justa causa e férias. Sob o ponto de vista de direito, é de reconhecer-se que esse julgado — sem desprimor para aquele tribunal o digo — não seguiu o critério legal, visto como, se a própria Junta conheceu do depósito a que se referiu, visto como a respectiva caderneta se encontra nos autos, a decisão deveria ter sido no sentido de decretar a carência do direito de reclamação tocante à falta de aviso prévio — por isso que a reclamada recorrente decida da obrigação, em consequência do depósito da importância correspondente à indenização, cabendo ao reclamante levantá-la "na forma da lei", isto é, se a decisão a tivesse assim considerado — do mesmo do que se pronunciou pela improcedência, quanto à dispensa sem justa causa e férias. Ora, assim sendo, não é justo, por isso que não é possível, por erro de decisão, considerar "vencida" a recorrente, nem mesmo quanto ao pagamento da taxa legal, tudo dentro dos moldes dos dispositivos supracitados. *De jure*, deveria ter sido o recorrido condenado na forma do aludido artigo 1.º do Decreto n. 24.742).

Marieta de Abranches Gullo, pedindo lhe seja concedido registro de jornalista não profissional (MTIC 24.433/940). — Autorizo o registro, à vista das informações. (As informações a que alude este despacho opinam pelo deferimento do pedido por terem sido satisfeitas as exigências legais).

Arlindo Tavares, pedindo seja advogado o processo em que são partes o requerente e a firma Confermat (MTIC 27.323/939). — Preliminarmente: não tendo o signatário do pedido de advocação capacidade jurídica para requerer em nome do reclamante, *ut* informação de fls. 7 v. deixo de conhecer do referido pedido).

Departamento Nacional do Trabalho, propondo o arquivamento do processo em que Francisco Reis recorre da multa que lhe foi imposta por aquele Departamento (MTIC 10.932/937). — Arquite-se, à vista da informação do Departamento Nacional do Trabalho. (A informação a que alude este despacho declara que o assunto já foi liquidado conforme talão da Recebedoria do Distrito Federal n. 4.919 de 15/2/938).

Departamento de Administração

Divisão do Pessoal

Por portaria de 3 de dezembro de 1940, resolveu o Presidente do Conselho Nacional do Trabalho, tendo em vista o disposto no art. 61, letra a, do Decreto n. 20.465, de 1.º de outubro de 1931, combinado com o art. 87, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 21.784, de 14 de julho de 1934, designar o Inspetor de Previdência, classe H, José Nilo de Albuquerque, para, em comissão, pelo prazo de 90 dias, efetuar a inspeção, verificação e tomadas de contas das Caixas de Aposentadoria e Pensões situadas na 2ª zona (Estado do Maranhão e Ceará) — no impedimento do Inspetor de Previdência, classe L, Francisco de Hollanda Tavora, designado para servir na referida zona de inspeção. — (Processo MTIC 30.775-40).

Por telegrama n. 498, de 2 de dezembro de 1940, comunicou o Delegado Regional no Estado de Santa Catarina haver arbitrado, em portaria n. 81, daquela data, nos termos do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, em um conto e cem mil réis a ajuda de custo a ser concedida ao oficial administrativo, classe H, Alódio Tovar, transferido, por decreto de 11 de novembro de 1940, para o Serviço de Comunicações do Departamento de Administração. — (Processo MTIC 29.141-40).

Por portaria de 2 de dezembro de 1940, resolveu o Diretor do Departamento Nacional de Imigração, tendo em vista o disposto

nos arts. 114 e 122, § 2.º do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1940, e considerando a necessidade de anteder ao movimento a bordo e embarque de trabalhadores para o interior do país, assim como, a organização das fichas consulares a cargo da 2ª Seção, antecipar e prorrogar o expediente, a razão de 3 horas diárias, sendo duas remuneradas, de Renato Vieira Peixoto, escriturário, classe G, Daniel Quintanilha da Motta, servente, classe E, Luiz Pedro Sanches de Queiroz, auxiliar de escrita, referência X, até 31 de dezembro corrente, sendo que os dois primeiros executarão o serviço em dias consecutivos e o último em dias úteis, a partir da data em que for empenhada a despesa correspondente e o dactiloscopista, classe F, Nilson Silveira Lima, por nove dias consecutivos, nas mesmas condições. — (Processo MTIC 37.536-40)

Dia 11 de dezembro de 1940

Processo despachado:

Processo MTIC 28.480-40, referente a arbitramento de ajuda de custo ao Inspetor Regional, padrão K, Francisco Alexandre Norberto da Costa. — Como parece à D. P. Arbitro em um mês de vencimentos a ajuda de custo.

Folha de pagamento de diárias a que fez jus o oficial administrativo, classe H, Osvaldo Carijó de Castro, por ter procedido, nos dias 27, 28 e 29 de novembro último, inspeção nos serviços a cargo da Delegacia Regional no Estado de Alagoas, o que foi determinado pela portaria de 23 do referido mês, do Sr. ministro, publicada no "Diário Oficial" do dia 26 do mesmo mês, tendo o Sr. diretor desta Divisão, por despacho de 10 do corrente mês, publicado no "Diário Oficial" de 11, fixado as diárias em 18\$0 (dezoito mil réis), por unidade (Proc. MTIC-35.375/40):

Nome — Cargo	Número de diárias	Diária	Total
Osvaldo Carijó de Castro — Oficial administrativo H — Vencimentos: 1:100\$0	3	18\$0	54\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento em 54\$0 (cinquenta e quatro mil réis).

S. F., 12 de dezembro de 1940. — Samuel França de Almeida, escrivão G. — Visto. J. C. de Paiva, chefe da Sec. Financeira.

Comissão de Meteorologia — Art. 52, do Decreto n. 4.257, de 16 de junho de 1939

Folha de pagamento relativa a gratificações devidas pelo exercício em órgão de deliberação coletiva, a que fizeram jus, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, Dulcídio Pereira e outros, num total de 19 (dezenove) nomes, por serviços prestados na qualidade de membros da Comissão de Meteorologia. (Proc. MTIC. 21.700, de 1940).

Nomes — Função	Gratificação	Número de sessões	Importância Mensal	A pagar
Dulcídio Pereira — Presidente:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0
Paulo Sá — Membro:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0
Adalberto Meneses de Oliveira — Membro:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0
Francisco Sá Lessa — Membro:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0
Aníbal Porto — Membro:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0
Carlos Chagas Filho — Membro:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0
Domingos Fernandes Costa — Membro:				
Novembro ..	100\$0	5	500\$0	
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0	
				1:000\$0

Edgar de Amaranta — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Bernhard Gross — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

João Santos Saldanha Gama — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Nicolau Filizola — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Artur Pereira de Oliveira Durão — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Luiz Cintra do Prado — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

João Luiz Meiller — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Mário da Silva Brasil — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Francisco Magalhães Gomes — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Francisco Mendes de Oliveira Castro — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Joaquim Costa Ribeiro — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

Francisco Xavier Kulnig — Membro:

Novembro ..	100\$0	5	500\$0
Dezembro ..	100\$0	5	500\$0

1:000\$0

19:000\$0

Confere e importa a presente folha em 19:000\$0 (dezenove contos de réis).

S. F., em 12 de dezembro de 1940. — *Wilson dos Santos*, Prat. Escr. VI. Visto. — *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção.

Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro

Folha de pagamento de gratificações relativas ao exercício em órgão de deliberação coletiva a que fizeram jus, no mês de outubro

último, Francisco Bittencourt Júnior e outros, na qualidade de presidentes das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de Niterói:

Nomes — Função	Grat. sess.	Número de sessões	A pagar
Francisco Bittencourt Júnior — Presidente	40\$0	20	800\$0
Adalberto Ferreira de Aguiar — Presidente	40\$0	20	400\$0
Augusto de Lima da Costa e Silva — Presidente	40\$0	17	680\$0
Paulo Sá de Castro Menezes — Presidente	40\$0	4	160\$0
			<u>2:040\$0</u>

Confere e importa a presente folha em 2:040\$0 (dois contos e quarenta mil réis).

Niterói, em 5 de novembro de 1940. — *Palmyra Neves*, aux. de escrit. X. — Confere. *Oswaldo Muniz*, aux. escrit. X. — Visto. *M. Xavier Sobrinho*, delegado regional.

S. F., em 12 de dezembro de 1940. — *Samuel França de Almeida*, escriturário G. — Visto. *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção Financeira.

Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro

Folha de pagamento, relativa ao mês de outubro último, de gratificações concernentes ao exercício em órgão de deliberação coletiva, a que fizeram jus Ilídio Soares Filho e outros, na qualidade de vogais e suplentes dos empregadores e empregados, das Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de Niterói:

Nomes — Funções — Nomes das Juntas	Grat. sess.	Número de sessões	A pagar
Ilídio Soares Filho — Vogal empregador — Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	1	30\$0
Eurípedes Chaves Melo — Suplente empregador — Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	19	570\$0
Heitor de Farias Sá Pinto — Vogal empregado — Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	20	600\$0
Torquato Sá Pinto — Vogal empregador — Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	10	300\$0
Antônio Augusto de Azevedo — Vogal empregado — Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	10	300\$0
Eduardo Luiz Gomes — Vogal empregador — Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	3	90\$0
Manuel de Pinho Saramago — Suplente empregador — Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	14	420\$0
Oswaldo Ramos da Costa — Vogal empregado — Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	8	240\$0
Carlos Rodrigues Alves — Suplente empregado — Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói	30\$0	9	270\$0
Paulo Leal Burlamaqui — Vogal empregador — Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho Marítimo	30\$0	2	60\$0
Elcio de Sousa Crisóstomo — Suplente empregador — Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho Marítimo	30\$0	2	60\$0
José Ferreira da Costa — Vogal empregado — Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho Marítimo	30\$0	4	120\$0
			<u>3:060\$0</u>

Confere e importa a presente folha de pagamento em 3:060\$0 (três contos e sessenta mil réis).

Niterói, em 5 de novembro de 1940. — *Palmyra Neves*, aux. de escrit. X. — Confere. *Oswaldo Muniz*, aux. escrit. X. — Visto. *M. Xavier Sobrinho*, delegado regional.

S. F., em 12 de dezembro de 1940. — *Samuel França de Almeida*, escriturário G. — Visto. *Jés C. de Paiva*, chefe da Secção Financeira.

Delegacia Regional do Estado de Goiás

Fólia de pagamento, relativa ao mês de setembro último, dos membros da Comissão de Salário Mínimo da capital do referido Estado:

Nomes — Funções	Grat. sess.	Número de sessões	A pagar
Acarí de Passos Oliveira — Presidente	50\$0	4	200\$0
Vitor Coelho de Almeida — Representante dos empregadores ..	50\$0	4	200\$0
Alípio Gonçalves — Representante dos empregadores	50\$0	4	200\$0
Francisco Nacente — Representante dos Empregados	50\$0	4	200\$0
Manuel Ribeiro Pascoal — Representante dos empregados	50\$0	4	200\$0
			1:000\$0

Confere e importa a presente folha de pagamento em 1:000\$0 (um conto de réis).

Goiânia, 26 de setembro de 1940. — *Acarí de Passos Oliveira*, presidente. — Visto, *Arthur D. Bandeira*, delegado regional S. P., em 12 de dezembro de 1940. — *Samuel França de Almeida*, escrivão G. — Visto, *Jés C. de Paiva*, chefe da Seção Financeira.

Departamento Nacional do Trabalho

PRIMEIRA SEÇÃO

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 13 de setembro de 1940

Processo despachado:

Sindicato dos Mineiros da Morro Velho e Classes Anexas, consultando sobre enquadramento sindical (DNT. 20.209-40). — O memorial de fls. manifesta uma absoluta incompreensão do sistema do enquadramento sindical estatuido pelo Decreto-lei n. 2.381, de 9 de julho de 1940. Convem, consequentemente, que o Sindicato seja notificado das elementares noções: a) o vocábulo trabalhador é compreensivo de quantos, intelectuais, técnicos ou manuais, exerçam uma profissão ou função em qualquer empreendimento econômico; b) a constituição das entidades sindicais opera-se pela associação de todos os que exerçam profissões ou funções idênticas similares ou conexas; c) a categoria profissional corresponde à realidade do grupo constituído na forma do inciso anterior; d) o grau de conexão é entendido na individualização das categorias profissionais pela correlata atividade econômica da empresa (simetria paritária); e) compreendidos os termos de *regra geral* que possuem os princípios enunciados nas alíneas supra, foi no quadro anexo ao citado Decreto-lei n. 2.381 discriminada especificamente, no 5º grupo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, a categoria profissional dos Trabalhadores na Indústria da extração do ouro e metais preciosos. Nada há mais que acrescentar. O Sindicato que cumpra os deveres assinalados na Portaria Ministerial SGM 337, art. 24 e requeira se entender. Encaminhem-se os autos à Delegacia Regional de Belo Horizonte, afim de ser cumprida a preliminar levantada pelo Sr. Chefe da 1ª Seção e para o efeito de ser feita a notificação deste meu despacho.

EXPEDIENTE DO SR. CHEFE DE SEÇÃO

Dia 11 de dezembro de 1940

Processos despachados:

Agemor de Araujo, apresentando relatório da assembléia geral ordinária, realizada em 4 do corrente, no Sindicato dos Operários e Empregados na Indústria de Construção Naval (DNT. 28.392-40). — Ciente.

Agemor de Araujo, apresentando relatório da assembléia geral ordinária, realizada no dia 25 de setembro, no Sindicato dos Manipuladores e Auxiliares em Laboratórios Farmacêuticos, Industriais e Drogarias (DNT. 21.075-40). — Ciente.

João Antônio Jacob, apresentando relatório da assembléia geral no dia 10 do corrente na União dos Trabalhadores Metalúrgicos (DNT. 28.855-40). — Ciente.

Agemor de Araujo, apresentando relatório da assembléia geral ordinária, realizada no dia 9 do corrente no Sindicato dos Industriais em Combustíveis Nacionais (DNT. 28.796-40). — Ciente.

PROCURADORIA

EXPEDIENTE DO SR. PROCURADOR GERAL

Processos arquivados:

D. N. T. 2.233-33:

- P. 41.108-37 — Mme. George Tabanon, infração.
P. 9.956-37 — Martins Jordão & Cia. Ltda., infração.
P. 6.951-37 — H. Souza Hermida, infração.

- P. 6.920-37 — João Henriques, infração.
P. 6.818-37 — Martins Jordão Ltda., infração.
P. 6.798-37 — Carvalho & Silva, infração.
P. 6.796-37 — Manoel P. Cardoso Junior, infração.
P. 6.648-37 — Domingos Alves, infração.
P. 6.426-37 — Felipe M. Brandão, infração.
P. 6.418-37 — A. de Almeida & Oliveira, infração.
P. 6.396-37 — Joaquim de Oliveira & Silva, infração.
P. 6.076-37 — Antônio dos Santos, infração.
P. 6.010-37 — Soc. Coop. dos Chauf. Proprietários do Rio de Janeiro, infração.
P. 3.006-37 — Irmãos Pires, infração.
P. 2.896-37 — Branco & Alves, infração.
P. 2.856-37 — Adelino da Costa Vasconcelos, infração.
P. 2.814-37 — Carlos Rocha, infração.
P. 2.778-37 — Irmãos Pires, infração.
P. 2.408-37 — A. V. Pires & Cia., infração.
P. 6.450-37 — José Ribeiro Filho & Cia., infração.
P. 6.498-37 — João Batista Domingues, infração.
P. 13.016-38 — José Luiz Santos, infração.
P. 12.948-38 — Sindicato dos Caixeiros de Pad. do Distrito Federal, infração.
P. 12.838-38 — Patrocínio Balista Irmãos, infração.
P. 12.372-38 — Zilda Jardim de Matos, infração.
P. 12.204-38 — Henrique da Costa, infração.
P. 11.458-38 — Fundação Gaffrée Guinle, infração.
P. 10.612-38 — Adriano Pinto de Babo, infração.
P. 10.610-38 — Antônio P. Cardoso, infração.
P. 9.986-38 — Gerard Rocha, infração.
P. 9.962-38 — Florindo Vila Ferreira, infração.
P. 1.956-37 — Om. Ventura & Cia., infração.
P. 9.910-38 — F. A. Pinheiro Junior, infração.
P. 9.894-38 — F. Soares Filho, et. M. Pereira.
P. 8.854-38 — Evaristo C. de Almeida, infração.
P. 8.584-38 — José Nunes Marques, infração.
P. 8.054-38 — Antônio C. Lopes, infração.
P. 8.008-38 — O. M. da Silva, infração.
P. 8.004-38 — Vival Ramos de Castro, infração.
P. 7.992-38 — A. Almeida Segundo, infração.
P. 7.890-38 — Manoel Dain, infração.
P. 7.674-38 — Manoel Dias & Cia., infração.
P. 7.718-38 — D. Vassalo Caruso, infração.
P. 7.714-38 — F. Augusto Vieira, infração.
P. 7.672-38 — Viriato da Cunha Pastos Schumacher, infração.
P. 7.686-38 — Avila Moreira, infração.
P. 10.280-37 — Cia. Simões, infração.
P. 7.296-38 — Juízo de Dir. Privat. de Acidentes, comunicação.
P. 7.282-38 — S. Meraís, infração.
P. 7.280-38 — Garruco & Cia., infração.
P. 7.188-38 — Umberaci G. Barreiros, et. F. Barbosa & Cia.
P. 6.166-38 — Emp. Inter. de Ônibus de Luxo, infração.

D. N. T. 4.196-38:

- P. 5.954-38 — Adelina Pereira, et. D. M. Madalena.
P. 5.928-38 — Pereira & Pais, infração.
P. 4.886-38 — Vitor M. Videira, infração.
P. 4.904-38 — Francisco P. Santos, infração.
P. 4.876-38 — G. Dourado & Baldassini, infração.
P. 4.856-38 — J. Antunes, infração.
P. 4.402-38 — Domingos & Souza, infração.
P. 4.258-38 — Inocência C. S. Veloso, infração.
P. 2.994-38 — Pacheco da Rocha & Cia., infração.
P. 3.348-38 — Osório B. Santos & Cia., infração.
P. 2.610-38 — Mário Bianguí, infração.
P. 896-38 — F. Fernandes Guimarães, infração.
P. 682-35 — Alvaro Tostes & Azera, infração.
P. 11.610-38 — D. de Souza et. Me. Kinlai S. A.
P. 10.702-38 — Centro Emp. Cais do Porto, cat. Cais do Porto.
P. 10.376-38 — J. L. Silva, et. Cia. Fab. Esberard.
P. 10.368-38 — M. L. de Carvalho, et. A. Souza Mendes.
P. 10.426-37 — Antônio de Oliveira, et. Nobre & Ribeiro.
P. 5.872-36 — Soc. Nac. Rádio Elétrica, infração.
P. 3.610-36 — Luiz V. Souto, infração.
P. 2.626-36 — Alvaro G. Oliveira, infração.
P. 1.730-36 — João C. Junior, infração.
P. 10.709-38 — Antônio C. Lima, et. E. Guarneri & Cia.
P. 27-39 — Cairo A. Souza, et. Natal Paladini.
P. 10.597-40 — Osmar R. Mata, et. Pinheiro Dias & Cia.
P. 13.140-38 — Antônio G. Machado, et. Auto V. Excelsior.
P. 6.271-38 — Rafael Ruiz, et. A. Aires & Cia.
P. 2.914-38 — F. de Aguirre Pamplona, et. Irmãos Goulart.
P. 11.150-38 — Edmundo Apezado, et. A. P. Monteiro.
P. 2.783-38 — Gregório L. Pires, et. Cia. Aliança Industrial.
P. 3.237-38 — P. J. Costa, et. Cia. Carris, Luz e Força.
P. 4.255-38 — João Mesquita, et. M. Martins da Silva.
P. 7.698-37 — João M. Oliveira, et. Casa Matos Rocha.
P. 1.140-37 — Jorge Bezerra da Silva, et. Leopoldina Railway.
P. 167-37 — Frederico Hilpert, et. Casa Hilpert S. A.
P. 9.525-36 — Acir B. Pinto da Luz, et. F. R. Moreira & Cia.
P. 9.770-40 — Freitas & Pereira, infração.
P. 6.918-40 — Francisco Fidalgo, infração.

P. 6.916-40 — J. M. Rolas & Cia., infração.
 P. 6.912-40 — D. Almeida & Irmão, infração.
 P. 6.908-40 — J. Pinto Moreira, infração.
 P. 6.904-40 — Veneravel Ordem 3ª de São Francisco, infração.
 P. 5.472-40 — Antônio F. Mahdariano, infração.
 P. 6.812-40 — Miguel Martins, infração.
 P. 8.585-37 — Ubaldo A. Borges, et. P. Batista & Cia.
 P. 4.095-37 — Joaquim Lourenço, et. Gonçalves & Salgado.
 P. 5.994-40 — Pedro R. Moreiño, infração.
 P. 1.183-40 — J. Alves & Estrela Ltda., infração.
 P. 12.303-39 — 5ª Divisão, remetendo relação empregados.
 P. 11.888-39 — Orlando B. Neto, infração.
 P. 4.134-39 — Sidney Franklin, infração.
 P. 3.444-39 — Alberto Bertini, et. A. Soares.
 P. 3.410-39 — C. Machado, et. Souza Torres & Sousa.
 P. 3.148-39 — José Martins, infração.
 P. 2.590-39 — Macedo & Azevedo, infração.
 P. 2.490-39 — F. Monteiro Brandão, infração.
 P. 9.614-37 — Jorge A. Arra, infração.
 P. 11.214-38 — Irmãos Maños & Cia., infração.
 P. 10.640-38 — Horácio Pinto, infração.

D. N. T. 2.464-37:

P. 3.092-39 — Valentino A. Libas, infração.
 P. 3.052-39 — José Gomes Pereira, infração.
 P. 3.968-39 — José Gabriel da Cruz, infração.
 P. 2.920-39 — João M. Cardoso, infração.
 P. 2.884-39 — Jaime Bchar, infração.
 P. 1.294-39 — Izat Hanji, infração.

INSPETORIA

EXPEDIENTE DO SR. INSPETOR CHEFE

Dia 11 de dezembro de 1940

Multas impostas:

Por infração do Dec. 24.696 de 12-7-34:
 DNT 20.934-39 — Rafael Gomes da Costa — 100\$0 (cem mil réis). Em 9-12-40.
 Por infração do Dec. 24.637 de 10-7-34:
 DNT 26.485-40 — Margarida Ferreira — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 9-12-40.
 DNT 21.819-40 — Rezende Ferreira & Cia. — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 5-12-40.
 DNT 24.607-40 — Barbosa & Campos Ltda. — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 6-12-40.
 DNT 26.407-40 — Infante & Silva — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 6-12-40.
 DNT — 26.469-40 — Souza Lemos & Cia. Ltda. — 50\$0 (cincoenta mil réis). Em 9-12-40.
 DNT 27.075-40 — A. Luzes & Irmãos — 50\$0 (cincoenta mil réis). Em 9-12-40.
 Por infração do Dec. 1.843 de 7-12-39:
 DNT 17.455-40 — Casa Polo Lactifínios Ltda. — 100\$0 (cem mil réis). Em 9-12-40.
 DNT 17.540-40 — Banco Francez e Italiano para a América do Sul — 200\$0 (duzentos mil réis). Em 9-12-40.
 DNT 18.025-40 — Artur Goldhiisch — 100\$0 (cem mil réis). Em 9-12-40.
 DNT 21.185-40 — Salma Rosenes — 100\$0 (cem mil réis). Em 9-12-40.

Pedidos de certidão:

DNT 26.035-40 — Francisco José de Araujo Lima. — Certifique-se o que constar. Posteriormente, archive-se. Em 28-11-40.
 DNT 25.656-40 — Empresa de Divulgação Técnica Ltda. — Em vista das informações, defiro o pedido de fls. 2. Providencie-se de acordo com o disposto no § 2.º do Art. 13 do Decreto-lei n. 1.843 de 7-12-39. Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 28-11-40.
 DNT 1.324-39 — E. Paulsen. — Certifique-se. O Serviço Interno deverá providenciar a necessária relicação. Posteriormente, archive-se. Em 12-11-40.
 DNT 26.991-39 — Construtora Sec. Ltda. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 27-11-40.
 DNT 28.089-39 — Dolabela Portela & Cia. — Certifique-se que a requerente cumpre no Distrito Federal com a Lei de Nacionalização. O anexo de fls. 17 deve ser encaminhado à 18ª D. R. do Trabalho — Belo Horizonte — Minas. Posteriormente, archive-se. Em 29-11-40.
 DNT 20.936-40 — Casa Hilpert S/A. — Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 9-12-40.
 DNT 18.785-40 — Sociedade Anônima Produtos Textis "Sapt". — Providencie-se de acordo com o disposto no § 2.º do Art. 13 do Decreto-lei n. 1.843 de 7-12-39. Certifique-se, arquivando-se em seguida o processo. Em 9-12-40.

Diversos despachos:

DNT 23.925-40 — Albano Rodrigues Martins. — De acordo com o despacho do Exmo. Sr. Ministro, exarado no processo, M. T. I. C. 22.182-40, defiro o pedido de fls. 2. Providencie-se de acordo

com o disposto no § 2.º do Art. 13 do Decreto-lei n. 1.843 de 7-12-39. Posteriormente, archive-se. Em 9-12-40.

DNT 24.996-40 — Pelliciano e Bertucci. — Em vista do que informa o Serviço Externo, defiro o pedido de fls. 2. Providencie-se de acordo com o disposto no § 2.º do Art. 13 do Decreto-lei n. 1.843 de 7-12-39. Posteriormente, archive-se. Em 9-12-40.

DNT 25.505-40 — Abrahão Daiha. — De acordo com o despacho do Exmo. Sr. Ministro, exarado no processo M. T. I. C. 22.182-40, defiro o pedido de fls. 2. Providencie-se de acordo com o disposto no § 2.º do Art. 13 do Decreto-lei n. 1.843 de 7-12-39. Posteriormente, archive-se. Em 9-12-40.

DNT 27.016-40 — Antônio José de Souza. — De acordo com o despacho do Exmo. Sr. Ministro, exarado no processo M. T. I. C. 22.182-40, defiro o pedido de fls. 2. Providencie-se de acordo com o disposto no § 2.º do Art. 13 do Decreto-lei n. 1.843 de 7-12-39. Posteriormente, archive-se. Em 9-12-40.

DNT 27.092-40 — Linneu de Paula Machado. — O sinatário da defeza deve apresentar defeza. Em 9-12-40.

DNT 199.364-40 — Cruz & Irmão. — Em vista das informações, torno insubsistente o termo de fls. 2. Archive-se. Em 9-12-40.

Processos arquivados:

DNT 24.779-40 — Cia. Antártica Paulista. — Boletim de frequência — Escola Técnica de Serviço Social.

Dia 7

Manuel Roque, solicitando registro de livros (SIP-30.646-40). — Deferido, em face da proposta.

Domingos Caetano Ormond, solicitando registro de jornalista (SIP-43.521-40). — Como proposto. Alude o despacho ao seguinte: Preliminarmente, proponho que o requerente cumpra as exigências das alíneas a, b e c. do art. 13 do Decreto-lei n. 910, de 30-11-1938.

Gumercindo Jaulino, solicitando registro de professor. (SIP-26.142-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registro, tendo em vista o que ficou resolvido pelo Senhor Presidente da República, na exposição de motivos n. SCm-249, de 9-10-1940.

Carlos Kropp, solicitando registro de químico (SIP-39.724-40). — Indeferido, em face do art. 150 da Constituição Federal vigente.

Aires Mesquita, solicitando registro de químico licenciado (SIP-40.624-40). — Indeferido, por ter sido feito o pedido fora do prazo legal. Archive-se.

José Adelino, solicitando registro de químico (SIP-40.323-40). Indeferido, em vista de ter sido o pedido feito fora do prazo legal. Archive-se.

Przemysl Warsis Sływicz, solicitando registro de químico (SIP-25.727-40). — Deferido. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Armando Souza Alves, solicitando registro de químico (SIP-25.432-40). — Deferido, em face do despacho proferido pelo senhor ministro, no processo n. MTIC 27.261-40. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

Augusto Tavares de Sousa Vaz, solicitando desarquivamento do SIP 7.675-40 (SIP-32.144-40). — Deferido. Faça-se o registro, desde que o requerente pague a taxa legal.

João Batista Torres, solicitando registro de químico (SIP-28.391, de 194-). — Indeferido. Archive-se.

Mário de Moura Coutinho, solicitando desarquivamento de SIP-28.392-40 e devolução de documentos (SIP-44.320-40). — Proceda-se como proposto. Alude o despacho ao seguinte: "Cabe o desarquivamento e o deferimento do pedido de devolução da certidão de idade, na Terceira Divisão, deixando no processo cópia autêntica.

Michele Tomei, solicitando registro de químico (SIP-41.205-40). — Indeferido, em face do art. 150 da Constituição vigente.

Pedidos de registro de livros deferidos:

SIP-46.069-40 — Ribeiro de Almeida & Cia.
 SIP-46.485-40 — Gabriel Reis.
 SIP-46.484-40 — Gongalino Feijó.
 SIP-46.389-40 — Domingos José da Silva.
 SIP-46.483-40 — Cepillo M. de Sousa.
 SIP-46.482-40 — Fernando A. Schneider.
 SIP-46.488-40 — Conde Sílvio Pentecado.
 SIP-46.097-40 — D. M. Coutinho.
 SIP-46.068-40 — Ferreira, Alves & Gomes Ltda.
 SIP-46.094-40 — Gaspar & Filho.
 SIP-46.071-40 — Manacem da Silva Leandro.
 SIP-46.479-40 — Loreto A. Gomes.
 SIP-46.480-40 — Mário de Almeida.
 SIP-36.481-40 — Américo Fernandes de Azevedo.
 SIP-36.478-40 — Levi Ferreira do Amaral.
 SIP-36.490-40 — Valdemar Costa.
 SIP-36.476-40 — Cláudio Rosa.
 SIP-46.489-40 — Eurico de Oliveira.
 SIP-46.477-40 — Eudácio Moreira Alves.
 SIP-46.487-40 — Cornélio Ferreira.
 SIP-46.486-40 — Francisco Barroso.

A. Pires, Costa & Cia., solicitando registro em continuação (SIP-45.813-40). — Apresente o instrumento de mandato.

João José Fernandes e outros, solicitando registo de livros (SIP-45.260-40). — Idem.
 Lauro Lauro, solicitando registo em continuação (SIP-43.192-40). — Deferido, em termos.
 M. R. de Sousa, solicitando registo em continuação (SIP-45.625-40). — Apresente o instrumento de mandato.
 Casa Veras de Ferragens Ltda., solicitando registo em continuação (SIP-45.484-40). — Deferido, na forma proposta.
 Hildebrando Guimarães, solicitando registo em continuação (SIP-45.267-40). — Deferido, em face do parecer.
 A. Inácio dos Santos Ferreira, idem (SIP-46.147-40). — Apresente o instrumento de mandato.
 Horácio Augusto & Cia. Ltda., idem (SIP-45.812-40). — Idem.

Dia 9

Associação Económica Nipo-Brasileira, solicitando registo de livros (SIP-43.657-40). — Deferido. Feitas as anotações, archive-se.

João Coutinho, solicitando registo de livros (SIP-46.910-40). — Idem.

Francisco Abud Abuzaïd, solicitando outra carteira profissional com retificações (SIP-46.034-40). — Deferido, em face do documentocumto apresentado.

Francisco Antônio Krauth, solicitando registo de químico (SIP-39.772-40). — Indeferido, em face do disposto no art. 150 da Constituição Federal, vigente.

Francisco Recho, solicitando registo de químico (SIP-36.431). — Indeferido, em face da informações.

Primo Borgamini, solicitando registo de químico (SIP-38.680), de 1940. Indeferido, em face do art. 150, da Constituição Federal vigente.

Nicolau Afonso Messiger, solicitando registo de químico (SIP-37.047-40). — Indeferido, por falta de fundamento legal.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 30 de novembro de 1940

Raimundo Laurentino de Medeiros, solicitando reconsideração no despacho exarado no processo SIP-13.070-940. — D. N. T. n. 13.696-940-SIP n.40.103-910) — De acordo, dou provimento ao recurso para autorizar o registo.

Recebedoria do Distrito Federal, informando que se acha convertida em renda a quantia de 200\$0 a que alude o offcio DNT-29 211-39 (SIP-41.600-40). — Nada mais havendo a providenciar, archive-se.

EXPEDIENTE DO SR. INTENDENTE

Dia 16 de setembro de 1940

Paulo Veiga de Sá, solicitando registo de químico (SIP-28.208-40). — Deferido, desde que o requerente pague a taxa legal.
 Nilo Cook Miranda, idem (SIP-31.271-40). — Deferido, desde que o requerente pague a taxa legal.

Dia 4 de dezembro de 1940

Pedidos de identificação deferidos:

SIP 39.070-40 — Manoel Maria de Oliveira Valente.
 SIP 43.522-40 — José da Silva Soares.
 SIP 44.796-40 — Antônio de Almeida.
 SIP 43.567-40 — Ali Saïck Chabân.
 SIP 42.279-40 — Manoel Rego.
 SIP 44.561-40 — Joaquim de Araujo Carvalho.
 SIP 44.673-40 — Abate Frederico.
 SIP 42.670-40 — Monhoto Agostinho.
 SIP 41.690-40 — José de Jesus.
 SIP 46.109-40 — 17.^a Delegacia Regional
 SIP 41.276-40 — Gentile Giovani.
 SIP 36.506-40 — João da Silva Marques.
 SIP 42.710-40 — Abran Solhet.
 SIP 42.638-40 — Gaetano Gandio.
 SIP 44.140-40 — Albertino Rosa.
 SIP 43.967-40 — Khadon Ahmad Heloni.
 SIP 43.968-40 — Ahmed Aby Nezan.
 SIP 44.383-40 — João Peixoto Soares.
 SIP 43.992-40 — Antônio Delcorono.
 SIP 44.957-40 — Panza João.
 SIP 44.800-40 — Antônio Pinto da Cunha.
 SIP 43.971-40 — Mohamad Seïman.
 SIP 43.969-40 — Ali Hassan Chanem.
 SIP 41.327-40 — Luiz Paulo.
 SIP 40.727-40 — Ventura Ribeiro.
 SIP 45.391-40 — Wolf Gibann.
 SIP 43.390-40 — Felipe Batista.
 SIP 43.300-40 — Zyncoy Spivak.

SIP 44.749-40 — José Rodrigues Motá.
 SIP 44.774-40 — Serafim Nunes da Silva.
 SIP 44.578-40 — Manoel Bento Rodrigues Motá.
 SIP 44.637-40 — Adriano Pinto.
 SIP 44.519-40 — Afonso Carneiro.
 SIP 44.662-40 — Antônio José da Brito.
 SIP 45.392-40 — Hacham Terebiler.
 SIP 46.110-40 — 17.^a Delegacia Regional.
 SIP 46.107-40 — 17.^a Delegacia Regional.
 SIP 44.015-40 — Francisco Ferreira de Andrade.
 SIP 45.390-40 — Jone Emmanuel Fligentaub.
 SIP 42.085-40 — Carlos Duarte.
 SIP 42.812-40 — Fenuta Emidio.
 SIP 42.841-40 — Molinaro Caetano.
 SIP 42.961-40 — Antônio Stopponi.
 SIP 42.813-40 — Luigi Cisarjo.
 SIP 42.554-40 — José dos Anjos Seixas.
 SIP 41.705-40 — Idalicio Marques Vasconcelos.
 SIP 44.672-40 — Abate Lorenzo Francesco.
 SIP 43.481-40 — Jankiel Benejon Oksenberg.
 SIP 44.677-40 — Luiz Antônio Batista.
 SIP 43.797-40 — Vilardo Francisco.
 SIP 26.430-40 — Lino Alves.
 SIP 43.664-40 — Alfredo Pinheiro.
 SIP 43.775-40 — Perl Trechtman.
 SIP 43.569-40 — Dib Mahfond.
 SIP 44.956-40 — Cammarola Carmine.
 SIP 43.906-40 — Dora Wachs.
 SIP 43.899-40 — Francisco Machado Diniz Mouro.
 SIP 44.955-40 — Cammarola Donato Antonio.
 SIP 44.911-40 — Robustino Ciccarolli.
 SIP 41.890-40 — João Fernandes.
 SIP 44.674-40 — Iozzi Giuseppe.
 SIP 44.156-40 — Ali Sleiman Hammand.
 SIP 43.917-40 — Antônio Augusto Reto.
 SIP 44.522-40 — Augusto Davi Marinho Simões.
 SIP 44.518-40 — Pedro Maruffir.
 SIP 44.491-40 — Helder Pereira.
 SIP 44.661-40 — Acacio Ferreira Martins.
 SIP 44.511-40 — João de Azevedo Batista.
 SIP 44.577-40 — Peruso Francisco.
 SIP 44.490-40 — Joaquim Ferreira Pedregal.
 SIP 43.214-40 — Manoel Alves.
 SIP 43.407-40 — Antônio Francisco Sequeira.
 SIP 45.152-40 — Szymon Presman.
 SIP 45.023-40 — Mahmoud Abud Geranem.
 SIP 45.032-40 — Francisco da Ponte Correia.
 SIP 45.009-40 — Mahamed Rendani.
 SIP 43.330-40 — Salvatote Vilardo.
 SIP 43.298-40 — Ziskind Krajndel.
 SIP 43.351-40 — Emilio Carnevale.
 SIP 43.312-40 — Benjamin Lopes.
 SIP 45.151-40 — Chaim Seïzor Adelson.

Dia 6

SIP 47.170-40 — Ovidio Gouveia da Cunha, solicitando registo de professor. — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registo, tendo em vista o que ficou resolvido pelo Sr. Presidente da República, na Exposição de Motivos n. SCM-249, de 9-10-1940.

Dia 9 de dezembro de 1940

Pedidos de identificação deferidos:

SIP 44.326-40 — Rocco Zumpano.
 SIP 38.380-40 — Departamento Estadual do Trabalho, para Jan Zoledziewski
 SIP 44.101-40 — Joaquim dos Reis.
 SIP 44.646-40 — Antônio Costa.
 SIP 42.395-40 — Stancato Ascolo.
 SIP 42.396-40 — Gaudio Francisco.
 SIP 44.858-40 — José de Alcântara Sarau.
 SIP 46.831-38 — Salvador Manuel da Cunha.
 SIP 46.224-40 — Pinha Silbert.
 SIP 46.225-40 — Nachman Czarneska.
 SIP 46.620-40 — Joaquim de Castro e Cunha.
 SIP 42.391-40 — Michel Carlo.
 SIP 42.750-40 — Wolfgang Haas Garlipp.
 SIP 45.479-40 — José dos Santos Sarmento
 SIP 45.410-40 — Santora Micheli.
 SIP 45.353-40 — Jonas Baumenfeld
 SIP 43.798-40 — Vairo Luciano.
 SIP 30.395-40 — Paulo Ricardo Dietz.
 SIP 28.319-40 — Kalin Zacarias Ganem.
 SIP 44.860-40 — Cezar da Costa.
 SIP 45.515-40 — Hermenegildo de Figueiredo.
 SIP 44.430-40 — Adriano dos Santos Porção.
 SIP 45.179-40 — Harry Bookstone.

SIP 45.085-40 — Leonardo de Lima.
 SIP 45.082-40 — Eduardo Bojakowski.
 SIP 45.230-40 — Manuel Gomes da Costa.
 SIP 43.308-40 — Jerônimo Machado Costa.
 SIP 44.954-40 — Américo da Costa Ramos.
 SIP 45.852-40 — Jaime Weinberg.
 SIP 43.382-40 — Domingos Valente da Fonseca.
 SIP 43.915-40 — Manuel Inácio da Silva.
 SIP 43.497-40 — Mário Augusto de Medeiros.

Pedidos de retificação de carteira deferidos:

SIP 46.522-40 — José Calvo.
 SIP 46.539-40 — José Gouveia.
 SIP 46.472-40 — Sindicato dos Empregados em Serviços de Esgotos.
 SIP 46.525-40 — Antônio L. de Freitas.
 SIP 46.354-40 — Vicente Mussaque.
 SIP 46.534-40 — Irineu P. Nunes.
 SIP 46.580-40 — Manuel B. Dourado.

Manuel Pereira do Vale, solicitando registo do professor. (SIP 46.346-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registo, tendo em vista o que ficou resolvido pelo senhor Presidente da República, na Exposição de Motivos n. SCM-249, de 9-10-1940.

Francisco Joaquim Pereira, solicitando registo de químico. (SIP 42.040-40). — Indeferido, por falta de fundamento legal.

Orestes Paulo Rosato, idem (SIP 42.034-40). — Idem.

Sindicato dos químicos do Rio de Janeiro, solicitando aplicação ao Sr. Fialho de Melo, das penalidades previstas nos decretos 57 e 24.693 (SIP 44.787-40). — Cumpra-se a lei do selo.

Ernesto Cerqueira Cesar, solicitando desarquivamento do processo 46.198-39. (SIP 32.920-40). — Deferido, em face do despacho proferido pelo Sr. Ministro no processo MTIC 27.261-40. Faça-se o registo desde que o requerente pague a taxa legal.

Henrique Luiz Torresini, solicitando registo de químico (SIP 34.090-40). — Indeferido, por falta de fundamento legal.

Antônio Pinheiro de Matos, solicitando registo de professor (SIP 46.470-40). — Proceda-se como proponho. Alude o despacho ao seguinte: Preliminarmente, proponho que o requerente cumpra as exigências das alíneas "b" e "f" do art. 2.º da portaria ministerial SCM 269 de 12-4-1940).

Eduardo Correia da Silva, solicitando registo de professor (SIP 14.071-40). — Deferido, em face dos documentos apresentados. Faça-se o registo, tendo em vista o que ficou resolvido pelo senhor Presidente da República, na Exposição de Motivos n. SMC-242, de 9-10-1940.

Francisco Levassem França, solicitando registo de professor. (SIP 26.903-40). — Idem.

José Saldanha da Silva, solicitando registo de professor (SIP 41.328-40). — Cumpra-se a lei do selo.

Antonio Fonseca da Silva, solicitando registo de químico (SIP 42.278-40). — Indeferido, em face do disposto no art. 150 da Constituição Federal vigente.

SERVIÇO TÉCNICO ATUARIAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

Despacho do Sr. chefe do Serviço Técnico Atuarial do Departamento Nacional do Trabalho, no processo STA-695-940.

A Companhia Geral de Transportes, estabelecida à praça da Luz, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, requer aprovação de modelo de ficha para registo de seus empregados. — "Aprovo o modelo. Faça-se o expediente".

Em 10 de dezembro de 1940. — Renato de Castro, atuário
 Cf. chefe do S. T. A. do D. N. T.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

Primeira Secção

EXPEDIENTE DO SR. DIRETOR

Dia 3 de dezembro de 1940

Requerimentos:

De Hugo Braun, complementar, pelo aumento de seu capital para 40:000\$0. — Deferido;

De Baron, Strachman & Burichovici, A. Magalhães & Marques, G. Barbastefano & Comp., Casa de Chá, Soares Ltda., Casemiro A. Pinto & Comp., Braz & Ribeiro, Artefatos de Couro Imperial Ltda., Megasom Rádio Ltda., Wajchman, Klajman & Comp., Pazito & Comp., Ltda., Schaffer & Horvath, Machado & Gonçalves, J. Ramos & Maia, Machado & Carreira, Laticínios Palmares Ltda., Fernandes Cruz & Comp., Ltda., Hermann & Nascimento, Daquer & Maia, Limitada, A. Barbosa & Lima, A. Rodrigues & A. Pereira, Antônio & Azevedo, Pimenta de Melo & Comp., M. Gomes & Santos, Rádio Universal Ltda., Indústrias Reunidas e Fábrica de Melas Vitória Limitada, J. G. da Silva & Rodrigues, Miguel Faour & Irmãos, Bezerra dos Santos & Comp., Esteves & Gastão, Freitas, Marques &

Esteves, Eires & Araújo, Barbosa Pereira & Araújo, A. Oliveira & Lino, Elevadores Suwis Ltda., Américo Botelho & Comp., Fuks & Comp., Artur Alves & Pinto, M. Melero Lopes & Comp., Cunha, Pereira & Martins Ltda., Bastos & Machado, Indústrias Brasileiras de Diamante Ltda., Simões & Neumann Ltda. — Deferidos.

De W. Ellinger, para o comércio de artefatos de couro, à rua Carlos Sampaio n. 48, 1.º andar, com o capital de 2:000\$0. — Deferido;

Tradutores:

De José Inácio de Sousa (2), pedindo nomeação do tradutor Ernesto Kopschitz para fazer tradução dos documentos anexos. — Deferidos;

Diploma de contadores e guarda livros:

De Teodomiro Carneiro, Manuel Antunes de Almeida, Indefonso Leite Araruna, Armando Giorno, René Schuster, Arnaldo Alves da Silva, Ciro Pinto de Cerqueira, Leonor Maria Bernard, Augusto Ferreira Pinho, Osmar Ernesto Dias. — Deferidos;

De Clélia Abrantes, pedindo arquivamento de autorização para comerciar. — Deferido;

De J. dos Santos Guimarães & Comp., Ltda., pedindo arquivamento de procuração. — Deferido;

De J. J. Pereira, José Monteiro Rodrigues Júnior, Araújo & Braga Ltda., J. dos Santos Guimarães & Comp., Ltda., José Nunes Marques, Cesário Puime & Comp., Ferreira da Cunha & Comp., Limitada, (2), Café Belas Artes Ltda., Karolina Krips, pedindo arquivamento de cartas de gerentes. — Deferidos;

De Bartolo Scarrone, Francisco da Costa Guimarães & Filho, Filmoteca Cultural Ltda., pedindo anotação de mudança de sede. — Deferidos;

De Bráulio Braga, Moreira Mário & Comp., Júlio de Sousa Segundo, Davi Levantthal, pedindo anotação de abertura de filial. — Deferidos;

De G. Pousa Alves, João José de Sousa Júnior, Manuel Quaresma, Manuel Gomes Franco, João da Cruz Neves, Nelson Silva, Chaul Hette, C. Duarte & Ferreira, Mário Fernandes Correia, M. Machado Tosta, Dias da Rocha & Comp., Ltda., A. G. Mota, Joaquim dos Rocha, Joaquim Agante Moço, Mehsen Elias Metri, Silvestre Martins J. Soares de Azevedo, pedindo cancelamento de suas firmas. — Deferidos;

De Francisco Girnes, pedindo devolução de documentos. — Deferido;

De Mineração Camapuan Ltda., pedindo registo de sua firma. — Deferido.

De Engenharia e Construções Scott Ltda., pedindo arquivamento de alteração de seu contrato. — Indeferido, à vista da informação e pareceres.

Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização

PORTARIA N. 83, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1940

O inspetor da Inspetoria de Seguros da Quarta Circunscrição, resolve levar ao conhecimento dos Srs. fiscais de Seguros, e das Sociedades que operam em seguros de acidentes do Trabalho sob a fiscalização desta Repartição, o teor da Circular n. 49, de 29 de novembro de 1940, do diretor geral deste Departamento e que abaixo se transcreve, determinando a sua rigorosa observância:

Número	Natureza da lesão	Grau	Índice
2.	Fratura do crânio com perda de substância óssea, grau médio, acrescida de nevralgias crônicas, de origem traumáticas, em grau mínimo. (Processo n. 5.526-40).	—	19
Tab. G.	Lesão traumática do penis, ocasionando graves perturbações da ereção, tornando a cópula difícil, se não impossível (Proc. 5.745-40).	—	15
82.	Redução da capacidade funcional do membro superior SP. (Processo número 5.743-40).	médio	14
85.	Hérnia muscular do antebraço, resultando impossibilidade do exercício de trabalhos pesados com o membro E. S. (Processo n. 5.635-40).	—	13
105.	Imobilidade em extensão da articulação metacarpo falangeana do indicador. Perda dos dois dedos secundários. Imobilidade em flexão (dedo encurvado) do mínimo MP. (Processo número 5.528-40).	—	9
105.	Perda das 2.ª e 3.ª falanges do indicador, perda dos dois dedos secundários e imobilidade em flexão (dedo encurvado) do mínimo MP. (Processo número 5.719-40).	—	11
106.	Redução da força muscular de todos os dedos MS. (Processo n. 4.844-40).	médio	2

106. Perda das 2. ^a e 3. ^a falanges do indicador. Perda dos dois dedos secundários. Redução em grau médio do movimento de flexão do mínimo, M. S. (Processo n. 4.760-40).	—	9
123. Redução dos movimentos do dedo polegar, MP. (Processo n. 4.678-40).	médio	4
181. Redução do movimento de flexão das 2. ^a e 3. ^a falanges de qualquer dedo secundário, M. S. (Processo n. 5.823, de 1940).	—	1
211. Imobilidade da 2. ^a falange do dedo mínimo M. S. (Processo n. 5.760-40).	—	1
222. Imobilidade em extensão da 2. ^a falange ungueal do polegar. Perda das 2. ^a e 3. ^a falanges do indicador, MP. (Processo n. 5.561-40).	—	5
256. Imobilidade das 2. ^a e 3. ^a falanges do indicador e médio, M. S. (Processo n. 5.671-40).	—	3
285. Perda da 3. ^a falange de um dedo secundário. Perda das 2. ^a e 3. ^a falanges do outro dedo secundário e do mínimo, MP. (Processo n. 5.524-40).	—	5
365. Perda das 2. ^a e 3. ^a falanges dos 4. ^o e 5. ^o artelhos de um pé. (Processo n. 4.706, de 1940).	—	2

Francisco Valeriano da Câmara Coelho.

PORTARIA N. 87 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1940

O Inspetor da Inspetoria de Seguros da 4.^a Circunscrição resolve, usando das atribuições que lhe confere o art. 58 letra a, do Decreto n. 24.783 — de 14 de julho de 1934, que em virtude de entrar no gozo das férias regulamentares, em 12 do corrente, o fiscal de Seguros, Bel. Raimundo Frega de Castro, substitua-o junto à Cooperativa de Seguros do Sindicato dos Lojistas do Pão de Janeiro o fiscal de Seguros, interino, Bel. Cicero Brasileiro de Melo, a partir da data acima citada.

Ao conhecimento dos interessados.

EXPEDIENTE DO SR. INSPECTOR

Dia 10 de dezembro de 1940

Processo n. 8.428-40 — a Alliance Assurance Company, Ltd., solicita prorrogação de 10 (dez) dias para a apresentação de seu quadro estatístico do 3.^o trimestre de 1940, conforme determina o artigo 50, VII, letra g) do Decreto n. 2.063, de 7-3-940.
— Concedido.

Conselho Nacional do Trabalho

CONSELHO PLENO

Proc. n. 17.513-38 — Vistos e relatados os autos do processo referente à proposta orçamentária, para o exercício de 1939, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, na parte em que o mesmo solicita várias transferências e diversos reforços de verbas; resolve o Conselho Nacional do Trabalho, em sessão plena, aprovar os pedidos formulados pelo Instituto, na conformidade da informação anexa, emitida pelo inspetor de previdência regional, e determinar que o presente processo seja apensado, posteriormente, ao de n. 7.630-40. — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1940. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Antonio Ribeiro França Filho*, relator.

Fui presente. — *Natércia Silveira*, Adjunto de Procurador Geral no impedimento deste.

INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O PROCESSO N. 17.511-38

Relativamente à promoção da Douta Procuradoria Geral, cabe-me esclarecer o que se segue:

I

Como se verifica dos autos, os pedidos de fls. 50, 53, 54 e 55, 57 e 58, 61 e 62, 67 a 69, 71, 72 e 73, 74 e 76 estão pendentes de manifestação do Egrégio Conselho.

II

Tais pedidos se resumem no seguinte:

a) "Despesas Diversas" mais 40:000\$0 (fls. 50), que obteve informação favorável da Contadoria (fls. 51);

b) "Restituição de contribuições", mais 60:000\$0 e a transferência de 20:000\$0 da verba "Administração Pessoal" para "Despesas Diversas", 15:000\$0, "Aluguéis, Luz, Água e Telefones", 20:000\$0 (fls. 67), pedido esse que foi informado favoravelmente pelos Inspectores de Previdência destacados no Instituto (fls. 70);

c) Transferência de 30:000\$0, de "Passagens e Transportes" para "Diárias e Ajuda de Custas" (fls. 53), pedido esse que obteve também informação favorável da Contadoria a fls. 59;

d) Finalmente, como o Regulamento baixado com o Decreto 54, de 12 de setembro de 1934, incluía numa só alínea a assistência pecuniária médica, cirúrgica e hospitalar, considerando-a assim uma só assistência, o Instituto solicita a necessária autorização para movimentar as verbas subordinadas aquela rubrica, aplicando nas que se encontrarem deficitárias os saldos que outras apresentarem (fls. 54-55);

O quadro de fls. 56 esclarece a situação das verbas concedidas e os totais gastos ao tempo do pedido do Instituto.

A Contadoria, informando o pedido a fl. 59, achou necessário o Instituto discriminar o quantum a ser transferido de uma para outra subconsignação.

Obtidos os necessários esclarecimentos, a Contadoria opinou a fls. 76 no sentido de autorizar a transferência de 348:000\$0 de "Médicos Contratados" e 62:000\$0 de "Auxílio Emergência" para as subconsignações de "Médicos Estranhos e Serviços Extraordinários", "Internações Hospitalares", "Elucidações Diagnósticas" e "Diversas Despesas" (Veja-se o estado das verbas no quadro de fl. 75).

III

CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

A fl. 61, o Instituto, considerando o estado deficitário das verbas "Impressos e Artigos de Expediente", "Despesas Diversas" e "Juros do Fundo Autorizado", respectivamente em 4:432\$0, 1:656\$0 e 66:884\$0, mas atendendo o saldo de 17:982\$0 na consignação "Pessoal", solicita a transferência de 4:432\$0 e 1:656\$0 desta última para as duas primeiras, respectivamente e, bem assim, a concessão do necessário reforço para "Juros do Fundo Autorizado".

A contadoria, a fl. 76 verso, opina favoravelmente no sentido de ser transferido 5:000\$0 e 2:000\$0 da consignação "Pessoal" para "Impressos e Artigos de Expediente" e "Despesas Diversas", respectivamente.

Por igual foi informada de modo favorável a parte relativamente a "Juros do Fundo Autorizado" (fl. 77).

IV

CARTEIRA PREDIAL

A fl. 54 o Instituto refere que a dotação de 8:000\$0 para "Diversas Despesas" apresentou um saldo na época (20-9-39) de 419\$0, embora a cifra se retire a 419:500\$0?

Além desse engano, o Instituto não concluiu o período, de vez que nenhum reforço foi solicitado para a rubrica citada.

O assunto, entretanto, ficou esclarecido a fl. 72.

Alí o Instituto solicita a transferência de 40:000\$0 do saldo verificado em "Pessoal Variável" para "Despesas Diversas".

Além desse pedido, o Instituto solicitou a transferência de réis 10:000\$0, ainda de "Pessoal" para "Publicações" (fl. 62).

Ambos os pedidos merecem informação favorável da Contadoria a fl. 77.

V

Isto posto, não obstante já se haver encerrado o exercício de 1939, esta Inspetoria propõe que todos os pedidos do Instituto sejam aprovados pelo Egrégio Conselho Nacional do Trabalho.

Quanto à execução orçamentária, o E. Conselho terá oportunidade de se manifestar pelo relatório que já lhe foi encaminhado nos termos do art. 41 do Decreto n. 51, de 12 de setembro de 1934, o qual constituiu o processo n. 7.630/40.

Devo esclarecer, além disso, que os trabalhos de Inspeção e Tomada de Contas estão ultimando as verificações do exercício de 1938, motivo por que esta Inspetoria não se encontra habilitada a fornecer melhores esclarecimentos sobre o assunto de que são objetos os presentes autos.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1940. — *Aloisio Leonel de Rezende*, Inspetor de Previdência.

Proc. n. 14.597-40 — Vistos e relatados os autos deste processo em que o Presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Urbanos por Concessão, em Porto Alegre, submete à homologação deste Conselho a decisão da Junta Administrativa da mesma Caixa, que determinou fosse averbado o tempo de serviço prestado pelo associado Didudes Machado à Companhia Carris Porto Alegrense, muito embora houvesse sido ultrapassado o prazo fixado pela decisão de 3 de julho de 1939, deste mesmo Conselho;

Considerando que a decisão em causa pode ser homologada, visto como está perfeitamente justificada a dilação do prazo fixado na decisão deste Conselho;

Considerando, entretanto, que a prova do tempo averbado deve ser feita mediante certidão da Empresa;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho homologar a decisão da Junta Administrativa, cumprindo a esta cientificar o associado para que faça novas provas do tempo de serviço averbado, na forma indicada.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1940. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Percival Godoy Ilha*, relator.

Fui presente. — *Natércia Silveira*, Procurador Geral interino.

Proc. n. 17.540-40 — Vistos e relatados os autos do inquérito administrativo, instaurado pela Companhia Cantareira e Viação Fluminense contra o empregado Manoel Marques, acusado de haver praticado falta grave capitulada na letra f do art. 54 do Decreto n. 20.465, para efeito de ser autorizada sua demissão do serviço;

Considerando que, segundo está esclarecido nos autos, o referido empregado, depois de obter licença, com prorrogações, não mais voltou ao serviço, nenhuma justificativa tendo apresentado a respeito; Considerando que a prova testemunhal constante do inquérito demonstra que o acusado, ausente há mais de um ano, embarcou para Portugal com a intenção de não retornar ao emprego;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho aprovar o inquérito e autorizar a demissão do empregado acusado.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1940. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *Percival Godoy Ilha*, relator.

Fui presente. — *Natércia Silveira*, Procurador Geral interino.

Rec. 4.869-40 — Vistos e relatados os autos do recurso interposto por Manoel Pimenta contra a decisão da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Tração, Luz, Força e Gas do Rio de Janeiro, que lhe indeferiu o pedido de restituição de contribuições pagas, durante o tempo em que trabalhou na Empresa;

Considerando que a pretensão é manifestamente improcedente, à vista das disposições do Decreto n. 20.465, de 1931;

Resolve a Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho negar provimento ao recurso.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1940. — *Francisco Barbosa de Rezende*, presidente. — *José de Sá Bezerra Cavalcante*, relator. Fui presente. — *Natércia Silveira*, Procurador Geral interino.

Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal

Resumo da audiência do dia 11 de dezembro do ano de 1940

Bacharel Newton da Silva Lima, Presidente; Antônio Monteiro Garcia, vogal dos empregados; Corí Peixoto, vogal dos empregados; Tina Vita, secretária.

Processo P. — 10.556 e P. — 10.557 de 1940 — Hilda Alves de Oliveira e Elza Quirino reclamando contra espólio de Bráulio Genta da Silva, dispensa sem prévio aviso, salários e férias. Procedentes em 121\$0. Pagas as custas pela reclamada. As reclamantes não compareceram.

Processo P. — 10.553 de 1940 — Heitor Soares da Silva e outros num total de cinco reclamações, reclamando contra espólio de Bráulio Genta da Silva, dispensa sem justa causa, salários e férias. Procedente na importância global de 9:011\$0. Pagas as custas pela reclamada. Os reclamantes não compareceram.

Processo P. — 10.090 de 1940 — Américo dos Santos Moreira reclamando contra Pereira & Otero, dispensa sem justa causa. Procedente em 2:275\$0. Pagas as custas pela reclamada.

Processo P. — 9.996 de 1940 — Manuel Alves reclamando contra Independência Auto-Ônibus Ltda., dispensa, salários e férias. Improcedente em 275\$0. Pagas as custas pelo reclamante.

Processo P. — 3.869 de 1937 — José Lopes reclamando contra Saboaria Imperial Ltda., dispensa sem justa causa. Conciliação em 2:500\$0. Pagas as custas pela reclamada.

Processo P. 11.004 de 1940 — Jovelino Pereira reclamando contra Joaquim Laginha, dispensa e salários. Conciliação em 68\$0. Pagas as custas pelo reclamado.

Processo P. — 11.327 de 1940 — João Maria Monsanto e outros reclamando contra S. A. Lanifícios Minerva, dispensa. Adiado para o dia 8 de janeiro vindouro, às 15 horas.

Processo P. — 10.002 de 1940 — Amadeu Alves de Moura reclamando contra Pires, Nobre & Irmão, dispensa, salários e férias. Adiado para o dia 15 de janeiro vindouro, às 15 horas.

Processo P. — 9.062 de 1940 — Stanislaw Divojak reclamando contra Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, dispensa, salários e férias. Adiado para o dia 15 de janeiro vindouro, às 15 horas.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

AUTOS DE INFRAÇÃO

ACORDÃOS

Autuado, Joaquim de Camargo & Filho, de Mirassol, São Paulo. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do I.A.P.I. Decisão da presidência, em 4-12-40.

N. 26.862, em 2-12-40. Autuado, Luiz Carrera, de Pirangi, São Paulo. Multa, 100\$0; débito, 108\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

Autuado, Alvaro da Costa Couto, de Ribeirão Preto, São Paulo. Decisão da presidência, em 2-12-40. Multa, 300\$0, grau médio do inciso II do art. 172, nos termos da alínea b do art. 177, combinada com a alínea c do art. 178 do regulamento do I.A.P.I.

N. 26.857, em 2-12-40. Autuado, Miguel Luneta, de São Paulo, São Paulo. Multa, 100\$0; débito, 293\$4, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.877, em 2-12-40. Autuado, V. Strafacci, de São Paulo, São Paulo. Multa, 100\$0, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.837, em 2-12-40. Autuado, Guilherme Venturini, de São Paulo, São Paulo. Multa, 100\$0; débito, 403\$2, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.856, em 2-12-40. Autuado, Gennaro Scutotto, de São Paulo, São Paulo. Multa, 100\$0; débito, 150\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.8878, em 2-12-40. Autuado, José Chaves Netto, de Santa Branca, São Paulo. Multa, 100\$0; débito, 145\$2, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

Autuado, Luiz Camberligo, de São Paulo, São Paulo. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do regulamento do I.A.P.I.

Autuado, Gráfica Cosentino & Peinado, Ltda., de São Paulo, São Paulo. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do regulamento do I.A.P.I.

Autuado Rafael F. Persico, São Paulo. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do regulamento do I.A.P.I.

Autuado, Anibal Domingos de Oliveira, de São Paulo, São Paulo. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 500\$0, grau máximo do inciso II do art. 172, nos termos da alínea c do art. 177, combinada com a alínea a do art. 178 do regulamento do I.A.P.I.

Autuado, Anibal Domingos de Oliveira, de São Paulo, São Paulo. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 500\$0, grau máximo do inciso II do art. 172, nos termos da alínea c do art. 177, combinada com a alínea a do art. 178 do regulamento do I.A.P.I.

N. 26.899, em 2-12-40. Autuado, J. Rodrigues & Cia., de Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Multa, 100\$0; débito, 829\$4, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.901, em 2-12-40. Autuado, Borival F. da Silva, de Santo Angelo, Rio Grande do Sul. Multa, 100\$0; débito, 211\$8, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.833, em 2-12-40. Autuado, H. Marques, de Barra do Piraí, Rio de Janeiro. Multa, 100\$0, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.868, em 2-12-40. Autuado, M. J. Fernandes Martins, de Recife, Pernambuco. Multa, 100\$0; débito, 440\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

Autuado, João Schmidt & Filho, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Decisão da presidência, em 4-12-40. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do I.A.P.I.

N. 26.850, em 2-12-40. Autuado, M. Tiburcio da Silva, de Recife, Pernambuco. Multa, 100\$0; débito, 243\$600, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.846, em 2-12-40. Autuado, Clodomiro Gomes Santiago, de Recife, Pernambuco. Multa, 100\$0; débito 88\$2, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.866, em 2-12-40. Autuado, Anísio Bello, de Recife, Pernambuco. Multa, 100\$0; débito, 27108, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.839, em 2-12-40. Autuado, Fraiman & Cia., de João Pessoa, Pernambuco. Multa, 100\$0; débito, 471\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

Autuado, Bertrand & Giannoth, desta capital. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso II do art. 172 do Regulamento do I.A.P.I.

N. 26.880, de 2-12-40. Autuado, Mayer Kalma, de Curitiba, Paraná. Multa, 100\$0; débito, 107\$6, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.855, em 2-12-40. Autuado, Custodio Matnias Filho, de Patrocínio, Minas Gerais. Multa, 200\$0; débito, 456\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.853, em 2-12-40. Autuado, José Francisco da Silva, de Pouso Alegre, Minas Gerais. Multa, 100\$0; débito, 226\$6, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.890, em 2-12-40. Autuado, J. A. Curvelano, de Belo Horizonte, Minas Gerais. Multa, 150\$0; débito, 735\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.854, em 2-12-40. Autuado, Amador Rocha, de Passos, Minas Gerais. Multa, 200\$0, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.852, em 2-12-40. Autuado, Boanerges Silva, de Vespasiano, Minas Gerais. Multa, 100\$0; débito, 237\$4, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.844, em 2-12-40. Autuado, Indústrias Reunidas Fagundes Neto S/A, de Carmo do Rio Claro, Minas Gerais. Multa, 100\$0; débito, 155\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

Autuado, José da Silva Filho, de Uberlândia, Minas Gerais. Decisão da presidência, em 4-12-40. Multa, 300\$0, grau médio do in-

ciso II do art. 172, nos termos da alínea b do art. 177, combinada com a alínea c do art. 178 do regulamento do I.A.P.I.

Autuado, Francisco Assunção, de Pará de Minas, Minas Gerais. Decisão da presidência, em 3-12-40. Multa, 100\$0, grau mínimo do inciso I do art. 172 do regulamento do I.A.P.I.

Autuado, Bartolomeu de Souza, de Januária, Minas Gerais. Decisão da presidência, em 4-12-40. Reduzindo para 20\$0 a multa imposta ao empregador em 22-5-40.

N. 26.881, em 2-12-40. Autuado, Ayrrio R. Marques, de Livramento, Rio Grande do Sul. Multa, 100\$0; débito, 169\$8, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.860, em 2-12-40. Autuado, J. Rodrigues, de Santos, São Paulo. Multa, 100\$0; débito, 168\$0, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.882, em 2-12-40. Autuado, Miguel Mauler, de Juiz de Fora, Minas Gerais. Débito, 1:329\$4, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

N. 26.847, em 2-12-40. Autuado, Belisarina Costa & Cia., Ltda., de Belém, Pará. Multa, 100\$0; débito, 221\$4, acrescido dos juros de mora de 1 % ao mês, devendo tal recolhimento ser efetuado no prazo de 10 dias, sob pena de cobrança judicial.

(C.11.102—12-12-40—185\$6.)

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA N. 402

SESSÃO ORDINÁRIA EM 6 DE DEZEMBRO DE 1940

Presidência do senhor ministro Tavares de Lira — Procurador Dr. Leopoldo Cunha Melo — Secretário, bacharel Djalma Monteiro.

Presentes os senhores ministros Otávio Tarquínio de Sousa, Ruben Rosa, Bernardino de Sousa e Eduardo Lopes, foi aberta a sessão.

Relatados pelo senhor ministro Otávio Tarquínio de Sousa:

Ministério da Agricultura:

Offício n. 16.533, de 29 de novembro findo, da Divisão de Contabilidade, sobre o pagamento de 197:200\$0 à Construtora Manuel Pereira Limitada, por trabalhos de conservação e adaptação executados no edifício do mesmo Ministério. (PG. 4.275). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios ns. 4.031 e 4.035, da Divisão de Contabilidade, distribuições de créditos na importância de 2.000:000\$0 a cada uma das Delegacias Fiscais nos Estados do Paraná e de São Paulo, por conta da subconsignação 2-01) letra G, consignação I, da Verba 5.^a — Obras (PG. 24.023 e 24.026). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas distribuições de créditos.

Ministério da Fazenda:

Promoção n. 51, do senhor procurador, de 2 do corrente, sobre o contrato celebrado entre a Diretoria de Rendas Internas e a Prefeitura Municipal de Santa Luzia, para cobrança e arrecadação do imposto de consumo e energia elétrica. (PG. 15.432). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência, preliminarmente, para o fim indicado no parecer do senhor diretor.

Aviso n. 123, de 19 de novembro findo, com a cópia do Decreto-lei n. 2.763, do dia 9 anterior, que concede pensão especial à viúva e filhos menores do oficial administrativo do Ministério da Fazenda, Enie Vaz da Silveira. (PG. 32.438). — O Tribunal resolveu aguardar a remessa do processo referente à aludida pensão.

Processos:

De anulação no Tesouro Nacional e transferência para a Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul, do crédito de 1:080\$0 por conta da verba "Pensionista" (PG. 25.929). — O Tribunal mandou anotar o expediente.

De concessão:

De montepio o meio soldo a Maria Luisa Fogaca Guimarães, viúva do 2.º tenente reformado da Armada, João da Costa Guimarães. (PG. 25.991);

De aposentadoria:

De acordo com o art. 156, letra "c" da Constituição Federal de 1937, a Joaquim Lúrio do Nascimento, oficial administrativo classe I, do Quadro IV do Ministério da Viação; a Rodolfo Pinto Bandeira, oficial administrativo classe I, do Quadro VII; a Crisanto Jobim, idem, idem; a Raimundo Dracon Brochado, oficial administrativo, classe II, do Quadro VIII e a Marcos Moog, escrivão da coletoria federal de Nova Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, todos do Ministério da Fazenda. (PG. 25.944, 25.940, 25.946, 25.952 e 25.943).

Com fundamento no art. 170, n. 3, da Constituição Federal de 1934 a Orosimbo de Sousa, coletor da Segunda Coletoria em Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. (PG. 26.046).

O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Offício n. 8.774, de 25 do mês findo, da Diretoria de Contabilidade, sobre o contrato de locação do prédio n. 45, da rua da Relação nesta Capital celebrado com José Francisco Carneiro (PG. 15.422). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fins indicados nos pareceres.

Ministério da Marinha:

Aviso n. 1.498, de 20 de novembro findo, encaminhando o expediente que permite sejam agora aplicadas na aquisição de material de construção para o Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras as importâncias de 2.140:000\$0 e 1.300:000\$0 anteriormente destinadas à construção do Quarteirão e instalação para a Base de Submarinos e obras da Base de Aviação Naval. (PG. 4.263). — O Tribunal resolveu se aguarde o relatório a que se refere o art. 6.º do Decreto-lei n. 1.058, de 9 de janeiro do ano passado, de acordo com o parecer.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 1.C-545, de 28 do mês findo, sobre a distribuição de crédito de 10:000\$0 à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado de São Paulo, por conta da subconsignação 1 — Consignação I da verba 4.^a — Eventuais (PG. 4.166). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Aviso n. 3.489, de 23 do mês findo, sobre a distribuição do crédito de 200\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Paraná, por conta da subconsignação 9/11) — consignação I, da verba 3.^a — Serviços e encargos (PG. 29.202). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

— Relatados pelo Sr. ministro Rubem Rosa:

Ministério da Agricultura:

Aviso n. 16.823, deste mês, apresentando considerações e fazendo nova consulta sobre a decisão pela qual o Tribunal resolveu que "os processos de comprovação da aplicação de adiantamentos devem ser apresentados às repartições em que servem os respectivos responsáveis, isto, porém, com o tempo necessário para que as mesmas repartições os examinem e os completem, como determina a lei, fazendo-os chegar ao Tribunal de Contas ou às suas Delegações diretamente, tendo em vista a observância rigorosa do prazo de noventa dias, contados da data do recebimento do adiantamento, conforme dispõe o art. 44 do Decreto-lei n. 426, de 12 de maio de 1938, em pleno vigor" (PG. 4.274). — O Tribunal resolveu que se responda a consulta de acordo com o parecer do Sr. diretor.

Ministério da Educação e Saúde:

Offícios:

N. 4.038, de 23 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre o adiantamento de 15:000\$0 ao armazenista classe IX, com exercício no Colégio Universitário da Universidade do Brasil, José Feliciano Pereira, para ocorrer ao pagamento da despesa sa seu cargo no período de setembro a novembro do corrente ano (PG. 24.914). — O Tribunal recusou registro ao adiantamento, de vez que está esgotado o prazo dentro do qual deveria o mesmo ser aplicação.

N. 4.182, de 30 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre o pagamento de 167:624\$0 a Sousa Vieira & Comp., por fornecimentos. (PG. 24.019). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

Ns. 4.030 e 4.033, de 23 do mês findo, da Divisão de Contabilidade, sobre as distribuições dos créditos de 500:000\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro e de 2.000:000\$0 à do de Santa Catarina, por conta da subconsignação 2/01) letra g, consignação I, da verba 5.^a — Obras (PG. 25.005 e 24.024). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas distribuições de créditos.

Ministério da Fazenda:

Offício n. 612, de 28 do mês findo, da Diretoria de Rendas Internas, com o processo fido sob o n. 100.232/39, relativo ao termo de acordo firmado entre a Delegacia Fiscal e a Américo Farias de Albuquerque, proprietário da Empresa Elétrica da Povoação de Alagoinha, Município de Guarabira, no Estado da Paraíba, para a cobrança do imposto de consumo sobre energia elétrica (PG. 15.424). — O Tribunal recusou registro ao contrato preliminarmente por ter sido publicado fora do prazo legal.

Processos:

De distribuição do crédito de 1:098\$0 à Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte, por conta da subconsignação 9/01) — consignação V, da verba 1.^a — Pessoal (PG. 32.559). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

De anulação na Delegacia Fiscal na Paraíba e transferência para o Tesouro Nacional do crédito de 500\$0 por conta da verba "Pensionistas" (PG. 32.550). — O Tribunal mandou anotar o expediente.

De pagamento de 127:390\$8 à Rede Mineira de Viação, de dívida relacionada a que se refere o crédito aberto pelo Decreto-lei n. 2.691, de 26 de outubro último (PG. 34.471). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão:

De montepio e meio soldo a Adalgisa Duque Estrada Correia, filha casada de Alberto Duque Estrada, 2.º tenente reformado da Armada (PG. 12.074).

De montepio civil a Sérvulo, Humberto, Maria Julieta, Elisabeth e Alice, filhos de José Paulino Barbalho, chefe de seção da Administração dos Correios do Estado do Rio Grande do Norte, e a Orlando Góis Quadros, filho menor do falecido de 1.^a classe aposentado, do Ministério da Marinha, Antônio Otacílio Quadros. (PG. 25.908 e 25.987).

— O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

De aposentadoria, com fundamento no n. 4, do art. 170, da Constituição Federal de 1934, a Joaquim Bruno carteiro classe F, do

Quadro XIV, do Ministério da Viação, e, nos termos do art. 156, letra e, da Constituição Federal de 1937, a Antônio Teles Martins, oficial administrativo, classe K, do Quadro IV, do mesmo ministério (PG. 25.949 e 25.952). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Guerra:

Ofício n. 3.956, de 15 de julho último, da Diretoria de Fundos do Exército, anexado ao de n. 448, de 15 de outubro deste ano, da Comissão Encarregada da Liquidação da Dívida Flutuante, informando esta que os processos relacionados pela citada Diretoria, sob os ns. 529 e 532, o foram, também, em época oportuna, pela Comissão. O Tribunal resolveu que se proceda de acordo com o voto do Sr. Ministro Relator, proferido nos seguintes termos:

“Os processos sob ns. 529 e 532, de dívidas, remetidos pelo Ministério da Guerra, foram relacionados nos termos do Decreto número 21.584, de 29-6-32, pela extinta Comissão da Dívida Passiva da União (Vide of. de fls. 20.)

Portanto, o julgamento da procedência ou não dessas dívidas escapa à competência do Tribunal, desde que obedece o rito especial, qual o Decreto n. 23.298, de 21-10-33, até hoje em vigor (Decreto leg. n. 1, de 16-1-35; leis 240, de 1-6-36; 376, de 9-1-37, art. 8; Dec.-leis ns. 454, de 28-5-38; 1.419, de 13-7-39; 2.443, de 24-7-40.)

Só por equívoco foram os processos em questão requisitados. Devem sem demora ser devolvidos à ilustre Comissão da Dívida Flutuante.

Ao Ministério da Guerra deve ser informado que sobre essas dívidas o Tribunal não tem competência para julgá-las ou não procedentes pela razão exposta. Sobre elas se manifestará oportunamente quando for expedida a ordem de pagamento. — Rubem Rosa. Em 6-12-40.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Processos de concessão de reforma aos soldados da Polícia Militar do Distrito Federal, Guilherme da Conceição e Sebastião Antônio Ribeiro (PG. 3.013 e 3.015). — O Tribunal recusou registro às aludidas concessões, de vez que as diligências anteriormente ordenadas não foram satisféitas.

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

Aviso n. 1.C-546, de novembro findo, pedindo reconsideração à vista das razões que apresenta, da decisão pela qual foi recusado registro a despesa de 3.640\$00 com o pagamento a J. Araujo & Cia., por serviços prestados à Inspetoria do Departamento Nacional do Trabalho (PG. 1.042). — O Tribunal reconsiderou sua anterior decisão para o fim de ordenar o registro da despesa.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 62.783 — João Gomes Vieira — Rua Maciel Monteiro n. 19 — Retifique-se o vet para 3.600\$0, em 1941, de acordo com a informação.

N. 3.558, de 30 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei n. 2.798, do dia 21 anterior, que abre o crédito de 1.750:000\$0, suplementar à subconsignação 7/09 — consignação II da verba 2ª — Material (PG. 29.216).

N. 3.557, de 29 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei n. 2.809, do dia 21 anterior, que abre o crédito especial de 1.233:155\$8, para ocorrer ao pagamento de materiais existentes no almoxarifado da Companhia Carbonífera de Araranguá, adquiridos pela Administração da Estrada de Ferro D. Tereza Cristina (PG. 29.210).

O Tribunal ordenou o registro dos aludidos créditos.

Relatados pelo Sr. Ministro Bernardino de Sousa:

Promoção n. 50, de 2 do corrente, do Sr. procurador, sobre o contrato celebrado entre o Conselho Federal de Comércio Exterior e Otávio Malta, para o desempenho da função de técnico de comércio na Seção de Fomento do mesmo Conselho (PG. 15.430). — O Tribunal converteu o julgamento em diligência para o fim indicado nos pareceres.

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 4.032, de 23 de novembro findo, da Divisão de Contabilidade, distribuição do crédito de 3.000:000\$0 à Delegacia Fiscal no Estado do Rio Grande do Sul por conta da subconsignação 2-01, letra g, consignação I, da verba 5ª — Obras (PG. 24.018). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

Ministério da Fazenda:

Ofício n. 1.458, de 2 do corrente, da Diretoria do Domínio da União, com o processo relativo ao termo de aforamento assinado por Luiz Dubeux Júnior e outros, concernente ao terreno de acrescidos de marinha n. 405, beneficiado com o prédio n. 309, antigo 56, da rua Barão de Triunfo, freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, Município de Recife, no Estado de Pernambuco (PG. 15.375). — O Tribunal ordenou o registro do aludido contrato.

De distribuição do crédito de 180\$0 à Delegacia Fiscal no Estado de Santa Catarina, por conta da subconsignação 9/01 — consignação V — da verba 1ª — Pessoal (PG. 32.481). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

De pagamento de 176:956\$5 à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, de dívida relacionada a que se refere o Decreto-lei n. 2.691, de 26 de outubro último (PG. 28.544). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De anulação no Tesouro Nacional e transferência para a Delegacia Fiscal no Estado de Baía, do crédito de 2:250\$0 por conta da verba “Pensionistas” (PG. 25.299). — O Tribunal mandou anotar o expediente.

De concessão de montepio e meio soldo a Elvira de Andrade Neves Borba, e outras, filhas de Eurico de Andrade Neves, general de Divisão reformado (PG. 25.910).

Idem de meio soldo a Elaide Ribeiro Sabido, viúva de Manuel Augusto Moreira Sabido, major do Corpo de Bombeiros (PG. 25.928).

De aposentadoria:

Nos termos do art. 156, letra E, da Constituição Federal de 1937, a José Batista dos Santos, carteiro classe G, do Quadro IV; a Júlio de Sousa Viana, oficial administrativo classe I, do Quadro III, ambos do Ministério da Viação e a Alfredo Pinto de Carvalho, coletor federal em Imbituva, no Estado do Paraná. (PG. 25.951, 25.938 e 25.947).

Com fundamento na Lei Constitucional n. 2, de 16 de maio de 1938, a Alípio Costa, escriturário oacisse, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda; (PG. 25.948).

De revisão d aposentadoria a Leônicio de Deus Barros, 2.º faroleiro, encarregado do balisamento da baía de Guanabara, em virtude de sentença judiciária (PG. 25.989). — O Tribunal ordenou o registro das aludidas concessões e o das despesas classificadas.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. DO-SPO-778-17.397-40, de 25 do mês findo, com cópia do Decreto-lei n. 2.767, do dia 11 anterior, que cria funções gratificadas no Quadro I, do Ministério da Justiça e abre o crédito especial de 2:800\$0 (PG. 3.871) — O Tribunal ordenou o registro do aludido crédito e o da sua distribuição ao Tesouro Nacional de acordo com o parecerse.

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Avisos:

N. 3.440, de 21 do mês findo, com a cópia do Decreto-lei n. 2.723, de 31 de outubro último, e solicitando a distribuição do crédito de réis 17:948\$3 à Delegacia Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, por conta do mesmo decreto (PG. 29.062). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

Ofício n. 12.918, de 5 do corrente, do Departamento Federal de Compras, solicitando à vista de providências que foram pedidas ao Serviço de Material do Ministério da Viação a distribuição do crédito de 5:000\$0 à Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos em Pernambuco, por conta da sub-consignação 7/08 — consignação II — da verba 2ª — Material (PG. 32.740). — O Tribunal ordenou o registro da aludida distribuição de crédito.

Relatados pelo Sr. Ministro Eduardo Lopes:

Ministério da Educação e Saúde:

Ofício n. 4.22, de 3 do corrente, da Divisão de Contabilidade, sobre o adiantamento de 328:543\$0 ao técnico de Educação, Licério Alfredo Schreiner para ocorrer ao pagamento de despesas a seu cargo (PG. 25.034). — O Tribunal ordenou o registro do aludido adiantamento.

Ministério da Fazenda:

Processos:

De pagamento de 4:720\$1 ao oficial administrativo Antônio Eduardo de Lenhoffe Brito, de indenização (PG. 28.209). — O Tribunal ordenou o registro da aludida despesa.

De concessão de aposentadoria, com fundamento no art. 197, alínea b, do Decreto-lei n. 1.713, de 28 de outubro de 1939, ao oficial administrativo classe J, do Quadro I, do Ministério da Viação, Ascânio Henrique Pereira de Abreu (PG. 25.619). — O Tribunal ordenou o registro da aludida concessões e o da despesa classificada.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Aviso n. DO[1.ªS]701 12.589-40, de 16 de outubro último, restituindo com as necessárias informações os processos de dívidas contraídas, sem crédito, ou além dos créditos, em exercício anteriores, relacionadas sob ns. C[5.043-39, C[2.239-39, C[4.089-39, C[4.250-39 e C[398-38, de que são credores a Cia. Ferroviária Este Brasileiro, a Cia. Telefônica Brasileira e a Société Anônima du Gaz do Rio de Janeiro (PG. 3.568). — O Tribunal julgou procedentes as dívidas e determinou se proceda de acordo com as alíneas b, c e d das conclusões do voto do Sr. Ministro relator, proferido nos seguintes termos:

“O Sr. Ministro da Justiça remeteu ao Tribunal vários processos de dívidas relacionadas.

Em sessão de 23 de agosto o Tribunal julgou procedente 12 dessas dívidas, considerou aprovadas pelo art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 1934 das mesmas dívidas e determinou a remessa dos respectivos processos ao Ministério da Fazenda.

Resolveu ainda devolver ao Ministério da Justiça cinco processos que se referiam a dívidas contraídas na vigência da mesma Constituição de 1934.

Em relação a um processo, de dívida contraída em 1929, mandou o Tribunal que a Comissão de Liquidação de Dívida Flutuante informasse se a mesma tinha sido relacionada pela Comissão Apuradora da Dívida Passiva da União.

Antes que a Comissão da Dívida Flutuante despondesse ao pedido do Tribunal, o Ministério da Justiça, remete novamente os cinco processos, que haviam sido devolvidos, declarando que “as dívidas foram contraídas em período anterior a 16 de julho de 1934 e posterior a 10 de novembro de 1937, fora portanto da vigência da Constituição de 1934”, esclarecendo mais que de um dos processos foi excluída uma parcela referente a dívida contraída no regime da Constituição de 1934.

O Corpo Instrutivo observa que algumas faturas enviadas pelo Ministério da Justiça pertencem a outro processo.

De fato, tais faturas pertencem a um processo, cuja dívida total foi julgada procedente pelo Tribunal e, por engano no expediente de remessa, foram elas devolvidas ao Ministério da Justiça, quando deviam ter ido para o Ministério da Fazenda.

Ao Ministério da Fazenda, certamente, foram enviadas as faturas que deveriam ter ido para a Justiça.

Propõe ainda o Corpo Instrutivo que as credoras ratifiquem as glosas feitas pelo Ministério nas respectivas faturas.

Não vejo razão para isso. Cabe ao Ministério dar conhecimento dessa glosa ao credor e a este reclamar o que for a bem de seus direitos, não competindo ao Tribunal interferir no caso, maxime porque as dívidas glosadas não estão relacionadas neste processo.

Meu voto é: a) — para que sejam julgadas procedentes as dívidas de que tratam os processos juntos; b) — sejam enviadas ao Ministério da Fazenda as faturas relativas as dívidas já julgadas procedentes, c) — que se requisitem desse Ministério as faturas relativas ao processo n. 398, que lhe foram enviadas por engano e d) — para que se reitere o officio dirigido à Comissão de Inquirição da Dívida Flutuante". (a) Eduardo Lopes. Em 6-4-940.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Ministro Presidente designou o dia 10 do corrente mês, às 13 horas, para a seguinte sessão ordinária, declarando encerrados os trabalhos.

E, para constar levou-se a presente ata que vai subscrita e assinada.

NOTICIÁRIO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SECÇÃO DE PLUVIOMETRIA E INUNDAÇÕES

Estado e tendencia do nível dos rios:

Bacia Amazonica (dia 10):

Em ascensão em S. Paulo de Olivença, Cruzeiro do Sul, S. Felipe, Leões, Porto Velho, Altamira e Peixe em declínio em Manaus, Obidos e Santarém.

Bacia Paraná-Paraguai dia 10):

Em ascensão em Jupia, S. Mateus, Rio Negro e Foz do Iguaçu e em declínio em Tomasina, Porto União, S. Luiz de Cáceres, Cuiabá, Corumbá e Porto Murtinho.

Bacia S. Francisco (dia 11):

Continuará em declínio entre S. Francisco e Remanso e em ascensão no resto do curso.

Bacia Itapicuru (Baía — dia 10):

Em declínio em Pindobassu e Itapicuru e estacionário em Cruz das Almas e Cipó.

Bacia Paraguassu (dia 10):

Continuará em lento declínio em todo o curso.

Em declínio em todo o curso.

Bacia Jequitinhonha e Pardo (dia 11):

Bacia Parafba do Sul (dia 11):

Continuará em lento declínio em todo o curso.

Bacia Itajaí-Assu (dia 11):

Houve deficiência de informes.

Departamento Nacional da Produção Mineral — Divisão de Aguas

Secção de Pluviometria e Inundações

Dia 12 de dezembro de 1940

Estado e tendencia do nível dos rios:

Bacia Amazonica (dia 11):

Em ascensão em S. Paulo de Olivença, Cruzeiro do Sul, São Felipe, S. Gabriel, Guajará-Mirim, Porto Velho e Humaitá. estacionário em Obidos em declínio em Manaus, Parintins e Santarém.

Bacia Paraná-Paraguai (dia 11):

Em ascensão em Tomasina, S. Mateus, Rio Negro, estacionário em Cuiabá em declínio em Jataí, Foz do Iguaçu, S. Luiz de Cáceres e Porto Murtinho.

Bacia S. Francisco (dia 12):

Continuará em ascensão em Joazeiro e em declínio no resto do curso.

Bacia Itapicuru (Baía — dia 11):

Em declínio em todo o curso.

Bacia Paraguassu (dia 11):

Continuará em lento declínio em todo o curso.

Bacia Jequitinhonha e Pardo (dia 12):

Continúa em declínio em todo o curso.

Bacia Parafba do Sul (dia 12):

Ficará mais ou menos estacionário em todo o curso.

Bacia Itajaí-Assu (dia 12):

Não foram recebidos informes.

PARTE COMERCIAL

Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos do Rio de Janeiro

BOLETIM DE COTAÇÕES DO CAMBIO FIXADO EM 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Praças	Mercados		A vista
	Oficial	Livre	Livre Especial
Londres:			
Libras AREA	—	80\$050	—
Itália	—	1\$005	\$937
Alemanha:			
Reisemark	—	—	3\$900
Verrechnungsmark	—	6\$078	—
Unterstützungsmark	—	—	3\$686
Portugal	—	\$795	\$890
Suica	—	4\$599	5\$200
Nova York	16\$575	19\$774	20\$656
Bahia	—	7\$820	8\$500
Argentina	—	4\$680	4\$929
Japão	—	4\$662	—
Chile	—	\$660	—

Cobertura do Banco do Brasil aos Bancos:

Londres:			
Libras AREA	—	79\$350	—

COTAÇÕES OFICIAIS DE TÍTULOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 1940

DÍVIDA EXTERNA

Empréstimo Federal de 1922, 7 % (Eletificação da Estrada de Ferro Central do Brasil), p/\$ 1.000	3:425\$0
Empréstimo Federal de 1926, 6 1/2 %, p/\$ 1.000	3:400\$0

DÍVIDA INTERNA

Apólices e Obrigações

Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, port.	830\$0
Diversas Emissões de 1:000\$0, 5 %, port. (cauteias) ...	815\$0
Reajustamento Econômico de 500\$0, 5 %, port.	416\$0
Reajustamento Econômico de 1:000\$0, 5 %, port.	858\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 500\$0, 7 % (1930).	500\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 7 % (1932).	1:050\$0
Obrigações do Tesouro Nacional de 1:000\$0, 7 % (1939).	1:010\$0
Empréstimo Municipal de 1904, port.	536\$0
Empréstimo Municipal de 1914, nom.	165\$0
Empréstimo Municipal de 1914, port.	180\$0
Empréstimo Municipal de 1917, port.	178\$0
Empréstimo Municipal de 1917, nom.	165\$0
Prefeitura de Belo Horizonte de 1:000\$0, 7 %, port.	857\$0
Prefeitura de Porto Alegre de 50\$0, 3 1/2 %, port.	30\$0
Minas Gerais de 1:000\$0, 7 %, port.	840\$0
Minas Gerais de 200\$0, 5 %, port. (1934), 1.ª série ...	156\$0
Minas Gerais de 200\$0, 8 %, port. (1934), 2.ª série ...	163\$5
Minas Gerais de 200\$0, 7 %, port. (1934), 3.ª série ...	163\$5
Pernambuco de 100\$0, 5 %, port.	79\$0
Rodoviárias do Estado do Rio de Janeiro de 600\$0, 8 %, port.	616\$0
São Paulo de 200\$0, 5 %, port.	202\$0
Uniformizadas de São Paulo de 1:000\$0, 8 %, port.	1:045\$0

Ações de Bancos

Crédito Mercantil	200\$0

Ações de Companhias

Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, ordinárias.	133\$0
Mesbla, preferenciais	208\$0
Siderúrgica Belgo-Mineira, port.	358\$5

Debentures

Banco Hipotecário "Lar Brasileiro", S. A. de Crédito Real.	205\$0
Companhia Antártica Paulista	210\$0
Companhia Docas de Santos	205\$0

Secretaria da Câmara Sindical do Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1940. — Juvenal de Queiroz Vieira, presidente.

RENDAS PÚBLICAS

Recebedoria do Distrito Federal

	COMPARAÇÃO DA RENDA	
	Geral	Exclusive depósitos
Arrecadada de 2 a 10 de dezembro de 1940	17.159:394\$300	16.784:666\$500
Em 11 de dezembro de 1940 ..	1.852:238\$000	1.797:244\$900
Total	19.011:632\$300	18.581:911\$400
Em igual período de 1939	22.407:467\$400	16.094:930\$800
Diferença para menos em 1940	3.395:835\$100	2.486:980\$600

Arrecadada de 2 de janeiro a 11 de dezembro de 1940 ..	578.001:973\$400	551.034:232\$800
Em igual período de 1939	530.548:199\$100	510.638:529\$700
Diferença para mais em 1940	47.453:774\$300	43.395:703\$100

Alfândega do Rio de Janeiro

RECEITA ARRECADADA

Datas	Importâncias
Receita do dia:	
11 de dezembro de 1940	1.209:152\$000
11 de dezembro de 1939	1.864:153\$100
Receita mensal:	
De 2 a 11 de dezembro de 1940	11.191:288\$500
De 2 a 11 de dezembro de 1939	21.695:055\$400
Diferença da receita arrecadada para menos em 1940	10.503:766\$900
Receita global:	
De 2 de janeiro a 11 de dezembro de 1940	453.916:634\$100
De 2 de janeiro a 11 de dezembro de 1939	465.349:764\$300
Diferença da receita arrecadada para menos em 1940	11.433:130\$200

EDITAIS E AVISOS

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento

PROVA DE HABILITAÇÃO PARA ADMISSÃO DE EXTRANUMERARIO MENSALISTA COADJUVANTE DE ENSINO VII DA DIVISÃO DO ENSINO INDUSTRIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Está convidado a comparecer nos próximos dias 17, 18 e 19 do corrente, às 8,30 horas, à Escola Nacional de Belas Artes, na avenida Aparício Borges, afim de prestar a Parte II (desenho, modelação em barro e execução do molde em gesso, respectivamente) da prova acima referida, o candidato Francisco Silva.

D. S. do D. A. S. P., em 12 de dezembro de 1940. — *Alfredo de Castro Ramos da Silva*, secretário da Banca Examinadora.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Estatística

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convido os senhores membros da Junta Executiva Regional de Estatística do Distrito Federal a comparecer à 56ª sessão ordinária, que será realizada às 14 1/2 horas do dia 18 do corrente mês, na sala de sessões, situada no primeiro pavimento do edifício do Departamento de Geografia e Estatística, à rua do Nunciação n. 78, esquina da rua Buenos Aires.

Junta Executiva Regional de Estatística do Distrito Federal, em 12 de dezembro de 1940. — *Sergio Nunes de Magalhães Junior*, secretário.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Polícia Civil do Distrito Federal

INSPECTORIA DO TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL

Pelo presente edital ficam notificados a comparecer nesta Inspeção dentro do prazo de 48 horas, para responder por infrações do Regulamento do Trânsito, os proprietários ou condutores de veículos abaixo discriminados:

Matrícula indistinta — Art. 366

Ônibus:

Empresa Ônibus de Luxo Ltda., ns. 397 e 398 — Art. 248-L.
 Roberto J. Schmidt, ns. 673 e 926 — Art. 248-L.
 Mário Bianchi, n. 135 — Art. 248-L.
 Vição São Jorge Ltda., n. 170 — Art. 248-L.
 Comp. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, n. 298 — Art. 248-L.
 Empresa Inter. Ônibus Luxo Ltda., n. 545 — Art. 248-L.
 Soc. Cooperativa Chauff. Prop. Rio Janeiro, n. 582 — Art. 248-L.
 A. Vição Cruzeiro do Sul Ltda., n. 706 — Art. 248-L.
 Renascença Auto Ônibus Ltda., n. 852 — Art. 248-L.
 Independência A. Ônibus Ltda., n. 895 — Art. 248-L.
 José Joaquim de Brito, n. 935 — Art. 248-L.

Passeio:

Valter Vieira Santos, n. 706 — Art. 102.
 Santos Levi, n. 4.318 — Art. 79.
 Gervásio Pinto, n. 3.307 — Art. 98.
 Joaquim Rodrigues da Silva, n. 3.400 — Art. 92.
 Manuel Ferreira Mendes, n. 5.113 — Art. 98.
 Leopoldo Cesaiano, n. 6.937 — Art. 102.
 Avelino Rodrigues, n. 7.046 — Art. 248-L.
 Rodrigo Queiroz Lima, n. 7.384 — Art. 102.
 Jean Jaques F. Dewernoy, n. 7.837 — Art. 102.
 Neiton Rodrigues M. Trindade, n. 8.634 — Art. 102.
 Antônio José Ferreira, n. 9.166 — Art. 102.
 Manuel José Alves Bieitos, n. 10.513 — Art. 248-L.
 Antônio A. Hungria Q. Carneira, n. 10.613 — Art. 86.
 Benedito Vieira Dias, n. 11.681 — Art. 85.
 Lourival Barbosa Siqueira, n. 11.841 — Art. 86.
 Joaquim Mendes de Vasconcelos, n. 13.218 — Art. 151.
 Romão Alves Portas, n. 15.916 — Art. 248-L.
 Joaquim Monteiro Machado, n. 16.074 — Art. 102.
 José Dahan, n. 18.765 — Art. 248-L.
 Dino Calza, n. 19.100 — Art. 102.
 Luiz Alfredo Correia Costa, n. 20.776 — Art. 248-L.
 Geraldo T. Calmon C. Macedo, n. 21.529 — Art. 102.
 Eduardo Veiga Soares, n. 22.639 — Art. 102.
 Adolfo Paulo Leite Pinto, n. 23.765 — Art. 102.
 Manuel Gaspar Rodrigues, n. 24.240 — Art. 85.
 Eduardo Duarte Cruz, n. 25.229 — Art. 102.
 Celso Barbosa Gonçalves, n. 25.284 — Art. 102.
 Manuel Gamenho Silva, n. 26.286 — Art. 98.
 João Pinto Silva, n. 26.938 — Art. 102.
 Nelson Caldas, n. 27.758 — Art. 248-L.
 Newton Ferreira Almeida, n. 28.646 — Art. 248-L.
 Estélio Galvão Bueno, n. 28.738 — Art. 102.
 Benedito Janó, n. 30.236 — Art. 81.
 Waldeck Pinto, n. 30.553 — Art. 102.
 Manuel Gomes Pereira, n. 30.654 — Art. 102.
 Pedro Otávio Carneiro Cunha, n. 30.827 — Art. 81.
 Valdemiro Alves Sousa, n. 31.258 — Art. 100.
 Jurandir Montenegro Magalhães, n. 31.904 — Art. 248-L.
 Luiz Brito Albernaz, n. 31.952 — Art. 144.

Nota — A falta de pagamento das multas, importa na apreensão dos documentos do veículo ou de seu condutor, de acordo com o previsto no art. 382 do regulamento em vigor.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Edgard Pinto Estrella*, inspetor do Tráfego.

Polícia Civil do Distrito Federal**INSPETORIA DO TRÁFEGO****Exame de motoristas:**

Resultado dos exames efetuados no dia 12 do corrente:

Aprovados — Casemiro Gonçalves Gouveia, Alfredo Fernandes Filho, Antônio Rodrigues Lisboa, Adalberto Severo da Costa, Branca Capelo, Jocelin Gouveia da Encarnação, Alfredo Vaz de Carvalho, Raimundo Barbosa de Carvalho Neto, Alvaro Tavares Ferreira, Acácio Martins, Rui de Sá Freire Gouveia, José Coelho Viana, Juvenil Alves Barbosa, Alberto Ferreira, Januário Manuel da Costa, Miguel Alexim, Cleri Leão Cerqueira, Jules François Louis Auguste de Jong, Clovis Ponçalves, Estela Woiski Gonçalves.

Reprovados — Cinco.

Inspetoria do Tráfego, em 12 de dezembro de 1940. — *Edgard Pinto Estrella*, inspetor.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE**Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal**

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de citação a proprietários de prédios sobre irregularidades no abastecimento de água publicado no "Diário Oficial" de 9 do corrente, à página 22.870.

MINISTÉRIO DA FAZENDA**Contadoria Geral da República**

EDITAL N. 5

Pelo presente fica ao Sr. Adail Tinoco da Cruz, servente da classe B, interino, do Quadro Permanente deste Ministério, marcado o prazo de 10 dias, a partir da data deste edital, para reassumir o exercício de suas funções na Contadoria Geral da República, sob pena de ser considerado como incurso no parágrafo único do art. 15 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, visto estar faltando há mais de trinta dias sem causa justificada.

Contadoria Geral da República, em 6 de dezembro de 1940. —

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Processo n. 12.175 — Pelo presente edital, ficam intimados os herdeiros do ex-agente do correio de "Ponte de Itapoana" no Estado do Espírito Santo, Alfredo da Fonseca e Castro, para no prazo de trinta (30) dias contados da data da publicação deste, recolherem aos cofres públicos a importância de 933.376,33, alcance a cujo pagamento, bem assim os juros de mora devidos, foi condenado o referido ex-agente do correio, por Acordão de 28 de maio deste ano, sob pena de ser feita a alienação administrativa da caução do responsável.

O alcance provem de saldo a menos recolhido no exercício de 1911.

Diretoria de Tomada de Contas, 19 de novembro de 1940. — *José de Moraes*, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital, ficam intimados os herdeiros do ex-agente postal em "Bicas", no Estado de Minas Gerais, Estanislau Juliani, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolherem aos cofres públicos, a importância de 21\$0, alcance apurado no processo de tomada de contas do referido ex-agente, relativo ao período de 1 de junho de 1910 a 29 de fevereiro de 1920, a cujo pagamento, bem como ao dos juros da mora que forem devidos, foram condenados por Acordão de 17 de janeiro de 1934, sob pena de ser a cobrança judicial executiva.

O alcance provem de responsabilidade imposta pela portaria número 909-2, de 16 de agosto de 1922, pelo extravio do registrado número 31.308.

Diretoria de Tomada de Contas, 20 de novembro de 1940. — *José de Moraes*, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Pelo presente edital fica intimado o senhor Osório Porto, responsável pelo adiantamento de 300\$0, que recebeu, em 3 de novembro de 1923, no Tesouro Nacional, como porteiro da extinta Inspetoria Geral de Bancos, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos a impor-

tância de noventa e seis mil e quinhentos réis (96\$5), alcance apurado no processo de tomada de suas contas n. 14.665, relativo ao quarto trimestre do dito ano de 1923, e a cujo pagamento foi condenado por acordão de 4 de junho último, sob pena de ser feita a cobrança executiva.

Diretoria de Tomada de Contas, 19 de novembro de 1940. — *José de Moraes*, diretor.

Tribunal de Contas**DIRETORIA DE TOMADA DE CONTAS**

Processo n. 28.660 — Pelo presente edital, fica intimada D. Isabel de Albuquerque, ex-agente postal de "Piquete", no Estado de Alagoas, para, no prazo de trinta (30) dias, contados da data da publicação deste, recolher aos cofres públicos, a importância de Rs. 8\$3 (oito mil e trezentos réis), alcance apurado no processo acima indicado, de tomada das respectivas contas, no período de 7 de setembro de 1924 a 30 de abril de 1930, a cujo pagamento foi condenada por Acordão de 23 de maio do ano p. findo, 1939.

Diretoria de Tomada de Contas, 19 de novembro de 1940. — *José de Moraes*, diretor.

Diretoria do Imposto de Renda

De ordem do Sr. diretor do Imposto de Renda, convido o contribuinte abaixo mencionado, de acordo com o disposto no art. 155 do regulamento em vigor, a prestar, dentro do prazo de dez dias, contados 30 dias da publicação deste, esclarecimentos que se tornam necessários para regularidade de sua situação junto a esta Diretoria, devendo para esse fim dirigir-se à Secretaria.

Processo n. 15.667/40 — Laudelino Alves — Exercícios de 1935, 1936 e 1937.

Secretaria da Diretoria do Imposto de Renda, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Milton de Toledo Fonseca*, pelo secretário.

Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo**COPIA DE CARTA PATENTE**

CARTA PATENTE N. 32

O delegado fiscal, em virtude da atribuição que lhe confere o artigo 6.º do regulamento anexo ao Decreto n. 12.475, de 23 de maio de 1917, autoriza a Afonso de O. Santos, estabelecido com mercadorias e imóvel em São Paulo, à rua Libero Badaró n. 31, segundo andar, a vender, por meio de sorteio, as mercadorias e imóveis de sua propriedade, podendo para isso constituir clube, ficando sujeito às penas e obrigações estatuídas no referido regulamento.

São Paulo, 1 de julho de 1924. — O delegado fiscal, *F. de Figueiredo Neiva*.

No verso:

N. 31 — Rs. 25\$0. Pagou de selo vinte e cinco mil réis. Primeira Coletoria Federal de São Paulo, e ml de julho de 1924. (Assinado): O coletor e o escrivão.

Reconhecimento e firmas:

Tabelionato Veiga.

Rua de São Bento n. 33-A.

Reconhece a firma retiro do Dr. delegado fiscal e as firmas do coletor e do escrivão acima.

Em test. (sinal público) da verdade. — A. Gabriel da Veiga.

11.º tabelião.

E em seguida: *Ciro Costa*, apresentado no dia 3 para registro apontado sob n. de ordem 5.826, do protocolo 7, em 3 de julho de 1924. — O oficial do registro, *Ciro Costa*.

Registrado sob número 5.073, do livro V, e registrado no dia 3 de julho de 1924. — O oficial do registro, *Ciro Costa*.

Carimbo: Registro Especial de Títulos e Documentos — Oficial. Dr. *Ciro Costa*. São Paulo, Travessa do Comércio, 2, sobreloja.

(C-11.101-12-12-10-39\$8.)

MINISTÉRIO DA GUERRA**Secretaria Geral do Ministério da Guerra****ALMOXARIFADO**

De ordem do Exmo. Sr. general secretário do Ministério da Guerra e de acordo com o art. 52 do C. E. E. e art. 738, § 2.º do R. C. C. P. e resolução do T. C., publicada no D. O. de 15 de novembro de 1927 e no B. E. n. 491, de 25 de novembro de 1928, torna-se público, para o conhecimento dos interessados, que, a partir da data da publicação do presente edital no *Diário Oficial* até o dia 26 deste, fica aberta a inscrição para os candidatos que desejarem concorrer ao fornecimento dos artigos constantes dos grupos abaixo especificados, no ano de 1941.

A concorrência obedecerá às condições estipuladas nas cláusulas seguintes:

I — Os requerimentos dos interessados pedindo inscrição devem ser dirigidos ao Exmo. Sr. general secretário geral do Ministério da

Guerra e entregues na Quarta Secção até o dia 26 mencionado. Nesses requerimentos deverão ser mencionados os artigos (por grupo) a serem propostos e anexados os documentos comprobatórios de idoneidade seguintes:

a) Registo de contrato social ou firma individual no Departamento Nacional de Indústria e Comércio com declaração expressa do capital;

b) Estatutos em original ou *Diário Oficial* em que se achem publicados com a aprovação e registo, quando forem sociedades anônimas legalmente constituídas de acordo com o Decreto n. 434, de 4 de julho de 1890;

c) *Diário Oficial* com a publicação do Decreto autorizando a funcionar na República, quando se tratar de firma estrangeira;

d) Quitação dos impostos sobre a renda, federais e municipais;

e) Certidão de que trata o § 1.º do art. 33 do Regulamento anexo ao Decreto n. 21.291, de 12 de agosto de 1931 (Lei dos Dois Terços), podendo esta existência ser preenchida até 30 dias após o encerramento da inscrição;

f) Declaração, feita no próprio requerimento ou em separado, indicando o ramo de sua indústria ou comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos ou artigos de sua especialidade industrial ou comercial. Esta declaração terá de ser comprovada com a patente de registo;

g) Certidão e guia de selo da Alfândega provando que é importador em grande escala, quando se tratar de artigos de procedência estrangeira;

h) Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou em certidões legais e serão discriminados nos requerimentos de inscrição.

II — Os concorrentes inscritos deverão apresentar suas propostas de fornecimento em duas vias, devidamente seladas, ao Exmo. Sr. general secretário geral do Ministério da Guerra até o dia 26 do mês corrente, em envelope fechado e lacrado, trazendo nas sobrecartas as indicações dos artigos e nome do proponente, que ficará, em consequência, sujeito às condições estipuladas no presente edital.

III — As propostas apresentadas nas condições acima serão abertas, às 10 horas do dia 28 do corrente, em presença do agente diretor da S. G. M. G., demais membros da Comissão de Concorrência e dos proponentes ou seus representantes legais que desejarem assistir, as quais serão rubricadas por todos os membros da Comissão e concorrentes presentes.

IV — Os artigos serão sempre adjudicados aos proponentes cujos preços forem mais baratos, nas mesmas condições de qualidade, *que sempre deverá ser de primeira*. Em absoluta igualdade de preços entre duas firmas ou mais, sendo o artigo de primeira qualidade, será procedido de acordo com o art. 756 do R. G. C. P.

V — Nenhuma proposta poderá conter rasuras ou emendas nem tampouco oferecer vantagens não previstas neste edital. Também não serão aceitas as que forem consideradas excessivas em relação aos preços correntes no comércio (10 %).

VI — Poderá ser rejeitada integralmente, ou em parte, qualquer uma das propostas, ou mesmo anulada a concorrência, quando-as mesmas não satisfizerem os interesses da Fazenda Nacional.

VII — Os proponentes cujos preços forem preferidos ficam obrigados a entregar os artigos pedidos, de acordo com as amostras apresentadas pelos mesmos e aceitas pelos membros da Comissão.

VIII — Como garantia para a execução dos fornecimentos o proponente fará na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, após a aceitação de sua proposta, uma caução na razão de 10 % até o valor de 50:000\$0 (cinquenta contos de réis) e mais 5 % sobre o excesso calculado sobre o valor total do serviço.

IX — O adjudicado que infringir qualquer artigo desta concorrência pagará a multa de 500\$0 (quinhentos mil réis) e o dobre em caso de reincidência.

X — Os proponentes deverão declarar expressamente em suas propostas que se submetem rigorosamente às exigências constantes das diversas cláusulas deste edital.

XI — As despesas de transporte dos artigos pedidos correrão sempre por conta dos fornecedores.

XII — Os artigos que satisfizerem as condições de aquisição e forem recusados pela Comissão de recebimento deverão ser substituídos pelo fornecedor, dentro do prazo de quarenta e oito horas, salvo se a substituição depender de confecção do artigo ou motivo de força maior devidamente comprovado. Não sendo devidamente justificada a razão de atraso na entrega dos artigos, será pedido e adquirido a quem possa entregá-lo no menor prazo, correndo a diferença de preço por conta do adjudicatário faltoso.

XIII — Os artigos rejeitados deverão ser retirados da sala de entrega no prazo de dois dias, contados da data em que o fornecedor tenha sido notificado da decisão da Comissão de Recebimento. Esgotado esse prazo, o fornecedor pagará por dia uma armazenagem correspondente a 0,1 % do valor total da mercadoria rejeitada.

XIV — Não haverá responsabilidade por parte do Ministério da Guerra por pedidos feitos verbalmente, pelo telefone ou mesmo escrito que não se revistam de todas as formalidades legais (declaração de conferido, de autorização de fornecimento e empenho da despesa, bem como a declaração de que as contas de fornecimentos regulares serão liquidadas no prazo máximo de oito (8) dias e pagos dentro de quinze (15) dias).

XV — As propostas deverão conter os preços, em algarismo e por extenso. No caso de dúvida prevalecerão os preços escritos por extenso.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1940. — *Cleto C. Monteiro*, 1.º tenente, almoxarife.

Quartel General da 1ª R. M. e 1ª D. I.

O 2º tenente da Reserva Convocado Benjamin Franklin Pacheco d'Ávila, deverá se apresentar no Quartel General da 1ª Região Militar e 1ª Divisão de Infantaria, no prazo de 8 (oito) dias, a contar de 5 (cinco) do corrente, sob pena de ser considerado desertor e consequentemente processado na forma do art. 117 do Código Penal Militar. — Coronel *Alvaro Arêas*, chefe do E. M. R.

Primeira Região Militar

3º REGIMENTO DE INFANTARIA

Chama-se a atenção dos interessados para os editais de concorrência ns. 1, 2 e 3, do Serviço de Aproveitamento e do Almoxarifado publicados no *Diário Oficial* de 6 do corrente, às páginas números 22.728 e 22.729.

Diretoria do Material Bélico

FÁBRICA DO ANDARAÍ

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa, publicado no *Diário Oficial* de 11 do corrente, à página 23.007.

Diretoria do Material Bélico

FÁBRICA DO ANDARAÍ

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA O ANO DE 1941

Tesouraria

De ordem do senhor coronel agente diretor, e de acordo com o Aviso do senhor ministro da Guerra, n. 4.102, de 6 publicado no *Diário Oficial* de 8, tudo de novembro último, encontra-se aberta até o dia 27 de dezembro corrente, a concorrência administrativa desta Fábrica, para o fornecimento de artigos de consumo habitual, durante o exercício de 1941, para os seguintes artigos:

- 1.º Grupo — Máquinas em geral e acessórios.
- 2.º Grupo — Instrumentos cirúrgicos, material sanitário, vasilhames, medicamentos e material de penso, drogas e artigos para Laboratório.
- 3.º Grupo — Colchoaria, roupa de cama, correiaria e móveis.
- 4.º Grupo — Eletricidade, incluindo motores.
- 5.º Grupo — Material de desenho, livros e quaisquer publicações científicas.
- 6.º Grupo — Ferragens, louças, tintas, utensílios de cozinha, ferreamentos, vidros e artigos para instalação sanitária, material de limpeza etc.
- 7.º Grupo — Acessórios para automóveis. óleos, lubrificantes e combustíveis.
- 8.º Grupo — Madeiras e materiais para construção.
- 9.º Grupo — Matérias primas (aço nacional para projetos, cobre eletrolítico, ferro guza, zinco em folhas, alumínio em folhas, etc.).

A) Inscrição:

I — A inscrição deverá ser solicitada ao senhor coronel agente diretor da Fábrica, até às 10 horas, do dia 27 acima citado, em requerimento devidamente selado e com a declaração do ramo da indústria ou do comércio do requerente, afim de ser inscrito para a concorrência nos grupos ou artigos que sejam de sua especialidade industrial ou comercial. São documentos essenciais, para julgamento de idoneidade e devem constar discriminadamente e acompanhar o requerimento de inscrição, os seguintes:

a) Registo do contrato social ou da firma individual do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com a declaração expressa do capital;

b) Estatuto, em original ou *Diário Oficial* em que se acha publicado, com aprovação e registo, quando forem sociedades anônimas, legalmente constituídas, de acordo com o Decreto n. 434 de julho de 1891;

c) *Diário Oficial* com a publicação do Decreto autorizando a funcionar na República, quando se tratar de firma estrangeira;

d) Recibos originais de pagamentos de impostos federais e municipais e do imposto sobre a Renda, sempre os últimos;

e) Certidão de que trata o § 1.º do art. 33 do Regulamento anexo ao Decreto n. 21.291, de 12 de agosto de 1931 (dois terços), podendo essa exigência ser preenchida até trinta dias após o encerramento da inscrição, em vista das dificuldades que retardam a obtenção desse documento;

f) Certidão e guia de selo da Alfândega, provando que é importador em grande escala, quando se tratar de artigos de procedência estrangeira;

g) Certidão provando que cumpriu fielmente o último contrato ou ajuste celebrado com o Governo;

h) Licença do Departamento Nacional de Saúde Pública, de acordo com o art. 17, do Decreto n. 20.337, de 6 de setembro de 1931, quando se tratar de firmas que concorram no Grupo 2 — Drogas;

i) Os construtores, engenheiros, etc., apresentarão as quituações dos impostos municipais, federais e sobre a Renda bem como referência sobre a sua idoneidade;

j) Os especialistas em obras apresentarão atestados da Diretoria de Engenharia sobre a sua capacidade técnica e idoneidade profissional;

k) Os possuidores de cartas patentes, além da apresentação da mesma, provarão com documentos, que se acham no gozo da referida carta;

l) Declaração, feita no próprio requerimento ou em separado, indicando o ramo de sua indústria ou comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos ou artigos de sua especialidade industrial ou comercial. Esta declaração terá de ser comprovada com a patente de registro. E como não convém no Ministério da Guerra que, aos seus fornecedores vultosos, concorram simples intermediários, a Administração da Repartição ou Estabelecimento interessados cumpre certificar-se, previamente, de que os licitantes que pretendam inscrever-se são realmente estabelecidos e apresentam as possibilidades exigidas para fornecimentos em grande escala, e possuam um capital de mais de cem contos de réis, registrados no Departamento de Indústria e Comércio.

II — Os documentos acima deverão ser em original ou certidões legais. (Aviso n. 771, de 5 de maio de 1924).

III — Os documentos relativos aos impostos federais e municipais, prevalecerão até um mês depois da data legal, para a sua renovação e o inscrito, que não apresentar dentro desse prazo os novos documentos, será excluído e não poderá, sem que os legalise, tomar parte nesta concorrência.

IV — Os requerimentos chegados depois das 10 horas, tomados pelo relógio do ponto da Fábrica, não serão aceitos.

B) — Cauções:

V) — Os candidatos que forem inscritos caucionarão, na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, as importâncias abaixo, referentes ao grupo de sua especialidade ou comércio, em dinheiro ou título da dívida pública (Decreto n. 19.897, de 13 de maio de 1931, art. 1º, letra a).

1.º Grupo	4:000\$0
2.º Grupo	2:500\$0
3.º Grupo	1:000\$0
4.º Grupo	2:000\$0
5.º Grupo	500\$0
6.º Grupo	5:000\$0
7.º Grupo	2:000\$0
8.º Grupo	3:000\$0
9.º Grupo	5:000\$0

VI) — As cauções a que se refere este título, destinam-se à garantia dos fornecimentos dos artigos que forem adjudicados, revertendo em favor da Fazenda Nacional, independente de interposição judicial, se o fornecedor deixar de cumprir as obrigações assumidas, a juízo da administração da fábrica.

As provas de terem sido feita sessas cauções deverão ser apresentadas conjuntamente, com as propostas.

VII) — Toda vez que for feita uma encomenda, cuja valor seja superior ao décuplo da caução, exigirá a diretoria desta fábrica um reforço à mesma caução, na base de 10 % (dez por cento) até réis 50:000\$0 e mais 5 % (cinco por cento) sobre o que exceder dessa importância. Esse reforço de caução deverá ser feito dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data em que tiver sido notificada a firma interessada. O concorrente, a quem for adjudicado o fornecimento de qualquer artigo e que se negou a fazer caução para a garantia do fornecimento, terá a sua inscrição cancelada imediatamente e será considerado inidôneo na forma do artigo 41, § 2º do R. G. C. P.

C) — Propostas:

VIII) — Os proponentes deverão entregar as suas propostas, em duas vias, até as 9 horas do dia 2 de janeiro do ano vindouro, na secretaria da fábrica, em envelopes fechados e lacrados, os quais terão, por fora, o nome do proponente e o grupo a que se propõe a fornecer. As propostas serão feitas em papel de 0,22 x 0,33, seladas as primeiras vias, com os preços em algarismos e por extenso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou espaços em branco, suscetíveis de serem utilizados; os artigos propostos devem obedecer ao número de ordem e às especificações constantes das relações fornecidas pelo almoxarife da fábrica.

IX) — Não serão tomadas em consideração quaisquer ofertas de vantagens, não previstas neste edital, nem as que contiverem oferecimentos de uma redução sobre as propostas mais baratas.

X) — Verificadas, em primeiro lugar, a idoneidade dos concorrentes, serão as propostas abertas e lidas em presença dos proponentes, e que se apresentarem para assistir a essa formalidade. Cada um rubricará, folha a folha, a de todos os outros, em presença do Sr. coronel agente diretor, que por sua vez as autenticará com a sua rubrica.

XI) — Em igualdade de preços, serão preferidas as firmas brasileiras, se forem todas brasileiras ou todas estrangeiras, dar-se-á preferência ao fornecedor mais antigo, e se ainda persistir o empate, se fará, a juízo da administração, nova concorrência ou será decidida pela sorte).

XII) — Os fornecimentos ficam sujeitos a todas as disposições do Código de Contabilidade da União, respectivo regulamento, bem como as do Regulamento da Administração do Exército. A direção administrativa desta fábrica poderá anular qualquer concorrência, se houver justa causa, bem como não tomará em consideração os preços que excederem de 10 % (dez por cento), os correntes da praça.

D) — Dos pedidos e pagamentos:

XIII) — Os pedidos de fornecimentos serão assinados pelo almoxarife, conferidos pelo fiscal administrativo, autorizados pelo coronel diretor e conterão a declaração do tesoureiro de terem as importâncias totais dos mesmo sido empenhadas.

Não caberá qualquer responsabilidade à direção deste estabelecimento pelos pedidos verbais, telefônicos ou mesmo escritos, que não se revistam de todas as formalidades legais.

XIV) — As contas em três vias, medindo 0,22 x 0,33, serão apresentadas, o mais tardar, até o dia 25 de cada mês, após a satisfação integral do pedido ou execução do serviço. Devem ter obrigatoriamente os seguintes característicos:

a) separados por sub-consignações e dentro destas, ainda, pela forma de aquisição;

b) indicar os artigos ou serviços prestados tais como tenham sido classificados nos respectivos empenhos;

c) mencionar as estampilhas, selo de apresentação, recibo e duplicata. Ao serem apresentadas, devem trazer anexados os empenhos e duplicatas, sem o que não se efetuará o devido pagamento. Os pagamentos serão efetuados nos termos das disposições do C. C. U., e aviso do Sr. ministro da Guerra n. 804, de 31-10-1938.

E) — Fornecimentos:

XV) — Todos os artigos do fornecimento deverão obedecer rigorosamente aos cadernos de encargos vigentes e às amostras autenticadas, existentes na fábrica, sendo entregues no Almoxarifado da fábrica, acompanhados das propostas do fornecedor, dentro de 72 horas, após a entrega do pedido, para os artigos manufaturados, e em prazo convencionado pela administração, para os que dependem de manufatura ou sejam de importação. Todos os artigos de um modo geral, ficarão sujeitos a um exame de qualidade e verificação de quantidade, correndo, por conta e responsabilidade exclusiva do fornecedor, todas as despesas de transporte.

XVI) — Qualquer dos concorrentes contemplados, que venha a tomar parte em concorrência, nos estabelecimentos congêneres, oferecendo neles preços mais baixos para o fornecimento ano ano de 1941, terá os seus preços automaticamente baixados, nesta fábrica, até o nível daquele, levadas em conta as despesas de transporte, se as houver.

XVII) — Os preços oferecidos vigorarão pelo prazo de quatro (4) meses, sendo prorrogados sucessivamente se for do interesse da Administração, por idênticos períodos. Aos fornecedores será facultada a alteração dos referidos preços, se o solicitarem, até quinze (15) dias antes de finalizar cada período de quatro (4) meses, ficando à Administração a faculdade de aceitar essa alteração ou proceder a nova concorrência, subentendendo-se que ficarão em vigor, por mais quatro (4) meses os preços de fornecedor que não usar dessa faculdade, dentro do prazo mencionado, contando da data de aprovação da concorrência.

XVIII) — O proponente contemplado com poucos artigos, poderá a juízo da Administração, sem incorrer em nenhuma pena, desistir do direito que lhe assiste na concorrência, sendo o fornecimento que lhe caberia atribuído ao concorrente de preço imediato, desde porém, que substitua, os seus preços pelos daqueles.

F) — Multas

XIX) — O fornecedor que, sem motivo de força maior devidamente comprovado, deixar de entregar, dentro do prazo fixado no pedido, os artigos nele incluídos, pagará uma multa progressiva, calculada da seguinte forma, sobre a importância total dos artigos não entregues:

a) 0,3 % por dia que exceder do prazo, até 15 dias de atraso;

b) 0,5 % por dia que exceder do prazo precedente até 30 dias de atraso;

c) Findo o prazo de 30 dias de atraso, será o material adquirido de quem possa entregá-lo no menor prazo, correndo a diferença de preços por conta do fornecedor faltoso.

XX) — No caso de que o material de um mesmo pedido seja recusado pela segunda vez, a Administração deste Estabelecimento poderá cancelá-lo adquirindo os artigos de quem possa entregá-los no menor prazo, correndo a diferença de preços por conta do adjudicatário faltoso. Em caso de reincidência, cuja justificação não tenha sido aceita, será a firma infratora excluída do "registro de inscrição" para todo o exercício, com perda da caução, de acordo com a lei vigente.

XXI — Os artigos recusados deverão ser retirados do Almoxarifado, dentro de cinco (5) dias, contados da data em que o fornecedor tenha sido notificado da decisão da comissão de recebimento e exame; esgotado esse prazo, o fornecedor pagará por dia, uma armazenagem de 0,1 % correspondente ao valor total da mercadoria recusada.

G) — Disposições gerais

XXII — Todos os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo C.C.U. e legislação do Ministério da Guerra e do Tribunal de Contas.

XXIII — Se, durante o ano, surgir a necessidade de aquisição não prevista nas relações fornecidas, assim como na hipótese de pedidos de cancelamento ou alterações dos preços, inscritos na primeira concorrência, quando apresentados os requerimentos na forma estabelecida na cláusula VIII do presente edital, promover-se-á a tomada de preços para os novos artigos, solicitando-se propostas a todos os fabricantes ou comerciantes já inscritos, no respectivo grupo. Não dando resultado satisfatório por essa forma, aos interesses da Fábrica, será aberta nova concorrência Administrativa, visando unicamente o fornecimento que se pretenda obter.

XXIV — As firmas, com representação exclusiva, apresentarão os documentos comprobatórios dessa qualidade e inscrever-se-ão, na forma do presente edital e poderão apresentar propostas de preços dos artigos de sua representação.

XXV — Quaisquer outros esclarecimentos serão fornecidos por esta Tesouraria, das 12 às 14 horas (exceto aos sábados).

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — José Vicente Rodarte, Capitão Tesoureiro.

(*) Reproduz-se por ter sido publicado com omissões.

Primeiro Regimento de Artilharia Montada

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA VENDA DE ESTRUME E DE RESÍDUOS DO RANCHO

I — De ordem do senhor coronel comandante e agente diretor, faço público que serão aceitas propostas a venda, pelo Regimento, durante o ano de 1941, de estrume e de resíduos do Rancho, consoante as indicações e sob as cláusulas abaixo:

Indicações:

1.^a — As propostas deverão ser apresentadas separadamente, isto é, uma para Estrume e outra para resíduos do Rancho, não sendo obrigado o licitante a apresentar proposta para os dois e sim para o que lhe interessar.

2.^a — Os requerimentos deverão ser apresentados até o dia 26 deste mês, devidamente selado e acompanhado dos documentos exigidos. As propostas serão apresentadas até às doze horas, do dia 27 de dezembro, fechadas e lacradas, no Gabinete da Fiscalização Administrativa e serão abertas na presença dos membros da comissão de concorrência. Só serão abertas as propostas cujos licitantes hajam depositado as cauções arbitradas pela comissão de concorrência.

3.^a — O requerente de inscrição além de fazer, no requerimento, a declaração de submeter as condições do edital, deverá fazê-lo acompanhar dos seguintes documentos:

a) provas de identidade e de ser reservista do Exército ou da Armada;

b) declaração de ser o proprietário de horta, depósito ou criação. Os papeis apresentados serão restituídos aos interessados, mediante recibo, pela Comissão de concorrência.

4.^a — A abertura das propostas será feita na presença da comissão de concorrência e dos licitantes que comparecerem, às 15 horas do dia 27 deste mês.

Cláusulas:

1.^a — Ter o licitante, caucionado, na Tesouraria do Regimento, 1:500\$0 para o fornecimento de estrume e 150\$0 para resíduos do Rancho.

2.^a — Propor o pagamento, mensalmente, ao Regimento, o qual deverá ser efetuado na Tesouraria, até o dia 5 do mês seguinte ao vencido, sob pena de perder a caução em favor do Regimento, sem prejuízo da anulação da concorrência.

3.^a — Será aceito o concorrente autor da proposta mais vantajosa, que deverá estar acima do preço-base, tanto para o Estrume como para os resíduos do Rancho.

4.^a — Por acordo entre a Administração do Regimento e o licitante, o ajuste para a venda de estrume e de resíduos poderá ser prorrogado, sucessivamente, até 5 anos.

Esclarecimentos:

Aos interessados serão prestados esclarecimentos todos os dias úteis, no Gabinete do fiscal, das 9 às 11 horas.

Quartel na Vila Militar, 10 de dezembro de 1940. — Augusto Luiz Paulo de Lima, capitão ajudante, do Regimento.

Diretoria de Artilharia de Costa e Distrito de Defesa de Costa

QUARTEL GENERAL — SERVIÇO DE INTENDENCIA

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

N. 1/1941

I — De ordem do Sr. general de brigada diretor de Artilharia de Costa e comandante do Distrito de Defesa de Costa, faço público, para conhecimento dos interessados, que se acham abertas, nesta Diretoria e Serviço (Quartel General do Exército, nesta Capital), à praça Cristiano Ottoni, inscrições para todos e quaisquer fornecedores idôneos que queiram inscrever-se de modo permanente para fornecimentos e execução de serviços, especialmente de construções que se tornarem necessárias dentro do exercício de 1941.

II — As inscrições estarão abertas durante quinze (15) dias a contar da publicação deste no *Diário Oficial*, e até as 17 horas do dia em que findar o prazo.

III — As inscrições subordinar-se-ão às cláusulas constantes das "Normas sobre concorrências administrativas no ano de 1941", publicadas no *Diário Oficial* de 8 de novembro do corrente ano, página n. 21.024, exigindo-se todos os documentos que comprovem a idoneidade dos concorrentes.

IV — Outros esclarecimentos poderão ser dados, caso necessários, no Serviço de Intendência.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1940. — Ernesto Buarque de Gusmão Lyra Filho, 1.^o tenente I-E, adjunto.

Diretoria de Saude do Exército

SANATÓRIO MILITAR DE ITATIAIA

CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do senhor agente diretor deste Sanatório faço público que a partir desta data e até às 14 horas do dia 26 do corrente, serão recebidos requerimentos de inscrição para fornecimento, por concorrência administrativa, dos artigos constantes dos grupos abaixo.

A concorrência obedecerá ao estabelecido no art. 52 do Código de Contabilidade Pública, resolução do Tribunal de Contas, publicada no *Diário Oficial* de 15 de novembro de 1927, e aviso ministerial n. 758, de 12 de novembro de 1937.

INSTRUÇÕES

I — A inscrição será feita mediante requerimento dirigido ao agente diretor deste Sanatório e de acordo com o que preceitua o art. 758, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, acompanhada da relação dos artigos a fornecer em duas vias e com indicação, em algarismos e por extenso, dos preços propostos, bem como documentos que provem:

a) registro do contrato social, ou da firma individual no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com declaração expressa do capital;

b) estatutos em original ou "Diário Oficial", em que se acham publicados, com aprovação e registro, quando forem sociedades anônimas legalmente constituídas, de acordo com o Decreto n. 343, de 4 de julho de 1890;

c) "Diário Oficial" com a publicação do decreto de autorização para funcionar na República, quando se tratar de firma estrangeira;

d) quitação dos impostos sobre renda, municipais e federais, sempre os últimos;

e) certidão de que trata o § 1.^o do art. 33 do Regulamento anexo ao Decreto n. 21.291, de 12 de agosto de 1931 (dois terços);

f) declaração escrita do negociante indicando o ramo da sua indústria ou do seu comércio, afim de ser inscrito para concorrer nos grupos ou artigos que são da sua especialidade industrial ou comercial. Esta declaração deverá ser provada com documentos próprios, além da licença da Prefeitura, de negociante em grande escala. Cabe a este Sanatório o direito de verificar *in loco* e em qualquer tempo, se o negociante possui em seu armazem ou depósito e na proporção das responsabilidades que assumirá se tirar algum fornecimento, artigos do gênero que constam da sua declaração;

g) certidão e guia de selo da Alfândega, provando que é importador em grande escala, quando se tratar de artigos de procedência estrangeira;

h) certidão provando que cumpriu o último contrato ou ajuste celebrado com o governo;

i) os construtores, engenheiros, etc., apresentarão as quitações dos impostos municipais e federais sobre a renda, e referência sobre a sua idoneidade;

j) os especialistas em obras apresentarão atestados da Diretoria de Engenharia sobre a sua capacidade técnica e idoneidade profissional;

k) os possuidores de cartas patentes, além da apresentação da mesma, provarão com documentos que se acham no gozo da referida carta;

l) os documentos acima deverão ser sempre em original ou em certidões legais;

m) os pedidos de inscrição deverão ser bem claros, declarando o peticionário, discriminadamente, os documentos que apresenta;

n) os documentos relativos aos impostos federais e municipais referentes ao corrente ano, deverão ser anexados ao requerimento, sem o que não poderá tomar parte na concorrência;

o) licença do Departamento Nacional de Saúde Pública, de acordo com o art. 17, do respectivo Regulamento, quando se tratar de fornecimento de instrumental cirúrgico, material sanitário, depósitos, vasilhames, medicamentos e material de penso, drogas e artigos para laboratório;

p) tratando-se de casa importadora, deverá provar com documentos que o artigo importado não tem similar na indústria nacional.

II — Instruído o requerimento de inscrição poderá ser anexado o recibo do depósito da quantia de 500\$0 (quinhentos mil réis), feito na Tesouraria do Sanatório, podendo a citada importância ser caucionada na Caixa Econômica do Rio de Janeiro, para cumprimento da última parte do § 4.º do art. 52 do Código de Contabilidade Pública.

III — Não serão tomadas em consideração as propostas dos negociantes que não sejam especialistas, bem como aquelas oriundas de firmas que apenas existam com escritórios de comissões e consignações, sem que disponham de armazens com mercadorias em "stock".

IV — Não merecerá consideração qualquer oferta de vantagem não prevista no presente edital, nem o oferecimento de uma redução sobre o preço mais baixo.

V — A idoneidade comercial dos requerentes será julgada dentro de 10 (dez) dias e a respectiva inscrição obedecerá ao que estabelece o parágrafo 2.º e acarretará para o fornecedor inscrito as obrigações estabelecidas pelos parágrafos 3.º e 4.º, tudo do art. 52 do Código de Contabilidade Pública.

VI — As propostas serão apresentadas em envelopes fechados e lacrados, ao 2.º tenente intendente Isnard de Almeida Fortuna, do Sanatório Militar de Itatiaia, contendo as relações organizadas de acordo com a cláusula primeira destas Instruções e serão abertas pelo fiscal administrativo do referido Sanatório, na presença do senhor agente diretor e dos proponentes, no dia 26 do corrente, às 14 horas, na sede deste Sanatório, em Benfica, estação Barão Homem de Melo, Estado do Rio de Janeiro, Estrada de Ferro Central do Brasil.

VII — Todos os artigos de um modo geral, ficam sujeitos ao exame de qualidade e quantidade, correndo por conta do fornecedor todas as despesas de transporte no caso de rejeição.

VIII — Os artigos que forem adjudicados serão transportados da casa comercial para o Sanatório Militar de Itatiaia, por conta do referido Sanatório.

IX — Os preços oferecidos deverão ser líquidos de qualquer desconto.

X — O texto do presente edital regerá a aquisição de todos os artigos constantes dos seguintes grupos:

- 1.º) — Forragem.
- 2.º) — Artigos de eletricidade.
- 3.º) — Conservação de arreios.
- 4.º) — Artigos de ferraria.
- 5.º) — Artigos de funeral.
- 6.º) — Ferragens, tinta, etc.
- 7.º) — Material de construção.
- 8.º) — Latifúmios.
- 9.º) — Padaria, massas alimentícias.
- 10) — Carnes.
- 11) — Verduras, legumes, aves, ovos, etc.
- 12) — Gêneros alimentícios.

Benfica, 10 de dezembro de 1940. — Isnard de Almeida Fortuna, 2.º tenente intendente, almoxarife.

Serviço de Fundos da Primeira Região Militar

Para os fins de tratar de assunto que lhe diz respeito, deverá comparecer, com urgência, ao Serviço de Fundos da 1ª Região Militar, no Ministério da Guerra, D. Julieta Pinto Ferreira Doria, viúva do capitão Honório Domingues de Menezes Dória. — Tenente-coronel N. Ribas, chefe S. F. 1ª R. M.

Escola de Saúde do Exército

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concurso de admissão à matrícula, publicado no *Diário Oficial* de 16 do corrente mês de novembro, à página n. 21.550.

Inspetoria Geral do Ensino do Exército

CAMPO DE INSTRUÇÃO DE GERICINÓ

CONCURRENÇA PÚBLICA

De ordem do Sr. tenente-coronel diretor do Campo de Instrução de Gericinó, faço público e dou ciência aos interessados que ficam abertas as inscrições para a concorrência de venda de uma locomotiva "A. Borsing", bem como de quatro pranchas belgas para bitola de 0,60 cms., na sede deste estabelecimento, sito à rua São Pedro de Alcântara n. 1.028, na Vila Militar.

As propostas deverão ser entregues até o dia 16 às 10 horas. Quaisquer outras informações poderão ser prestadas diariamente, na sede deste estabelecimento, das 7 às 16 horas.

Campo de Instrução de Gericinó, 6 de dezembro de 1940. — Adelio Ramos de Souza, 1º tenente tesoureiro, interino.

Segunda Região Militar

SEGUNDA DIVISÃO DE INFANTARIA

INFANTARIA DIVISIONÁRIA — QUARTEL GENERAL — CAÇAPAVA — ESTADO DE SÃO PAULO

Chama a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa, publicado no *Diário Oficial* de 12 do corrente, à página n. 23.071.

Quarta Região Militar

8º REGIMENTO DE ARTILHARIA MONTADA — POUSO ALEGRE, MINAS

Chama-se a atenção dos interessados para o edital de concorrência administrativa, publicado no *Diário Oficial* de 11 do corrente, à página 23.009.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento dos Correios e Telégrafos

S. R. P-2

Pelo presente edital é convidada Chika da Silva Leite a comparecer, dentro do prazo de 30 dias a contar da publicação deste, à Seção Administrativa do S. R. P-2, à avenida Graça Araujo, 62-3º andar, afim de receber os documentos cuja devolução requereu a 6 de novembro de 1940. (57.369-40).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Departamento de Administração

DIVISÃO DO MATERIAL.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DESIGNADA PARA PROCEDER A CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DESTINADO À POLICLÍNICA DOS PESCADORES DO RIO DE JANEIRO.

As treze horas do dia cinco de dezembro de mil novecentos e quarenta, reuniu-se, no gabinete do Sr. Diretor da Divisão de Material do Departamento de Administração, do Ministério da Agricultura, a comissão designada para proceder a concorrência administrativa para fornecimento de material destinado à Policlínica dos Pescadores do Rio de Janeiro, sendo a mesma composta pelo senhor Jorge José de Lima, Oficial Administrativo K, que presidiu a sessão, Heloisa Elvira Suckow de Oliveira, Oficial Administrativo I, e Júlia Isabel Duarte, Escriutária E. Aberta a sessão, verificou-se que as seguintes firmas apresentaram proposta: Moreira Barbosa & Companhia Ltda., Lutz Ferrando e A. Rodrigues Costa. Examinados os documentos de idoneidade e achados de acordo, foram os mesmos devolvidos aos interessados. Procedeu-se então a abertura das propostas, sendo as mesmas rubricadas pelo Sr. Presidente da comissão e pelos representantes das firmas Moreira Barbosa e A. Rodrigues Costa, tendo a firma Lutz Ferrando deixado de fazê-lo por não se ter feito representar, havendo entregue os documentos de idoneidade e as propostas, devidamente colocadas em envelopes fechados, antes das treze horas. Em seguida, foram organizados os quadros comparativos, verificando-se empate nos itens 43, 53 e 95, tendo as firmas empataantes sido convidadas a apresentar proposta de desempate dentro de vinte e quatro horas. O Sr. Presidente deu, então, por encerrada a sessão, e, para constar, eu, Júlia Isabel Duarte, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por toda a comissão. — Jorge José de Lima. — Heloisa Elvira Suckow de Oliveira. — Júlia Isabel Duarte. Confere com o original. — Almachio de Campos, chefe de seção.

QUADRO COMPARATIVO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NA CONCORRÊNCIA REALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL À POLÍCIA DOS
PESCADORES DO RIO DE JANEIRO

Item	Especificações	A. Rodrigues Costa	Moreira Barbosa & Comp. Ltda.	Lutz Ferrando & Comp.	Firma preferida	Observações
	Clinica dentária (Catálogo S. S. White):					
1	Chave para separador Perry n. 6	—	—	—	—	
2	Boticões ns. 1, 37, 25, 32-A, 32, 95, 18, 19-L, 101, 41, A-68, 4, 17 e 150	—	72\$000	—	Moreira Barbosa & Comp.	
3	Ponta montada Carburundum — estante 1/2 grossa	—	—	—		
4	Separadores Perry, A, B, C, D, E, F	—	—	—		
5	Estojo de vidro para medicamentos dentários	—	185\$000	—	—	Marca Ideal
6	Alavanca epical 302 esq.	—	—	—	—	
	Fichários:					
7	Arquivos de aço, fabricação nacional com 5 gavetas, sendo 3 para radiografias de 30 1/2 x 40 1/2 (mais o espaço necessário para o índice alfabético) e duas triplas para fichas de 3" x 5". Todas as gavetas deverão ser providas de compressores e deverão correr sobre corredeiras de aço, estampado com rolamentos de esferas. Puchadores e porta-etiquetas de latão massiço cromado. Fechadura Yale de canhão, ou nacional equivalente. Pintura na cor verde-oliva, com tintas à base de nitrocelulose. Fechamento geral automático. A construção será em chapa de 20 para a carcassa e 16 para as peças sujeitas a esforços (corredeiras)..	—	—	1:125\$000	Lutz Ferrando & Comp.	
8	Arquivo de aço, fabricação nacional, com 5 gavetas duplas para fichas de 3" x 5" (polegadas). Todas as gavetas deverão ser providas de compressores e deverão correr sobre corredeiras de aço estampado, com rolamentos de esferas. Puchadores e porta-etiquetas de latão massiço cromado. Fechadura Yale de canhão, ou nacional equivalente. Pintura na cor verde-oliva com tintas à base de nitro-celulose. Fechamento geral automático. A construção será em chapa de 20 para a carcassa e 16 para as peças sujeitas a esforços (corredeiras)	—	—	895\$000	Lutz Ferrando & Comp.	
	Secção de Ginecologia:					
9	Mesa ginecológica com assento móvel, duas ombreiras, 2 estribos, bacia e balde. Construção sólida de ferro tubular esmaltado (cor igual à da sala de operações) com placas de vidro grosso (n. 7.050 do catálogo Lohner)	—	—	1:400\$000	Lutz Ferrando & Comp.	

Item	Especificações	A. Rodrigues Costa	Moreira Barbosa & Comp. Ltda.	Lutz Ferrando & Comp.	Firma preferida	Observações
Material e consumo:						
10	Litros de tintura de Metaphen, a 1:200	—	—	—	—	
11	Caixa de Cloridrato de Adrenalina de 1cc., contendo 0,001 cada ampola	—	—	—	—	
12	Caixa de Lobeline, forte	—	—	—	—	
13	Ampolas de éter anestésico "Rhodia" de 60 cc.	—	8\$000	5\$100	Lutz Ferrando & Comp.	
14	Ampolas de Baisofórmio para anestesia geral, de 60 cc.	—	8\$000	9\$000	Moreira Barbosa & Comp.	
15	Avontais de linho com monogramas	77\$500	—	52\$000	Lutz Ferrando & Comp.	
16	Máscaras Voile-suisso, com modelo	3\$000	18\$000	8\$000	A. Rodrigues Costa.	
17	Gorros morim-cambraia extra, com modelo	4\$900	40\$000	8\$000	Idem.	
18	Envelopes para luvas brim lona branco 26 x 37, com modelo ...	5\$500	35\$000	10\$000	Idem.	
19	Caixas para luvas Cat. Lohner — 7.260	—	—	240\$000	Lutz Ferrando & Comp.	
20	Mandarins de Hegar, duplos, cromados, uma série de 1/2 a 26. Cat. Lohner n. 1.504	—	—	185\$000	Idem.	
21	Economizador de alcool modelo Schalrer, um tubo de borracha Cat. Lohner n. 7.086 cor cinza, a escolher o tom.	—	280\$000	240\$000	Idem.	
22	Braçadeira, Cat. Lohner n. 7.087. Goteira niquelada, cor branca ..	—	82\$000	80\$000	—	A firma Lutz Ferrando não indicou o número do catálogo.
23	Lâmpadas de 100 Watts	—	—	—	—	
24	Quilos Talco simples	—	—	2\$200	Lutz Ferrando & Comp.	
25	Fichas clínicas, no formato de 33 x 22 cts., em 4 págs. com impressão e reimpressão, em papel apergaminhado de 40 quilos (milheiro)	—	—	165\$000	Idem.	
26	Banho-Maria, modelo Arlindo de Assis para 100 tubos, a gás ...	—	—	360\$000	Idem.	
27	Densímetro de Bouchardat para urina (1.000 — 1.040)	—	—	13\$900	Idem.	
28	Alças de platina com cabo Kolle.	—	18\$000	19\$500	Moreira Barbosa & Comp.	
29	Uricômetro de Ruhemann	—	24\$000	15\$500	Lutz Ferrando & Comp.	
30	Aparelho de Westugreen, completo, para 5 provas	—	140\$000	95\$000	Idem.	
31	Aparelho de Van Slyk, com suporte de madeira	—	—	242\$500	Idem.	
32	Telas de arame em amianto, tamanho 10 x 10 cms.	—	3\$000	1\$300	Idem.	
33	Alambique de cobre, capacidade para 5 litros	—	385\$000	440\$000	Moreira Barbosa & Comp.	
34	Tabela de Talquist	—	40\$000	33\$000	Lutz Ferrando & Comp.	
Drogas:						
35	Acido acético glacial (500 cc.)	—	\$060	\$058	Idem.	
36	Benzina p. a. Merck (50 grs.) ...	—	1\$800	\$990	Idem.	
37	Agua oxigenada Merck (2 litros) ..	—	12\$000	1\$500	Idem.	
38	Acido tri-cloroacético (200 grs.) ..	—	—	\$298	Idem.	
39	Sulfato de cobre puro (250 grs.) ..	—	\$038	\$018	Idem.	
40	Citrato de sódio (500 grs.)	—	\$068	\$036	Idem.	
41	Carbonato de sódio anidro (250) ..	—	—	\$031	Idem.	
42	Acetato de chumbo (300 grs.)	—	—	\$042	Idem.	
43	Flueto de sódio (50 grs.)	—	\$280	\$280	Empate.	
44	Oxalato de sódio (250 grs.)	—	—	\$160	Lutz Ferrando & Comp.	
45	Sulfocianeto de potássio (250) ...	—	—	\$190	Idem.	
46	Ferrocianeto de potássio (100) ...	—	\$120	\$092	Idem.	
47	Acido pícrico (10 grs.)	—	—	—	—	

Item	Especificações	Costa A. Rodrigues	Comp. Lda. Moreira Barbosa &	Lutz Ferrando & Comp.	Firma preferida	Observações
48	Acido clorídrico p. a. Merck (1.000 cc.)	—	\$038	\$035	Idem.	
49	Nitro-prussiato de sódio (50)	—	\$600	\$380	Idem.	
50	Amônia p. a. Merck (600 grs.)	—	\$040	\$066	Moreira Barbosa & Comp.	
51	Cloreto fênico (250 grs.)	—	—	\$060	Lutz Ferrando & Comp.	
52	Acetato de zinco (50 grs. ou 4 oz.)	—	—	2\$250	Idem.	
53	Alcool absoluto (3.000 cc.)	—	\$004	\$004	Empate	
54	Iodo metaloide (100 grs.)	—	\$280	\$260	Lutz Ferrando & Comp.	
55	Iodeto de potássio (100 grs.)	—	\$180	\$220	Moreira Barbosa & Comp.	
56	Papel azul de tournesol (2 liv.)	—	3\$000	2\$500	Lutz Ferrando & Comp.	
57	Papel vermelho de tournesol (2 livros)	—	3\$000	2\$500	Idem.	
58	Idem de filtro (100 fls.)	—	\$240	\$360	Moreira Barbosa & Comp.	
59	Fucsina ácida (25 grs.)	—	1\$550	1\$650	Idem.	
60	Idem básica (10 grs.)	—	1\$550	1\$980	Idem.	
61	Azul de metileno (10 grs.)	—	1\$550	1\$980	Idem.	
62	Verde Malachita (10 grs.)	—	1\$550	1\$980	Idem.	
63	Azul de toluidina (10 grs.)	—	2\$500	2\$700	Idem.	
64	Giensa (100 grs.)	—	\$380	\$350	Lutz Ferrando & Comp.	
65	May-Grunwald (100 grs.)	—	\$320	\$380	Moreira Barbosa & Comp.	
66	Eosina (10 grs.)	—	2\$050	1\$980	Lutz Ferrando & Comp.	
67	Hematoxilina (10 grs.)	—	5\$500	6\$750	Moreira Barbosa & Comp.	
68	Essência de cravo (50 grs.)	—	\$400	\$320	Lutz Ferrando & Comp.	
69	Xilol (500 grs.)	—	—	\$036	Idem.	
70	Oleo de cedro (100 grs.)	—	\$600	\$390	Idem.	
71	Bálssamo do Canadá (100 grs.)	—	\$680	\$440	Idem.	
72	Acido sulfúrico (1.000 grs.)	—	\$016	\$012	Idem.	
73	Sulfureto de carbono (500 grs.)	—	\$080	\$036	Idem.	
74	Cloreto de sódio (500 grs.)	—	\$028	\$012	Idem.	
75	Tungstato de sódio (250 grs.)	—	—	\$280	Idem.	
76	Bromo (emps. de 25 grs.) (100 grs.)	—	\$700	—	Moreira Barbosa & Comp.	
77	Brometo de sódio (100 grs.)	—	\$080	\$070	Lutz Ferrando & Comp.	
78	Soda cáustica em bastões (500)	—	\$050	\$044	Idem.	
79	Piro antimoniaco de potássio (25 grs.)	—	—	\$660	Idem.	
80	Potassa cáustica em bastões (100 grs.)	—	—	\$078	Idem.	
81	Hipo-sulfito de sódio (250 grs.)	—	\$036	\$024	Idem.	
82	Oxalato de amônio (100 grs.)	—	—	\$072	Idem.	
83	Oxalato de sódio (250 grs.)	—	—	\$150	Idem.	
84	Fosfato de amônio (100 grs.)	—	—	\$108	Idem.	
85	Molibdato de amônio (100 grs.)	—	\$300	\$206	Idem.	
86	Hidroquinona (50 grs.)	—	\$280	\$290	Moreira Barbosa & Comp.	
87	Sulfato ácido de potássio (50 grs.)	—	\$160	\$128	Lutz Ferrando & Comp.	
88	Clcero fosfato B de sódio (10 grs.)	—	—	2\$950	Idem.	
89	Clorofórmio (500 grs.)	—	\$080	\$046	Idem.	
90	Acido fênico (fenol) (500)	—	\$030	\$040	Moreira Barbosa & Comp.	
91	Sulfato de sódio (100 grs.)	—	\$060	\$066	Idem.	
92	Acetona (500 grs.)	—	\$080	\$045	Lutz Ferrando & Comp.	
93	Creatinina (5 grs.)	—	9\$000	13\$500	Moreira Barbosa & Comp.	
94	Acido cítrico (100 grs.)	—	—	\$082	Lutz Ferrando & Comp.	
95	Acido fosfórico (250 grs.)	—	\$080	\$080	Empate.	
96	Alumem de ferro (100 grs.)	—	\$070	\$088	Moreira Barbosa & Comp.	
97	Nitrato de prata (250 grs.)	—	\$550	\$390	Lutz Ferrando & Comp.	
98	Permanganato de potássio (100 grs.)	—	\$080	\$040	Idem.	
99	Glicose puríssima (100 grs.)	—	—	\$070	Idem.	
100	Nitrato de sódio (50 grs.)	—	\$140	\$180	Moreira Barbosa & Comp.	
101	Colesterina (25 grs.)	—	2\$800	1\$650	Lutz Ferrando & Comp.	
102	Tartarato duplo de sódio e potássio (300 grs.)	—	\$060	\$065	Moreira Barbosa & Comp.	
103	Éter sulfúrico (1.000 grs.)	—	\$005	\$006	Idem.	
104	Percloro de ferro (50 grs.)	—	—	\$160	Lutz Ferrando & Comp.	
105	Fenolfaleina (10 grs.)	—	—	\$490	Idem.	
106	Cromato de potássio (25)	—	—	\$360	Idem.	
107	Sulfato de cobre (500 grs.)	—	—	\$016	Idem.	
108	Violeta de genciana (10)	—	1\$800	1\$980	Moreira Barbosa & Comp.	
109	Tanino (10 grs.)	—	—	\$130	Lutz Ferrando & Comp.	
110	Cloreto de sódio (500 grs.)	—	\$120	\$014	Idem.	
111	Zinco em pó (100 grs.)	—	—	\$120	Idem.	

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas**LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA**

EDITAL N. 29

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à registo vitivinícola publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.085.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas**LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA**

EDITAL N. 30

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à registo de vinhos compostos publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.085/86.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas**LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA**

EDITAL N. 31

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à análise de vinagre publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.086.

Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas**LABORATÓRIO CENTRAL DE ENOLOGIA**

EDITAL N. 32

Chama-se a atenção dos interessados para o edital referente à produtos de uso enológico publicado no *Diário Oficial* de 5 do corrente, à página 19.086.

Diretoria do Ensino Agrícola**ESCOLA AGRÍCOLA DE BARBACENA**

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

De ordem do Sr. diretor desta Escola, levo ao conhecimento dos interessados que de acordo com o artigo 52 do Código de Contabilidade Pública e segundo as normas estabelecidas nos artigos 757 a 760 e 762, do respectivo regulamento, baixado com o Decreto número 15.783, de 8 de novembro de 1922, acha-se aberta na Secretaria desta repartição, a inscrição para o fornecimento a este estabelecimento durante o corrente ano, de material de consumo habitual, mediante as condições constantes deste edital, cabendo aos interessados solicitar a remessa das respectivas listas discriminativas.

I — Os requerimentos solicitando inscrição serão dirigidos ao diretor e recebidos, nesta Escola, até o dia 23 do corrente, acompanhados dos documentos para julgamento da idoneidade dos concorrentes e das provas de quitação dos impostos a que estiverem sujeitos, devendo as propostas ser apresentadas em sobre cartas fechadas, com a declaração: — Contém proposta para a concorrência do dia 26 de dezembro de 1940", somente sendo recebidas até às 11 horas do dia 26 do referido mês, hora e dia em que será aberta a concorrência.

II — As propostas deverão ser feitas em três vias, sendo a primeira via devidamente selada com estampilha federal de 1\$0 (por folha) e mais o selo de educação e as demais apenas datadas e assinadas, sendo os preços indicados em algarismos e por extenso, referindo-se aos artigos constantes das listas.

III — Será dada preferência aos artigos oferecidos pelos menores preços e, em caso de empate, será essa preferência estabelecida por desempate, que se verificará no ato da concorrência, ou por sorte, na ausência de um dos empates. Havendo divergência entre o preço por extenso e o preço por algarismo, tomar-se-á em consideração o menor deles.

IV — A proposta que, em qualquer artigo omitir o preço por algarismos ou por extenso, ou que apresentar nos mesmos emendas ou rasuras, não serão tomadas em consideração nessa parte, prevalecendo, neste caso o preço imediatamente superior, se não exceder de 10 % dos orçantes da pra. Todas as entrelinhas por acaso verificadas nas propostas, prejudicarão o artigo a que a mesma se referir, ficando ele excluído, e se elas se detem em relação ao artigo de menor preço, prevalecerá o critério estabelecido acima.

V — Os artigos serão todos de 1.ª qualidade, e serão entregues no Almoarifado desta Repartição, dentro de 48 horas após a entrega dos pedidos, quando fornecidos por comerciantes estabelecidos em

Barbacena. Quando os artigos tiverem de ser fornecidos por comerciantes de outras praças, "serão os mesmos entregues nas estações das vias férreas desta cidade. Neste caso ficam estes comerciantes obrigados a efetuar o despacho dos artigos dentro de oito dias, a contar da data do recebimento dos pedidos, salvo motivo de força maior, a juízo do diretor desta Escola.

IV — A Diretoria desta Escola se reserva o direito de só adquirir os artigos, quando julgar necessário, no limite das necessidades da repartição e dentro dos recursos orçamentários, e, bem assim, o de arular a concorrência no todo ou em parte, sem que, destes atos, resultem aos concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização sob qualquer pretexto

Escola Agrícola de Barbacena, em 10 de dezembro de 1940. — O escriptorário classe "E", *Alexandre Pinto Costa*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**Departamento de Administração****ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO DO TRABALHO**

Concorrência pública para execução dos serviços de limpeza e encerramento do Palácio do Trabalho

A concorrência a realizar-se no dia 18 do corrente, cujo edital foi publicado no *Diário Oficial* do dia 3 de dezembro de 1940, as folhas 22.515, será presidida pelo oficial administrativo II, Lício Toledo, em virtude de se achar em gozo de férias, o oficial administrativo K, Enéas Carlos de Rezende.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Paulo Accioly de Sá*, diretor geral do Departamento de Administração..

Departamento de Administração**ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO DO TRABALHO**

Concorrência pública para execução dos serviços de limpeza e encerramento do Palácio do Trabalho

Chama-se a atenção dos interessados para o edital publicado no *Diário Oficial* de 3 do corrente, à páginas ns. 22.515-16.

Secretaria do Conselho Nacional do Trabalho**PRIMEIRA SECÇÃO**

Proc. 11.753-938.

De acordo com a resolução da Primeira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho, no processo em que consta o inquérito administrativo instaurado pela Leopoldina Railway Company Limited contra o ferroviário Manuel da Silva Grilo, fica pelo presente convidado o aludido ferroviário a, no prazo de 10 dias, contados desta data, comparecer nesta Secretaria, afim de apresentar esclarecimentos a respeito do citado processo.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Oswaldo Soares*, diretor geral da Secretaria.

Departamento Nacional do Trabalho

Devem apresentar suas defesas, ao Protocolo do Departamento Nacional do Trabalho, 5.º andar do Palácio do Trabalho, sito à Avenida Aparício Borges, dentro do prazo de dois dias úteis, após esta publicação, conforme preceitua o art. 14 do § 2.º do Decreto-lei n. 2.308, de 13 de junho de 1940, as seguintes firmas autuadas por esta Inspeção:

L. A. Brendim — Auto n. 577.
Vitorino da Costa & Garcia — Auto n. 578.
Jacé Tavares — Auto n. 579.
Aron Toledano — Auto n. 941.
Matos Rocha & Comp. — Auto n. 942.
J. Sá Oliveira & Comp. Ltda. — Auto n. 943.
M. J. Coelho & Comp. Ltda. — Auto n. 944.
Samuel de Almeida — Auto n. 984.

Inspeção, 12 de dezembro de 1940. — *Edison Cavalcanti*, inspetor chefe.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio**CERTIDÃO**

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento da "Companhia Cervejaria Brahma", em 3 de dezembro de 1940, pelo senhor diretor deste Departamento, certifico que se acha devida-

mente arquivada nesta Repartição, sob o n. 15.619, a ata da assembléa geral ordinária realizada em 29 de outubro de 1940, que aprovou o relatório, balanço e contas da diretoria e parecer do conselho fiscal, relativos ao trigésimo sexto ano social, bem como elegeu o diretor-secretário, um diretor e os membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para novo exercício. — Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Secção. Eu, *Luiz Walter Barbosa*, escrivão da classe F, passei a presente certidão. Selado com 20\$200. — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Luiz Walter Barbosa*, esc. F. — Visto, *Celso Esteves*, diretor da Secção. — Carimbo: Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

(C. 11.114—12-12-40—32\$6)

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

COMPANHIA UNIAO DE ARMAZENS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Tarifa geral para o Rio de Janeiro, para armazenamento de café e serviços correlatos, publicada no *Diário Oficial* de 11 do corrente, à página 23.012:

Tarifa B:

Onde se lê:

"11. Sobre adiantamentos para fretes",

Leia-se:

11. Sobre adiantamentos para fretes,
Tarifa D — Observações:

Onde se lê:

"no conhecimento e o constatado à entrada de seus armazens",

Leia-se:

no conhecimento e o constatado à entrada de seus armazens,

No final:

Onde se lê:

"Alonso Junior",

Leia-se:

A. Teixeira Junior.

Departamento Nacional da Indústria e Comércio

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de "Pavimentadora Industrial S. A.", certifico que se acha devidamente arquivada nesta Repartição, sob o n. 16.612, por despacho de 3 de dezembro de 1940, a ata da assembléa geral extraordinária realizada em 26 de outubro de 1940, que aprovou o aumento do capital social, bem como deliberou sobre a vacância e preenchimento de um cargo de diretor. Instruindo o processo de arquivamento da ata referida, se acham junto ao mesmo a proposta da diretoria e o parecer do conselho fiscal sobre o aumento do capital. Departamento Nacional da Indústria e Comércio. Primeira Secção. Eu, *Luiz Walter Barbosa*, escrivão da classe F, passei a presente certidão. Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1940. — Sobre uma estampilha federal de vinte mil réis e um selo de educação e saúde: *Luiz Walter Barbosa*. Visto do diretor da Secção. — *Celso Esteves*. — Contem, ainda, dita certidão o carimbo do Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

Visto. — *Celso Esteves*, diretor da Secção.

(C—11.120—12-12-1940—29\$6)

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

Pelo presente edital, o empregador Antônio Leite Garcia, domiciliado na rua Senador Vergueiro n. 232, no Distrito Federal, fica notificado de que é devedor deste Instituto, da importância de 471\$7 (quatrocentos e setenta e um mil e setecentos réis), relativa às suas contribuições e às do seu empregado, de conformidade com o artigo 1.º do Decreto-lei n. 775, de 7 de outubro de 1938, correspondentes aos meses de outubro de 1938 a janeiro de 1940, já acrescidas dos juros moratórios.

Dentro de 15 dias, a contar da data desta publicação, poderá o infrator apresentar defesa por escrito à Delegacia do Instituto, na avenida Graça Aranha ns. 43/49, nesta Capital, ou liquidar o seu débito, sob pena de o processo correr à revelia.

(C—11.105—12-12-1940—22\$4)

ESTADO DE SÃO PAULO

Universidade de São Paulo

ESCOLA POLITECNICA

CONCURSO PARA PROFESSOR CATEDRÁTICO DE "RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS E ESTABILIDADE DAS CONSTRUÇÕES"

De ordem do Exmo. Sr. Diretor Professor Henrique Jorge Mendes, acha-se aberta, na secretaria desta escola, a inscrição para o concurso de preenchimento do lugar de professor catedrático de Resistência dos Materiais; Estabilidade das Construções".

As inscrições serão feitas de acordo com:

- a) a reforma do ensino, baixada pelo Decreto federal n. 1º 854, de 11 de abril de 1931; a Lei federal n. 444, de 4 de julho de 1937; Decreto-lei federal n. 271, de 12 de fevereiro de 1938, e o Decreto n. 100, homologado pelo Sr. Ministro da Educação;
- b) os Estatutos da Universidade;
- c) o regulamento em vigor desta escola (Decreto estadual número 11.022, de 9 de abril de 1940).

Para inscrição ao concurso o candidato deverá:

- 1) apresentar diploma profissional ou científico de título oficialmente reconhecido, onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe;
- 2) provar que é brasileiro nato ou naturalizado;
- 3) apresentar provas de sanidade física e mental e idoneidade moral;
- 4) apresentar, para as cadeiras de aplicação, documentação da atividade profissional que tenha exercido durante o prazo mínimo de cinco anos e, para as outras, documentação de atividade científica que se relacione com a disciplina em concurso;
- 5) apresentar cinquenta exemplares, pelo menos, de uma tese inédita sobre assunto de sua livre escolha, pertinente à matéria em concurso e cuja defesa constituirá prova obrigatória;
- 6) apresentar caderneta de reservista ou certificado de quitação com o serviço militar.

O prazo de inscrição termina no dia 5 de fevereiro de 1941, às 16 horas.

Os candidatos poderão obter esclarecimentos e informações nesta secretaria, das 14 às 16 horas e, nos sábados, das 10 às 11 horas, todos os dias úteis.

Secretaria da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 5 de novembro de 1940. — *J. L. de Almeida N. Junior*, secretário.

(C. 16.930—Em 12-12—55\$1.)

SOCIEDADES ANÔNIMAS

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL

Sede: Rio de Janeiro

Filiais em São Paulo e Santos

Capital: Rs. 20.000:000\$000

Conselho administrativo: — Ernesto G. Fontes, Antônio de Almeida Braga, Antônio Leite Garcia, Raimundo O. de Castro Maia, Evaristo M. de Novais, Ray Lowndes e Genésio Pires

BALANCETE DA MATRIZ E FILIAIS, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Edifícios e propriedades	1.717:732\$600
Letras descontadas	4.422:865\$700

Letras e efeitos a receber:

Letras do Exterior	3.556:615\$000	
Letras do Interior	65.154:295\$900	68.710:940\$900

Empréstimos em conta corrente	15.077:377\$500
Réplicas	17.283:091\$700
Títulos e fundos pertencentes ao Banco	5.022:676\$500
Valores caucionados	19.332:518\$400
Valores em administração	03.333:287\$190
Ações em caução	280:000\$000
Agências e filiais	20.538:236\$607
Correspondente no País e no Estrangeiro	7.828:253\$190
Contas diversas	33.689:355\$920
Caixa: — Em moeda corrente no Banco, no Banco do Brasil e em outros Bancos	20.791:211\$700

417.047:547\$470

Passivo

Capital	20.000:000\$000
Fundo de reserva	965:482\$600
Fundo de Previdência	72:748\$800
Depósitos em conta corrente com juros:	
Conta corrente de movimento	63.494:009\$140
Contas correntes garantidas, saldos credores	1.755:308\$600
Contas correntes limitadas	22.210:195\$552
Depósitos em c/c, sem juros	3.103:903\$378
Depósitos a prazo fixo	31.825:755\$200
	122.389:171\$870

Credores por valores em caução e administração	122.685:805\$590
Valores hipotecários	17.283:091\$700
Agências e filiais	21.344:471\$007
Caução da diretoria	280:000\$000
Credores por letras em cobrança e caução	68.710:940\$900
Correspondentes no País e no Estrangeiro	5.876:739\$800
Dividendos a pagar	460:761\$700
Contas diversas	36.978:333\$440
	417.047:547\$470

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — Contador geral, *Felipe da Costa Teixeira*. — Presidente, *Ernesto G. Fontes*. — Diretores-gerentes, *Genesio Pires*. — *Ruy Lowndes*.
(C 11.108 — 12-12-940 — 131\$6)

MONTEIRO, ARANHA & CIA. LTDA.

Secção Bancária

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo		
Contas correntes	4.457:361\$300	
Correspondentes no exterior	2:178\$700	
Caixa:		
Em moeda corrente	6:625\$500	
No Banco do Brasil	368:599\$800	
Em outros bancos	403:145\$400	778:370\$700
Efeitos à cobrança	1.722:697\$600	
Valores depositados	13.662:880\$000	
Diversas contas	53:213\$700	
	20.376:705\$000	

Passivo

Capital	500:000\$000
Contas correntes:	
De movimento	2.200:264\$600
A prazo fixo	2.412:297\$990
	4.612:562\$500
Correspondentes no exterior	172:666\$000
Cobranças do exterior	1.722:697\$600
Títulos em depósito	13.662:880\$000
Diversas contas	5:898\$000
	20.376:705\$000

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1940. — *Monteiro, Aranha & Comp. Ltda.* — *C. C. Pereira*, chefe da Contabilidade.
(C—10.931—12-12-40—73\$4.)

COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO E FINANÇAS, S. A.

Casa Bancária

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

ATIVO

Empréstimos em c/correntes	14.068:890\$400
Empréstimos hipotecários	100:000\$000
C/correntes garantidas	1.889:339\$900
Correspondentes no País	344:369\$400
Títulos em Caução	2.385:871\$900
Títulos em Cobrança	215:505\$500
Valores hipotecados	100:000\$000
Caixa:	
Em moeda corrente e em depósitos em outros Bancos	3.427:274\$200
Devedores diversos	396:678\$000
Diversas contas	128:147\$900
	23.056:077\$200

Passivo

Capital	500:000\$000
Fundo de reserva	381:610\$100
Depósitos em c/correntes	17.869:218\$600
Depósitos a prazo fixo	999:990\$300
Depósitos à ordem	101:220\$500
Credores por títulos caucionados	2.385:871\$900
Credores por títulos em cobrança	189:505\$500
Garantias hipotecárias	100:000\$000
Garantias diversas	26:000\$000
Diversas contas	502:651\$300
	23.056:077\$200

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Eugênio Porto da Silva Figueiredo*, diretor. — *Mario Scheidegger*, contador.

(C. 10.933 — 12-12-1940 — 69\$4).

E. G. FONTES & CIA.

Secção Bancária

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Letras descontadas	943:047\$000
Empréstimos em contas correntes	3.029:735\$990
Efeitos a receber de c/alheia interior	86:402\$750
Títulos caucionados	2.983:113\$400
Valores depositados	34.177:858\$700
Empréstimos hipotecários	404:400\$600
Títulos e propriedades	5.323:843\$400
Caixa, em moeda corrente	307:281\$500
Diversas contas	78:092\$900

Total do ativo 47.333:779\$240

Passivo

Capital	250:000\$000
Depósitos em c/c com juros	104:088\$100
Depósitos sem juros	1.873:097\$100
Depósitos em c/cobrança interior	86:402\$750
Títulos em caução e em depósito	37.160:972\$100
Secção Comercial	7.003:820\$810
Diversas contas	855:398\$380

Total do passivo 47.333:779\$240

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — P. p. E. G. Fontes & Cia., *A. Soares Ribeiro*. — *Nelson França*. — *Oscar Torres*, guarda-livros.

(C 11.117 — 12-12-940 — 64\$3)

BANCO HOLANDES UNIDO

Cartas patentes ns. 1.519, de 31/5/37 — (Rio) — 1.520, de 31/5/37, (São Paulo) — 1.521, de 31/5/37 — (Santos)

BALANCETE COMBINADO DAS SUCURSAIS EM RIO DE JANEIRO, SANTOS E SÃO PAULO, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Capital a realizar	2.000:000\$000
Letras descontadas	17.992:311\$700
Letras a receber de c/alheia e em cobrança (exterior)	44.970:134\$100
Letras a receber de c/alheia e em cobrança (interior)	28.700:050\$790
Empréstimos em contas correntes	38.093:613\$170
Valores caucionados	26.312:389\$200
Valores depositados	34.934:017\$900
Agências e filiais no exterior	178:389\$800
Agências e filiais no interior	8.893:374\$300
Correspondentes no exterior	5.299:416\$100
Correspondentes no interior	1.464:821\$000
Títulos e fundos pertencentes ao banco	1.306:827\$800
Prédios de propriedade do banco	4.650:000\$000

Caixa:

Em moeda corrente no banco, em outras espécies, no Banco do Brasil e em outros bancos	16.519:539\$600
Diversas contas	68.950:941\$500

300.265:826\$960

Passivo

Capital	9.000:000\$000
Fundo de reserva	3.000:000\$000
Depósitos em contas correntes com juros	35.201:070\$970
Depósitos sem juros	1.939:481\$700
Depósitos em contas correntes limitadas	2.382:451\$000
Depósitos a prazo fixo	10.455:010\$100
Depósitos a prazo fixo pré-aviso	4.265:333\$800
Depósitos em c/cobrança no exterior	44.970:134\$100
Depósitos em c/cobrança no interior	28.700:050\$790
Títulos em caução e em depósitos	61.246:407\$100
Agências e filiais no exterior	6.329:436\$000
Agências e filiais no interior	4.450:356\$100
Correspondentes no exterior	2.548:776\$080
Correspondentes no interior	1.427:891\$270
Caixa matriz	16.494:180\$600
Diversas contas	67.831:244\$350
	<u>300.265:826\$960</u>

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — Banco Holandês Unido — Sucursal Rio de Janeiro. — H. W. J. de la Fontaine Verwey, gerente. — R. H. Scholte, contador.

(C 11.116 — 12-12-940 — 132\$6)

CARLO PARETO & CIA.**Banqueiros**

Capital e reservas 3.750:000\$000

Correspondentes oficiais do Banco di Napoli

RUA PRIMEIRO DE MARÇO N. 31

BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Letras descontadas	3.583:834\$800
Empréstimos em contas correntes	7.880:568\$000
Correspondentes do exterior	50:477\$300
Títulos e fundos pertencentes à firma	3.878:124\$500
Títulos em cobrança:	
Da praça e interior	11.282:412\$200
Do exterior	497:246\$000
	<u>11.779:358\$200</u>
Valores caucionados	735:000\$000
Hipotecas	45:000\$000
Imovel	505:313\$600
Reconstrução do imovel	239:799\$900
Instalações no imovel	84:612\$200
Móveis e utensílios	195:871\$500
	<u>1.025:597\$200</u>
Secção Comercial	1.960:421\$700
Caixa:	
Em moeda corrente na firma	556:415\$000
No Banco do Brasil	1.031:559\$500
Em outros bancos	974:149\$100
	<u>2.559:423\$900</u>
Diversas contas	430:236\$400
	<u>33.928:042\$000</u>

Passivo

Capital:	
Bancário	400:000\$000
Comercial	2.600:000\$000
	<u>3.000:000\$000</u>
Fundo de reserva	750:000\$000
Depósitos:	
Em c/correntes c/juros	5.522:580\$500
Em c/correntes s/juros	501:249\$700
Em c/correntes limitadas	3.200:950\$900
A prazo fixo	5.859:588\$400
Secção Comercial	1.806:228\$600
Credores por títulos em cobrança:	
Da praça e interior	11.282:412\$200
Do exterior	497:246\$000
	<u>11.779:358\$200</u>
Correspondentes do exterior	117:080\$800
Valores hipotecários	45:000\$000
Títulos em caução	735:000\$000
Fundo de amortização e reconstrução do imovel	194:772\$200
Amortizações c/instalações e móveis e utensílios	69:237\$100
Diversas contas	346:995\$600
	<u>33.928:042\$000</u>

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — Carlo Pareto & Cia. — O contador, Hamlet Gili.

(C 11.123 — 12-12-1940 — 146\$9)

COMPANHIA BANCÁRIA AUREA BRASILEIRA

Av. Rio Branco n. 138

Carta patente n. 111, de 15 de maio de 1923

BALANCETE EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Letras descontadas	499:7	8900
Empréstimos em conta corrente	289:785\$200	
Empréstimos em conta caução	814:175\$000	1.403:9
		<u>8200</u>
Valores em depósito	2.802:4	16000
Valores caucionados	158:1	73800
Valores depositados	43:1	05000
Empréstimos hipotecários	30:1	05000
Correspondentes do interior	24:1	05600
Títulos e propriedades da Companhia	8.205:1	18200
Hipotecas	410:1	005000
Caixa, em moeda corrente	289:079\$500	
Caixa, em depósito no Banco do Brasil	5:000\$000	
Caixa, em outros bancos	323:745\$700	617:125\$200
Diversas contas	1.001:1	662\$500
Secção Comercial	789:1	861\$600
	<u>15.386:1</u>	<u>269\$000</u>

Passivo

Capital Bancário	500:000\$000	
Capital Comercial	500:000\$000	1.000:000\$000
Fundo de reserva e outros		1.718:287\$700
Depósitos em c/corrente c/juros	1.492:376\$100	
Depósitos em c/corrente limitada	1.033:017\$300	
Depósitos em c/corrente popular	535:770\$600	
Depósitos a prazo fixo	1.404:037\$200	
Depósitos sem juros	18:988\$700	4.423:189\$900
Títulos em caução e em depósito		2.100:947\$800
Valores hipotecários		0:000\$000
Letras a pagar		0:000\$000
Diversas contas		4.160:071\$600
Secção Comercial		47:772\$000
		1580:269\$000

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — Jair F. de Oliveira Roxo, presidente. — Alberto Mattos, contador.

(C 11.121 — 12-12-40 — 104\$0)

BANCO BORGES

Fundado em 1936

Rua da Alfândega, 24 e 26

BALANCETE DAS OPERAÇÕES NA PRAÇA DO RIO DE JANEIRO, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1940

Ativo

Letras descontadas	1.117:917\$050
Empréstimos em contas correntes	8.037:205\$540
Letras em Cobr. do Exterior	859:173\$100
Letras em Cobr. do Interior	3.853:004\$275
Valores caucionados	8.233:365\$500
Valores depositados	24.190:203\$700
Garantias hipotecárias	13.042:272\$800
Correspondentes do exterior	581:045\$375
Correspondentes do interior	11.628:734\$587
Títulos de propriedade do Banco	1.183:969\$200
Hipotecas	3.824:045\$800
Caixa:	
Em moeda corrente no Banco, depositado no Banco do Brasil e em outros Bancos	6.540:439\$000
Tesouro Nacional c/Depósito	100:900\$000
Ações caucionadas	80:000\$000
Móveis e utensílios	100:900\$000
Diversas contas	753:354\$700
Imoveis (Valor n.º prédio à rua da Alfândega n.º 24)	450:000\$000
Total do ativo	<u>114.574:727\$687</u>

Passivo

Capital	5.000:000\$000
Reserva de reserva geral	383:100\$000
Reserva de reserva especial	191:550\$000
Depósitos:	
m C/ C/ com juros	30.102:601\$672
m C/ C/ Prazo fixo	6.867:362\$200
m C/ C/ Sem juros	118:830\$672
Depósitos em c/ Cobr. do exterior	37.118:800\$544
Depósitos em c/ Cobr. do Interior	1.049:806\$100
Depósitos em caução e em depósito	7.241:092\$450
Depósitos hipotecários	46.552:890\$100
Correspondentes do exterior	13.042:272\$800
Correspondentes do interior	493:907\$700
Cartas a pagar	1.893:807\$500
Pólices dep. Tesouro Nacional	67.846\$500
Caução da Diretoria	100:000\$000
Diversas contas	80.000\$000
Total do passivo	1.351:563\$993
	114.571:727\$687

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1940. — *Adriano Sá Junior*, diretor presidente. — *Julio de Mattos*, diretor gerente. — *Wilfred Penha Borges*, contador.

(C. 11.106 — 12-12-940 — 113\$2)

CRÉDITO BRASILEIRO. S. A.

Casa Bancária

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE CRÉDITO BRASILEIRO S. A. (CASA BANCÁRIA), REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1940

Aos vinte três dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta, às quinze horas, na sede social à travessa do Ouvidor número nove, segundo andar, reuniram-se os acionistas do Crédito Brasileiro S. A., Casa Bancária, representando mais de dois terços do capital social, de acordo com a convocação feita pelo *Diário Oficial* de treze de novembro de mil novecentos e quarenta.

Assume a presidência da Assembléia, por aclamação, o Sr. Mario Pereira de Aguiar, que convida para secretários os Srs. Dr. Renato do Vale e Nelson da Silva Abreu.

Constituída a mesa o Sr. Presidente declara que nos termos da convocação a presente Assembléia tem por fim retificar e ratificar os atos das Assembléias Gerais de dez e vinte e seis de junho de mil novecentos e quarenta, na parte referente ao aumento do capital social, pelo que dá a palavra ao Sr. Dr. Joaquim Cardoso Martins, presidente da Sociedade, para que este exponha o assunto.

Toma a palavra o Dr. Joaquim Cardoso Martins e declara que praticados pela Diretoria os atos necessários ao aumento do Capital, que felizmente foi logo subscrito, deu entrada na Repartição competente ao requerimento da Sociedade pedindo a aprovação do Governo para esse aumento.

Infelizmente não tinha sido em nenhuma daquelas Assembléias lido o parecer do Conselho Fiscal da Sociedade, sobre o assunto. Conhecendo dessa irregularidade e intimado pela Diretoria de Rendas Internas para repará-la foi convocado o Conselho Fiscal desta Sociedade, para em reunião conjunta, com a Diretoria, estudar e resolver o assunto. Essa reunião foi efetuada no dia cinco de novembro corrente lavrando-se da mesma a seguinte ata que passa a ler: lê (Ata da reunião conjunta da Diretoria e membros do Conselho Fiscal do Crédito Brasileiro S. A. Casa Bancária realizada na sede social aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta. Reunidos em sessão na sede social à travessa do Ouvidor número nove, segundo andar os Diretores de Crédito Brasileiro S. A. Casa Bancária, Dr. Joaquim Cardoso Martins, presidente; Moacyr Pereira de Aguiar, tesoureiro; Francisco de Abreu, gerente; e os membros efetivos do Conselho Fiscal, Dr. Renato do Vale, Nelson da Silva Abreu, e Dr. João Batista de Sequeira, este último convocado pela renúncia do Sr. Mario Pereira de Aguiar, o Sr. Presidente expõe aos mesmos que cientificado pela Diretoria de Rendas Internas das exigências regulamentares feitas para aprovação do aumento do Capital Social, figura em primeiro lugar a falta de aprovação pelo Conselho Fiscal da proposta de aumento do capital social, pelo que convocou os senhores membros deste conselho para nesta reunião conjunta comunicar-lhes essa exigência e solicitar seu parecer e aprovação àquela medida, visto ser o aumento do capital imprescindível à sociedade, não só por consultar seus interesses comerciais, mas principalmente para enquadrar a sociedade nas exigências regulamentares da Lei em vigor.

Toma a palavra o Dr. Renato do Vale e declara que todos os componentes do Conselho Fiscal são conhecedores das razões expostas pelo Sr. Presidente e já com o seu voto na qualidade de acionistas haviam dado inteira aprovação à proposta da Diretoria relativa ao aumento do capital social, mas tratando-se de exigências legais e regulamentares de que previamente tivera conhecimento verbal, já trazia pronto e assinado por seus colegas do Conselho Fiscal o parecer que passa a ler:

PARECER

Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal do Crédito Brasileiro S. A. Casa Bancária, tendo em vista as razões que determinam a necessidade de ser elevado o capital social para a cifra de 250:000\$000 (duzentos e cinquenta contos de réis), são de parecer que tal aumento consulta os interesses sociais e deve ser aceito e aprovado pelos senhores acionistas. Assim sendo são ainda de parecer que seja autorizada a Diretoria da Sociedade a praticar todos os atos necessários a elevação do aumento do Capital Social para 250:000\$000 de réis e aprovados todos os atos até a presente data praticados pela Diretoria para esse fim. Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1940. — *Renato do Valle*, relator. — *Nelson da Silva Abreu*. — *Dr. João Baptista de Sequeira*. Lido e aprovado o parecer do Conselho Fiscal, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente manda por todos os presentes assinada. — *Dr. Joaquim Cardoso Martins*. Lavrar a presente ata que conferida por mim Francisco de Abreu vai — *Moacyr Pereira de Aguiar*. — *Francisco de Abreu*. — *Dr. Renato do Valle*. — *Nelson da Silva Abreu*. — *Dr. João Baptista de Sequeira*.

Como vem os Srs. acionistas pela leitura feita, o Conselho Fiscal desta sociedade dá seu parecer aprovando o aumento do capital solicitado pela Diretoria, e em nome desta propõe:

a) que seja elevado o capital social para cifra de 250:000\$00, sendo feita a seguinte alteração no Capítulo II dos Estatutos sociais: "Art. 2.º O capital da Sociedade é de 250:000\$ (duzentos e cinquenta contos de réis), representado por 2.500 (duas mil e quinhentas) ações do valor de 100\$90 (cem mil réis) cada uma;

b) que sejam ratificados e ratificados todos os atos e resoluções das assembleias de dez e vinte e seis de junho de mil novecentos e quarenta, no que concerne às emissões havidas;

c) que seja aprovado o parecer do Conselho Fiscal que vem da ser lido sobre o assunto.

Posta em discussão a proposta do Sr. Presidente da Sociedade e ninguém se pronunciando sobre a mesma, é ela unanimemente aprovada, bem como o parecer do Conselho Fiscal, acima transcrito.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspende a sessão por meia hora para ser lavrada a presente ata. Reaberta a sessão, é lida, posta em discussão e aprovada a presente ata, que foi por mim, Renato do Valle, na qualidade de secretário, lavrada e vai por todos os presentes assinada. — *Mario Pereira de Aguiar*, presidente, (144 ações). — *Renato do Valle* (2 ações). — *Nelson da Silva Abreu* (2 ações). — *Dr. Joaquim Cardoso Martins* (800 ações). — *Matheus Martins Noronha* (300 ações). — *Cyrol de Freitas Alves* (5 ações). — *Dr. Virgilio Bacellar Caneca* (25 ações). — *Dr. João Baptista de Sequeira* (734 ações). — *Moacyr Pereira de Aguiar* (80 ações). — *Francisco de Abreu* 248 ações).

Confere com o original.

Enr 23-11-40. — *Renato do Valle*, secretário.

(N. 11.107—12-12-40—148\$9.)

COMPANHIA IMOBILIÁRIA MUNICIPAL

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e quarenta, às quatorze horas, reunidos na sede social, à rua do Rosario número cento e treze A, no segundo andar, sala número vinte e três, os senhores acionistas da Companhia Imobiliária Municipal, o Sr. Savio de Almeida Gama, diretor-presidente da Companhia, depois de verificar estarem presentes acionistas em número legal, pelos recibos do depósito das ações com três dias de antecedência da assembleia e pelo livro de presença, dá por instalada a assembleia e pede a indicação de um dos presentes para presidir os trabalhos. Aclamado por unanimidade o Sr. Savio de Almeida Gama assume a presidência da assembleia e convida para secretário o acionista Sr. Oldemar de Castro Reis, ficando assim constituída a mesa. O Sr. Presidente manda o Sr. Secretário proceder à leitura do convite publicado do *Diário Oficial* de quatro, cinco e seis do corrente mês de dezembro, que são do teor seguinte: "Companhia Imobiliária Municipal Assembléia Geral Extraordinária — Convidam-se os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em assembleia geral extraordinária no dia 12 do corrente mês de dezembro, às 14 horas, na sede social à rua do Rosario número 113-A, 2.º andar, salas 23-24, afim de autorizarem a diretoria a efetuar uma operação de crédito. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1940. — *Savio de Almeida Gama*, presidente". O Sr. Presidente declara que, de acordo com o convite que acaba de ser lido, o fim da presente reunião é submeter à deliberação da assembleia geral a proposta da diretoria com o respectivo parecer do conselho fiscal, para efetuar um empréstimo até o limite máximo de quinhentos contos de réis. Pede ao Sr. Secretário para proceder à leitura da seguinte proposta e parecer: "Srs. Acionistas: Para que esta Companhia possa prosseguir nos planos de desenvolvimento que iniciou, propomos à assembleia geral de acionistas que autorize esta diretoria a tomar um empréstimo até o limite máximo de quinhentos contos de réis. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1940. — *Savio de Almeida Gama*, diretor-presidente. — *Alfredo Damasio Filho*, diretor secretário-tesoureiro". "Parecer do Conselho Fiscal — Os abaixo assinados membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Imobiliária Municipal, tendo examinado detidamente a proposta

da diretoria para realização de um empréstimo bancário até o limite máximo de quinhentos contos de réis, são de parecer que dita proposta seja aprovada pelos Srs. Acionistas. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1940. — *Manoel Dias dos Santos, Henrique Macedo, Stella Baptista Pereira*. Terminada a leitura o Sr. Presidente submete proposta e parecer à deliberação da assembléia geral que, depois de discutir o assunto, resolve aprovar por unanimidade dita proposta, abstendo-se de votar os membros da diretoria e conselho fiscal, ficando a diretoria da Companhia Imobiliária Municipal autorizada com amplos poderes para efetuar um empréstimo até o limite máximo de quinhentos contos de réis. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente suspende a sessão por trinta minutos que se destinam à lavratura desta ata que, depois de lida e achada conforme, vai por todos os acionistas presentes assinada. — *Oldemar de Castro Reis. — Sario de Almeida Gama. — Alfredo Damasio Filho. — Manoel Dias dos Santos. — Stella Baptista Pereira. — Henrique Macedo. — Antonio Martins Martins. — José Durães. — Manoel Damasio. — Arlindo Rippel.*

(C. 11.125 — 12-12-940 — 67\$3)

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1940

Aos onze dias do mês de dezembro de mil novecentos e quarenta, achando-se reunidos na sede da Companhia Cervejaria Brahma, à rua Marquez de Sapucahy número duzentos, às duas horas da tarde, quatorze acionistas, representando por si e por procuração trinta e seis mil oitocentos e trinta e nove ações, conforme livro de presença, o senhor Franz Icaen, presidente da Companhia, declara aberta a sessão, uma vez que se achavam presentes acionistas em número legal, isto é, representando mais de dois terços do capital social, e propõe para presidente da assembléia o acionista senhor doutor Astolpho Vieira Rezende, o que foi aceito por unanimidade. Assumindo a presidência, o senhor doutor Astolpho Vieira Rezende, agradeceu a eleição e convida para secretários os acionistas doutores Nestor Ascoli e Walter James Gosling. Declara o senhor presidente que, embora os senhores acionistas não ignorem o motivo da convocação, pedirá ao senhor primeiro secretário que proceda à leitura do anúncio da convocação, concebido nos seguintes termos: — "Companhia Cervejaria Brahma — São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 11 de dezembro de 1940, às duas horas da tarde, na sede social, à rua Marquez de Sapucahy, 200, afim de aprovarem e ratificarem todos os atos relativos ao aumento do capital em ações preferenciais e alteração dos estatutos, deliberados na assembléia de 31 de Maio do corrente ano, tudo na forma dos Decretos n. 434, de 4 de julho de 1891 e n. 21 536, de 15 de junho de 1932. — Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1940. — A Diretoria." O senhor presidente declara mais que, de conformidade com os artigos números setenta e nove e oitenta, combinados com os de números cinquenta e sete, sessenta e dois e sessenta e três do decreto número quatrocentos e trinta e quatro, de mil oitocentos e noventa e um, foram publicados e devidamente arquivados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, entre outros documentos, a ata da assembléia geral extraordinária de trinta e um de maio do corrente ano e o decreto número seis mil e vinte e sete, de vinte e cinco de julho de mil novecentos e quarenta, do Governo Federal, que aprovou a elevação do capital em ações preferenciais e a consequente alteração dos estatutos e bem assim que foram arquivados no Primeiro Offício de Registro de Imóveis Imóveis desta cidade as folhas oficiais contendo todas essas publicações, inclusive da certidão do Departamento Nacional de Indústria e Comércio sendo de tudo exibidas provas aos senhores acionistas. Em seguida submete tais atos à discussão e como ninguém tenha pedido a palavra, submete-os à votação, sendo os aludidos atos aprovados unanimemente, em consequência do que fica expressamente consignado que a presente assembléia apoia e dá plena aprovação a todos os atos praticados para a legalização do aumento do capital em ações preferenciais e alteração dos Estatutos, deliberados na assembléia geral extraordinária de trinta e um de maio de mil novecentos e quarenta cujas decisões os acionistas presentes, que representam efetivamente mais de dois terços do capital social, declaram renovar e ratificar, para todos os efeitos legais. Nada mais havendo a tratar-se, antes de encerrar a sessão, declarou ainda o senhor presidente, que daria a palavra aos acionistas que dela quizessem fazer uso. Ninguém pedindo a palavra, suspende-se a sessão por meia hora, afim de ser lavrada a presente ata. Reaberta a sessão, é lida e aprovada a ata que eu, segundo secretário, lavrei e mandei escrever e vai assinada pelo presidente e secretários da assembléia geral extraordinária e demais acionistas presentes. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — *Astolpho Rezende*, presidente. — *Nestor Ascoli*, 1º secretário. — *Walter James Gosling*, 2º secretário. — *Henri Erwin Stupakoff*. — Pp. *Adelheid Getrud Stupakoff, Henri Erwin Stupakoff. — Theodor Wille & Cia. Ltda. — Theodor Simon. — Pp. Dr. H. Dieckerichsen, Theodor Wille & Cia. Ltda. — Martin Adolpho Koch. — Wilhelm Schmitt. — Pp. Banco Alemão Transatlântico, Appenburg. — Pp. Ilse Esselbruegge, pp. Frieda Lindemann, pp. Adolf Wilhelm Julius Lautz, pp. Angela Lautz, pp. Friedrich Lautz, pp. Maximilia-*

no Falck, pp. Lúdia Lindscheid Kamp, pp. Wilhelmine Marie Esther Kamp, pp. Adelheid Marie Luise Kamp, pp. Emilie Lydia Kamp, pp. Oscar Duschenschoen, pp. Edith Groth, pp. Hildegard de Moura Vianna, pp. João José de Figueiredo, pp. Heloisa Godoy de Figueiredo, pp. Izabel Krummes, pp. Chas. A. Baumann, pp. Henrik Kerti, pp. Thomaz Matthiesen e pp. Henrique Mutzenbecher, *Banco Alemão Transatlântico. — Pp. Appenburg. — Franz Icken. — Heinrich Kunning. — Carlos Maia. — Josef Krauss. — Pp. da Senhora Getrud Maschke e pp. do Dr. Paulo Cavalcanti de Amorim Salgado, Nestor Ascoli. — Thomaz Zoéga. — Pp. Gertrud von Minckwitz, pp. Margarethe Susanna Kunning, pp. Elisabeth Wielard, pp. Elsa Katharina Kunning e pp. The Royal Bank of Canada, Thomaz Zoéga. — Paulo Sauwen John. — Pp. Helena Regendanz, Paulo Sauwen John.*

(C. 11.115—12-12-40—108\$1)

ANÚNCIOS

Companhia Bancária Aurea Brasileira

Séde: Avenida Rio Branco n. 138

SECÇÃO DE APÓLICES

Aviso

Por falta de pagamento foram cancelados por caducidade os certificados de venda de apólices abaixo relacionados:

Referências: SP- 87.047; SP-157.154; SP-157.163; SP-158.001; SP-260.038; SP-308.472; SP-308.576; SP-308.684; SP-308.830; SP-309.011; SP-309.047; MA-855.332; DF-426.810; H-225.581; H-309.036; C- 86.989; C-161.736; C-161.789; C-161.791; C-161.793; C-187.097 C-261.507; X-156.394; X-156.464; X-161.109; X-186.779; D-161.130; M-861.048; M-970.578; G-308.993; ABC-32.914; ABC-36.064; ABC-36.067; ABC-36.069; ABC-819.598; ABC-938.124; AU-156.356; AU-161.740; AU-161.744; AU-225.457; AU-261.520; AU-261.550; AU-261.694; R- 24.569; RL- 65.070; RL- 86.787; RL- 87.178; RL- 87.178; RL-141.701; RL-156.474; RL-156.502; RL-156.516; RL-156.530; RL-156.534; RL-156.827; RL-157.041; RL-157.048; RL-157.069; RL-157.075; RL-157.538; RL-157.542; RL-157.801; RL-157.802; RL-157.805; RL-157.856; RL-157.863; RL-157.887; RL-157.892; RL-157.893; RL-157.899; RL-157.902; RL-157.903; RL-157.904; RL-157.907; RL-157.908; RL-160.892; RL-160.944; RL-161.693; RL-161.696; RL-161.787; RL-174.150; RL-174.184; RL-225.412; RL-225.461; RL-225.478; RL-225.968; RL-228.979; RL-254.871; RL-255.136; RL-255.187; RL-259.811; RL-260.136; RL-261.073; RL-261.161; RL-261.226; RL-261.320; RL-261.659; RL-261.836; RL-308.420; RL-308.422; RL-308.428; RL-308.477; RL-308.577; RL-308.653; RL-308.656; RL-308.735; RL-308.778; RL-308.969; RL-309.087; RL-309.170; R-367.655; RL-367.934; RL-449.414; RL-688.302.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — A diretoria.

(C 10.895 — 11/12/1940 — 449\$8, 3 vezes)

Instituto Científico São Jorge, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com a deliberação da Diretoria são convidados os senhores acionistas do Instituto Científico São Jorge S.A., a reunir no próximo dia 21 do corrente, pelas 17 horas, na sede social à rua Senador Dantas, 41, em assembléia geral extraordinária, com a seguinte ordem do dia:

a) Tomar conhecimento do levantamento da relação dos atuais acionistas, conforme deliberação da assembléia geral extraordinária de 26 de novembro próximo passado; e,

b) Confirmar a remuneração ao Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — O Diretor-Administrativo. *Salvador Aldifacio Battaglia.*

(C—10.925—11-12-940—58\$1—3 vezes).

Abrigo Tereza de Jesus

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De ordem do Sr. Presidente, convido os Srs. Associados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, na sede deste Abrigo, à rua Ibituruna n. 53, às 20 horas, do dia 13 do corrente mês, para leitura do relatório de 1939, do parecer do Conselho Fiscal e aprovação das contas referentes ao mesmo exercício, bem como proceder-se à eleição do Conselho Fiscal que deverá servir no corrente ano.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Antenor de Castro*, Secretário.

(C — 10.885 — 9-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Brasília Obras Públicas, S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas da Sociedade Anônima Brasília Obras Públicas a se reunirem em assembleia geral ordinária que se realizará na sede social, à Avenida Rio Branco n. 257, 4.º andar, às 14,30 horas do dia 23 de dezembro do corrente ano, afim de resolverem sobre a eleição da Diretoria e assuntos de interesses gerais.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — O presidente, *Camilo Torres Guimarães*.

(C — 10.904 — 10-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Brasília Imobiliária, S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores acionistas da Sociedade Anônima Brasília Imobiliária, a se reunirem em assembleia ordinária que se realizará em 23 de dezembro do corrente ano, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 257, 4.º andar, às 15,30 horas, afim de resolverem sobre a eleição da Diretoria e assuntos imobiliários e de interesses gerais.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — O presidente, doutor *Ivaro M. de Oliveira Castro*.

(C — 10.903 — 10-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****2.ª convocação**

Não se tendo reunido número legal de acionistas na assembleia geral extraordinária, convocada para ontem de novo os convidos a se reunirem no dia 17 do corrente, às 15 horas, na sede da Companhia, à Rua do Rosário n. 116, 3.º andar, afim de resolverem sobre a reforma dos estatutos de conformidade com o que determina a nova lei das sociedades anônimas, Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

As ações ao portador deverão ser depositadas no escritório da Companhia, até três dias antes da reunião.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1940. — *Americo Ludolf*, diretor-presidente.

(C—10.898—11-12-1940—67\$3—3 vezes).

General Electric, S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 27 de dezembro corrente, às 14 horas, na sede social da General Electric S.A., à Avenida Almirante Amaro n. 81, 10.º andar, nesta Capital, afim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre os seguintes assuntos de interesse social, de conformidade da nova lei das sociedades por ações;

a) reforma dos estatutos, incluindo o aumento do capital da sociedade, de acordo com a proposta da diretoria;

b) eleição do conselho fiscal.

Os documentos relativos ao projeto de reforma dos estatutos acima referido acham-se desde já à disposição dos senhores acionistas, na sede social.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C—10.896—11-12-1940—64\$3—3 vezes).

Declaração

Veuve Louis Leib & Comp., estabelecidos com casa de empréstimos sobre penhores, à rua Imperatriz Leopoldina n. 22, nesta Capital, comunicam que encerraram as suas operações com a realização do último leilão efetuado em 26 de novembro de 1940.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Veuve Louis Leib & Companhia, Otto Haase*, gerente.

Reconheço a firma *Otto Haase*.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — Em testemunho público da verdade, *José Carlos de Montreuil*, substituto.

(C — 10.847 — 10-12-40 — 142\$8 — 10 vezes)

Companhia Construtora Baerlein**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Convocação**

Convidam-se os senhores acionistas a comparecer à assembleia geral extraordinária, a se realizar no dia 20 de dezembro do corrente ano, às 15 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 134, 1.º andar, afim de tomarem deliberação de interesse geral.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C — 10.917 — 10-12-40 — 39\$8 — 3 vezes)

Minas de Ferro, S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 16 do corrente mês de dezembro, deixando de realizar-se a 15 do mesmo por ser domingo, às 15 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 26-A, 2.º andar, para deliberarem, como determinam os Estatutos Sociais, sobre a eleição dos Diretores, para o próximo exercício de 1941.

Rio de Janeiro, de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C 10.822 — 6-12-40 — 42\$8 — 3 vezes).

"Estaleiros Cruzeiro do Sul", S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 14 do corrente mês de dezembro, às 15 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 26-A, 15.º andar para deliberarem como determinam os Estatutos Sociais, sobre a eleição dos Diretores, para o próximo exercício de 1941.

Rio de Janeiro, de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C 10.821 — 6-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

S. A. Teatro Brasileiro**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Convindo, na qualidade de possuidora de 4.295 ações das 5.000 que constituem o capital social, os demais acionistas da Sociedade Anônima Teatro Brasileiro a se reunirem no dia 16 de dezembro corrente, às 10 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 20, 1.º andar, para o fim de elegerem a diretoria e o Conselho Fiscal.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940. — *Gabriella Besanzoni Lage*.

(C — 13.242 — 7-12-40 — 42\$8 — 3 vezes)

Edifício "Unidos", S. A.**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os Srs. acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no dia 16 do corrente mês de dezembro, deixando de realizar-se a 15 do mesmo por ser domingo, às 14 horas, na sede social, à Avenida Rio Branco n. 26-A, 16.º andar, para deliberarem, como determinam os Estatutos Sociais, sobre a eleição dos Diretores e conselho fiscal, para o próximo exercício de 1941.

Rio de Janeiro, de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 10.820 — 6-12-40 — 42\$8 — 3 vezes).

Sindicato dos Industriais de Lã, Seda e Pelo**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

De ordem do Sr. Presidente, ficam os Srs. associados convidados a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no próximo dia 23 do corrente, às 16 horas, na sede social, afim de autorizar a Diretoria a promover todos os atos necessários à ratificação do reconhecimento do sindicato, aprovação dos estatutos e sua adaptação à nova lei sindical.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940. — *Kelion Freire de Mesquita*, secretário geral.

(C. 10.819—6-12-1940—45\$9—3 vezes)

Companhia Força e Luz de Nepomuceno**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária que se realizará na sede social, à praça Getúlio Vargas n. 2, 9.º andar, sala 924, no dia 14 de dezembro, às 15 horas, e que deliberará sobre a seguinte ordem do dia: — 1.º, recuperação do capital social e restabelecimento do primitivo; 2.º, reorganização da Administração Social; 3.º, reforma dos estatutos sociais consequente à nova legislação, Código de Águas e leis conexas e Decreto-lei regulador das sociedades anônimas e outras medidas.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1940. — *Gabriel Pereira*, presidente em exercício.

(C — 10.760 — 26-11-1940 — 58\$1, 3 vezes).

Declaração

Declaro ter-se extraviado a minha carteira de identidade com Registro Civil n. 242.431, que obtive no Instituto de Identificação desta Capital.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — *Manyl Lewkowicz*. Reconheço a firma *Manyl Lewkowicz*.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1940. — Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Oscar Borges*, tabelião substituto.

(C — 11.109 — 12-12-1940 — 11\$2).

Associação dos Proprietários de Imóveis

Ex-Sindicato dos Proprietários de Imóveis

Avenida Canga Aranha n. 26 — 2.º andar

CONVOCAÇÃO

São convidados todos os sócios quites para a assembleia geral extraordinária em 19 do corrente (quinta-feira), em sua sede social, às 19 horas com a seguinte ordem do dia:

"Leitura, discussão e votação do relatório, contas e parecer da Comissão de Finanças, referentes a administração ora finda".

São também convidados para outra assembleia geral extraordinária que se realizará no mesmo dia às 20,30 horas, com a seguinte ordem do dia:

"Eleição de nova administração e posse da mesma". — *Manoel Antonio dos Santos*, diretor, 1.º secretário.

(C — 11.122 — 12-12-1940 — 27\$5).

A Praça

Diniz Rosa Brigieiro, comunica que conforme a escritura pública lavrada no 13.º Ofício de Notas, à rua do Rosário n. 148, em 6 do corrente, cedeu e transferiu ao Sr. José Rodrigues com a intervenção do Sr. Antônio Ferreira de Almeida, as quotas que lhe pertenciam na sociedade "Parquet Damianik Ltda.", nada mais tendo com os negócios da referida sociedade.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1940. — P. p., *Diamantino Rosa Brigieiro*.

De acordo com a declaração supra. — *José Rodrigues*.

De acordo com a declaração supra. — *Antonio Ferreira de Almeida*.

Reconheço as firmas Diamantino Rosa Brigieiro, José Rodrigues e Antonio Ferreira de Almeida.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Francisco da Costa Maia*, tabelião interino.

(C — 11.118 — 12-12-1940 — 61\$2, 3 vezes).

Declaração

Francisco Ferreira Serpa, com consultório de dentista à rua Sete de Setembro n. 140, 2.º andar, sala 237, tendo extraviado o conhecimento n. 198, de 9 de janeiro de 1939, da Recebedoria do Distrito Federal pelo qual depositou a importância de 390\$8 para recurso ao Primeiro Conselho de Contribuintes, serve-se desta publicação para declarar sem nenhum efeito aquele documento.

Pela presente, fica o "Diário Oficial" autorizado, a publicar a declaração acima.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Francisco Ferreira Serpa*.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Francisco Ferreira Serpa*.

Reconheço a firma Francisco Ferreira Serpa.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — Em testemunho (sinal público) da verdade. — *Alvaro de Mello Alves Filho*, escrevente juramentado.

(C — 11.113 — 12-12-1940 — 19\$4).

"Empresa Neptuno", Sociedade Anônima

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Primeira convocação

A diretoria da Empresa Neptuno Sociedade Anônima, nos termos dos artigos 88 e 89 combinados com os artigos 101, 105 e 173 do Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, convida os senhores acionistas a se reunirem na sede social, sita à Avenida Rio Branco n. 4, 3.º andar, em assembleia geral extraordinária, no dia do dia:

a) Pôr de acordo os estatutos, com o Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, como determina o art. 179, importando isto na alteração dos estatutos, art. 86, letra c;

b) Tratar, por proposta da diretoria, da prorrogação do prazo de duração da sociedade, art. 166, e finalmente;

c) Eleição da diretoria de acordo com as alterações aprovadas a que se refere o item a, a qual será investida nos seus cargos, nesta assembleia.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — A diretoria: — Dr. *Luiz Nogueira*, diretor-presidente. — *Arnaldo Umberto Pandovani*, diretor-secretário. — *Artur Padovani*, diretor-gérente.

(C — 11.111 — 12-12-1940 — 35\$7, 3 vezes).

Associação Brasileira de Compositores e Autores

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Realiza-se no dia 20 do corrente, às 17 1/2 horas, a assembleia geral ordinária para eleição de diretoria, ficando, pelo presente, convidados todos os senhores associados.

Secretaria, 11 de dezembro de 1940. — *Eratostenes Frazão*, secretário.

(C — 11.104 — 12-12-1940 — 12\$2).

Mc. Kinlay, S. A.

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Segunda convocação

Não se tendo realizado a assembleia geral ordinária convocada para o dia 9 do corrente, por falta de número legal, convocam-se, de novo, os senhores acionistas a se reunirem no dia 21 deste mês, às 14 horas, na sede da sociedade, à rua Conselheiro Saraiva n. 34, sobrado, para o fim de tomarem conhecimento do balanço, contas e atos da diretoria, parecer do conselho fiscal, referente ao ano social, findo em 30 de junho próximo passado, eleição de diretores, conselho fiscal e suplentes.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — A diretoria.

(C — 11.110 — 12-12-1940 — 61\$2, 3 vezes).

José Justino dos Santos

Condutor de trem da classe "F", da Estrada de Ferro Central do Brasil, comunica que extraviou-se o recibo constituído da seguinte via da guia n. 108, expedida pela Estrada de Ferro Teresópolis, em 9 de abril de 1934, na ocasião em que o comunicante depositou a Caderneta n. 591.822 (3.ª série) da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, para garantir seu exercício no cargo de condutor de trem de 1.ª classe, que ocupava na mencionada Estrada.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *José Justino dos Santos*.

Reconheço a firma José Justino dos Santos.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — Em testemunho (sinal público) da verdade. — (Assinatura ilegível), tabelião substituto.

(C — 11.103 — 12-12-1940 — 17\$3).

Associação dos Funcionários Cíveis e Militares

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com a determinação dos estatutos, convoco os senhores associados para a assembleia geral ordinária que deverá ser realizada no dia 20 do corrente, às 15 horas, na sede da Associação, à rua 1.º de Março n. 85, 2.º andar, para de acordo com o parágrafo 1.º do art. 46 dos referidos estatutos, eleger a diretoria que servirá no quinquênio de 30 de março de 1941 a 30 de março de 1946, e bem assim o conselho fiscal que funcionará durante um ano a contar daquela data.

Na hipótese de não se realizar a assembleia por falta de número fica desde já feita segunda convocação para o dia 27 deste mês, nas mesmas horas no local citado e para o fim acima declarado.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1940. — *Nelson Guimaraes Vianna de Barros*, presidente.

(C — 10.929 — 12-12-1940 — 21\$4).

Companhia Auxiliar Rádio Emissora do Brasil

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral ordinária, que se realizará em 27 de dezembro de 1940 às 14 horas, na sede social, à rua Beneditinos n. 7, 2.º andar, afim de tomarem conhecimento do relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, balanço e contas, correspondentes ao ano social de 1939 e eleição do mesmo para o exercício em curso.

Ficam suspensas as transferências de ações a partir do dia 1 de dezembro de 1940.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1940. — A diretoria.

(C — 10.928 — 12-12-1940 — 17\$3).

Sindicato dos Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

São convidados os senhores sócios quites para se reunirem em assembleia geral ordinária no dia 18 do corrente, às 17 horas, na sala n. 1.113, para eleger membros da diretoria e os do Conselho Fiscal, no período de janeiro de 1941 a 31 de dezembro de 1942.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *A Diretoria*.

(C. 11.127 — 12-12-940 — 15\$3).

Banco Hespagnol do Brasil**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Segunda convocação**

São convidados os senhores acionistas para se reunirem em assembleia, no edificio da sede social à rua Primeiro de Março n. 43, às 16 horas do dia 19 do corrente, para deliberar sobre as seguintes matérias:

1.^a — Reajustamento do capital, previsto pelo art. 28 dos Estatutos;

2.^a — Reforma dos Estatutos, e,

3.^a — Eventualmente, liquidação amigável.

NOTA: — Pede-se o comparecimento de todos os acionistas, pois a assembleia só poderá deliberar, em 2.^a convocação, com a presença de acionistas que representem 2/3 do capital social.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Manuel Conde Lobo*, presidente. — *Angel Colmenero Suarez*, secretário, em exercício.

(C. 10.932 — 12-12-940 — 73\$4 — 3 vezes).

Banco Econômico do Brasil**ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA****Aviso aos acionistas**

São convidados os Srs. acionistas a comparecer no próximo dia 27 às 16 horas, à sede social, afim de se reunirem em assembleia geral, em 1.^a convocação, em a qual haverá a seguinte ordem do dia:

1.^o — Reforma dos Estatutos, no sentido de adaptá-los à nova lei das Sociedades Anônimas.

2.^o — Aprovação da proposta da diretoria, com parecer favorável do Conselho Fiscal, para aumento do capital do Banco.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1940. — *Camillo Altilio Filho*, diretor.

(C. 11.126 — 12-12-940 — 58\$1 — 3 vezes).

Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schuckert, S. A.

Sede: Rio de Janeiro — Filiais: São Paulo, Porto Alegre, Recife e Bahia

Ficam convidados os senhores acionistas desta Companhia a se reunir em assembleia ordinária no dia 28 de dezembro de 1940, às 10 horas na sede da Companhia, à rua General Câmara n. 78, para tomar conhecimento dos atos e contas da Diretoria, parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício findo em 31 de maio de 1940.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1940. — Pela diretoria, *M. Pomorski*, diretor.

(C. 10.934 — 12-12-940 — 55\$1 — 3 vezes).

Preço do número de hoje \$400

**IMPrensa NACIONAL
AVENIDA RODRIGUES ALVES N. 1**

Tendo passado a funcionar os serviços da Secção de Redacção dos órgãos oficiais à avenida Rodrigues Alves, deve todo o expediente das repartições federais e da Prefeitura do Distrito Federal ser encaminhado para essa instalação da Imprensa Nacional.